



**Gestão Participativa**

## RELATÓRIO DE GESTÃO PARTICIPATIVA

Tribunal de Justiça do Estado do Acre - TJAC

Data: 31/07/2025



# Gestão Participativa

Presidente:

- **Desembargador Laudivon Nogueira**

Magistrado (a) Gestor(a) de Metas (quando houver):

- **Juíza Auxiliar da Presidência Zenice Mota Cardozo, membro titular e coordenadora;**
- **Juíz Auxiliar da Presidência Giordane de Souza Dourado;**
- **Juíza Auxiliar da Presidência Louise Kristina Lopes de Oliveira Santana;**
- **Juíz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Anastácio Lima de Menezes Filho;**
- **Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Thaís Queiroz Borges de Oliveira Abou Khalil.**

Secretário de Governança e Gestão Estratégica e Responsável pelos processos participativos:

- **Hélio de Oliveira Carvalho**



# Gestão Participativa

**ATIVIDADE 1: Realização de Consulta Pública sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário do ano de 2025 e PIME 2026**

## **TIPO E FINALIDADE DA ATIVIDADE**

Pesquisa pública coordenada pelo Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) com a participação dos demais Tribunais de Justiça Estaduais.

## **DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO**

Realizada no período de 17 de junho a 02 de julho de 2024, por meio do link <https://www.tjba.jus.br/gestaoparticipativa/> disponibilizado página eletrônica do TJAC e intranet, no endereço eletrônico: <https://www.tjac.jus.br/2025/06/tjac-convida-sociedade-a-contribuir-com-definicao-das-metas-nacionais-do-judiciario/>

## **INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES**

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados(as)		Servidores(as)	Sociedade	Outros (advogados/membros do MPAC)
1º G	2º G			
5	--	428	20	5

Total de Participantes: **458 participantes.**



## ATIVIDADE 2: Audiência Pública Virtual Conjunta dos Tribunais de Justiça Estaduais da Região Norte.

### **TIPO E FINALIDADE DA ATIVIDADE**

Trata-se de Audiência Pública Virtual, realizada de maneira conjunta, pelos Tribunais de Justiça dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Ocorrida em 08 de julho de 2025, das 9h às 11h, horário de Brasília, a reunião virtual teve o objetivo de apresentar contribuições para as metas, considerando as realidades e contextos da Região Norte. Participaram do evento servidoras, servidores, magistradas, magistrados, advogadas, advogados, representantes das instituições públicas, integrantes da sociedade civil e de entidades sociais. Além disso, a Audiência ainda promoveu o princípio da gestão participativa, com diálogo, transparência e buscou estimular a construção coletiva das diretrizes que norteiam o trabalho do Judiciário. Buscou ampla participação no processo de formulação das Metas Nacionais do Poder Judiciário - Justiça Estadual para o ano de 2026.

### **DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO**

Data 8 de julho de 2025 às das 9h às 11h, horário de Brasília (07h às 9h, horário Acre).

Realizada de forma virtual através da Plataforma Google Meet, com transmissão ao vivo pelo Youtube, conforme gravação disponível no endereço eletrônico:

[https://www.youtube.com/live/kXykNiJr3pY?si=1tZtGYw1uJDgv\\_QC](https://www.youtube.com/live/kXykNiJr3pY?si=1tZtGYw1uJDgv_QC)

### **INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES**

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados(as)	Servidores(as)	Sociedade	Outros (advogados/membros do MPAC)
16	279	50	AGU 1 Advogado (a) 4 Entidade Sem Fins Lucrativos 1 MP 1 PGE 1



## ATIVIDADE 2: Reunião com Magistrados e Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) para Propostas à PIME 2026.

### **TIPO E FINALIDADE DA ATIVIDADE**

Trata-se de Reunião virtual com magistrados e servidores para apresentação da Proposta Inicial de Metas do Poder Judiciário 2026 – PIME 2026 e realização de coleta de sugestões e propostas de alteração de metas para 2026, visando a elaboração das metas nacionais 2026. A iniciativa teve como objetivo ampliar a participação dos serventuários da Justiça na definição das metas nacionais que orientam a atuação dos tribunais em todo o país. As metas representam compromissos assumidos pelo Judiciário com a melhoria da prestação jurisdicional, o fortalecimento do acesso à Justiça e a promoção de decisões mais ágeis e efetivas.

### **DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO**

Realizada dia 15/07/2025, por meio da plataforma Google Meet, cuja a gravação está disponível no link público:

<https://drive.google.com/file/d/1MGJaoh3jkDAMz7v9075n194HnogxpKHd/view?usp=sharing>

### **INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES**

Informe o quantitativo de participantes da atividade conforme perfil da tabela a seguir:

Magistrados(as)		Servidores(as)	Sociedade	Outros (Especificar)
1º grau	2º grau			
33	3	456	---	----



## **ANEXO I - ATIVIDADE 1 - Realização de Consulta Pública sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário do ano de 2025 e PIME 2026**

- Anexo I - Relatório de Análise dos Dados da Consulta Pública Sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário - PIME 2026.



## **ANEXO II - ATIVIDADE 2 - Audiência Pública Virtual Conjunta dos Tribunais de Justiça Estaduais da Região Norte.**

- Anexo IIA - Lista de presença;
- Anexo IIB - Ata de deliberações;
- Anexo IIC - Relatório da Análise das Respostas Coletadas.
- Anexo IID – Relatório de Respostas aos Participantes.



## **ANEXO III - ATIVIDADE 3 - Reunião com Magistrados e Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) para Propostas à PIME 2026.**

- Anexo IIIA - Lista de presença;
- Anexo IIIB - Ata de deliberações;
- Anexo IIIC – Planilha de Contribuições de Magistrados e Servidores à PIME 2026;
- Anexo IIID – Relatório com Dados Brutos das Contribuições de Magistrados e Servidores à PIME 2026;
- Anexo IIIE – Relatório Executivo das Contribuições de Magistrados e Servidores à PIME 2026.

**Anexo I - Relatório de Análise dos Dados da Consulta Pública Sobre as  
Metas Nacionais do Poder Judiciário - PIME 2026.**



# Relatório de Análise dos Dados da Consulta Pública Sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário - PIME 2026.

## 1. Introdução

Este relatório apresenta uma análise detalhada dos dados tabulados de uma pesquisa ou consulta pública, cujo objetivo principal é avaliar a percepção dos respondentes sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário. Referida Consulta Pública foi coordenada pelo Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), com a participação dos demais Tribunais de Justiça Estaduais e compila opiniões sobre a relevância, o impacto, a adequação e a continuidade de diversas metas judiciais para o ano de 2026. A Consulta Pública, coordenada pelo Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) com a participação dos demais Tribunais de Justiça Estaduais, teve como objetivo compilar opiniões sobre a relevância, o impacto, a adequação e a continuidade de diversas metas judiciais para o ano de 2026.

## 2. Metodologia

Realizada no período de 17 de junho a 02 de julho de 2024, por meio do link <https://www.tjba.jus.br/gestaoparticipativa/> disponibilizado página eletrônica do TJAC e intranet, no endereço eletrônico: <https://gqr.sh/FfdS>, a pesquisa teve um universo composto por **458 respondentes do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC)**, conforme a soma consistente dos participantes nas diversas perguntas que avaliaram opções mutuamente exclusivas. **Desse total, 428 são servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre, 5 são Magistrados do TJAC, 20 pessoas da sociedade e 5 são membros do MPAC, DPE e advogados.**

A análise baseia-se nos dados quantitativos fornecidos pelo banco de dados da pesquisa, disponível em <http://www5.tjba.jus.br/dashgestaoparticipativa/index.php/volumetria>, que sintetiza as respostas. As perguntas abordam múltiplos aspectos das Metas Nacionais, incluindo o nível de conhecimento dos participantes, a relevância percebida de metas específicas, o impacto geral das metas na prestação jurisdicional e a adequação dos percentuais e escopos propostos para cada meta.

As respostas foram tabuladas em categorias pré-definidas (e.g., "Sim", "Não", "Não saberia informar", ou escalas de adequação), permitindo uma análise percentual da distribuição das opiniões. As perguntas sobre a continuidade das metas em 2026 permitiram múltiplas escolhas, e os percentuais apresentados são relativos ao total de votos para todas as opções.

### 3. Resultados

A seguir, são apresentados os resultados detalhados de cada pergunta da pesquisa, com uma análise sucinta dos dados.

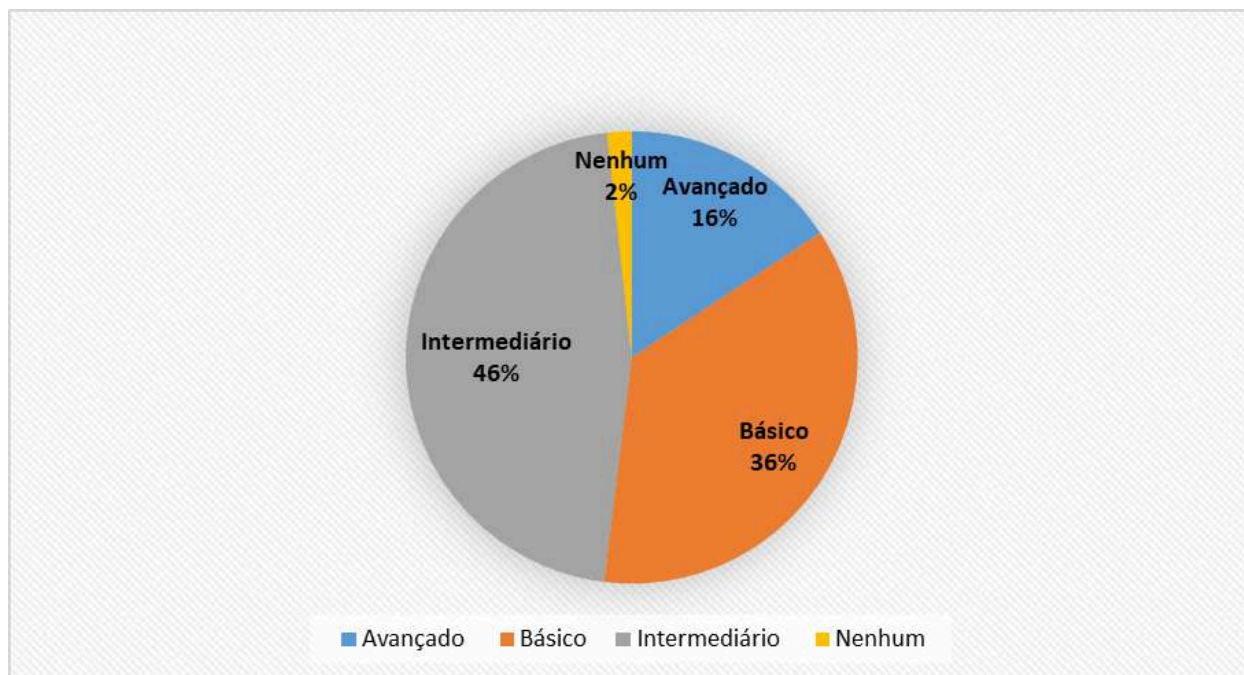
#### 3.1. Nível de Conhecimento das Metas do Poder Judiciário

Esta pergunta visou aferir o grau de familiaridade dos respondentes com as Metas do Poder Judiciário.

- **Intermediário: 212 votos (46%).**
- **Básico: 166 votos (36%).**
- **Avançado: 72 votos (16%).**
- **Nenhum: 8 votos (2%).**

**Análise:** A maioria dos respondentes possui um conhecimento intermediário ou básico das metas, indicando uma familiaridade razoável, mas não aprofundada, com o tema.

Gráfico 1 – Nível de Conhecimento das Metas do Poder Judiciário



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

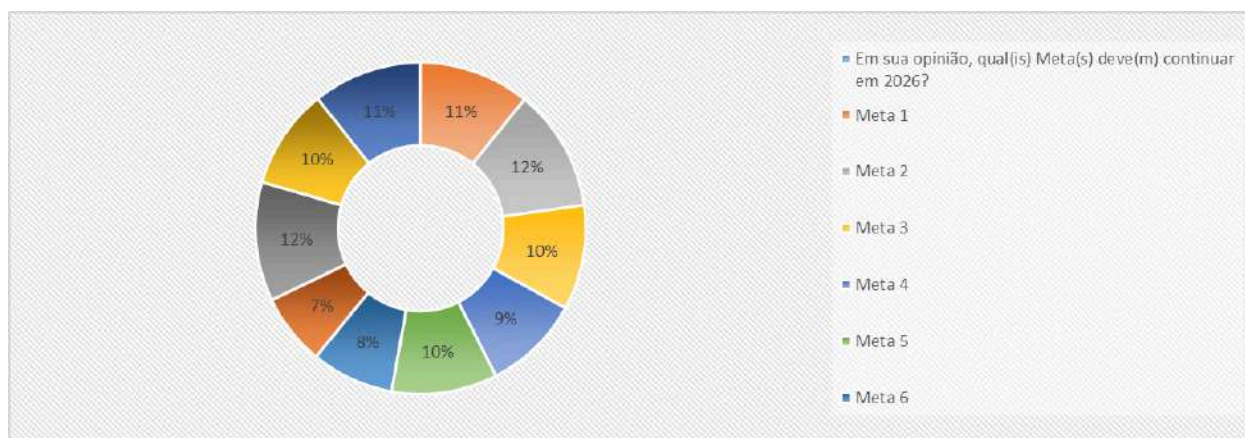
### 3.2. Metas que Devem Continuar em 2026

Os respondentes foram convidados a indicar qual(is) Meta(s) deveria(m) continuar em 2026, sendo permitido assinalar múltiplas opções. Os resultados, com seus respectivos percentuais sobre o total de votos (3313 votos), foram:

- **Meta 2: 395 votos (12%).**
- **Meta 8: 385 votos (12%).**
- **Meta 1: 359 votos (11%).**
- **Meta 10: 355 votos (11%).**
- **Meta 5: 343 votos (10%).**
- **Meta 3: 339 votos (10%).**
- **Meta 9: 324 votos (10%).**
- **Meta 4: 314 votos (9%).**
- **Meta 6: 268 votos (8%).**
- **Meta 7: 231 votos (7%).**

**Análise:** A Meta 2 (julgar processos antigos) e a Meta 8 (fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica) foram as mais votadas para continuidade, empatando com 12% dos votos, o que sublinha sua importância percebida. A Meta 7 foi a menos priorizada para continuidade.

Gráfico 2 – Metas que Devem Continuar em 2026



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

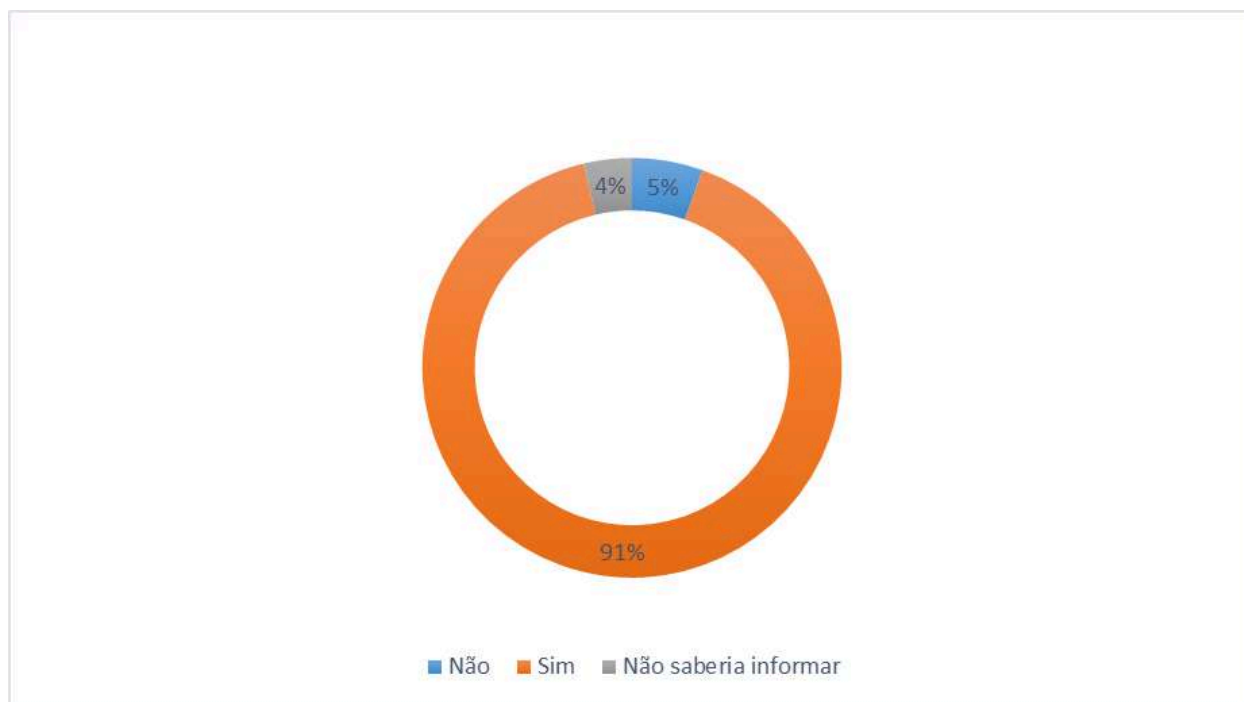
### 3.3. Relevância da Meta 1 (Julgar mais processos que os distribuídos)

A Meta 1 visa julgar mais processos do que os distribuídos.

- **Sim: 416 respondentes (91%).**
- **Não: 25 respondentes (5%).**
- **Não saberia informar: 17 respondentes (4%).**

**Análise:** A grande maioria dos respondentes considera a Meta 1 altamente relevante, indicando forte apoio à busca por maior produtividade no julgamento processual.

Gráfico 3 – Relevância da Meta 1



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

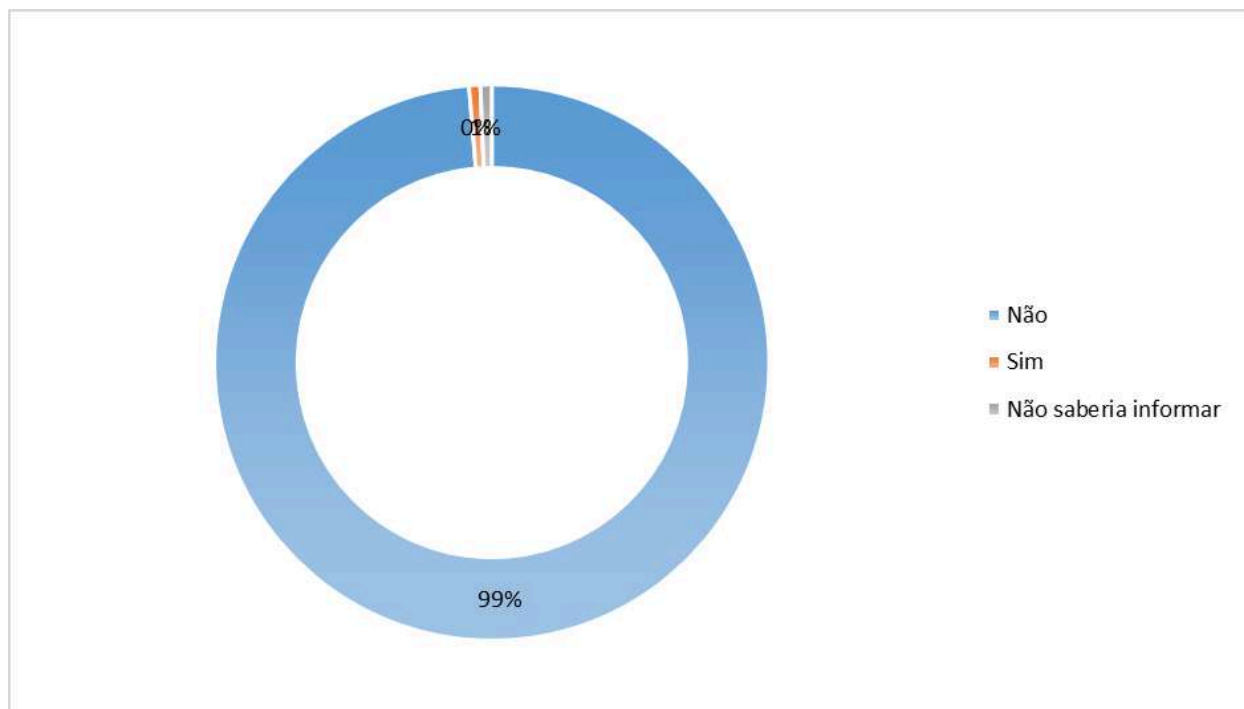
### 3.4. Relevância da Meta 2 (Julgar os processos antigos)

A Meta 2 visa julgar os processos antigos.

- **Sim: 452 respondentes (99%).**
- **Não: 3 respondentes (0%).**
- **Não saberia informar: 3 respondentes (1%).**

**Análise:** Esta meta alcança um consenso quase unânime em termos de relevância, sendo considerada de importância crucial pelos respondentes.

Gráfico 4 – Relevância da Meta 2



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

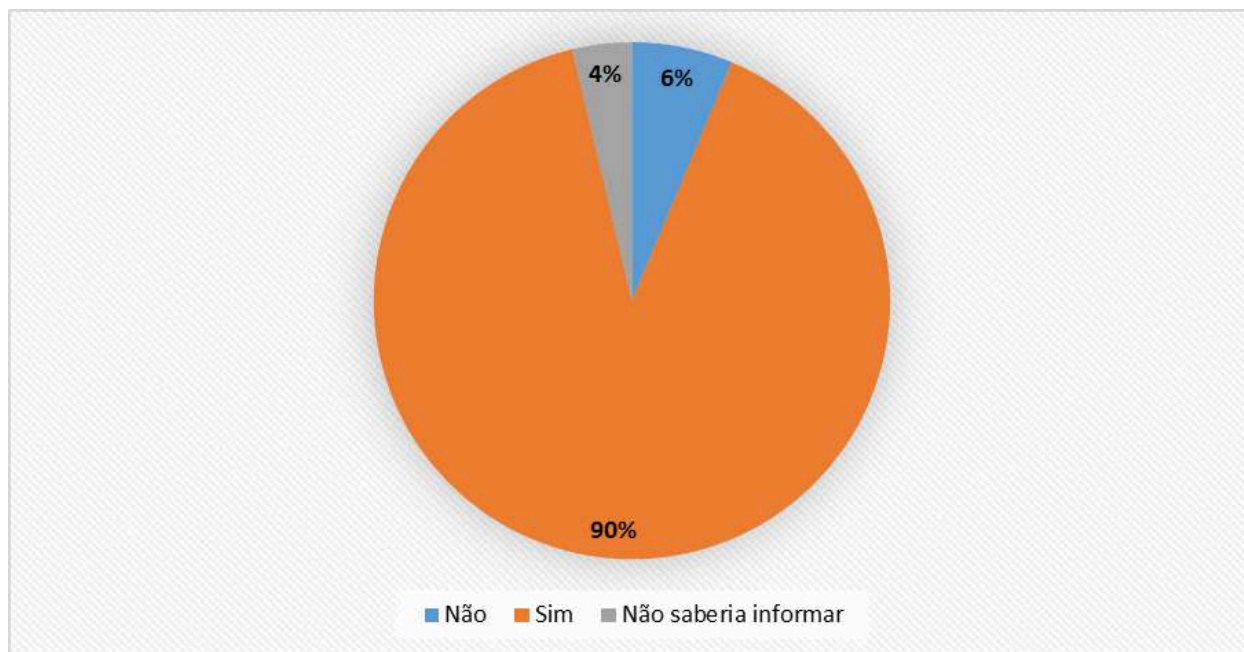
### 3.5. Impacto da Meta 3 (Aumentar o uso de Conciliação e Mediação) na Solução de Conflitos

A Meta 3 busca aumentar o uso de alternativas como Conciliação e Mediação.

- **Sim: 412 respondentes (90%).**
- **Não: 29 respondentes (6%).**
- **Não saberia informar: 17 respondentes (4%).**

**Análise:** Há uma forte convicção entre os respondentes de que a conciliação e mediação são eficazes para melhorar a solução de conflitos.

Gráfico 5 – Impacto da Meta 3



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

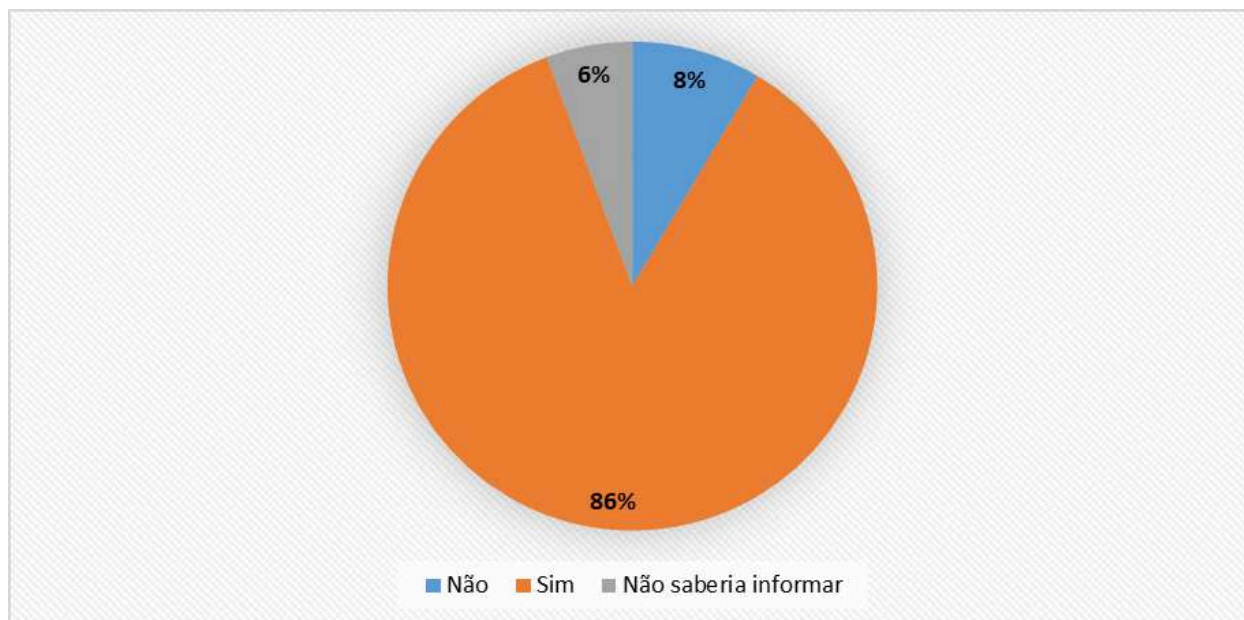
### 3.6. Contribuição da Meta 4 (Julgar processos sobre corrupção e improbidade administrativa) para Reduzir a Impunidade

A Meta 4 visa julgar processos sobre corrupção e improbidade administrativa.

- **Sim: 391 respondentes (90%).**
- **Não: 39 respondentes (9%).**
- **Não saberia informar: 26 respondentes (6%).**

**Análise:** A maioria dos respondentes acredita firmemente que esta meta contribui para a redução da impunidade, destacando a sensibilidade social para este tema.

Gráfico 6 – Contribuição da Meta 4



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

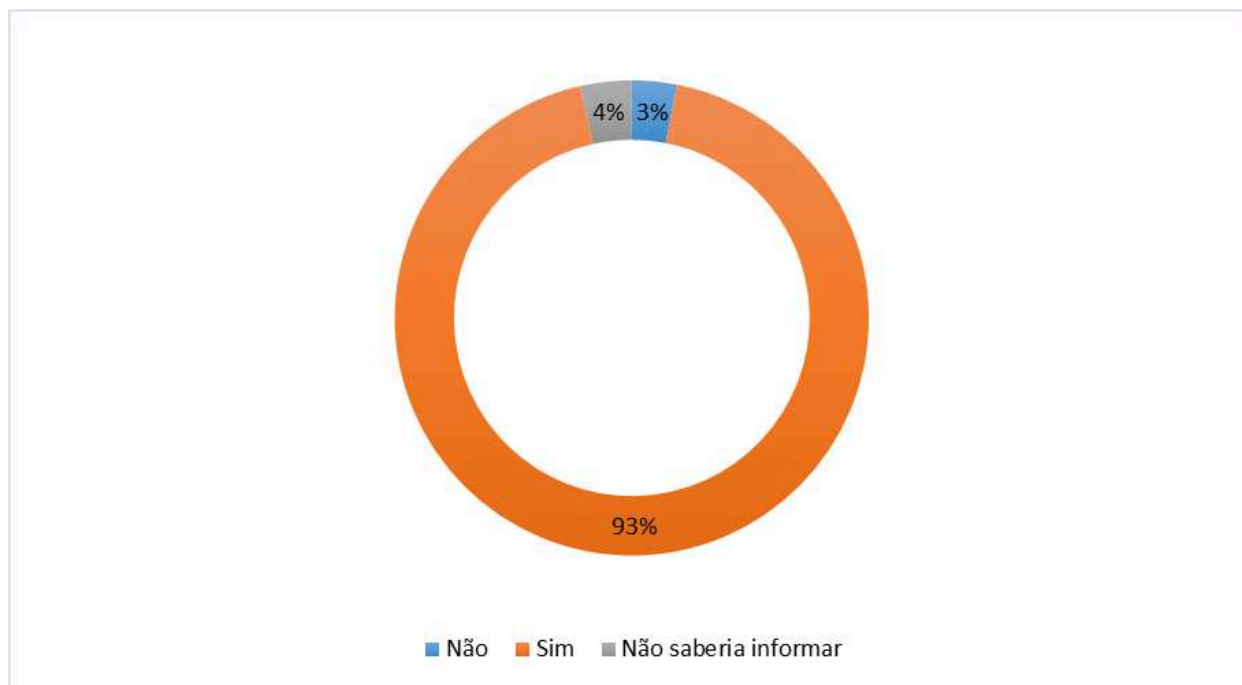
### 3.7. Contribuição da Meta 5 (Reduzir a taxa de congestionamento dos processos) para a Celeridade

A Meta 5 visa reduzir a taxa de congestionamento dos processos.

- **Sim: 428 respondentes (93%).**
- **Não: 14 respondentes (3%).**
- **Não saberia informar: 16 respondentes (4%).**

**Análise:** A percepção é de que a Meta 5 é altamente eficaz para promover a celeridade processual, refletindo a importância atribuída à agilidade judicial.

Gráfico 7 – Contribuição da Meta 5



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

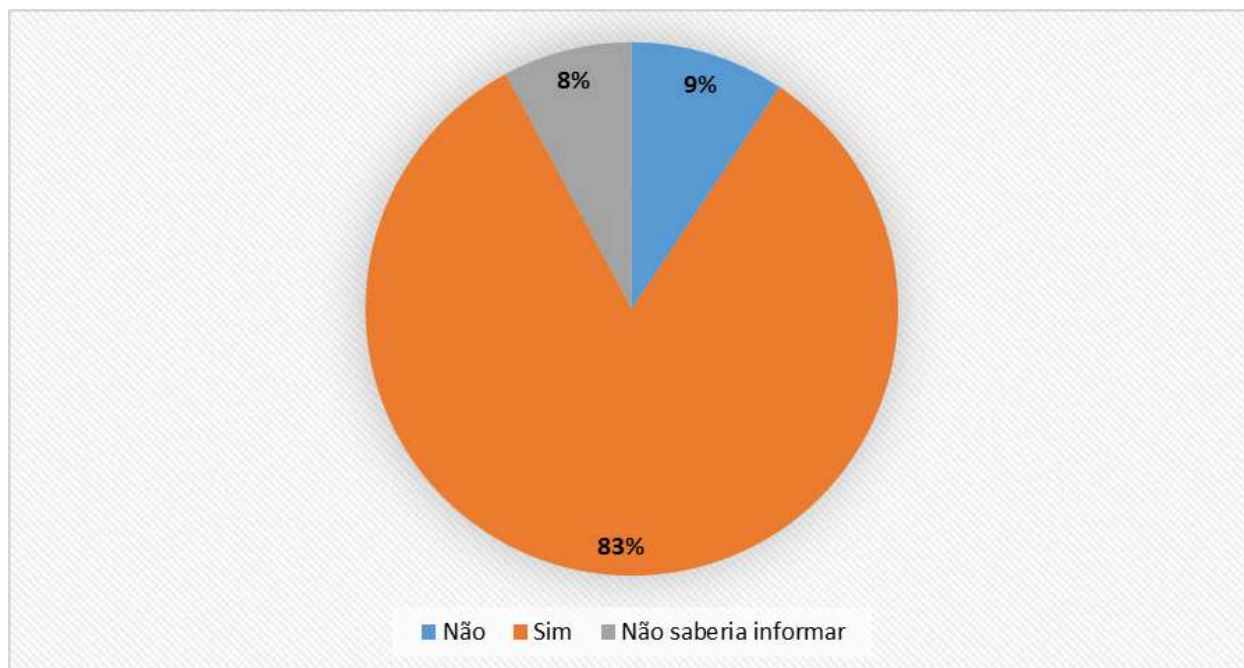
### 3.8. Relevância da Meta 6 (Impulsionar o julgamento das ações ambientais)

A Meta 6 visa impulsionar o julgamento das ações ambientais.

- **Sim: 379 respondentes (83%).**
- **Não: 43 respondentes (9%).**
- **Não saberia informar: 36 respondentes (8%).**

**Análise:** Embora ligeiramente menor que outras metas, a Meta 6 ainda é considerada relevante por uma vasta maioria, ressaltando a preocupação com questões ambientais.

Gráfico 8 – Relevância da Meta 6



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

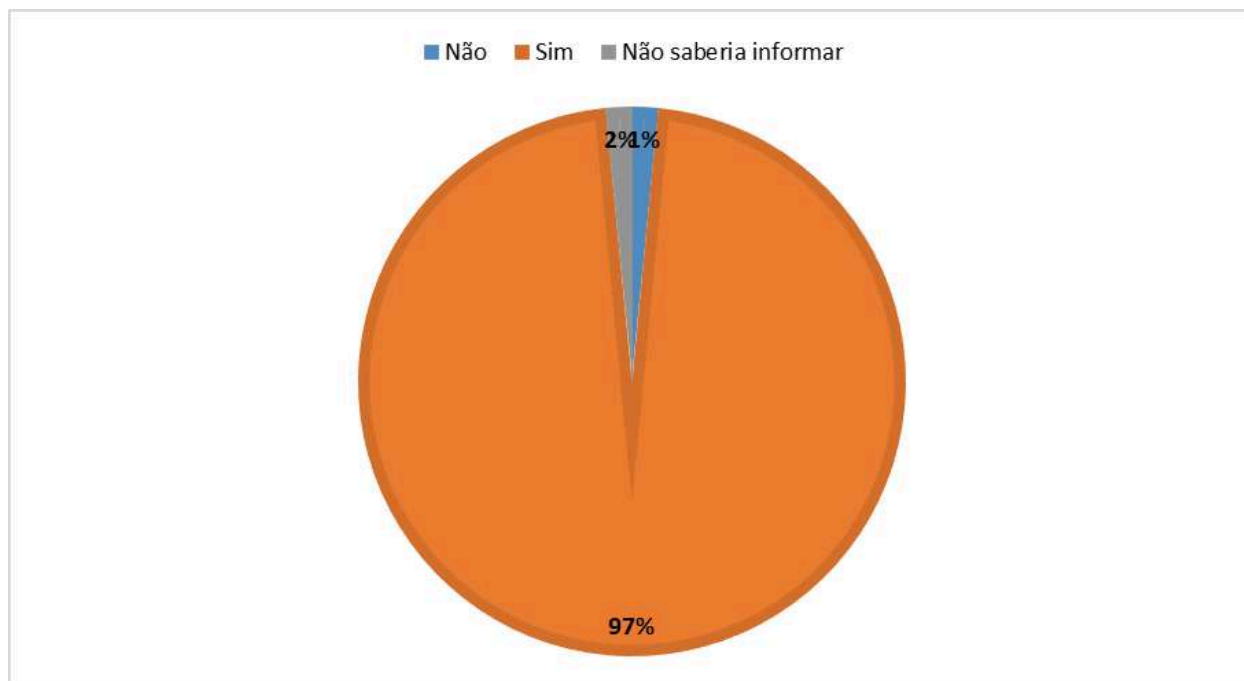
### 3.9. Contribuição da Meta 8 (Fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres) para Acelerar o Trâmite Processual

A Meta 8 visa o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

- **Sim: 444 respondentes (97%).**
- **Não: 7 respondentes (1%).**
- **Não saberia informar: 7 respondentes (2%).**

**Análise:** Esta meta demonstra um altíssimo nível de aprovação, indicando que é percebida como extremamente eficaz na aceleração de processos de violência doméstica.

Gráfico 9 – Contribuição da Meta 8



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

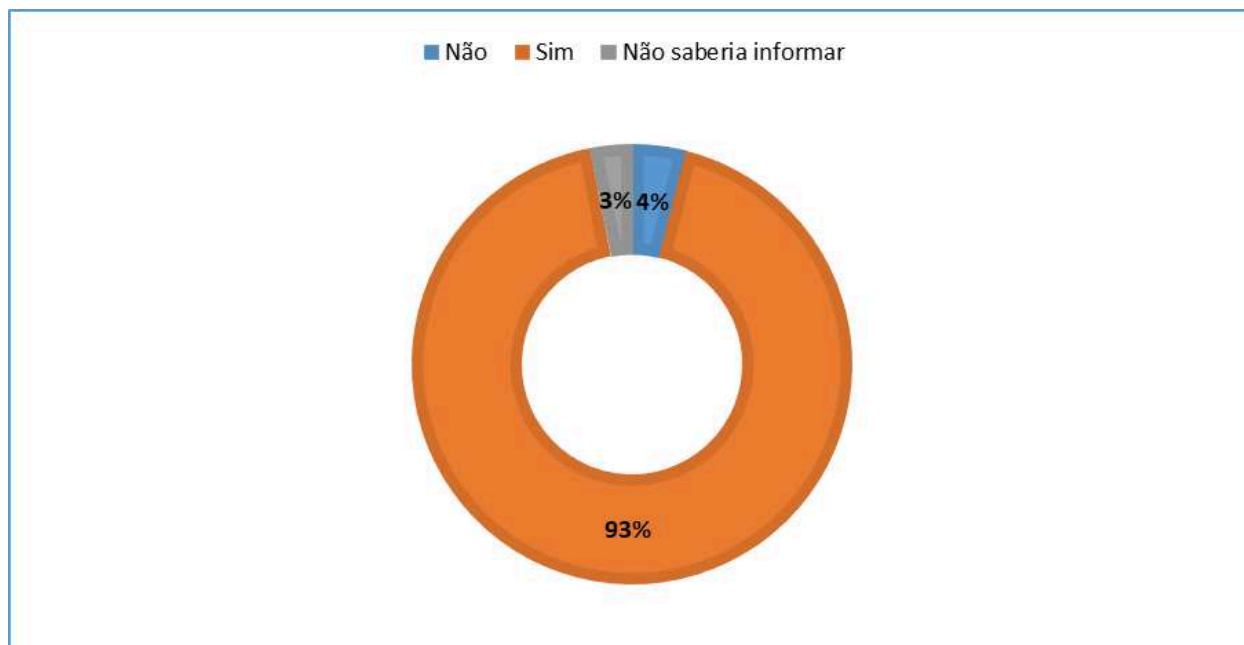
### 3.10. Relevância da Meta 9 (Estimular a Inovação no Poder Judiciário)

A Meta 9 visa estimular a Inovação no Poder Judiciário.

- **Sim: 426 respondentes (93%).**
- **Não: 18 respondentes (4%).**
- **Não saberia informar: 14 respondentes (3%).**

**Análise:** A inovação é amplamente vista como um fator relevante para o Poder Judiciário, com forte apoio à sua promoção.

Gráfico 10 – Relevância da Meta 9



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

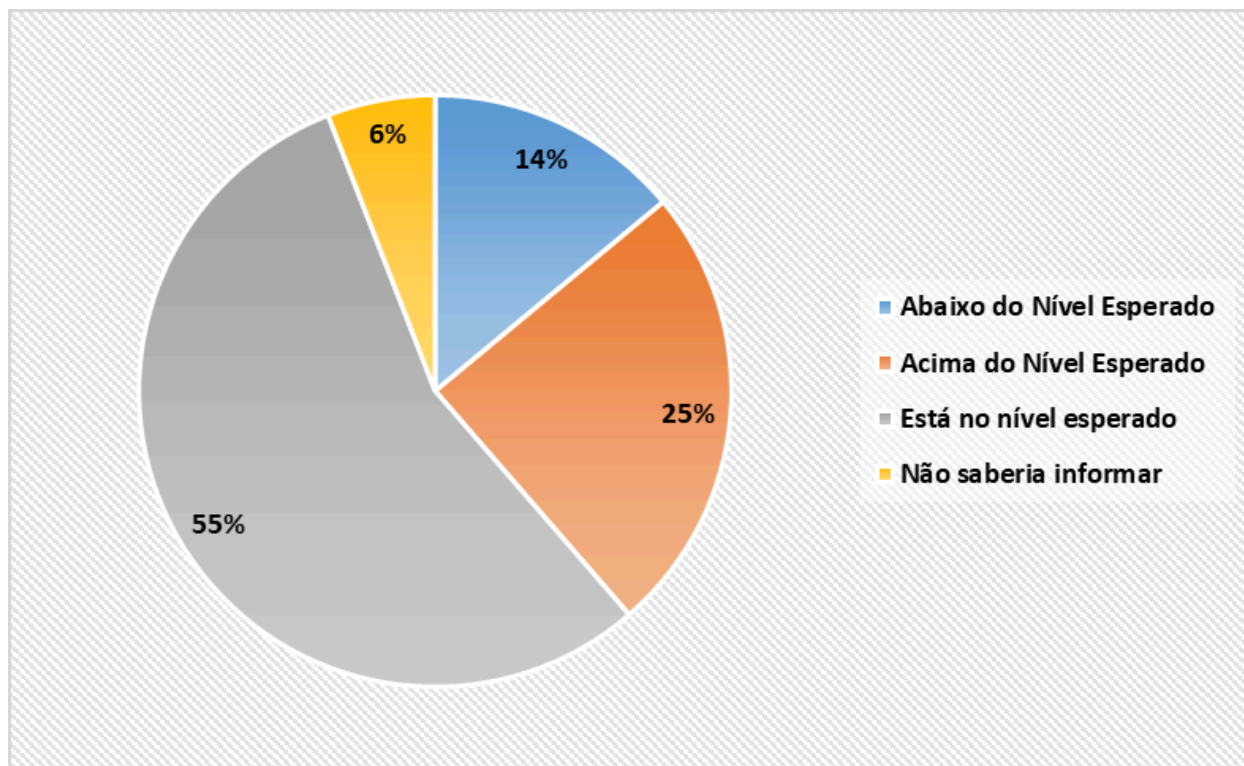
### 3.11. Impacto Geral das Metas Nacionais na Melhoria da Prestação Jurisdicional para a Sociedade

Esta pergunta avaliou a percepção geral sobre o impacto das Metas Nacionais.

- **Está no nível esperado: 254 respondentes (55%).**
- **Acima do Nível Esperado: 113 respondentes (25%).**
- **Abaixo do Nível Esperado: 64 respondentes (14%).**
- **Não saberia informar: 27 respondentes (6%).**

**Análise:** A maioria dos respondentes percebe que o impacto das metas está no nível esperado, com uma parcela significativa avaliando-o como acima do esperado. Isso sugere uma visão majoritariamente positiva ou alinhada às expectativas.

Gráfico 11 – Impacto Geral das Metas Nacionais



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

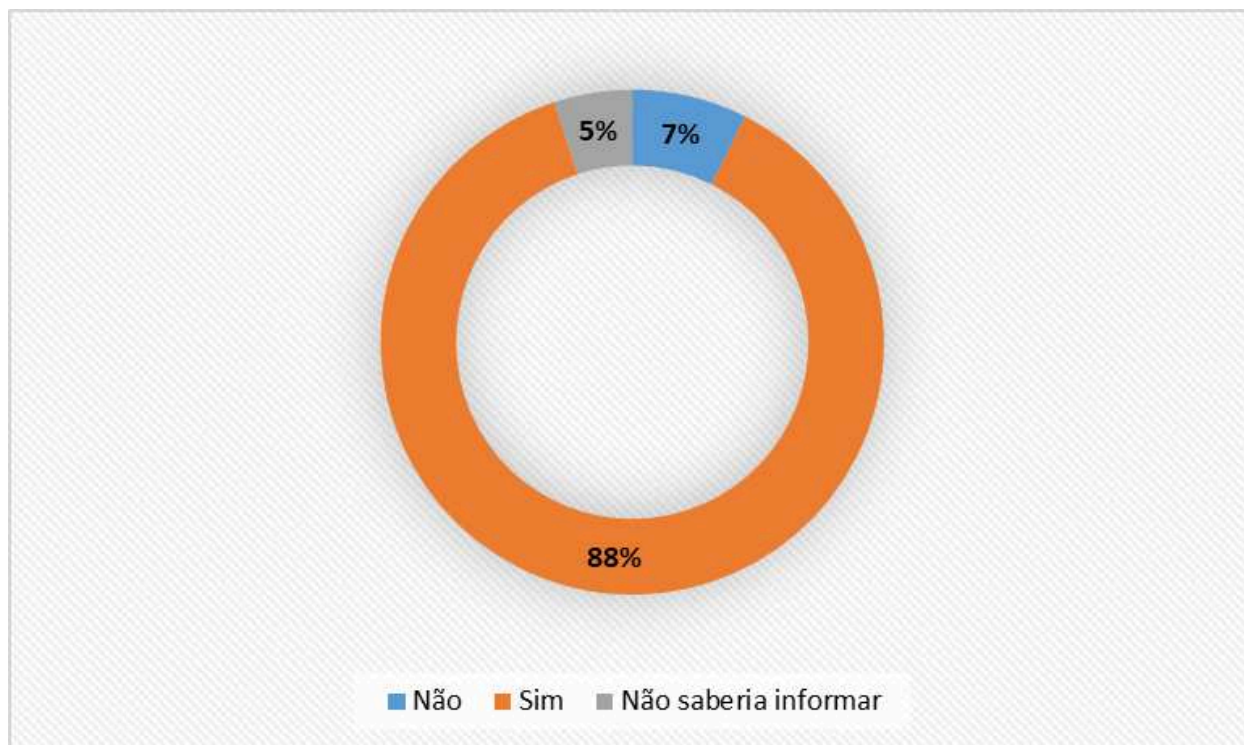
### 3.12. Adequação da Meta 1 (Macrodesafio “AGILIDADE E PRODUTIVIDADE”)

A Meta 1 busca julgar quantidade maior de processos do que os distribuídos no ano corrente.

- **Sim: 401 respondentes (88%).**
- **Não: 34 respondentes (7%).**
- **Não saberia informar: 23 respondentes (5%).**

**Análise:** Há um forte consenso de que esta meta é apropriada em sua formulação e objetivo.

Gráfico 12 – Adequação da Meta 1



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

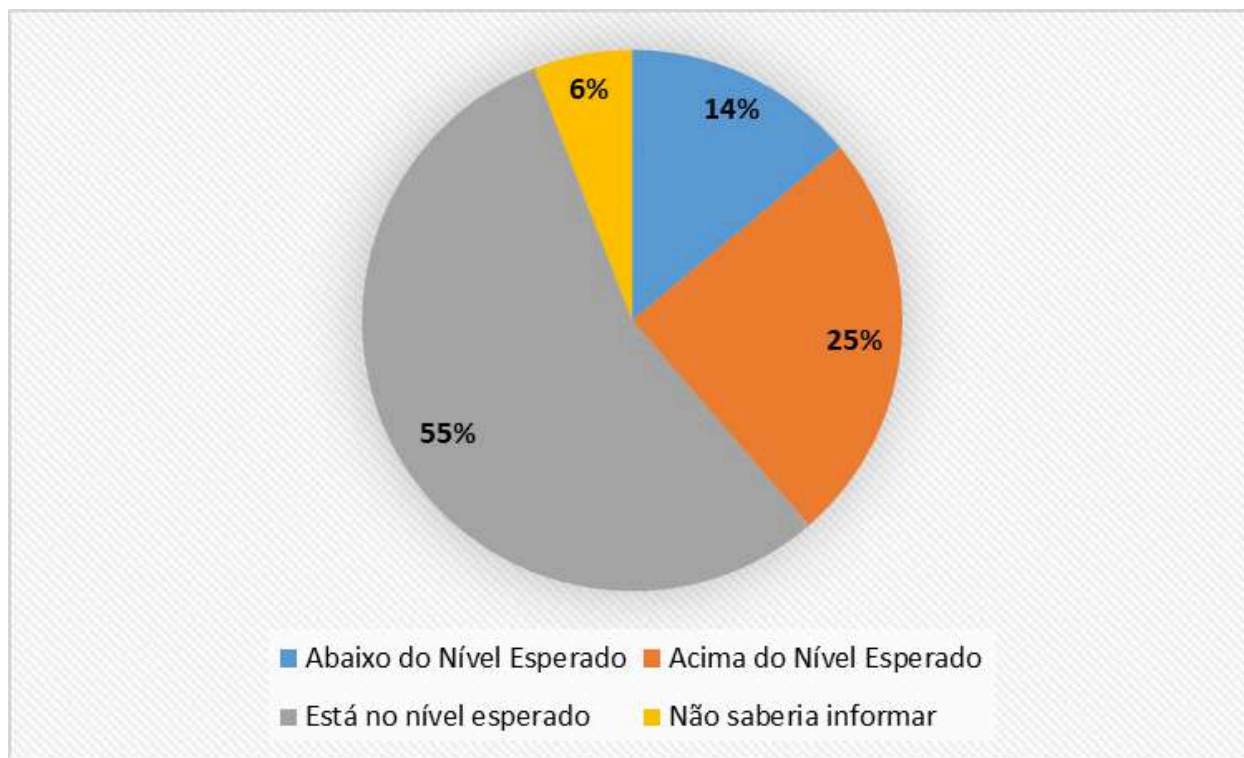
### 3.13. Adequação dos Percentuais da Meta 2 (Macrodesafio “AGILIDADE E PRODUTIVIDADE”)

A Meta 2 detalha percentuais de julgamento para processos antigos em diferentes graus.

- **Está no nível esperado: 254 respondentes (55%).**
- **Acima do Nível Esperado: 113 respondentes (25%).**
- **Abaixo do Nível Esperado: 64 respondentes (14%).**
- **Não saberia informar: 27 respondentes (6%).**

**Análise:** A Meta 2 é percebida pela maioria dos respondentes como estando "no nível esperado" (55%). Uma parcela significativa (25%) acredita que os percentuais estão "acima do nível esperado", enquanto 14% os consideram "abaixo do nível esperado". Apenas 6% "não souberam informar". Isso indica que, de forma geral, há uma percepção positiva ou alinhada às expectativas em relação à adequação dos percentuais estabelecidos para julgar processos antigos.

Gráfico 13 – Adequação dos Percentuais da Meta 2



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

### 3.14. Adequação do Percentual da Meta 3 (Macrodesafio "PREVENÇÃO DE LITÍGIOS")

A Meta 3 visa aumentar o Índice de Conciliação em 1 ponto percentual.

- **Sim: 244 respondentes (53%).**
- **Não, gostaria que o percentual fosse maior: 93 respondentes (20%).**
- **Não saberia informar: 75 respondentes (17%).**
- **Não, gostaria que o percentual fosse menor: 46 respondentes (10%).**

**Análise:** A maioria considera o percentual adequado, mas uma parcela significativa dos respondentes expressa o desejo de que o percentual de conciliação fosse maior, sugerindo ambição por mais acordos.

Gráfico 14 – Adequação do Percentual da Meta 3



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

### 3.15. Adequação dos Percentuais da Meta 4 (Macrodesafio "ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO")

A Meta 4 define percentuais para julgar ações de improbidade e crimes contra a Administração Pública.

- **Sim: 300 respondentes (66%).**
- **Não, gostaria que o percentual fosse maior: 75 respondentes (16%).**
- **Não saberia informar: 55 respondentes (12%).**
- **Não, gostaria que o percentual fosse menor: 28 respondentes (6%).**

**Análise:** Embora a maioria considere os percentuais adequados, uma parcela considerável gostaria de metas mais ambiciosas no combate à corrupção e improbidade.

Gráfico 15 – Adequação dos Percentuais da Meta 4



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

### 3.16. Adequação dos Percentuais da Meta 5 (Macrodesafio “AGILIDADE E PRODUTIVIDADE”)

A Meta 5 busca reduzir em 0,5 ponto percentual a Taxa de Congestionamento líquida.

- **Sim: 284 respondentes (62%).**
- **Não, gostaria que o percentual fosse maior: 87 respondentes (19%).**
- **Não saberia informar: 60 respondentes (13%).**
- **Não, gostaria que o percentual fosse menor: 27 respondentes (6%).**

**Análise:** A maioria considera os percentuais adequados, mas há um desejo significativo de percentuais mais ambiciosos para a redução do congestionamento processual.

Gráfico 16 – Adequação dos Percentuais da Meta 5



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

### 3.17. Adequação do Percentual da Meta 6 (Macrodesafio “PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE”)

A Meta 6 propõe julgar 50% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2025.

- **Sim: 283 respondentes (62%).**
- **Não saberia informar:** 67 respondentes (14%).
- **Não, gostaria que o percentual fosse maior:** 63 respondentes (14%).
- **Não, gostaria que o percentual fosse menor:** 45 respondentes (10%).

**Análise:** A maioria considera o percentual adequado, embora uma parcela dos respondentes expresse desejo por percentuais maiores nos processos relacionados às ações ambientais, distribuídos no período.

Gráfico 17 – Adequação do Percentual da Meta 6



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

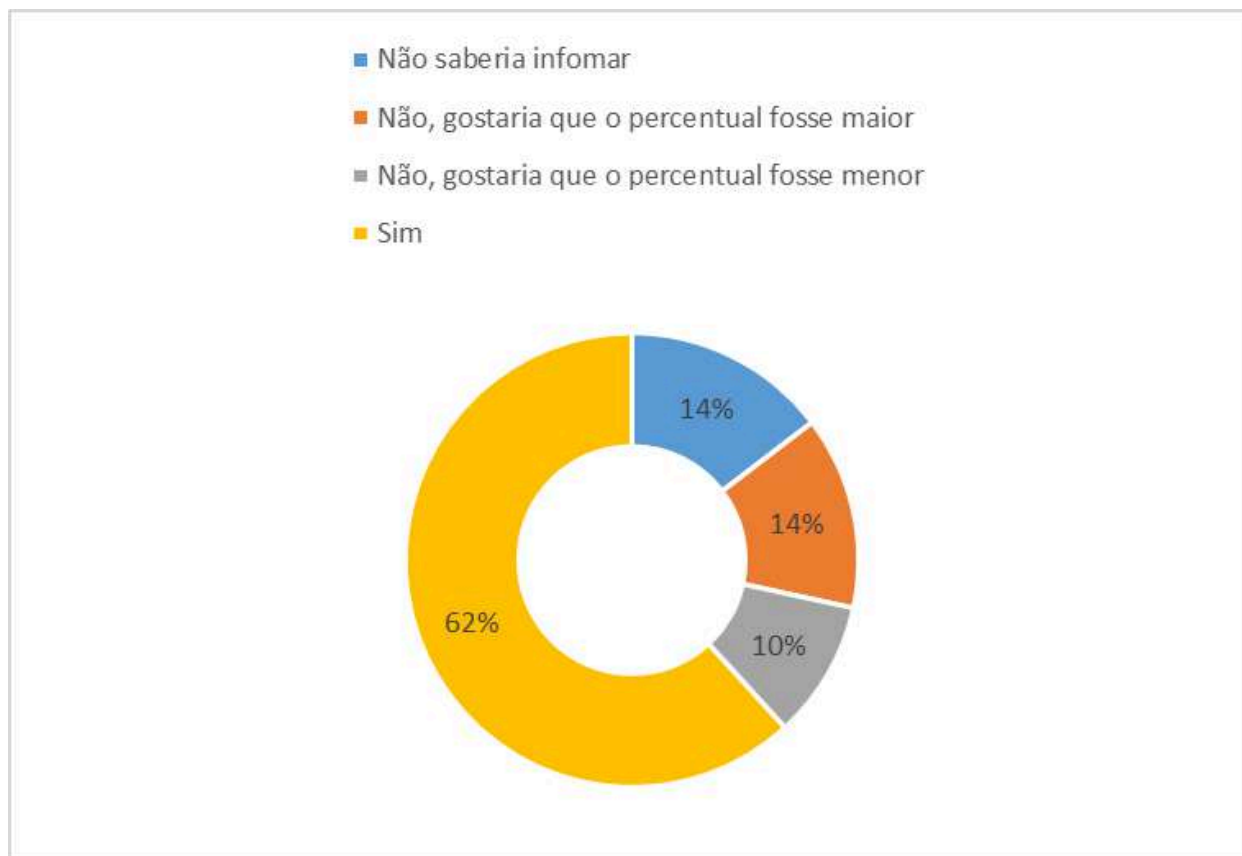
### 3.18. Adequação dos Percentuais da Meta 7 (Macrodesafio “AGILIDADE E PRODUTIVIDADE”)

A Meta 7 visa julgar 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e quilombolas.

- **Sim: 283 respondentes (62%).**
- **Não saberia informar:** 67 respondentes (14%).
- **Não, gostaria que o percentual fosse maior:** 63 respondentes (14%).
- **Não, gostaria que o percentual fosse menor:** 45 respondentes (10%).

**Análise:** Em relação à adequação dos percentuais da Meta 7, a maioria dos respondentes (62%) considera que o percentual proposto está adequado, isso indica uma aceitação geral do percentual definido, com um desejo minoritário, mas presente, de maior ambição na meta.

Gráfico 18 – Adequação dos Percentuais da Meta 7



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

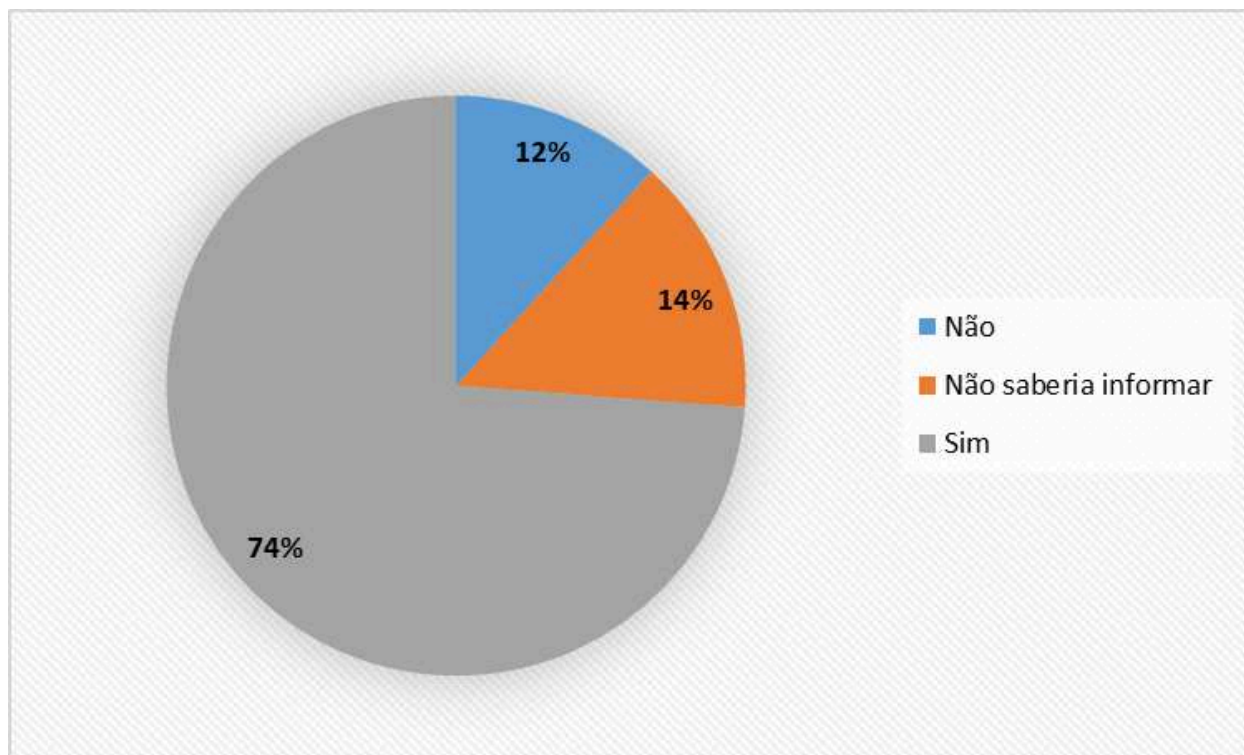
### 3.19. Expansão da Meta 7 para abranger crimes de racismo, injúria racial e crimes de ódio

Questionou-se se a Meta 7 deveria abranger crimes de racismo, injúria racial e crimes de ódio.

- **Sim: 338 respondentes (74%).**
- **Não saberia informar:** 66 respondentes (14%).
- **Não:** 54 respondentes (12%).

**Análise:** Há um forte apoio à expansão do escopo da Meta 7 para incluir outros crimes relacionados à discriminação e ao ódio, demonstrando uma demanda por maior abrangência na proteção de direitos fundamentais.

Gráfico 19 – Expansão da Meta 7



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

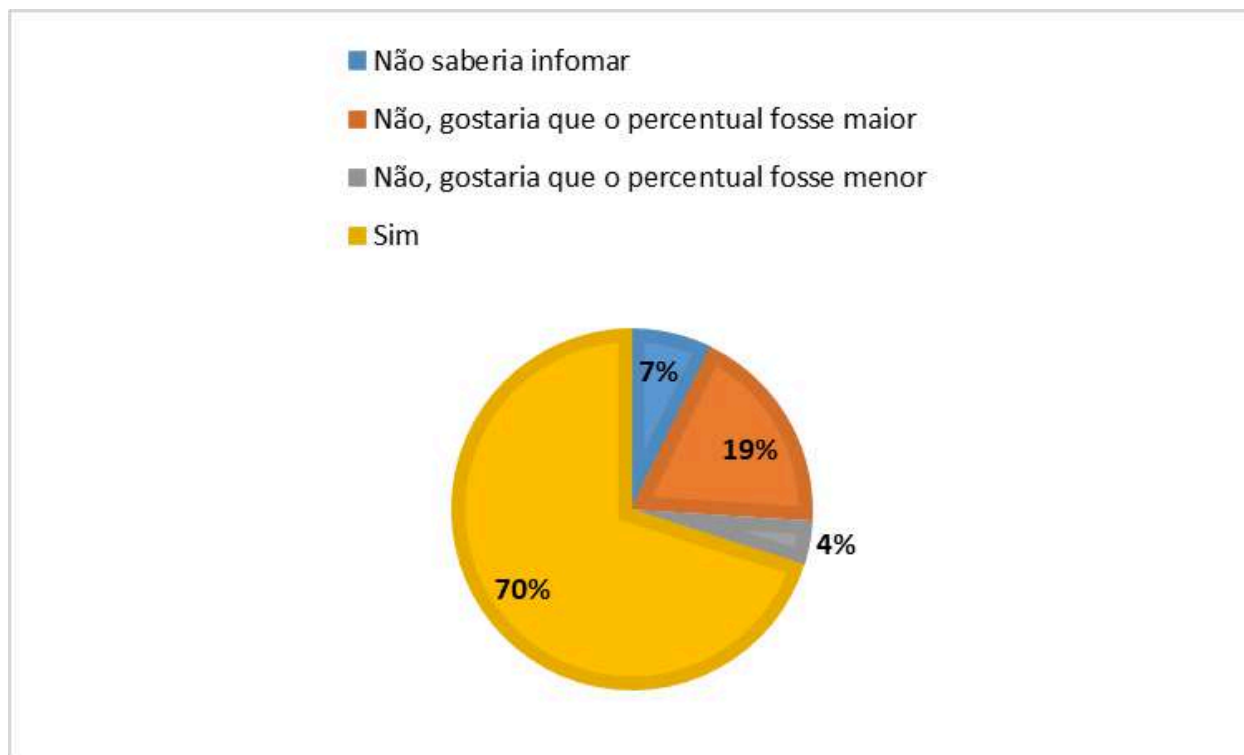
### 3.20. Adequação dos Percentuais da Meta 8 (Macrodesafio "AGILIDADE E PRODUTIVIDADE")

A Meta 8 estabelece percentuais para identificar e julgar casos de feminicídio e violência doméstica.

- **Sim: 321 respondentes (70%).**
- **Não, gostaria que o percentual fosse maior: 86 respondentes (19%).**
- **Não saberia informar: 33 respondentes (7%).**
- **Não, gostaria que o percentual fosse menor: 18 respondentes (4%).**

**Análise:** Uma grande maioria considera os percentuais adequados, mas quase um quinto dos respondentes desejaria metas mais ambiciosas no combate à violência contra a mulher.

Gráfico 20 – Adequação dos Percentuais da Meta 8



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

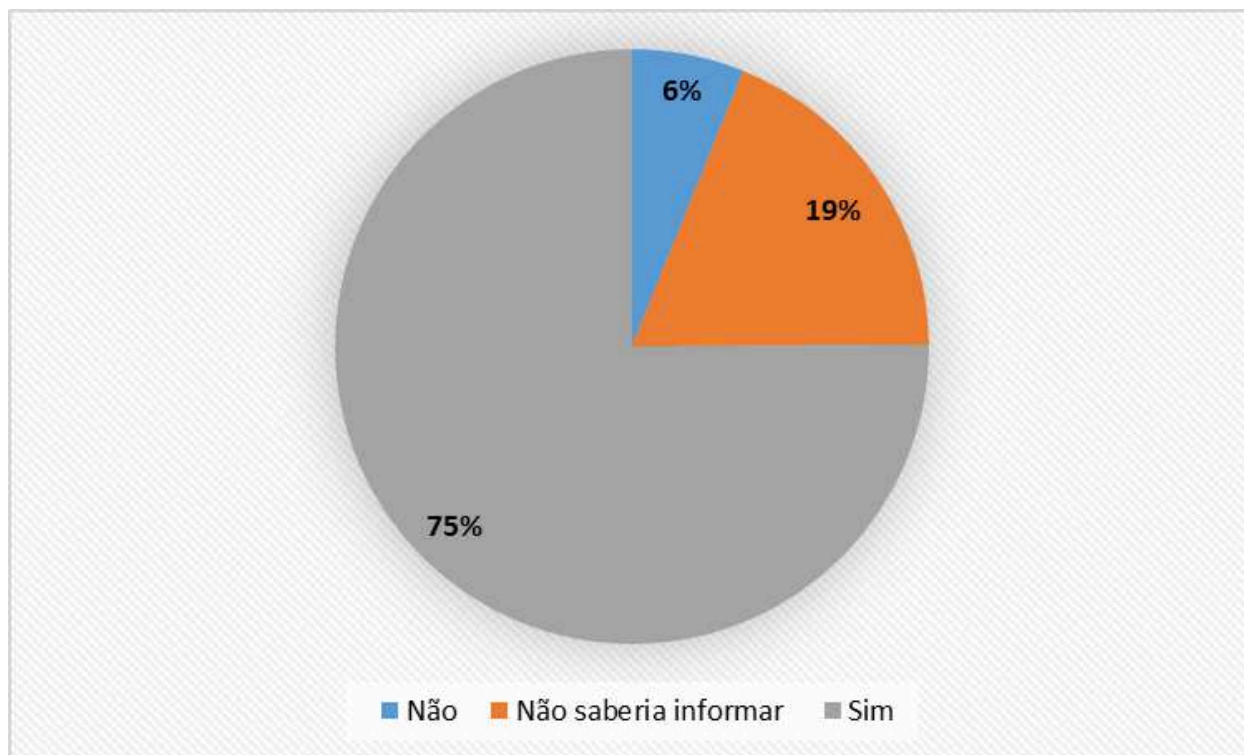
### 3.21. Adequação da Meta 9 (Macrodesafio "GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS")

A Meta 9 visa implantar um projeto do Laboratório de Inovação.

- **Sim: 344 respondentes (75%).**
- **Não saberia informar: 86 respondentes (19%).**
- **Não: 28 respondentes (6%).**

**Análise:** A meta de inovação é amplamente considerada apropriada, refletindo o reconhecimento da importância da modernização do Judiciário.

Gráfico 21 – Adequação da Meta 9



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

### 3.22. Adequação do Percentual da Meta 10 (Macrodesafio "AGILIDADE E PRODUTIVIDADE")

A Meta 10 propõe julgar 90% dos processos de Infância e Juventude.

- **Sim: 342 respondentes (75%).**
- **Não saberia informar: 50 respondentes (11%).**
- **Não, gostaria que o percentual fosse maior: 36 respondentes (8%).**
- **Não, gostaria que o percentual fosse menor: 30 respondentes (6%).**

**Análise:** A maioria considera o percentual adequado, com um apoio expressivo à meta para a Infância e Juventude.



Gráfico 22 – Adequação do Percentual da Meta 10



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

#### 4. Conclusão

A pesquisa revela uma percepção geral bastante **positiva** e de **alta relevância** em relação às Metas Nacionais do Poder Judiciário no âmbito do Estado do Acre. Há um **conhecimento razoável** sobre as metas entre os respondentes, predominando o nível intermediário e básico.

As metas relacionadas à **celeridade processual e ao julgamento de processos antigos (Meta 2)**, bem como o **enfrentamento à violência doméstica (Meta 8)**, são consistentemente percebidas como as mais relevantes e as mais desejadas para continuidade em 2026, com aprovação próxima de 100% em alguns quesitos. A capacidade das metas de **reduzir a impunidade (Meta 4)**, **melhorar a solução de conflitos (Meta 3)** e **promover a celeridade (Meta 5)** também é amplamente reconhecida.

Embora a maioria considere os percentuais das metas adequados, há um **desejo notável por mais ambição** em algumas áreas, como a conciliação (Meta 3), o combate à corrupção (Meta 4), a redução do congestionamento (Meta 5) e a violência doméstica (Meta 8). Isso sugere que os respondentes veem espaço para o Judiciário estabelecer alvos ainda mais desafiadores.

Um ponto de destaque é o **forte apoio à expansão da Meta 7** (direitos indígenas e quilombolas) para incluir crimes de racismo, injúria racial e crimes de ódio, o que indica uma sensibilidade social para a necessidade de abranger um espectro maior de proteção a grupos vulneráveis.

Em suma, o relatório demonstra que as Metas Nacionais do Poder Judiciário são vistas como **fundamentais para a melhoria da prestação jurisdicional**, com uma expectativa majoritária de que seu impacto esteja no nível esperado ou acima dele. As áreas de agilidade, combate à corrupção e proteção a grupos vulneráveis emergem como prioridades claras para a sociedade, e há um clamor por uma atuação judiciária cada vez mais eficiente e abrangente.

**Anexo IIA – Lista de Presença Audiência Pública Virtual Conjunta dos  
Tribunais de Justiça Estaduais da Região Norte**

Lista de Presença da Audiência Pública Virtual  
Tribunais de Justiça da Região Norte

Perfil	Nome	Email	Celular	Setor	Comarca
Sociedade	Itamara de oliveira Borges	oliveiraitamara703@gmail.com	556868992407416	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	FELIPE IDALGO ESTIGARRIBIA	felipe.idalgo@tjro.jus.br	996051108	Labin - Laboratório de Inovação	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	JULLYANA BARBOSA MORAIS	jullyana.morais@tjac.jus.br	5568981110143	GABAUDINT - Gabinete da Auditoria Interna	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	ana karoline leitao vale	ana.vale@tjrr.jus.br	5595981003168	GabSGE - Gabinete da SGE	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	INGRID NASCIMENTO DA FRANCA	ingrifranca@tjro.jus.br		Coesp - Coordenadoria de Estratégia e Projetos	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Michele Moreira Garcia	michele.garcia@tjrr.jus.br	5595991743121	RR - Roraima	Brasil
Servidor(a)	YURI VIDAL FELIX	yuri.v.felix@gmail.com	5568993174659	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Camila Camala Monteiro de Castro Souza	camilacamala@hotmail.com	5568992242492	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	LARISSA ZUIM MATARÉSIO	larissa.zuim@tjro.jus.br	69981000195	ASCOM - Assessoria de Comunicação	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	ARMANDO PINHEIRO SCARPONI	armando@tjro.jus.br	92071643	PVH5JECIVGAB - Gabinete do 5º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto	Porto Velho
Servidor(a)	VITÓRIA TOMAZ AZEVEDO GAMBARRA	vitoria.gambarra@tjro.jus.br	5569981634505	PVH5CIVGAB - Gabinete da 5ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO	Porto Velho
Servidor(a)	Luma do Nascimento Saldivar	luma.saldivar@tjrr.com	559595984072582	SEPE - Seção de Planos Estratégicos/CMGE/COPLAN	Tribunal de Justiça
Sociedade	Ingrid Amim Nascimento	grdamim@gmail.com	5568992351001	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	ALAN ISHIDA	alan.ishida@tjro.jus.br		DCP - Divisão de Correição Permanente	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Jonathas-Augusto Apolônio Gonçalves Vieira	jonathasapolonio@hotmail.com	5595981115343	RR - Roraima	Brasil
Servidor(a)	Larissa Oaskes Bastos Vieira	lara.gdt@gmail.com	5568999295263	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Rodrigo de Oliveira da Silva	rodrigo.dasilva@tjac.jus.br	5569993453197	AC - Acre	Brasil
Sociedade	MATHEUS IBSEN MODESTO DE SALES	matheus16071990@gmail.com	5568992389949	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	WESLEY CARVALHO GUIMARAES	wesleyguimaraes421@gmail.com	5568999479674	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	LUMA DAMON DE OLIVEIRA MELO	luma.damon@tjro.jus.br	556969992742126	CMI - Coordenadoria de Modernização Institucional	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	INAIZA MEDEIROS VASCONCELOS DE ARAÚJO	inaizav@gmail.com	5584991258453	2ª Câmara Criminal	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	MANOEL MARTINS DA SILVA NETO	manoel.neto@tjrr.jus.br	5595991219627	AJSA - Assessoria Jurídica	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	MARLO HENRIQUE NUNES COELHO	marlo.henrique@tjro.jus.br		0 Seforc - Seção de Formalização de Contratos e Convênios	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	PABLO JAVAN SILVA DANTAS	pablo.dantas@tjro.jus.br	5569699934449	PVH7CIVGAB - Gabinete da 7ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO	Porto Velho
Servidor(a)	GABRIELA LEAL GOMES	gabriela.gomes@tjrr.jus.br		RR - Roraima	Brasil
Servidor(a)	DÉBORA HONORATO DE SOUZA ALVES	debora.honorato@tjro.jus.br	5569999999999	NAGES - Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Gestão Socioambiental	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	GABRIELA PANTOJA DA SILVA	gabrielapantoja@tjro.jus.br	69992315771	GABDES-JTF - Gabinete do Desembargador José Torres Ferreira	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Leticia Medeiros de Araujo	leticiamedeiros.arq@gmail.com	5568992020908	AC - Acre	Brasil
Sociedade	Luana Nunes	nluna983@gmail.com	5595991348721	SECSEN-INT - Seção de Controle dos Serv. Notariais e de Registros do	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	HELON MENDES DE SANTANA	helonsantana@tjro.jus.br	069 981103686	DCP - Divisão de Correição Permanente	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Cristiane Alvarenga Oliveira	cristianealvarengaoliveira@gmail.com	556879999917785	DJA - Departamento Judiciário Administrativo/SCGJ	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	FRANCISCOS CARLOS DA COSTA FILHA	francisco.carlos@tjrr.jus.br	5595981156977	RR - Roraima	Brasil
Servidor(a)	RAYANNE ROCHA DE ARAUJO	rayannerocha14@gmail.com	5568999355218	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	LARISSA SILVA STEDILE	larissa.stedile@tjro.jus.br	5569999023357	NUAP - Núcleo de Apoio Das Unidades do 1º Grau	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Thiago Bessa Ramos	bessathiago00@gmail.com	559595991372683	Asplan - Assessoria de Planejamento e Projetos	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	LINDA INÊS DA SILVA DANTAS	linda.dantas@tjro.jus.br		PVH7CIVGAB - Gabinete da 7ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO	Porto Velho
Servidor(a)	FERNANDA KATHLEEN DE OLIVEIRA VICENTE	fernanda.vicente@tjro.jus.br	69992262451	SFGVUNGAB - Gabinete da Vara Única da Comarca de São Francisco do	São Francisco do Gue
Servidor(a)	ANA MARINA COELHO FELICIO DA SILVA	anamarina.cfs@gmail.com	5568992442333	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Iago Kaic	iago.fidelis@tjrr.jus.br	5595984052000	GabSGE - Gabinete da SGE	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Carlos Emilio Silva Ferreira	carlos.ferreira@tjro.jus.br	69993632578	PVH1JECIVGAB - Gabinete do 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Porto	Porto Velho
Servidor(a)	RAIARA OLIVEIRA BORGES SALGADO	raicara.borges@tjro.jus.br	55700000000000000	PVH7CIVGAB - Gabinete da 7ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO	Porto Velho
Servidor(a)	Hilary Barbosa Morais da Costa Sanchez	hilary.costa@tjac.jus.br	5568999114724	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Suely Brito de Aragão Vieira	suelybritto2@gmail.com	556868992187320	RO - Porto Velho	Região 001
Servidor(a)	Thaís da Costa Bezerra	thays.costa.tc45@gmail.com	556968992537384	DIPES - Divisão de Pessoal	Tribunal de Justiça
Sociedade	ROBERTO PAES DE FARIAS JÚNIOR	robertop.fariasj@gmail.com		PVH5CIVGAB - Gabinete da 5ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO	Porto Velho
Servidor(a)	Marcos dos Santos Pereira	marcos-pereira.10@hotmail.com	5568999573183	AC - Acre	Brasil
Sociedade	Damaris Rodrigues da Silva	damarisrodrigues33@gmail.com	559593991579507	6ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho	Porto Velho
Servidor(a)	ANDREY OLIVEIRA LIMA	andrey.lima@tjro.jus.br	5569999999999	PVH7CIVGAB - Gabinete da 7ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO	Porto Velho
Servidor(a)	Maria Eduarda Lima Rodrigues	maria.lima@tjrr.jus.br	559595991214287	GabSGE - Gabinete da SGE	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Matheus Fernandes de Sousa	fertheus47@gmail.com	5595991440137	RR - Roraima	Brasil
Servidor(a)	Maria Gabriella Figueiredo Vieira	maria.vieira@tjpa.jus.br	5591986094156	PA - Pará	Brasil
Servidor(a)	Nicolly Oliveira Fé em Deus	nicolly.deus@tjac.com.br	5568984164006	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Evaldo de Menezes Tacho Júnior	evaldo.junior@tre-to.jus.br	5563985023910	TO - Tocantins	Brasil
Servidor(a)	LUCAS DANIEL GOMES DOS SANTOS	lucasdsantos13@gmail.com	5596984128206	Seec - Seção de Engenharia Civil	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	CÍNTIA DE OLIVEIRA FERNANDES	cintiacaaje@tjro.jus.br	5569999713500	PVH7CIVGAB - Gabinete da 7ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO	Porto Velho
Sociedade	CAMYILLE ALMEIDA NOGUEIRA	camylle.nogueira@tjro.jus.br		PVH7CIVGAB - Gabinete da 7ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO	Porto Velho
Servidor(a)	Francisco Alexandre Lima	francisco.alima@tjpa.jus.br	5586981385758	PA - Pará	Brasil
Servidor(a)	Barbara Otsuka Iwai	barbara.iwai@tjac.jus.br	5568999133704	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	MAIRON COMPAGNON MARIANO	compagnon.mm@gmail.com	559595991582308	ASCOM - Assessoria de Comunicação	Tribunal de Justiça
Sociedade	sarah pedreira sena	sahpsenna@gmail.com	5569999262650	GABDES-AM - Gabinete do Desembargador Alexandre Miguel	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Emily da Silva Soares	emily.silva@tjrr.jus.br	5595991402025	ASCOM - Assessoria de Comunicação	Tribunal de Justiça

Lista de Presença da Audiência Pública Virtual  
Tribunais de Justiça da Região Norte

Sociedade	Ana Paula M. da Costa	anapaulaadm07@gmail.com	559191992224601	RR - Roraima	Brasil
Servidor(a)	Samela Fernanda Sena Alves	senaalvessfernanda@gmail.com	5595984032338	GABPRE - Gabinete da Presidência	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	MARIANA DA SILVA	marianasilva@tjro.jus.br		GGOV - Gabinete de Governança	Tribunal de Justiça
Outros	Maria Ester Da Silva Braga	mariaester@tjro.jus.br	69993365267	RO - Porto Velho	Procuradoria-Geral dc
Sociedade	Maria Eduarda Souza de Oliveira	esouzasoriano2004@gmail.com	5568999288960	AC - Acre	Brasil
Sociedade	KAYLANE SOUZA RODRIGUES	kaylanesousa706@gmail.com	559595991834104	DDS - Departamento de Desenvolvimento de Carreiras e Saúde/SGP	Tribunal de Justiça
Sociedade	MARCELA SILVA DA ROCHA	marcela.rocha@tjro.jus.br	5569981084457	PVHADM - Administração do Fórum da Comarca de Porto Velho	Porto Velho
Sociedade	ANA CAROLINA PORTELA BENARROS	ana.benarros@tjro.jus.br	5569993819489	CMI - Coordenadoria de Modernização Institucional	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Vitória Durans Ribeiro	vitoria.ribeiro@tjrr.jus.br	559595991365216	RR - Roraima	Brasil
Servidor(a)	MARLENE SOFIA DA SILVA NASCIMENTO	marlenesofia@tjro.jus.br	5569992846297	GABDESJROB - Gabinete do Desembargador José Antonio Robles	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	DEYVID JÚNIOR CREMASCO	deyvid@tjro.jus.br	6992486221	TR1-GAB2 - Gabinete 2 da 1ª Turma Recursal	Porto Velho
Sociedade	MICAELLY ANDREA GOMES FAGUNDES	micaellyvulcana@gmail.com	5568992519469	SOF - Secretaria de Orçamento e Finanças	Tribunal de Justiça
Sociedade	TAMIRIS ELIZABETE DE JESUS	tamiris.jesus@tjro.jus.br		EDONI - Núcleo de Informática da Comarca de Espigão do Oeste/RO	Espigão d'Oeste
Servidor(a)	Darllanne Cristina dos Santos Ferreira Tacho	darllanne.cristina@tjto.jus.br	5563981239544	TO - Tocantins	Brasil
Sociedade	Ágatha Oliveira da Silva	agathasyva1@gmail.com	5568992439012	AC - Acre	Brasil
Outros	Tania Maria Fernandes de Carvalho	taniacarvalho.adv@hotmail.com	5568999857791	AC - Acre	OAB
Servidor(a)	ANDREA DA SILVA BARBIRATO	andrea.barbিরato@tjro.jus.br		Dicomap - Divisão de Contratação e Manutenção Patrimonial	Tribunal de Justiça
Juiz(a)	Alaide Maria de Paula	juiza.alaide@tjap.jus.br	(96)99126-5220	AP - Amapá	Brasil
Servidor(a)	João Ornato Benigno Brito	joao.ornato@tjto.jus.br	5563992034064	Dejad - Departamento Judiciário Administrativo/SCGJ	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Isabela Pagani Heringer de Miranda	isabela.miranda@tjpa.jus.br	5595984035742	DIEST - Divisão de Estatística	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	silvania aparecida do nascimento	silvania.nascimento@tjrr.jus.br	5595988033461	AJSA - Assessoria Jurídica da Secretaria Administrativa	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	ALBERTO NEY VIEIRA SILVA	albertoneyvieira@tjro.jus.br	981228854	GABSOF - Gabinete da Secretaria de Orçamento e Finanças	Tribunal de Justiça
Sociedade	Marcelo Luiz da Silva de Lima	marcelo.contatos1@gmail.com	5595984065704	PA - Pará	Brasil
Servidor(a)	ADILSON RODRIGUES MARTIM	arm@tjro.jus.br	999551966	Coesp - Coordenadoria de Estratégia e Projetos	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	IRLENE PAULA DE OLIVEIRA	irlene@tjro.jus.br		CPE1G - Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau	Porto Velho
Servidor(a)	Carlson uchôa Pinto	carlson.uchoa@tjap.jus.br	5596988126515	SEPLAN - Seção de Planejamento e Orçamento	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	SHEILA SILVA DO NASCIMENTO	sheilatoc@gmail.com	5563984155459	ADMANexo - Administração do Anexo Administrativo	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	samya ester da silveira gouveia assis	samyaassis@hotmail.com	5568999531118	SEGOR - Seção de Gestão Orçamentária/CPO/COPLAN	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	MARIO LUIS SANTOS DA SILVA	marioluis.s@bol.com.br	5568992058474	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	HERMENEGILDO ATAIDE D AVILA	hermenedavila@gmail.com	559595981136584	ADMANexo - Administração do Anexo Administrativo	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	NADIR MARIANO VIEIRA	nadirvieira@tjro.jus.br	8451-4350	NURETEC - Núcleo de Revisão e Técnica Normativa	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Maria Neide de Paiva Oliveira	maria.paiva@tjac.jus.br	556968999113940	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Maria Lúcia Rodrigues Gabriel	luciaagabriel@gmail.com	5568999846758	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Valcild Bezerra de Amorim	vall.amorim@gmail.com	5569999999999	DJA - Departamento Judiciário Administrativo/SCGJ	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	mauricilia rodrigues de souza	mauricilia.souza@tjac.jus.br	556868999383608	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Janaine Voltolini de Oliveira	janaine@tjrr.jus.br	5595991123651	RR - Roraima	Brasil
Servidor(a)	João de Souza Trajano	joao.traiano@tjap.jus.br	559696991132545	1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena	Vilhena
Servidor(a)	Márcio Jaime dos Passos Pereira	marcio.pereira@tjac.jus.br	5596981111082	Asplan - Assessoria de Planejamento e Projetos	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Aldair Ribeiro dos Santos	aldair@tjrr.jus.br	5595999641934	RR - Roraima	Brasil
Servidor(a)	MARIA GORETH DE AMORIM	maria.goreth@tjac.jus.br	556868992836370	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Maria Gerliane Moura Costa	gerliane.moura@tjac.jus.br	556968999859169	RO - Porto Velho	Região 001
Servidor(a)	Sulamita Barreto Pereira	sulamita.barreto.pereira@gmail.com	556868999759334	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Gilson do Carmo Castelo dos Reis	gilson.reis@tjpa.jus.br	559191984205650	DJA - Departamento Judiciário Administrativo/SCGJ	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Roberto Saft Panaroni	roberto.panaroni@tjap.jus.br	5596984156141	AP - Amapá	Brasil
Servidor(a)	Frank Cesar Busatto	frank.busatto@tre-ro.jus.br	5569999022457	RO - Porto Velho	Região 001
Servidor(a)	Ana Lucia Cunha e Silva	anaacre77@gmail.com	5568999882812	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Jairo Laurenio Enes da Silva	jairoenes@gmail.com	5568999735966	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	RENAN DE OLIVEIRA SANTOS	renan@tjro.jus.br	992115069	NUPROC - Núcleo de Processamento da Contratação na Fase Externa	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Mary Léia França Rodrigues	maryrodrigues275@hotmail.com	556868981008955	RO - Porto Velho	Região 001
Servidor(a)	Gerlane Garcia da Silva	gerlant.garcia@tjac.jus.br	5568999061461	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	carlos cley moura de araujo	carlos.cleyudvtj@hotmail.com	5568999119021	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Auriene Cardozo cunha	auriene.cardozo@tjac.jus.br	556868992098011	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Rosana Gláucia Silva da Rocha	rosana.rocha@tjac.jus.br	5568981112095	RO - Porto Velho	Região 001
Servidor(a)	Silvia Cristina Bezerra da Silva Pereira	silvia.cristine@tjac.jus.br	556869999710848	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Ires Saraiva	ires.saraiva@tjac.jus.br	556868999637394	GabDir - Gabinete da Diretoria	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	DULCE OLIVEIRA TEODORO GARCIA	dulce.garcia@tjac.jus.br	5568999180104	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	LÚCIO ALEXANDRE ROSAS CAVALCANTE	lucio.cavalcante@tjac.jus.br	5568999131391	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	KLEBER BEZERRA PINHEIRO	kleber.pinheiro@tjac.jus.br	5568999797838	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	JOSEANE ANTONIA DA SILVA ANDRADE PACHECO	joseanepacheco15@hotmail.com	5568999711581	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Alencar Gomes dos Santos	alencarnic36@gmail.com	5568999754445	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Kelsilene Silva da Rocha	kelsilene.rocha@tjpa.jus.br	5591992682090	PA - Pará	Brasil
Servidor(a)	João Victor Zuanazzi Leme	jvleme@msn.com	5516999621258	PA - Pará	Brasil
Servidor(a)	Kátia de Queiroz Almeida	katiadequeirozalmeida@gmail.com	5568992236509	AC - Acre	Brasil

Lista de Presença da Audiência Pública Virtual  
Tribunais de Justiça da Região Norte

Servidor(a)	Marineide Silva do Nascimento	marineide.silva@tjac.jus.br	556868992054698 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	MARILZA BARBOSA DA SILVA	marilza.acre@gmail.com	556868999735158 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	GALDINO RODRIGUES NETO	galdino.neto@tjpa.jus.br	559393991358592 PA - Pará	Brasil
Servidor(a)	Ruth Ávila da Silva	ruthavila70@hotmail.com	556868999902163 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	AUCILENE ALVARENGA DE SOUZA	aalvarengas_3@yahoo.com.br	556868999367985 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	SIDNEY SANTANA DA SILVA	sidney@tjro.jus.br	84096409 EDONI - Núcleo de Informática da Comarca de Espigão do Oeste/RO	Espigão d'Oeste
Servidor(a)	JUCIANA RIBEIRO DE BRITO	juciana@tjro.jus.br	92310012 CCOM - Coordenadoria de Comunicação Institucional	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	MARIA DE JESUS CARDOSO GONÇALVES	mjcardoso@tjro.jus.br	92483081 CPE1G - Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau	Porto Velho
Servidor(a)	CRISTIAN EUNIDES MAR	cristian@tjro.jus.br	Seforc - Seção de Formalização de Contratos e Convênios/DCC/SA	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	NÚBIA LOPES SOARES SUSSUARANA	nubiasoares@tjro.jus.br	5569993856434 NAGES - Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Gestão Socioambiental	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	MÁRCIA DUARTE DA SILVA	marcia@tjro.jus.br	992644800 GGOV - Gabinete de Governança	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Núbia Nunes da Silva	nubia.silva@tjac.jus.br	5568999413070 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Maria Betania Araujo da Silva Rocha	betania@outlook.com	5568999411774 SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Nadjanayra Neri de Moura	nadjanaryaneri@gmail.com	5568999909680 Dejad - Departamento Judiciário Administrativo/SCGJ	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Francisco Lima de Oliveira	franciscoacre1@hotmail.com	556968999556536 DJA - Departamento Judiciário Administrativo/SCGJ	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Weliton José da Silva Ribeiro	weliton.ribeiro@tjac.jus.br	5568999684980 AC - Acre	Brasil
Outros	RAIMUNDO NONATO DA SILVA RODRIGUES	natinho.ryan@hotmail.com	556868999779804 AC - Acre	OAB
Servidor(a)	Vladimir Maciel da Silva	vladimir.silva@tjac.jus.br	556868999392235 AC - Acre	Brasil
Sociedade	Hana Yusif Awni El Shawwa	hana.yusif@tjac.jus.br	5568999712508 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Cibele Nunes Ferraz Schroeder	beleferraz@gmail.com	5568999420384 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Patricia Lopes de Almeida	patricia.lopes@tjac.jus.br	556868999786664 Dejad - Departamento Judiciário Administrativo/SCGJ	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	CARMEN ELISABETE MEURER	carmen.meurer@tjpa.jus.br	5593991944658 PA - Pará	Brasil
Servidor(a)	Geralda Francisca da Silva	geralda.silva@tjap.jus.br	5591982363688 AsplanSA - Assessoria de Planejamento	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	GEANE DE NORONHA SILVA	geanenoronha983@gmail.com	556968999960760 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Gilcineide Ribeiro Batista	gilcineide.ribeiro@tjac.jus.br	5568999913512 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	ELIEQUIM GONÇALVES	eliequim@tjro.jus.br	984007706 NUCOMED-CO - Núcleo de Conciliação e Mediação da Comarca de Costa	Costa Marques
Servidor(a)	Helena Maria de Paula Santana	helena.maria@tjto.jus.br	5563981326888 TO - Tocantins	Brasil
Servidor(a)	ANA SHIRLEY DOS SANTOS SOARES	ana.shirley@tjac.jus.br	5568999963768 AC - Acre	Brasil
Outros	Giuliana Evangelista de Araújo Souza	giulianaevangelista@gmail.com	999853147 AC - Acre	Advocacia Geral da U
Servidor(a)	Rosa Neuma Bezerra Gomes	rosa.gomes@tjpa.jus.br	5591984048402 PA - Pará	Brasil
Servidor(a)	CLAITON VENDRAMETTO	claitonvendrametto@tjro.jus.br	84096924 CACCAC - Central de Atendimento da Comarca de Cacoal	Cacoal
Servidor(a)	lailton alves bianchi costa	lailton.costa@tjto.jus.br	5563999736494 GABPRE - Gabinete da Presidência	Tribunal de Justiça
Sociedade	Paulo José Ribeiro da Silva	pauloapurina@live.com	5592991191901 AM - Amazonas	Brasil
Servidor(a)	Edgar do Nascimento Castelo	edgar.castelo@tjap.jus.br	5596981219606 AP - Amapá	Brasil
Sociedade	Erika Fernanda dos Santos Chaves Sena	erika.chaves@tjac.jus.br	5568992231323 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	RAUL FERNANDES SILVERIO JUNIOR	jr_luar@yahoo.com.br	5568999793389 Audint - Auditoria Interna	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Ivo wiciuk Junior	wiciuk@hotmail.com	5568999617000 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Libni da Silva Barbosa	libni.barbosa@tjac.jus.br	5568999328180 CIJ - Coordenadoria da Infância e Juventude/CGJ/TJRO	Porto Velho
Servidor(a)	Tatiene dos Reis Ferreira Gonçalves Quintã	tatirf.rr@gmail.com	559591312082 DJA - Departamento Judiciário Administrativo/SCGJ	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	JAQUELINE BARBOSA JERONIMO	jaqueline.jeronimo@tjac.ju.br	5568999991612 ADMSede - Administração do Edifício-Sede	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Sandra Marcia Shicovski dos Santos Bento	sandra.shicovski@tjac.jus.br	556868981198618 Dejad - Departamento Judiciário Administrativo/SCGJ	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	ANDRÉ BOLANHO MOTA SANTANA	andre.mota@tjro.jus.br	92071777 Coesp - Coordenadoria de Estratégia e Projetos	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Emerson Diego Lourenco	emerson1910@gmail.com	559595991299610 DGB - Divisão de Gestão de Bens	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Priscila Alves da Silva	priscila.alves.06.02@gmail.com	556868992410883 Cejusc-CAC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da	Cacoal
Servidor(a)	MIRNA SAUER	mirna.sauer@tjac.jus.br	5568992054305 SA - Secretaria Administrativa	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	ANTONIA ROSANGELA SERRA	rosangelafundhacre@gmail.com	5568984192496 AC - Acre	Brasil
Juiz(a)	VALDIRENE ALVES DA FONSECA CLEMENTELE	valdirene@tjro.jus.br	984581109 Comarca de Porto Velho/RO	Porto Velho
Servidor(a)	Edson dos Santos Souza	edson@tjrr.jus.br	559595981113150 RR - Roraima	Brasil
Servidor(a)	Thays de Souza e Souza	souzathays1977@gmail.com	5568984156850 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Emanuelle Deneuwe Laurentino de Oliveira	dene.ac@hotmail.com	5568996084698 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	EDINALDO HONORATO CÂNDIDO	edinaldo@tjro.jus.br	992091364 Audiges - Auditoria de Gestão	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	LUISTELA SARAIVA DE LUCENA	luana_sol@yahoo.com.br	559292991200946 AM - Amazonas	Brasil
Servidor(a)	Eliezio Silveira Dias	eliezio2005@gmail.com	5568999957077 DJA - Departamento Judiciário Administrativo/SCGJ	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Rejanea Moura de Brito Souza	rejanea.brito@gmail.com	5568999788817 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	ROGERIO DOS SANTOS NASCIMENTO	rogerio.direito23@gmail.com	5568999175441 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	CRISTIANO CORRÊA DE PAULA	cristianopaula@tjro.jus.br	984080519 CSPS1G - Coordenadoria do Serviço Psicossocial do 1º Grau	Porto Velho
Servidor(a)	Silvanei Camilo de Freitas	camilo.silvanei@gmail.com	5568992388770 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Tarsira Fonseca Rodrigues	tarsira@gmail.com	559595984074747 ASCOM - Assessoria de Comunicação	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	FRANCISCA CRISTIANA SARAIVA DA SILVA	cristianasaraivaczs@gmail.com	556868999269967 SA - Secretaria Administrativa	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Sérgio Ferreira do Nascimento	nasciferreira21@gmail.com	5568999010324 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	JACIKLEY DA COSTA RIBEIRO	jacikley.adm@gmail.com	5568999916194 DJA - Departamento Judiciário Administrativo/SCGJ	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Nazaré Gonzaga Rodrigues	nazare.rodrigues@tjac.jus.br	5568992050501 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Silvia Schulze	silvia.schulze@tjrr.jus.br	5595981000358 RO - Porto Velho	Região 001

Lista de Presença da Audiência Pública Virtual  
Tribunais de Justiça da Região Norte

Servidor(a)	MARCIA CRISTINA DOS SANTOS SALAZAR CABRAL DA C	marciasalazar236@gmail.com	5568999254584	DIPES - Divisão de Pessoal	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	EVANDRO ARAUJO DE AQUINO	evandro.aquino@tjac.jus.br	5568996145995	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	JUSSARA VALENTE FERNANDES SECCO	jussara.secco@tjro.jus.br	84013902	NAGES - Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Gestão Socioambiental	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Luciana da Costa Souza	luciana.costa@tjpa.jus.br	5591991803394	DJA - Departamento Judiciário Administrativo/SCGJ	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Carpegiany Costa de Brito	carpegiany.brito@tjac.jus.br	5568992072227	Dejad - Departamento Judiciário Administrativo/SCGJ	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	NILDA SOUZA OLIVEIRA	nilda@tjro.jus.br	84244007	CMI - Coordenadoria de Modernização Institucional	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	FRANCO DOS SANTOS ARAUJO	franco.araujo@tjro.jus.br		GABDES-JTF - Gabinete do Desembargador José Torres Ferreira	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Alfredo Henrique Assunção de Andrade	alfredo.andrade@tjac.jus.br	556868999115639	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Karime Thaddeu Muhd	karimethaddeumuhd1970@gmail.com	556899936643	RO - Porto Velho	Região 001
Servidor(a)	VALÉRIA CRISTINA MORAIS DE OLIVEIRA	valeria.oliveira@tjac.jus.br	5568984210852	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	DANIELLA DE SOUZA E PEREIRA	dani@tjro.jus.br	84851321	CMI - Coordenadoria de Modernização Institucional	Tribunal de Justiça

Lista de Presença da Audiência Pública Virtual  
Tribunais de Justiça da Região Norte

Servidor(a)	AMANDA SENA	senamanda@gmail.com	5568999031372	1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho	Porto Velho
Servidor(a)	MANOEL RODRIGUES DE OLIVEIRA	m.rodrigues.o026@gmail.com	5568999386976	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	ELIANDRO VIANA DA SILVA	eliandro.silva@tjac.jus.br	5568992427872	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Joicilene da Costa Amorim	joicilene.amorim@tjac.jus.br	5568999870528	AC - Acre	Brasil
Sociedade	MARIA BENEDITA PINHEIRO DA SILVA	beneditapinheirotk@gmail.com	556868999657060	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	FRANCIZA VERÍSSIMO DE CARVALHO	franciza.carvalho@tjrr.jus.br	5595991127471	RR - Roraima	Brasil
Servidor(a)	WARLE CASTELO DA ROCHA	warle33castelo@gmail.com	5568984051829	AQS - Assessoria de Qualidade Em Serviços	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	MANOEL VITORINO DA SILVA	manoelsilva@tjro.jus.br		CMI - Coordenadoria de Modernização Institucional	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	MARCELO HENRIQUE MACIEL DE SOUZA	marcelo.maciell@tjro.jus.br		DCP - Divisão de Correição Permanente	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Danilo Pessoa da Silva	danilo.pessoa29@gmail.com	5569984691940	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Ellen Fabiana Gonçalves Chaves Farias	ellen.farias@tjac.jus.br	5568999727698	AC - Acre	Brasil
Sociedade	Lilian Lopes Sousa Baratella	lilianlopes81@hotmail.com	5568992559090	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Edison Vallerio dos Reis	edison.reis@tjac.jus.br	5568992416735	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Erika Horta	erika.horta@tjrr.jus.br	5595981126469	RR - Roraima	Brasil
Servidor(a)	Arthur Azevedo	arthur.azevedo@tjrr.jus.br	5595999676940	RR - Roraima	Brasil
Servidor(a)	DENISON SILVA NASCIMENTO	denison.nascimento@tjac.jus.br	5568999740759	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	SEBASTIÃO MOREIRA DA COSTA FILHO	sebastiao.filho@tjro.jus.br	69992526537	PVHJFAZGAB - Gabinete do Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Porto	Porto Velho
Servidor(a)	KIZZY PINTO MOREIRA	kizzy@tjro.jus.br		GABDES-OCO - Gabinete do Desembargador Osny Claro de Oliveira Junior	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	GISELLE MARIA DINIZ ANDRADE COSTA	giselle.diniz12@gmail.com	5568999993295	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Tânia Carvalho de Oliveira	tania.oliveira@tjac.jus.br	5568999232290	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Denilza Rodrigues de Alencar	dralencar1980@gmail.com	556968996096069	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	JUCELIO LIMA DE SOUZA	jucelio.souza@tjac.jus.br	556968999832697	DJA - Departamento Judiciário Administrativo/SCGJ	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	FRANCIRLEI DE AQUINO LIMA	francirlei.lima@tjac.jus.br	556868999899850	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Cristine Helena Rodrigues	cristine.rodrigues@tjrr.jus.br	5595981259660	RR - Roraima	Brasil
Servidor(a)	DELCIMARA DA COSTA CAMPOS	delcimaracampos.lira@gmail.com	5568992112231	AC - Acre	Brasil
Outros	Clicia Rodrigues da Silva	crsilva@mpac.mp.br	5568999718978	AC - Acre	Ministério Público
Servidor(a)	SAMIRA ALVIM DE SIQUEIRA	samiraalvim@tjro.jus.br		NAGES - Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Gestão Socioambiental	Tribunal de Justiça
Sociedade	Cristiane de Souza Gama	cristianegama_987@hotmail.com	559292982250172	AM - Amazonas	Brasil
Servidor(a)	Dayse Mourão Araújo Ramalho	mourao.dayse@gmail.com	556868992020766	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	IVANETE DE MESQUITA CORDEIRO	ivanete.cordeiro@tjac.jus.br	(68)9909-0361	RO - Porto Velho	Região 001
Servidor(a)	RAFAEL DE ALMEIDA COSTA	rafael.costa@tjrr.jus.br	5595981162416	Audint - Auditoria Interna	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	NADYA MACHADO BARBOSA	nadya@tjro.jus.br	81601759	Sebio - Seção Biopsicossocial	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	jessica de bosí e araujo	jessica.bosi@tjpa.jus.br	5591991955053	PA - Pará	Brasil
Servidor(a)	Rodrigo Roesler	rodrigo.roesler@tjac.jus.br	5568981123713	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	ALINE MOREIRA TRINDADE	aline.trindade@tjrr.jus.br	5595991384858	CGE - Coordenadoria de Gestão Estratégica	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Amanda Cristina Batista de Aquino	amanda.aquino@tjac.jus.br	5568992572772	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	NATALIA CARINE DE SOUZA GONÇALVES	nataliacarine@tjro.jus.br	84224686	CPE1G - Central de Processos Eletrônicos do 1º Grau	Porto Velho
Servidor(a)	Paola Xaud Figueiredo	paola.figueiredo@tjrr.jus.br	5595991446987	Corregedoria Geral da Justiça	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	CINTIA ARAUJO DO NASCIMENTO	cintia.nascimento@tjro.jus.br		ASSIMP - Assessoria de Imprensa	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Kelly Regina Lima de Lima	kelly.lima@tjpa.jus.br	5591984771111	DJA - Departamento Judiciário Administrativo/SCGJ	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	ANDRÉ DE ARAÚJO NEVES	andreneves@tjro.jus.br	5569992533433	SEPOP - Seção de Planejamento Orçamentário de Pessoal e Controles	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	JULIANO JUMA MAGALHÃES COSTA	julianojuma@tjro.jus.br	69999630129	GABSGP - Gabinete da Secretaria de Gestão de Pessoas	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	ADRIANA LUNARDI	adriana_lunardi@tjro.jus.br		DCC - Divisão de Contratos e Convênios	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Tiago Mendonça Lobo	tiago.lobo@tjrr.jus.br	559599981087667	Corregedoria Geral da Justiça	Tribunal de Justiça
Sociedade	Guslainy Silva Moura	guslainy@gmail.com	5568984266163	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	EVERLEY DE ARAÚJO SALES	everley22@gmail.com	5568981008438	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Caio Macedo Cavalcanti	caiomc@hotmail.com	556868999837620	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Fábio de Souza Adona Leite	fabio.adona@tjrr.jus.br	5595981124279	RR - Roraima	Brasil
Servidor(a)	Michael Sales Barroso Viana	michael.barroso@tjac.jus.br	556868992294178	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Moisés Rosa Pereira	instituto.sme@gmail.com	559292981315126	AM - Amazonas	Brasil
Servidor(a)	Francisco Willian Gonçalves de Souza	agente6528@gmail.com	55686899998935	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	PATRICIA XAVIER DO NASCIMENTO	patricia_xavier@hotmail.com	5568999980218	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Josué da Silva Santos	josue.silva@tjac.jus.br	5568689810997	RO - Porto Velho	Região 001
Servidor(a)	GABRIELA GOUVEIA CABRAL VIANA	gabriela.viana@tjro.jus.br	69993676793	ASSIMP - Assessoria de Imprensa	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	AGNES SOUZA DA ROSA	agnes.souza@tjto.jus.br	5563992441921	TO - Tocantins	Brasil
Servidor(a)	Mirian Rosa Pereira	mirian.diferente@gmail.com	559494991812131	PA - Pará	Brasil
Servidor(a)	RISOLETTA FRANCISCA CAMPAGNOLLI	rcampagnolli@gmail.com	5592992761910	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Charles Costa de Oliveira	charles.oliveira1@tjpa.jus.br	559132023205	ADMSede - Administração do Edifício-Sede	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Alex Fabiano da Silva Lopes	alex.lopes@tkac.br	5568992149752	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	GILDETE MARIA DE ALMEIDA FERREIRA	gildete@tjro.jus.br	992897100	ADOADM - Administração do Fórum da Comarca de Alvorada d'Oeste/RO	Alvorada d'Oeste
Servidor(a)	ELIANA JANONES DE PAULA	eliana.janones@tjro.jus.br	5569999237210	Seamp - Seção de Admissão e Movimentação de Pessoal	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	FELIPE PINHEIRO DOS SANTOS	felipesantos@tjro.jus.br	92898332	Coesp - Coordenadoria de Estratégia e Projetos	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Symara Luana de Sousa Mota	symara.mota@tjac.jus.br	5568992021066	DJA - Departamento Judiciário Administrativo/SCGJ	Tribunal de Justiça

Lista de Presença da Audiência Pública Virtual  
Tribunais de Justiça da Região Norte

Servidor(a)	Frederico Junior Pereira Evangelista	frederico.evangelista@tjrr.jus.br	5595991326389 Asplag - Assessoria de Planejamento e Gestão/SA	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Kárisse N. Blos Lago	kblos@tjrr.jus.br	559595981269158 GABSG - Gabinete da Secretaria Geral	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	CATIA MARIANA DE ALMEIDA COSTA PRESTES	catiamariana@tjro.jus.br	69 981320654 DIFOR - Divisão de Coordenação de Formação e Aperfeiçoamento	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Barbara Spies Campos	barbara.campos@tjrr.jus.br	5595981225333 RR - Roraima	Brasil
Servidor(a)	WANDERLEY DE OLIVEIRA SOUSA JÚNIOR	wanderleyjunior@tjro.jus.br	992356739 Audinfra - Auditoria de Infraestrutura	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Anny Karolline Geber Tussolini	anny.kbg@gmail.com	5568999864279 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Maricela de Oliveira Barroso	maricela.oliveira2013@gmail.com	5568999121598 1ª Vara Cível da Comarca de Colorado D'Oeste	Colorado do Oeste
Servidor(a)	SUERLEI GONDIM DUTRA	suerlei@tjro.jus.br	RO - Porto Velho	Região 001
Servidor(a)	Elaine Cristina Pereira da Silveira	elaine.silveira@tjac.jus.br	556868992262711 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	LUCIANA TIEMI DA SILVA DOURADO	lucianatieme@tjro.jus.br	(69)98466-0300 NUCEM-EDO - Núcleo da Central de Mandados da Comarca de Espigão	Espigão d'Oeste
Servidor(a)	Francisco Sérgio Silva Araújo	francisco.sergio@tjpa.jus.br	5591983367144 PA - Pará	Brasil
Servidor(a)	Daniel Francisco Costa do Nascimento	eng.danielfrcosta@gmail.com	5568984033868 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Veruska Anny Souza Lobo	veve_anny@hotmail.com	559595991224966 CGE - Coordenadoria de Gestão Estratégica	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Taciana Cardoso	taciana.cardoso@tjpa.jus.br	5591984087997 PA - Pará	Brasil
Servidor(a)	Maria Vitória Franco Garcia	maria.garcia@tjrr.jus.br	5595991268937 GabSA - Gabinete da Secretaria Administrativa/SGE	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Pammela de Paula Santos	pammela.santos@tjac.jus.br	5568992238552 AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Fernanda da Silva Freire de Carvalho	fernanda.freire@tjac.jus.br	556868999711007 AC - Acre	Brasil

Lista de Presença da Audiência Pública Virtual  
Tribunais de Justiça da Região Norte

Servidor(a)	Valmir Medeiro Nogueira Salvador	valmir.medeiros@tjro.jus.br		SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	LAÍSE SOARES RAMOS DE MOURA	laise.moura@tjro.jus.br	69 984940991	RO - Cacoal	Região 006
Servidor(a)	JOSILANE DA SILVA MOTA	josilanemota@tjro.jus.br		RO - Porto Velho	Região 001
Servidor(a)	Beatriz Evangelista Pereira	beatriz.pereira@tjrr.jus.br	5595981218932	ASCOM - Assessoria de Comunicação	Tribunal de Justiça
Sociedade	Natacha Almeida	natacha.salomao@gmail.com	5568999426143	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Cláudia Vasconcelos Alexandrino de Brito	claudia.brito@tjac.jus.br	5568999990966	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Marcela Pereira de Arruda	marcela.arruda@tjrr.jus.br	5595991717634	GabSGE - Gabinete da SGE	Tribunal de Justiça
Sociedade	Josilene dos Santos Dias	1diasjosilene@gmail.com	5568992191861	AC - Acre	Brasil
Servidor(a)	Gizelly Caroline França Guimarães	gizellycaroline2013@gmail.com	5592981874092	SEPLAN - Seção de Planejamento e Orçamento	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	DIEGO SOUZA DA SILVA	diegosilva@tjro.jus.br	999991804	Cies - Centro de Custos, Informação e Estatística	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	ANA PAULA DE SOUZA	anapaulasouza@tjro.jus.br	992941357	GABDES-PKM - Gabinete do Desembargador Paulo Kiyochi Mori	Tribunal de Justiça
Servidor(a)	Anna Paula de Almeida Cavalcanti Ribeiro	annapaula.ribeiro@tjto.jus.br	5563992135382	TO - Tocantins	Brasil
Servidor(a)	Pâmela Roberta Rodrigues de Souza	pamela.rodrigues@tjro.jus.br		GGOV - Gabinete de Governança	Tribunal de Justiça
Outros	INSTITUTO SOCIAL MARIA ESPERANÇA				
Sociedade	Stephany				
Sociedade	VENÍCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA				
Servidor(a)	Renato Alves Gomes				
Servidor(a)	Ediberto Barbosa Lemos				
Servidor(a)	Laelho Barrozo da Silva				
Servidor(a)	Janaina Brito				
Sociedade	ITALO BRUNO CALDAS PAULO				
Servidor(a)	Rafaela Correa Barbosa				
Sociedade	João Pedro De Abreu Lima				
Servidor(a)	Karina de Amarante Cabral				
Servidor(a)	Marcia Rachel de Castro e Costa Rizzato				
Servidor(a)	Coord. de Comunicação - TJRO				
Servidor(a)	Gabinete de Governança				
Outros	Aureliano Dias				OAB
Sociedade	Alessandro Dos Santos Domont				
Sociedade	PAULA TATIANA DOS SANTOS LIMA				
Sociedade	Deyvid Duarte				
Servidor(a)	Coordenadoria de Estratégia e Projetos				
Sociedade	Bernadeth Farias				
Sociedade	Dirceu Félix				
Desembargador(a)	JAYME HENRIQUE FERREIRA				
Sociedade	Cristiane Gama				
Sociedade	ARIOSTENIS GUIMARÃES VIEIRA				
Juiz(a)	Jordan Jardim				
Sociedade	Aparecida lopes				
Servidor(a)	Érica Machado				
Sociedade	Ana Marina				
Juiz(a)	Barbara Marinho Nogueira				
Servidor(a)	MADSON SUSSUARANA MARTINS				
Sociedade	Elino Mendonça				
Sociedade	Marilândia Mendonça				
Desembargador(a)	Raduan Miguel Filho				
Sociedade	ALOISIO MIRANDA MENESCAL				
Servidor(a)	ADRIANA MORAES DE CARVALHO				
Servidor(a)	TAYANNY NEGRAO DE BRITO				
Sociedade	Nayane Nogueira				
Sociedade	Rodrigo Oliveira				
Sociedade	Amanda Paiva Oficial				
Sociedade	Vanusa Rodrigues				
Servidor(a)	SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATEGICA - SGE				
Sociedade	José Vicente Souza				
Sociedade	Manuela Souza				
Servidor(a)	Ccom Tjro				
Servidor(a)	ELTON MARIO VALE TAVARES				
Desembargador(a)	Maysa Vendramini Rosal				
Sociedade	Gisele Wutzke				
Sociedade	aderson				
Desembargador(a)	Luiz Gonzaga da Costa Neto				
Desembargador(a)	João Simões				

Lista de Presença da Audiência Pública Virtual  
Tribunais de Justiça da Região Norte

Desembargador(a)	Roberto Gonçalves de Moura
Desembargador(a)	Luiz Neto
Desembargador(a)	João de Jesus Abdala Simões
Juiz(a)	Elayne da Silva Ramos Cantuária
Juiz(a)	Giordane de Souza Dourado
Juiz(a)	Kátia Parente Sena
Juiz(a)	Lana Leitão Martins
Outros	Edilson dos Santos Oliveira Neto
Servidor(a)	Janaina Cristina Muniz Brito
Servidor(a)	Luciana Sá Fernandes
Servidor(a)	Rosemeire Moreira Ferreira
Servidor(a)	Thalita Fernanda Vasconcellos Galvez Fernandes

OAB/AM

**Anexo IIB – Ata de Deliberações da Audiência Pública Virtual Conjunta  
dos Tribunais de Justiça Estaduais da Região Norte**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Rua José Camacho, n.º 585 - Bairro Olaria - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br)  
- Criada conforme Resolução n. 100/2019-PR

## **ATA DE REUNIÃO Nº 550 / 2025 - COESPGGOV/GGOV/PRESI/TJRO**

### **Audiência Pública Virtual da Justiça Estadual da Região Norte**

**8 de Julho de 2025**

#### **1 Participantes**

Desembargador Jayme Henrique Ferreira - Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá;

Desembargador João de Jesus Abdala Simões - Desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas;

Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto - Vice - Presidente do Tribunal de Justiça do Pará;

Desembargadora Maysa Vendramini Rosal - Presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins;

Desembargador Raduan Miguel Filho - Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia;

Desembargador Roberto Gonçalves de Moura - Presidente do Tribunal de Justiça do Pará;

Juíza Bárbara Marinho Nogueira - Juíza de Cooperação do Tribunal de Justiça do Amazonas;

Juíza Elayne da Silva Ramos Cantuária - Juíza de Cooperação do Tribunal de Justiça do Amapá;

Juiz Giordane de Souza Dourado - Juiz Auxiliar da Presidência e Juiz de Cooperação do Tribunal de Justiça do Acre;

Juiz Jordan Jardim - Juiz de Cooperação do Tribunal de Justiça do Tocantins;

Juíza Kátia Parente Sena - Juíza de Cooperação do Tribunal de Justiça do Pará;

Juíza Lana Leitão Martins - Juíza Auxiliar da Presidência e Juíza de Cooperação do Tribunal de Justiça de Roraima;

Juíza Valdirene Alves da Fonseca Clemente - Juíza Auxiliar da Presidência e Juíza de Cooperação do Tribunal de Justiça de Rondônia;

Aderson;

Adilson Rodrigues Martim - Serviço Especial I - Coordenadoria de Estratégia e Projetos (Coesp);

Adriana Moraes de Carvalho - adri\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Alessandro dos Santos Domont - sant\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Aloisio Miranda Menescal - aloi\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Amanda Paiva Oficial - aman\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Ana Marina - anam\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

André Bolanho Mota Santana - Economista - Coordenadoria de Estratégia e Projetos (Coesp);

Anna Paula de Almeida Cavalcanti Ribeiro - anna\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Aparecida Lopes - bard\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Ariostenis Guimarães Vieira - ario\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Aureliano Dias - Vice-Presidente da Comissão de Processo Penal da OAB - adva\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Bernadeth Farias - bern\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Carlson Uchôa Pinto - carl\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Cristiane Alvarenga - cris\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Cristiane de Souza Gama - cris\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Deyvid Duarte - deyv\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Dirceu Félix - dirc\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Dulce Oliveira Teodoro Garcia - oliv\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Ediberto Barbosa Lemos - Administrador - Coordenadoria de Estratégia e Projetos (Coesp);

Edilson dos Santos Oliveira Neto - Presidente da Comissão de Processo Penal da OAB Amazonas - edil\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Elino Mendonça - elin\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Elton Mario Vale Tavares - elto\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Erica Machado - Secretária Chefe do Gabinete da Presidência - Gabinete da Presidência (GABPRE);

Felipe Pinheiro dos Santos - Coordenador - Coordenadoria de Estratégia e Projetos (Coesp);

Geralda Francisca da Silva - gera\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Gisele Wutzke - outr\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Ingrid Nascimento da Franca - Técnica Judiciária - Coordenadoria de Estratégia e Projetos (Coesp);

Italo Bruno Caldas Paulo - ital\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Janaina Cristina Muniz Brito - Coordenadora III - Cerimonial (CER);

João Ornato Benigno Brito - joao\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

João Pedro De Abreu Lima - joao\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

João de Souza Trajano - joao\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

José Vicente Souza - vice\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Josué Santos - josu\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Karina de Amarante Cabral - Técnica Judiciária - Centro de Custos, Informações e Estatística (Cies);

Laelho Barrozo da Silva - Coordenador II - Núcleo de Imagem Audiovisual (NIAV);

Luciana Sá Fernandes - Coordenadora de Gestão Estratégica - TJPA;

Luistela Saraiva - luis\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Luma do Nascimento Saldivar - luma\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Madson Sussurana Martins - Servidor - TJAP;

Manuela Souza - manu\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Márcia Duarte da Silva - Assistente Administrativo - Gabinete de Governança (GGOV);

Marcia Rachel de Castro e Costa Rizzato - Secretária de Planejamento - TJAM;

Marcio Jaime dos Passos Pereira - marc\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Marilândia Mendonça - mari\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Moisés Rosa Pereira - Instituto Social Maria Esperança;

Nayane Nogueira - naya\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Pâmela Roberta Rodrigues de Souza - Assistente Técnico I - Gabinete de Governança (GGOV);

Patrícia Lopes de Almeida - patc\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Paula Tatiana dos Santos Limas - paul\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Rafaela Correa Barbosa - rafa\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Renato Alves Gomes - Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos - TJTO;

Rodrigo Oliveira - rodr\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Rosana Glaucia Rocha - rosa\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Rosemeire Moreira Ferreira - Secretária Chefe - Gabinete de Governança (GGOV);

Sandra Shicovski Bento - sand\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Stephany - step\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Tayanny Negrão de Brito - taya\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Thalita Fernanda Vasconcellos Galvez Fernandes - Técnica Judiciária - Coordenadoria de Estratégia e Projetos (Coesp);

Vanusa Rodrigues - vanu\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Venício Almeida de Oliveira - veni\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Veruska Anny Souza Lobo - Secretária de Gestão Estratégica - TJRR;

Além de mais de 600 visualizações somente no canal do YouTube do TJRO.



**Audiência Pública Virtual da Justiça Estadual - das 9h às 11 horas, horário de Brasília**

TJ Rondônia  
13,1 mil inscritos

608 visualizações Transmitido ao vivo em 8 de jul. de 2025  
Registro de frequência



## 2 Objetivo da Audiência Pública Virtual

Acolher contribuições da sociedade e do sistema de justiça para a formulação das metas nacionais do Poder Judiciário para 2026.

### **3 Apresentação e Principais Pontos Debatidos**

A mestre de cerimônias do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Janaína Brito, iniciou a Audiência Pública Virtual da Justiça Estadual da Região Norte, dando as boas-vindas aos participantes. Ela ressaltou a presença de presidentes de Tribunais de Justiça e juizes auxiliares de diversos estados da Região Norte, além de agradecer o apoio da OAB Seccional Amazonas, da Defensoria Pública e do Ministério Público do Estado do Acre.

Em seguida, o Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Acre, Giordane de Souza Dourado, destacou a cooperação como elemento estrutural do Poder Judiciário e política pública do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), essencial para o crescimento institucional e o compartilhamento de inovações. Ele expressou satisfação em participar de um evento que promove o debate e a integração entre os tribunais da região, reafirmando o apoio do TJAC a iniciativas de cooperação.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá, Desembargador Jayme Henrique Ferreira, manifestou a honra em participar do compromisso com a governança participativa e a escuta qualificada. Ele enfatizou que as metas representam caminhos para compreender os desafios locais e incorporar contribuições diversas na construção das metas nacionais para 2026.

Na sequência, o Presidente do Tribunal de Justiça do Pará, Desembargador Roberto Gonçalves de Moura, sublinhou a importância de ouvir a sociedade e os representantes do sistema de justiça para aprimorar o trabalho e atender com eficiência e sensibilidade cada cidadão. A Presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, Desembargadora Maysa Vendramini Rosal, reafirmou o compromisso com uma gestão participativa, entendendo o diálogo com a população como o caminho para a excelência do serviço público. Por fim, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Desembargador Raduan Miguel Filho, classificou a audiência pública como uma iniciativa inédita e histórica, fruto do diálogo e da cooperação, defendendo que as metas nacionais do Poder Judiciário devem ser construídas com, para e pela sociedade.

#### Importância da Audiência Pública e Processo de Gestão Participativa

A Secretária de Planejamento do Tribunal de Justiça do Amazonas, Márcia Rachel de Castro e Costa Rizzato, utilizou um vídeo didático para explicar a importância da audiência pública e do processo de gestão participativa, previsto na [Resolução CNJ Nº 221/2016](#). O vídeo detalhou a audiência pública como um instrumento democrático fundamental na construção das políticas do Poder Judiciário, promovendo diálogo e participação ativa da sociedade na definição de prioridades. Foram também detalhadas as quatro etapas do processo participativo para a definição das metas: consulta pública nacional, audiências públicas regionais, sistematização das contribuições e deliberação final no encontro nacional do Poder Judiciário.

#### Apresentação das Metas Nacionais

A Juíza de Cooperação do Tribunal de Justiça do Amapá, Elayne da Silva Ramos Cantuária, apresentou a Meta Nacional 1, que visa julgar mais processos do que os distribuídos. Ela destacou que essa meta, inalterada desde 2009 (início do planejamento estratégico na justiça brasileira), é crucial para o judiciário da Região Amazônica devido a desafios estruturais e à dificuldade de acesso à justiça. O representante do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Desembargador João de Jesus Abdala Simões, reiterou a necessidade de o CNJ considerar as peculiaridades da Região Norte, incluindo populações indígenas, ribeirinhos e o grande fluxo migratório de estrangeiros, para que as metas nacionais atendam às necessidades locais.

A Coordenadora de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Pará, Luciana Sá Fernandes, apresentou a Meta Nacional 2, focada no julgamento dos processos mais antigos. Ela explicou que essa meta, criada em 2009, busca reduzir o estoque de processos pendentes de julgamento e que, em 2024, houve uma evolução para focar em processos de conhecimento pendentes há 15 anos ou mais. A proposta da Meta 2 é julgar, até 31/12/2026, pelo menos:

- 1º grau: 80% dos processos distribuídos até 31/12/2022;
- 2º grau: 90% dos processos distribuídos até 31/12/2023;
- Juizados Especiais e Turmas Recursais: 90% dos processos distribuídos até 31/12/2023;
- Processos de conhecimento pendentes de julgamento há 15 anos (2011) ou mais: 75%.

Também foram compartilhados os resultados de cumprimento da meta em 2024 e o andamento em 2025 para o primeiro grau, segundo grau e juizados especiais.

Segmento	2024	2025*
1º Grau	102,97%	100,54%
2º Grau	101,98%	100,82%
Juizados e Turmas	103,58%	95,03%

\*até 31/05/2025  
Fonte: Painel CNJ Justiça em Números

A Secretária de Planejamento do Tribunal de Justiça do Amazonas, Márcia Rachel de Castro e Costa Rizzato, abordou a Meta Nacional 3, que busca estimular a conciliação em 1 ponto percentual em relação ao ano anterior. Ela expressou preocupação com a dificuldade de manter o padrão de conciliação devido ao aumento de demandas predatórias, sugerindo que o CNJ considere a possibilidade de diminuir a cláusula de barreira de 17% ou o crescimento percentual anual.

A Juíza de Cooperação do Tribunal de Justiça do Amapá, Elayne da Silva Ramos Cantuária, apresentou a Meta Nacional 4, referente à priorização do julgamento de processos relacionados a crimes contra a administração pública, improbidade administrativa e ilícitos eleitorais. Ela enfatizou a importância de identificar e julgar:

- 65% dessas ações até 31/12/2026 para eficiência e eficácia do judiciário;
- 100% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2022, para demonstrar à população a missão do serviço público em todas as administrações.

O Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos do Tribunal de Justiça do Tocantins, Renato Alves Gomes, explicou a Meta Nacional 5, que visa reduzir a taxa de congestionamento líquida dos processos de conhecimento em 0,5

ponto percentual em relação a 2025, com cláusula de barreira na fase de conhecimento de 56%. Ele esclareceu que essa meta mede a eficiência do judiciário, indicando a proporção de processos pendentes de solução em relação ao total de casos tramitados no ano; quanto menor a taxa, melhor a situação do tribunal.

A Secretária de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça de Roraima, Veruska Anny Souza Lobo, apresentou a Meta Nacional 6, que propõe identificar e julgar 50% dos processos relacionados a ações ambientais distribuídos até 31/12/2025. Ela destacou que, com a separação das ações indígenas e quilombolas em uma meta própria, o percentual de priorização aumentou de 35% para 50%, elevando a dificuldade para os tribunais da Região Amazônica, que concentram a maioria desses processos.

A Coordenadora Luciana Sá Fernandes, do Tribunal de Justiça do Pará, apresentou a Meta Nacional 7, nova meta para 2025, focada no julgamento de processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e quilombolas. A meta propõe identificar e julgar 50% desses processos distribuídos até 31/12/2025. A coordenadora apresentou os resultados alcançados em 2024 e o andamento em 2025 para as comunidades indígenas e quilombolas, explicando que esta meta é um desdobramento da antiga Meta 10.

Foco	2024	2025*
Indígenas	235,29%	115,15%
Quilombolas	107,14%	55,56%

até 31/05/2025

Fonte: Painel CNJ Justiça em Números

O Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Acre, Giordane de Souza Dourado, apresentou as Metas 8 e 9. Ele destacou que a Meta 8, focada na identificação e julgamento de 75% dos casos de feminicídio e 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2023, visa combater a cultura de violência de gênero. Enfatizou também a necessidade de celeridade para evitar reincidência e encorajar denúncias. A Meta 9, por sua vez, objetiva construir uma cultura de inovação no Poder Judiciário, implantando, em 2025, um projeto de Laboratório de Inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e alinhamento à Agenda 2030 da ONU. O impacto social dessa meta é trazer resultados efetivos à sociedade e ao jurisdicionado, buscando soluções mais eficazes e de menor custo, além de promover a colaboração institucional entre tribunais.

A Secretária de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça de Roraima, Veruska Anny Souza Lobo, apresentou a Meta 10, que busca identificar e julgar, até 31/12/2026, no 1º e 2º grau, 90% dos processos em fase de conhecimento nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2025 nas respectivas instâncias. Ela explicou que essa meta visa assegurar os direitos das crianças e adolescentes, sendo uma meta de continuidade desde 2023, com sucesso na priorização desses casos. A padronização do percentual de julgamento para 90% em ambas as instâncias reflete a contínua promoção dos direitos desses grupos vulneráveis.

## Sugestões e Propostas dos Participantes

O Presidente da Comissão de Processo Penal da OAB Amazonas, Edilson dos Santos Oliveira Neto, dirigiu-se especificamente às Metas 8 e 9, sugerindo a transmissão das principais sessões do Tribunal do Júri envolvendo casos de feminicídio pelo YouTube, com a devida proteção do Conselho de Sentença. Ele enfatizou que essa medida ampliaria o alcance da atuação jurisdicional na Região Norte, desestimularia o crime e promoveria a inovação e a publicidade do trabalho do judiciário.

A cidadã Cristiane de Souza Gama propôs diversas melhorias nas metas:

- Meta 1: ampliação do uso de videoconferências, plantões de força-tarefa e centros de assessoramento com atenção especial às comarcas do interior.
- Meta 2: criação de salões judiciais temáticos, mutirões do tempo com foco em processos até 2021, priorizando causas que envolvam populações vulneráveis.
- Meta 3: promoção de campanhas públicas educativas sobre os benefícios da conciliação com apoio da Defensoria Pública, Ministério Público, conselhos comunitários e movimentos sociais.
- Meta 4: criação de núcleos especializados com juízes e servidores para processos específicos, com metas de produtividade e prestação de contas mensal à sociedade.
- Meta 5: implantação de triagem inteligente com Inteligência Artificial (IA) para distribuição processual automática, priorizando a celeridade sem comprometimento do devido processo legal.
- Meta 6: promoção de mutirões ambientais em parceria com o IBAMA, ICMBio e entidades locais.
- Meta 7: asseguramento de intérprete com formação específica e consulta cultural, com respeito a esses povos.
- Meta 8: celeridade do julgamento dessas ações com garantia de medidas protetivas e imediatas e acompanhamento psicossocial integrado.
- Meta 9: lançamento de um projeto piloto de audiências assistidas por IA para ações de menor complexidade com cumprimento de sentença, sugerindo que as experiências piloto de inovação incluam mecanismos de escuta direta entre magistrados e jurisdicionados, como rodas de escuta pública e relatos orais, para humanizar a justiça.
- Meta 10: fortalecimento de parcerias institucionais para diagnóstico de situações de risco.

Também foi sugerida a criação de uma Meta 11, promovendo a acessibilidade e uma justiça inclusiva por meio da capacitação de magistrados(as) e servidores(as) sobre os direitos das pessoas com deficiência, garantindo acessibilidade nos processos e atendimento adequado nas audiências.

Moisés Rosa Pereira, do Instituto Social Maria Esperança, defendeu a criação de uma meta específica para processos que envolvem pessoas com deficiência, povos indígenas e idosos, solicitando que esses processos sejam julgados prioritariamente e de forma célere, e que a inclusão seja garantida nas audiências com tradutores de Libras e sinalização pública de prioridade, além da capacitação de magistrados(as) e servidores(as) sobre essa temática. Ele também pediu que a fiscalização do tribunal garanta que avaliações psiquiátricas sejam realizadas por médicos psiquiatras.

A Secretária de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça de Roraima, Veruska Anny Souza Lobo, trouxe situações excepcionais ao tratar da Meta 1. Em unidades com acervo muito baixo devido à eficiência da equipe, a Meta 1 torna-se inadequada para mensurar o desempenho. Como proposta de solução, sugere-se o alinhamento dos objetivos da Meta 1 de julgamento com o de acervo, permitindo que unidades com acervo enxuto, mas que não cumpram a Meta 1, trabalhem com uma cláusula de barreira, como a Taxa de Congestionamento Líquido.

Aureliano Dias, vice-presidente da Comissão de Processo Penal da OAB, expressou preocupação com a inacessibilidade do balcão virtual no Amazonas, relatando dificuldades para advogados e a sociedade em geral. Ele mencionou que a implementação de uma identificação excessiva no balcão virtual tem causado demora no atendimento e prejuízos à celeridade processual, sugerindo o retorno do Google Meet para atendimentos mais eficientes.

## Considerações Finais

Renato Alves Gomes, Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos do Tribunal de Justiça do Tocantins, fez as considerações finais, ressaltando o aumento anual de processos e a importância das metas nacionais para direcionar as prioridades do judiciário. Ele agradeceu as valiosas sugestões apresentadas durante a audiência, incluindo a publicização de casos de feminicídio, ampliação da participação popular, priorização de populações vulneráveis e propostas para a Meta 1 e o balcão virtual, todas importantes para discussões futuras no CNJ e com os tribunais.

[A reunião foi gravada com a aquiescência das pessoas participantes.](#)



Documento assinado eletronicamente por **VALDIRENE ALVES DA FONSECA CLEMENTELE, Juiz (a) Coordenador (a) do Núcleo de Cooperação Judiciária**, em 25/07/2025, às 13:20 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE PINHEIRO DOS SANTOS, Coordenador (a) de Estratégia e Projetos**, em 25/07/2025, às 13:29 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **4981340** e o código CRC **6ED450F9**.

**Anexo IIC – Relatório da Análise das Respostas Coletadas da Audiência  
Pública Virtual Conjunta dos Tribunais de Justiça Estaduais da Região  
Norte**

## **Relatório da análise das respostas coletadas na Audiência Pública Virtual da Região Norte.**

### **Objetivo**

Analisar o teor das manifestações registradas por escrito referentes às 10 metas nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2026.

### **Metodologia**

A coleta de dados foi realizada por meio de um formulário online, que permitiu a inscrição e a manifestação livre de qualquer cidadão sobre a Proposta de Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2026. Este método garantiu ampla participação e diversidade de opiniões.

Para a análise dos dados coletados, empregou-se a ferramenta de Inteligência Artificial (AssessorIA), que desempenhou um papel crucial ao: categorizar as informações com base em padrões de similaridade, identificar pontos críticos e potenciais riscos, e gerar insights acionáveis que subsidiaram a tomada de decisão.

As premissas que nortearam toda a análise foram: uma abordagem holística, que considerou todos os aspectos relevantes; a manutenção da neutralidade e objetividade, para evitar vieses; a profundidade na análise, buscando esgotar todas as possibilidades; e a apresentação de uma resposta estruturada, clara e concisa.

### **Resultados**

Os resultados são apresentados por meta, seguindo a estrutura de Resumo Executivo, Categorização do Conteúdo, Análise de Pontos Críticos e Riscos, Insights e Recomendações, e Considerações Finais.

## **Meta 1 - Julgar Mais Processos que os Distribuídos**

### **Resumo Executivo**

A análise das respostas sobre a Meta 1 que visa julgar mais processos que os distribuídos evidenciam um forte compromisso dos respondentes em aumentar a celeridade processual e melhorar a eficiência do sistema judiciário. As contribuições sugerem diversas estratégias, como realização de mutirões, priorização de processos e uso intensivo da tecnologia. Desafios como a falta de recursos e a necessidade de mais treinamento e estrutura também foram identificados.

## Categorização do Conteúdo

1. Celeridade Processual: Sugestões para acelerar o andamento dos processos, como "Agilizar a realização de audiências" e "Priorizar o andamento dos processos".
2. Contribuições Individuais: Práticas pessoais mencionadas para melhorar a eficiência, como "Trabalhar com atenção plena" e "Fazer mutirão".
3. Estrutura e Recursos: Comentários sobre a necessidade de mais magistrados e servidores e de instalações adequadas.
4. Métodos de Trabalho Inovadores: Iniciativas como "Realizar mais audiências semanais" e usar a tecnologia para suportar e agilizar os processos.

## Análise de Pontos Críticos e Riscos

- Escassez de recursos: Diversos comentários alertam para a falta de pessoal como um gargalo significativo, potencialmente retardando a meta de acelerar os julgamentos.
- Variações na Eficiência Processual: A aplicação variável de estratégias pode levar a inconsistências que afetam a percepção de justiça e eficiência.
- Pressão de tempo Vs. Qualidade de Decisão: A ênfase em julgar rapidamente pode comprometer a qualidade das decisões, especialmente em casos complexos.

## Insights e Recomendações

- Incrementar Recursos Humanos e Infraestrutura: Propõe-se a adoção de planos de contratação e expansão de infraestrutura, para lidar com o volume de trabalho de maneira eficaz.
- Capacitação e Suporte ao Desenvolvimento de Competências: Implementar programas de treinamento para desenvolver habilidades necessárias ao manejo eficiente dos processos.
- Uso Estratégico de Tecnologia: Maximizar o uso de tecnologias para gerenciamento de processos, o que pode ajudar na identificação e no tratamento prioritário dos processos mais antigos ou urgentes.
- Monitoramento e Avaliação: Estabelecer sistemas robustos de monitoramento e avaliação da eficácia das estratégias implementadas para ajustar e otimizar os procedimentos continuamente.

## Considerações Finais

A adesão efetiva à Meta 1 depende não apenas de ações individuais, mas de uma estratégia coesa que envolva o fortalecimento de recursos, a capacitação profissional e o uso inteligente de tecnologia para garantir uma resposta rápida e justa dentro do sistema judiciário.

## Meta 2 - Julgar os processos mais antigos

### Resumo Executivo

A revisão da Meta 2, focada em julgar os processos mais antigos, revelou uma conscientização geral e ações pró-ativas em abordagens variadas para priorizar e acelerar o julgamento desses processos. As sugestões oscilam entre atualizações tecnológicas, forças-tarefa dedicadas e mudanças estruturais para garantir um fluxo contínuo e eficiente no sistema judiciário. Os desafios identificados incluem a falta de recursos e a necessidade de estruturação adequada para lidar com os casos de forma sistemática e justa.

### Categorização do Conteúdo

1. Identificação e Priorização: Estratégias para identificar e priorizar processos antigos, inclusive com uso de tecnologia para etiquetagem e monitoramento constante.

2. Estrutura e Recursos: Necessidade de mais servidores e estrutura organizacional para manejar eficientemente o aumento de carga de trabalho causado pelos processos antigos.

3. Inovações Processuais: Sugestões para a criação de forças-tarefa e a montagem de equipes especializadas, além do uso de mutirões para julgar grandes volumes de casos.

4. Celeridade Processual: Enfatiza a agilização dos trâmites jurídicos através de mapeamento, aumento do ritmo de trabalho e medidas eficazes que garantam um julgamento mais rápido.

### Análise de Pontos Críticos e Riscos

**Insuficiência de Recursos:** A necessidade recorrente de mais pessoal e estrutura para lidar com os processos antigos é evidente, podendo atrasar as resoluções.

**Desafios Tecnológicos:** A implementação e utilização eficiente de tecnologias para auxiliar na gestão de processos necessita de investimentos e treinamento adequado.

Consistência na priorização: O risco de tratar de forma inconsistente os casos antigos e novos pode comprometer a equidade do sistema judiciário.

## Insights e Recomendações

**Fortalecimento de Recursos Humanos:** Implementar um plano de contratação para aumentar o número de servidores, aliviando a carga de trabalho atual.

**Adoção de Tecnologia:** Investir em sistemas de monitoramento e etiquetas automáticas para identificação imediata dos casos mais antigos.

**Implementação de Metodologias Ágeis:** Criar e seguir metodologias ágeis de trabalho, como forças-tarefa e mutirões, para tratar especificamente dos processos mais antigos.

**Supervisão e Avaliação Contínua:** Estabelecer mecanismos de supervisão para avaliar a eficácia das estratégias adotadas e fazer ajustes conforme necessário.

## Considerações Finais

A meta de julgar os processos mais antigos necessita de uma abordagem multifacetada que aborde tanto as barreiras estruturais como operacionais, efetivando um tratamento justo e eficiente dos casos pendentes. A colaboração entre diversas áreas do judiciário e a adesão a práticas recomendadas são cruciais para o sucesso dessa iniciativa.

## Meta 3 – Estimular a conciliação

### Resumo Executivo

A análise das contribuições relativas à Meta 3 - Estimular a conciliação mostra um alinhamento claro entre os participantes sobre a importância dos métodos alternativos de resolução de conflitos para aumentar a eficiência do sistema judiciário e promover a harmonia social. As sugestões apontam para a necessidade de inovação em práticas de conciliação, maior treinamento para envolvidos, e uma comunicação efetiva sobre os benefícios da conciliação.

### Categorização do Conteúdo

1. Inovação em Processos de Conciliação: Sugestões para a realização mais frequente de eventos de conciliação e o uso de tecnologia para facilitar essas práticas.
2. Educação e Treinamento: enfatiza a necessidade de mais treinamentos para conciliadores e a realização de campanhas educativas sobre os benefícios da conciliação.

3. Engajamento das Partes: estratégias propostas focam em como incentivar as partes a optarem pela conciliação, como através de funcionários judiciais treinados e campanhas de sensibilização.

4. Infraestrutura e Recursos de Suporte: Comentários sobre a necessidade de mais servidores e melhor infraestrutura tecnológica para apoiar as atividades de conciliação.

## **Análise de Pontos Críticos e Riscos**

**Resistência Cultural à Conciliação:** A tradicional preferência pelo litígio pode ser um obstáculo sério à adesão às práticas de conciliação.

**Deficiência de Capacitação:** A falta de treinamento adequado para pessoal envolvido nas conciliações pode levar a resultados ineficazes.

**Variabilidade na Implementação:** Diferentes abordagens na aplicação de práticas de conciliação podem causar inconsistências no sucesso dessa meta.

## **Insights e Recomendações**

**Fortalecer Programas de Treinamento:** ampliar e fortalecer os programas de treinamento para todos os envolvidos em processos de conciliação, assegurando competências adequadas para facilitar negociações eficazes.

**Campanhas de sensibilização:** desenvolver e implementar campanhas para educar sobre os benefícios da conciliação e demonstrar seu impacto positivo por meio de estudos de caso e estatísticas.

**Eventos de Conciliação Temáticos:** Realizar eventos itinerantes e temáticos para aproximar as práticas de conciliação das partes, promovendo maior participação e visibilidade.

**Monitoramento e Ajuste Contínuos:** Estabelecer mecanismos de monitoramento para avaliar a eficácia das iniciativas de conciliação e fazer ajustes conforme necessário para melhorar os resultados.

## **Considerações Finais**

Estimular a conciliação como parte integrante do sistema judiciário requer mudança cultural, investimentos em educação, e um comprometimento contínuo com a melhoria das práticas. A adesão a estas recomendações pode conduzir a um sistema judicial mais ágil, eficiente e justo.

## **Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais**

### **Resumo Executivo**

A análise das contribuições relacionadas à Meta 4, que objetiva priorizar o julgamento de processos ligados a crimes contra a administração pública, improbidade administrativa e ilícitos eleitorais, reflete um consenso sobre a importância e urgência dessas ações. Os participantes reconhecem que tratar desses casos com prioridade pode aumentar a confiança pública nos órgãos de controle e fortalecer a luta contra a corrupção. Foram propostas várias medidas para cumprir essa meta, destacando-se a necessidade de mais recursos humanos e tecnológicos.

### **Categorização do Conteúdo**

1. **Importância e Urgência:** Reconhecimento claro da necessidade de priorização desses casos para fortalecer a justiça e a confiança no sistema legal.

2. **Recursos e Infraestrutura:** Discussão sobre a necessidade de mais servidores e tecnologia para lidar com a carga de trabalho.

3. **Estratégias Processuais:** Sugestões como a realização de mutirões, impulsionamento dos autos e a rápida elaboração de minutas de acórdãos.

4. **Envolvimento e Agilidade:** Enfatiza a agilização dos processos para evitar a prescrição e garantir a efetividade das penas.

### **Análise de Pontos Críticos e Riscos**

**Escassez de Recursos:** A recorrente necessidade de mais pessoal é um risco que pode atrasar o processo de julgamento.

**Risco de Prescrição:** A demora no tratamento desses casos pode levar à prescrição, diminuindo a efetividade do sistema judiciário em combater a corrupção.

**Consistência na Priorização:** A variação nos esforços dedicados a esses processos pode afetar a percepção de integridade e eficácia do sistema judicial.

### **Insights e Recomendações**

**Aumento de Recursos Humanos e Tecnológicos:** É crucial aumentar os recursos humanos para lidar com esses casos, acompanhado de avanços tecnológicos que facilitam a gestão e o progresso dos processos.

**Implementação de Estratégias de Agilização:** Adotar métodos como mutirões e impulsionamento dos autos para processar rapidamente esses casos.

**Monitoramento e Revisão Contínua:** Monitorar constantemente o progresso nesta meta para assegurar que os processos não só começam como também se concluem rapidamente e com justiça.

Campanhas de Conscientização: Desenvolver campanhas que informem a população sobre os esforços em julgar e resolver esses casos, reforçando a confiança no sistema jurídico.

## Considerações Finais

A priorização do julgamento de crimes contra a administração pública, improbidade administrativa e ilícitos eleitorais não só fomenta uma maior confiança no sistema judiciário, como também reafirma o compromisso com a justiça. A colaboração e o compromisso contínuos em relação a essa meta são essenciais para promover um ambiente de legalidade e justiça. Implementar as recomendações mencionadas pode fortalecer a eficácia deste objetivo crucial.

## Meta 5 – Reduzir a taxa de congestionamento

### Resumo Executivo

A Meta 5, voltada para a redução da taxa de congestionamento processual, engloba diversas estratégias focadas em maximizar a eficiência do sistema judiciário através de medidas como arquivamento automático de processos já encerrados, estratégias de conciliação, e ampliação de recursos humanos. Os participantes destacaram a necessidade crítica de aprimoramentos estruturais e procedimentais para enfrentar o desafio contínuo do congestionamento.

### Categorização do Conteúdo

1. Estratégias Proativas de Redução de Congestionamento: Inclui métodos como arquivamento automático de processos e movimentação eficiente de processos antigos ou com prazos estendidos.
2. Recursos Humanos e Capacitação: Sugestões de aumento no número de servidores, juízes, e na capacitação focada em eficiência.
3. Utilização de Tecnologia: Recomendações para adotar tecnologias avançadas como inteligência artificial para agilizar processos.
4. Processos de Conciliação Grandes e Eficientes: Introdução de métodos de conciliação como uma forma não obrigatória, mas eficaz, para reduzir o volume processual.

### Análise de Pontos Críticos e Riscos

Deficiência de Recursos: A falta de servidores e juízes suficientes pode impedir a implementação efetiva das iniciativas de redução de congestionamento.

**Risco Tecnológico:** Dependência de novas tecnologias que, se não implementadas ou mantidas apropriadamente, poderiam falhar em dar suporte ao sistema.

**Inconsistência na Execução de Conciliação:** Variações na aplicação do método de conciliação podem levar a inconsistências na redução do congestionamento.

## **Insights e Recomendações**

**Incremento de Recursos Humanos:** Necessidade urgente de contratação de mais pessoal qualificado, incluindo magistrados e servidores, para lidar efetivamente com o volume de trabalho.

**Implementação de Tecnologia de Ponta:** Investir em soluções tecnológicas avançadas, como inteligência artificial, para racionalizar e acelerar os processos.

**Promoção da Conciliação:** Utilizar a conciliação como uma ferramenta estratégica para a redução de processos, promovendo-a através de campanhas de sensibilização para garantir sua eficácia.

**Monitoramento e Avaliação:** Estabelecimento de sistemas robustos para monitorar o progresso das iniciativas e ajustá-las conforme necessário para garantir a redução contínua do congestionamento.

## **Considerações Finais**

Para alcançar a redução efetiva da taxa de congestionamento é imprescindível uma abordagem multifacetada que incorpore tanto o aumento de recursos humanos quanto a inovação tecnológica, acompanhado de um comprometimento contínuo com métodos alternativos de resolução de disputas, como a conciliação. As estratégias devem ser monitoradas continuamente para garantir sua eficácia e ajustadas para adaptar-se às necessidades em evolução do sistema judiciário.

## **Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações ambientais**

### **Resumo Executivo**

A análise das contribuições sobre a Meta 6, que visa priorizar o julgamento das ações ambientais, reflete um forte reconhecimento da importância e urgência de tratar de questões ambientais dentro do sistema judiciário. Os respondentes expressam um consenso sobre a necessidade de estruturas e práticas especializadas para lidar com a complexidade e a significância dessas ações. Foi sugerida a criação de varas especializadas e o incremento de recursos humanos para efetivar essa priorização.

## **Categorização do Conteúdo**

1. Importância e Urgência Ambiental: Enfatiza a importância crítica de priorizar ações ambientais para preservar a natureza e garantir justiça rápida e eficaz em questões ambientais.

2. Estruturas Especializadas: Sugere a criação de varas ou unidades especializadas dedicadas exclusivamente ao julgamento de questões ambientais.

3. Recursos Humanos: Discussões sobre a necessidade de mais servidores para gerenciar a carga aumento de trabalho previsto com a priorização das ações ambientais.

4. Processos de Trabalho: Inclui sugestões como realizar audiências semanais focadas em processos ambientais e impulsionar os autos para agilizar os julgamentos.

## **Análise de Pontos Críticos e Riscos**

**Escassez de Recursos Especializados:** A necessidade de expertise especializada em questões ambientais é um risco que pode levar a julgamentos ineficientes ou injustos.

**Possível Congestionamento por Novas Estruturas:** A implementação de novas varas ou unidades sem o suporte adequado pode resultar em um novo foco de congestionamento processual.

**Complexidade dos Casos:** A natureza complexa das ações ambientais exige métodos e procedimentos detalhados, o que pode desacelerar os processos se não gerido corretamente.

## **Insights e Recomendações**

**Implementação de Varas Especializadas:** Estabelecer varas ou unidades judiciárias especializadas no julgamento de causas ambientais para centralizar e especializar o tratamento dessas questões.

**Aumento de Recursos Humanos:** Contratar mais servidores com especialização em direito ambiental para suportar o aumento do volume de trabalho.

**Formação e Capacitação Contínua:** Investir na formação continuada de magistrados e servidores em aspectos técnicos e legais das questões ambientais.

**Monitoramento e Avaliação:** Estabelecer mecanismos para monitorar a eficácia das estruturas e processos implementados relacionados a ações ambientais, ajustando-os conforme necessário para garantir agilidade e justiça.

## Considerações Finais

A priorização do julgamento das ações ambientais é reconhecida como uma necessidade urgente para proteger recursos naturais e garantir uma resposta judicial rápida e especializada. A implementação bem-sucedida desta meta depende da criação de estruturas especializadas, aumento de pessoal qualificado e um compromisso contínuo com a educação e a eficiência processual.

## Meta 7 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos indígenas e quilombolas

### Resumo Executivo

A análise das contribuições sobre a Meta 7, que visa priorizar o julgamento dos processos relacionados a indígenas e quilombolas, revela uma divisão de opiniões sobre a relevância e eficácia desta meta. Enquanto alguns destacam a importância de proteger os direitos dessas comunidades e sugerem a criação de estruturas especializadas, outros questionam a aplicabilidade da meta devido ao volume aparentemente baixo de casos em certas regiões. Isso sugere a necessidade de uma avaliação regionalizada das necessidades e da relevância da meta.

### Categorização do Conteúdo

1. Importância e Relevância: Opiniões sobre a necessidade e a importância de priorizar processos de indígenas e quilombolas.
2. Estruturas e Recursos: Discussões sobre a criação de varas especializadas e o aumento de recursos humanos.
3. Opiniões Contrárias: Argumentos contra a meta baseados na baixa incidência de casos em algumas regiões, sugerindo uma possível realocação de recursos.
4. Processos e Agilização: Sugestões para melhorar o julgamento destes casos, tais como o uso de etiquetas automáticas e criação de núcleos de apoio.

### Análise de Pontos Críticos e Riscos

**Variação Regional de Casos:** A possível baixa ocorrência de processos relacionados a indígenas e quilombolas em certas regiões pode levar a uma percepção de inutilidade da meta, reduzindo o suporte à sua implementação.

**Escassez de Recursos:** A criação de estruturas especializadas pode ser limitada pela falta de recursos, tanto humanos quanto materiais.

**Controvérsia e Divisão de Opiniões:** As diferentes perspectivas sobre a meta podem criar desafios na sua implementação e aceitação.

## Insights e Recomendações

**Avaliação Detalhada por Região:** Antes de implementar a meta, realizar uma investigação detalhada para entender a frequência de tais casos em diferentes regiões e ajustar a abordagem conforme necessário.

**Criação de Núcleos Especializados:** Se houver suficiente demanda, estabelecer varas ou núcleos especializados que permitam um tratamento mais focado e eficiente desses processos.

**Educação e Conscientização:** Desenvolver programas de sensibilização sobre os direitos indígenas e quilombolas, destinados tanto aos profissionais da justiça quanto à população em geral.

**Monitoramento e Flexibilidade:** Criar sistemas de monitoramento que permitam avaliar o impacto da meta e fazer ajustes conforme necessário, garantindo que os recursos sejam utilizados onde há maior necessidade.

## Considerações Finais

A meta de priorizar o julgamento dos processos relacionados aos indígenas e quilombolas reflete uma intenção clara de proteger e promover os direitos dessas comunidades, porém a sua implementação efetiva exige um entendimento aprofundado das necessidades regionais, ajustes estratégicos na alocação de recursos e um comprometimento com a sensibilização e formação contínua.

## **Meta 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao Femicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres.**

### Resumo Executivo

A análise das contribuições referentes à Meta 8, focada em julgar com urgência os processos de Femicídio e violência doméstica contra mulheres, demonstra um forte consenso sobre a urgência e a importância desta meta. As sugestões apontam para a necessidade de estabelecer varas especializadas, aumentar o número de servidores e implementar processos ágeis para uma resposta mais efetiva do judiciário.

### Categorização do Conteúdo

1. Urgência e Importância da Meta: Predomina a urgência de dar atenção especial aos processos relacionados ao Femicídio e violência doméstica, como uma medida crucial para combater a banalização desses graves crimes.

2. Propostas de Agilização: Implantação de varas especializadas, mutirões de julgamento e impulsionamento dos autos são sugeridos para garantir rapidez nos julgamentos.

3. Estruturas e Recursos: Enfatiza a necessidade de mais recursos humanos para lidar com essas demandas de maneira eficiente.

4. Conscientização e Qualidade de Tratamento: Sugestões para garantir que as medidas protetivas sejam garantidas e que os julgamentos sejam realizados com a devida consideração à gravidade dos casos.

## **Análise de Pontos Críticos e Riscos**

Escassez de Recursos Humanos: A falta de servidores pode ser um gargalo significativo que atrasa o processo de julgamento desses casos.

Banalização do Crime: A sensação de banalização do feminicídio e da violência doméstica enfatiza a necessidade de respostas rápidas e eficazes para reverter essa percepção.

Atrasos na Implementação de Varas Especializadas: A criação de varas especializadas é crucial, porém, sua implementação pode ser demorada e requer recursos substanciais.

## **Insights e Recomendações**

Criação de Varas Especializadas: Implementar varas especializadas para tratar exclusivamente dos casos de feminicídio e violência doméstica, garantindo foco e especialização no tratamento desses processos.

Aumento de Recursos Humanos: Recomenda-se a contratação de mais servidores judiciais para apoiar a tramitação rápida desses processos.

Mutirões e Impulsionamento dos Autos: Organizar periodicamente mutirões para julgar esses casos e utilizar métodos para impulsionar os autos para garantir a celeridade necessária.

Programas de Conscientização: Desenvolver e implementar programas para conscientizar sobre a gravidade e a urgência do judiciário em responder a esses crimes, reforçando a proteção e o apoio às vítimas.

## **Considerações Finais**

A meta de priorizar o julgamento dos processos de feminicídio e violência doméstica contra mulheres não só reforça o compromisso do sistema judiciário com a proteção das mulheres, mas também serve como um mecanismo crucial na luta contra a impunidade e a violência de gênero. A implementação eficaz desta meta depende do comprometimento contínuo em melhorar as estruturas judiciais e garantir que o sistema seja rápido e eficaz em sua resposta.

## Meta 9 – Estimular a Inovação no Poder Judiciário

### Resumo Executivo

A análise das contribuições sobre a Meta 9, focada em estimular a inovação no Poder Judiciário, revela uma diversidade de opiniões e sugestões que variam desde a implementação de estruturas especializadas até o aumento significativo do teletrabalho para atender a peculiaridades regionais. Os participantes destacam a importância da modernização, do aperfeiçoamento tecnológico e da colaboração interinstitucional como pilares para uma justiça mais eficiente e adaptada aos novos desafios.

### Categorização do Conteúdo

1. Inovações Tecnológicas e Estruturais: Inclui sugestões como implementação de juízos especializados, aumento da capacidade de teletrabalho e modernização através de tecnologia avançada.

2. Estratégias de Retenção de Talentos:

Foco em políticas para reter servidores qualificados, como melhoria nas condições de trabalho e promoção de qualidade de vida, especialmente em áreas remotas.

3. Colaboração e Aprendizado:

Enfatiza a importância de criar uma cultura de inovação contínua, incentivando a colaboração entre diferentes setores e investindo em capacitação.

4. Barreiras e Controvérsias:

Identifica preocupações com a aplicabilidade de algumas iniciativas de inovação e sugestões para eliminação de metas vistas como redundantes.

### Análise de Pontos Críticos e Riscos

Adaptação às Realidades Regionais:

Desafios significativos para implementar inovações em áreas remotas que podem ter acesso limitado a recursos tecnológicos e logísticos.

Resistência à Mudança:

Potencial resistência dentro do judiciário à adoção de novas práticas e tecnologias, que pode retardar ou dificultar a inovação.

Sustentabilidade de Inovações:

Risco de que inovações não sejam sustentáveis a longo prazo sem comprometimento contínuo e avaliação de eficácia.

### Insights e Recomendações

Ampliação do Teletrabalho: Implementar políticas flexíveis de teletrabalho especialmente adaptadas para atender às necessidades de regiões remotas, visando reter talentos e melhorar a produtividade.

Investimento em Tecnologia:

Priorizar o investimento em soluções tecnológicas avançadas que possam ser utilizadas para superar barreiras logísticas e melhorar a eficiência do processo judicial.

Fomento à Cultura de Inovação:

Desenvolver programas de treinamento e workshops que incentivem uma mentalidade de inovação entre os servidores judiciais e estabelecer parcerias estratégicas com instituições acadêmicas e outras entidades para fomentar a inovação colaborativa.

- Avaliação Contínua:

Implementar mecanismos de feedback e avaliação para monitorar a eficácia das inovações implementadas, permitindo ajustes e melhorias contínuas.

## Considerações Finais

Estimular a inovação no Poder Judiciário requer uma abordagem multifacetada que balanceie tecnologia avançada com sensibilidade às necessidades humanas e logísticas, especialmente em regiões desafiadoras. A promoção de uma cultura que valorize a aprendizagem contínua e a colaboração interinstitucional será crucial para o sucesso dessas iniciativas.

## Meta 10 – Promover os direitos da criança e do adolescente

### Resumo Executivo

A adesão às contribuições para a Meta 10 reflete um amplo reconhecimento da importância de promover e proteger os direitos da criança e do adolescente. As respostas variam desde medidas especificamente educacionais, como palestras nas escolas, até sugestões gerais de melhorias estruturais, como a ampliação de servidores e infraestrutura. Demonstra-se um consenso sobre a importância de realizar ações que garantam a proteção integral dos jovens, embora haja reconhecimento de áreas para a melhoria em termos de capacitação e recursos.

### Categorização do Conteúdo

1. Educação e Conscientização: Iniciativas para educar crianças, adolescentes e a comunidade sobre os direitos dos menores, tais como a realização de palestras.

2. Infraestrutura e Recursos: Necessidade de mais servidores para apoiar as atividades relacionadas à infância e juventude, além de propostas para melhorar a estrutura existente.

3. Processos e Agilização: Sugestões para melhorar a eficiência operacional, como o impulsionamento dos autos e a agilização dos processos judiciais relevantes.

4. Proteção e Promoção de Direitos: Foco em medidas legais e administrativas que efetivamente protejam e promovam os direitos dos jovens.

## **Análise de Pontos Críticos e Riscos**

**Recursos Insuficientes:** A falta de pessoal pode atrasar o tratamento jurídico dos casos envolvendo menores, comprometendo a eficácia das proteções oferecidas.

**Eficiência Processual:** Atrasos nos processos podem levar à negação de justiça rápida para crianças e adolescentes, o que é crucial para os casos que envolvem seus direitos.

**Educação Adequada:** A falta de programas contínuos e abrangentes de educação sobre os direitos da criança e do adolescente pode limitar a eficácia das iniciativas de conscientização.

## **Insights e Recomendações**

**Ampliação de Recursos Judiciais:** Priorizar a alocação de mais servidores judiciais nas varas da infância e juventude para garantir a agilidade e a atenção necessárias.

**Programas Educativos Robustos:** Implementar e expandir programas educativos nas escolas para ensinar as crianças e adolescentes sobre seus direitos, além de informar adultos e profissionais relacionados.

**Melhoria das Infraestruturas de Suporte:** Investir na modernização e ampliação das infraestruturas que servem às varas especializadas, para garantir que os processos sejam tratados com a eficiência necessária.

**Monitoramento e Feedback:** Desenvolver sistemas para monitorar a eficácia das políticas implementadas e ajustá-las conforme necessário para melhor responder às necessidades desses jovens.

## **Considerações Finais**

A efetivação da Meta 10 exige um compromisso contínuo com a melhoria das condições operacionais, educacionais e de proteção para crianças e adolescentes. Através de uma combinação de melhorias infraestruturais, programas educacionais e políticas de agilização processual, é possível avançar significativamente na promoção dos direitos desse segmento crucial da população.

**Anexo IID – Relatório de Respostas aos Participantes da Audiência  
Pública Virtual Conjunta dos Tribunais de Justiça Estaduais da Região  
Norte**

Qual é seu nome completo?	Qual é seu e-mail?	Perfil: Como você prefere participar?	Qual é sua contribuição para a Meta 1?	Qual é sua contribuição para a Meta 17?	Qual é sua contribuição para a Meta 27?	Qual é sua contribuição para a Meta 37?	Qual é sua contribuição para a Meta 47?	Qual é sua contribuição para a Meta 57?	Qual é sua contribuição para a Meta 67?	Qual é sua contribuição para a Meta 77?	Qual é sua contribuição para a Meta 87?	Qual é sua contribuição para a Meta 97?	Qual é sua contribuição para a Meta 107?	Qual é sua visão geral de negócios?	Sugestão de resposta
José da Silva Santos Almeida	josueto@gmail.com	Quero escrever para deixar registrado. Texto	Meta 1 – Reduzir a carga de trabalho dos servidores públicos. Atualizar a legislação sobre o tema.	Meta 1 – Reduzir a carga de trabalho dos servidores públicos. Atualizar a legislação sobre o tema.	Meta 1 – Reduzir a carga de trabalho dos servidores públicos. Atualizar a legislação sobre o tema.	Meta 1 – Reduzir a carga de trabalho dos servidores públicos. Atualizar a legislação sobre o tema.	Meta 1 – Reduzir a carga de trabalho dos servidores públicos. Atualizar a legislação sobre o tema.	Meta 1 – Reduzir a carga de trabalho dos servidores públicos. Atualizar a legislação sobre o tema.	Meta 1 – Reduzir a carga de trabalho dos servidores públicos. Atualizar a legislação sobre o tema.	Meta 1 – Reduzir a carga de trabalho dos servidores públicos. Atualizar a legislação sobre o tema.	Meta 1 – Reduzir a carga de trabalho dos servidores públicos. Atualizar a legislação sobre o tema.	Meta 1 – Reduzir a carga de trabalho dos servidores públicos. Atualizar a legislação sobre o tema.	Meta 1 – Reduzir a carga de trabalho dos servidores públicos. Atualizar a legislação sobre o tema.	Meta 1 – Reduzir a carga de trabalho dos servidores públicos. Atualizar a legislação sobre o tema.	Participação
Reginaldo César Junior	reginaldo.cesar@jca.com.br	Quero escrever para deixar registrado.												Considerando as premissas da Regio Norte, com todas Condições de fato isoladas, por	
Elvo Silva de Mendonça Thays de Souza e Souza	mendonca@elvo.com.br souzathays1977@gmail.com	Quero escrever para deixar registrado. Quero escrever para deixar registrado.												Informamos que sua contribuição será encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a devida apreciação e análise em relação às metas previstas.	
DAICE OLIVEIRA TEODORO DA SILVA PEREIRA	daiceoliveira@teodoro.com.br	Quero escrever para deixar registrado. Sem sugestão.		Fazer levantamento dos processos mais antigos por fazer levantamento dos processos para fazer Sem sugestão.		Fazer levantamento dos processos e passar para Sem sugestão.								Meta 3 – Fazer levantamento dos processos para fazer conciliação. Esta contribuição está em total concordância com a Meta 3, cujo objetivo é promover o acesso à Justiça por meio da conciliação. A identificação dos processos com potencial para conciliação é uma etapa fundamental para fomentar a resolução pacífica de conflitos e, assim, alcançar o índice desejado.	
ELIANE CRISTINA PEREIRA DA SILVA ALMEIDA	eliane.almeida@cpa.com.br	Quero escrever para deixar registrado.												Meta 3 – Fazer levantamento dos processos para fazer conciliação. Esta contribuição está em total concordância com a Meta 3, cujo objetivo é promover o acesso à Justiça por meio da conciliação. A identificação dos processos com potencial para conciliação é uma etapa fundamental para fomentar a resolução pacífica de conflitos e, assim, alcançar o índice desejado.	
Rosângela Ferreira de Sousa Melo	rosangelamelo@ferrera.com.br	Quero fazer a escrever para participar. Trabalhar nos processos antes e depois da entrega.												Meta 3 – Fazer levantamento dos processos para fazer conciliação. Esta contribuição está em total concordância com a Meta 3, cujo objetivo é promover o acesso à Justiça por meio da conciliação. A identificação dos processos com potencial para conciliação é uma etapa fundamental para fomentar a resolução pacífica de conflitos e, assim, alcançar o índice desejado.	
Letícia Maria de Melo Medeiros	leticiamedeiros@lmm.com.br	Quero escrever para deixar registrado.		Inclusão do etiquetas automáticas pelo sistema com. Todas os processos que tratam de direitos transacionados deviam ser submetidos ao red. Agendamento automático de processos submetidos por homologação de desistência e acordos, com etiqueta automática										Meta 3 – Fazer levantamento dos processos para fazer conciliação. Esta contribuição está em total concordância com a Meta 3, cujo objetivo é promover o acesso à Justiça por meio da conciliação. A identificação dos processos com potencial para conciliação é uma etapa fundamental para fomentar a resolução pacífica de conflitos e, assim, alcançar o índice desejado.	
Adriana	adriana@adriana.com.br	Quero escrever para deixar registrado. Observar a complexidade do caso para evitar enviar. Priorizar os processos mais antigos												Meta 3 – Fazer levantamento dos processos para fazer conciliação. Esta contribuição está em total concordância com a Meta 3, cujo objetivo é promover o acesso à Justiça por meio da conciliação. A identificação dos processos com potencial para conciliação é uma etapa fundamental para fomentar a resolução pacífica de conflitos e, assim, alcançar o índice desejado.	

























**Anexo IIIA – Lista de Presença da Reunião com Magistrados e  
Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Acre**

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 12:55:32	60723190410	HÉLIO CARVALHO	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:14:32	01311688277	Francisco William de Souza Gastino	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:14:38	84956232268	Sean Campos de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:14:49	96455730259	Jessica Campos Almeida Pires	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:10	00088020258	James Cassiano B Junior	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:18	30781418291	Ana Lucia Cunha e Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:18	67271596968	Zenice Mota Cardozo	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:19	007.499.842-01	Ingrid Cavalcante Hessel	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:23	020.907.452-31	Joseline Silva Pinto	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:31	04778064224	Joaquim Jonatha de Araújo Meireles	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:37	03719063267	Rayra Torquato de Lima	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:38	444.143.822-20	Patricia Lopes de Almeida	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:39	03648022270	Virginia Azevedo de Oliveira Pires da Luz	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:40	48447803287	Alexandre da Silva Oliveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:56	015.855.347-06	Evany de Araújo Vieira	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:58	00849431220	Thairine Stéfani Bezerra Lima	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:16:02	028.823.252-66	Ruan Nascimento de Oliveira	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:02	42397424215	Jaqueline Barbosa Jeronimo	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:03	23227427320	Maria Goreth de Amorim	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:03	85958506234	Symara Luana de Sousa Mota	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:04	00428550207	Yana Moreira	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:14	359.859.682-00	Gisele outramario wutzke	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:18	34934677291	Auriene Cardozo cunha	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:30	21655367234	LAUDIVON NOGUEIRA	Desembargador (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:31	62702084249	Evandro Araújo de Aquino	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:32	00684485206	Matheus Ibsen Modesto de Sales	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:43	71183779291	Michele Oliveira da Rocha	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:16:46	02572479206	Natália Gonçalves	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:48	44412312291	Queffren Licurgo de Carvalho Rêgo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:53	01235306283	Charlene Silva Costa	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:16:56	48356085268	Adamarcia Machado Nascimento	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:16:56	01911092235	Antônio Gomes Fortunato	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:16:57	00211467219	Iara Alessandra Batista Serato de Figueiredo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:58	322.701.272-34	Francisco Arnaldo de Souza Ferreira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:02	00375382259	Rita Abrantes mendes	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:02	76634825220	Everton Albuquerque	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:02	519.201.822-68	Antonio José Maia Souza Vieira	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:17:09	33998655204	Ana Cláudia de Araújo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:10	509.254.072-91	Andriny Vilacorta de Araújo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:19	74067354215	Cleidiany Eliza de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:17:20	936.015.902-63	Thiago Alves de Menezes	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:22	00576570257	Pedro Coutinho Júnior	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:24	83523413249	Sônia Sá de Lima	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:26	529.252.422-00	Cleomilton da Cunha Azevedo Filho	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:17:29	032.878.532-60	Savanna Victoria da Silva Lima	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:46	435.387.892-15	Neide Macêdo de Oliveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:58	02646645236	Anderson Lima dos Santos	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:59	702.094.562-72	Nágila Yuçara Oliveira da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:18:00	04174944245	Regismar Evencio Custodio	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:18:16	464418249-49	Jussara de Cassia Corrêa Ferreira de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:18:41	00815180217	Wellington Lima de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:18:43	020.493.482-66	Ana Carolina Alexandre Sales	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:18:45	60801590230	Rogério Nascimento	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:18:56	71287850278	Kendra Souza Cavalcante	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:18:58	68295189204	Lílian Lopes Sousa Baratella	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:10	946.247.712-49	Elias Antônio Zaine Sarkis	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:15	78865450282	Kamila da Rocha Leite	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:16	233.573.472-53	Annete	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:17	32264780282	Jorge Ribeiro	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:18	03037511265	Lucas Kevin de Castro Fernandes	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:23	627.625.752-49	Aquiles Prado Neto	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:29	032.716.692-44	Maria Natiele de Sales Silva	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:30	49514075234	Ramiro dos Santos Silvino	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:31	624.791.052-53	Maria oneide dias mendonça	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:46	80727832204	Darcleone dos Santos da Silva	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:51	13838164253	Orsetti filho	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:19:51	63891808291	Marcos Antônio Sá de Carvalho	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:52	07400108913	Karine Lameira Itani Pinheiro	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:20:13	75808544220	Artemisia Oliveira de Souza	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:20:18	74354329034	Rodrigo Roesler	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:20:23	359.777.522-53	Luana campos	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:20:23	61065218249	Clodomiro Neves do Nascimento	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:20:28	946.436.952-34	Larissa de Abreu Melo Santos	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:20:30	30857538268	Jean Carlos Nery da Costa	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:20:31	94530815234	Vitor Campos Pinheiro	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:20:33	86993771268	Emily Morais Costa	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:20:45	33998655204	Ana Cláudia de Araújo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:03	029.563.102-32	Victor Hugo Peres Ostroski	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:06	01074744330	Jorge Luiz Lima da Silva Filho	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:07	21656975220	Marcus Telêmaco Ferreira Lopes	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:21:13	820.290.402-15	Tatiana da Silva Pereira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:21:14	08508237499	Bruna Perazzo	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:21:15	70825807204	DELCIMARA DA COSTA CAMPOS	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:21:16	91416752234	Daniel Francisco Costa do Nascimento	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:16	00087797240	Verônica Freire de Menezes	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:16	58614702272	Lucas bezerra Félix	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:17	82160899291	Leticia Petronilho Lamar	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:18	01721487239	RAYANNE ROCHA	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:18	13818724253	RAIMUNDO NONATO DA COSTA MAIA	Desembargador (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:18	33999708204	José Gleyson Andrade Maia	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:19	005.983.112-03	Rodrigo de Oliveira da Silva	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:19	47776323268	Ana Shirley dos Santos Soares	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:30	01043078207	Letícia Medeiros de Araújo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:31	62696742200	Dirceu Felix Moreira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:32	83838384253	Cristiane Brunoro	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:35	97950670282	Rener Fernandes de Farias	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:21:36	733808147-68	Ivanete de Mesquita Cordeiro	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:36	59873655204	eliezio2005@gmail.com	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:36	04142300270	Gabriel Maia de Oliveira Pérez	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:45	93616830206	Andressa Lemos Basto de Oliveira Rosas Mar	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:52	33981035291	Gerlane Garcia da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:52	02472116217	Elielton Ferreira	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:01	77222350268	NAYANE NOGUEIRA DOS SANTOS BESSA	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:04	216.851.342-20	Lucia Gabriel	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:05	36006645220	Lilian Deise Braga Paiva	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:08	47812834204	Isnailda Silva	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:08	23257814291	Raimundo Lucivaldo Firmino do Nascimento	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:22:11	78193982215	PAULO GILLIARD DÁ SILVA SIQUEIRA	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:22:12	794.961.212-68	Igor Magalhães da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:24	95092285249	Valdismar Fontes de Castro Júnior	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:31	02187652238	Marley Emmanuela Cavalcante de Albuquerque	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:33	01046642235	Brunna Cristina Barbosa Chaar	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:34	58617612215	Maria da Conceição Costa da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:22:36	39131661220	Maria Ramos da Frota	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:22:36	216.889.232-68	William Abud de Castro Garcia	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:37	001.151.132-07	Yuri Vidal Felix	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:37	52969975220	Dianna Carlos Nascimento Barros	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:44	618.265.102-49	Maricilio sa Costa Santana	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:44	82293058204	FREDERICO BORGES DE SOUZA	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:45	669.040.132-49	Eliandro Viana da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:47	82817251172	Denizi Reges Gorzoni	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:48	00888840233	FELIPE DAMASKLIN	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:52	67705960249	Rossany Pinheiro	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:59	022.941.132-09	Enzo Mendonça Vaz	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:23:00	02507496290	Nickole Lima Mesquita	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:02	37282174253	Raimunda Nonata Souza Lucena	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:23:04	088.822.903-87	Bernadeth Campos da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:06	783.049.972-15	Francisco Igor Silva de Almeida	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:07	33480087191	Alex Oivane	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:14	665.573.052-04	Ana Claudia da Silva Araújo	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:23:15	01817536265	Liliane Albuquerque do Nascimento	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:15	360.043.242-72	Dulce Oliveira Teodoro Garcia	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:21	69985596234	REGIS WELINGTON AIRES ALVES DE FREITAS	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:30	02665436264	Allan Diego Afonso Almeida	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:31	01155046218	Larissa Barreto Mascarenhas	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:23:31	69985596234	REGIS WELINGTON AIRES ALVES DE FREITAS	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:37	032.716.692-44	Maria Natiele de Sales Silva	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:54	03780400227	Tácila Monteiro	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:55	74986279220	Everton Carlos dos Santos	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:23:58	41190610272	Fábio Messias da Silva Maia	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:23:58	444.056.422-49	Graiciane da Silva Bonfim	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:24:06	82568416220	Antonio Silva de Lima	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:24:11	51535580291	Raul Fernandes Silvério Júnior	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:24:18	73350150225	FABIANA ARAUJO DOS REIS	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:24:19	434.946.842-00	Benilsia de Oliveira Rocha	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:24:20	28607392204	CLOVES AUGUSTO ALVES CABRAL FERREIRA	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:24:26	35980036253	Everaldo Nascimento de Castro	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:24:33	87668190244	KAION VICTTOR ZAIRE PASCOAL	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:24:37	477.682.402-78	Shirley da Silva Santos Ferreira	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:24:57	79111262249	Luzete Rodrigues Mota	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:25:06	537.419.002-49	Josiane Souza da Silva Bandeira	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:25:08	646.400.862-53	Lissania de Oliveira Lima	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:25:11	833.969.342-53	José Victor de Almeida França	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:25:11	802.252.252-04	Ivana Correa Morais Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:25:39	83114912591	Tess Requião Barbosa de Freitas	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:25:42	70034826220	FRANCIRLEI DE AQUINO LIMA	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:25:44	56771762149	DEUSDETE CRUZ	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:25:59	00096826274	Matheus Willian Lima de Queiroz	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:09	076984177-51	Adimaura Souza da Cruz	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:10	01645993205	Gabriela Pinheiro Ávila do Nascimento	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:13	75421518272	Claudio Alberto Felix Rossetto	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:15	09130780268	ADAUTEA ROSARIO OLIVEIRA ABREU	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:26:17	939.040.102-04	LUCAS DA SILVA MOREIRA	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:26:18	869.366.462-04	Erivan Borge dos Santos	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:26:22	02432748239	Nayra Ellen de Carvalho Santos	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:23	58624031249	Paulo Sergio Neres Pinheiro	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:26:24	01576856240	Mayko Anderson da Silva Lima	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:31	81706693249	PATRICIA XAVIER DO NASCIMENTO	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:34	007.903.925-18	Janine Cecília Romana Correia Santos	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:26:34	02085965261	Pâmela Alves Moura	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:35	65508270272	Anderson dos Santos	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:26:37	11170720455	José Carlos dos Santos Silva Júnior	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:26:38	52751988253	Lia Cristhyna Garcia de Carvalho	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:41	00031624278	Andréia Moura	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:42	52130827268	Adriano Ferreira Feitosa	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:43	03420838212	Nicolly Oliveira Fé em Deus	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:50	61078204268	Gleiz Maria Ferreira Lopes	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:26:51	005.994.351-35	Flavio Mariano Mundim	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:53	01301412244	Bono Luy da Costa Maia	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:53	78404851204	Karolynne Paiva da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:53	58931643268	Gledival Passarinho de Matos	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:56	71345078153	Thalita da Silva Mourão Lima	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:57	62190890225	Josias Davila	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:27:08	391.014.362-87	Glauccio Lopes Felix	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:27:15	02321112271	Rutiele da Silva Araújo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:27:23	51.722.909.234	Luena Lopes	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:27:28	67077498204	Clovis de souza lodi	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:27:37	662.745.162-04	Marilândia Barros de Mendonça	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:27:39	673.022.032-53	Marli Lacerda da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:27:48	408.634.682-68	Ruth Ávila da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:27:50	308.517.502-49	Raimundo N M Abreu	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:27:50	74739883287	Kayanna Laura Eliamen da Costa Souza	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:27:54	03719063267	Rayra Torquato de Lima	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:27:56	61720658234	Nazaré Gonzaga Rodrigues	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:27:56	00498198286	Thays Sabrina Oliveira de Freitas Firmino	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:27:59	83876235200	Rafaele Pereira Brito	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:28:04	787.035.492-91	Luana Lopes Sousa da Silva	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:05	01704390206	Andressa de Lima Ferreira	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:11	52244431215	Libni Barbosa	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:12	59160462272	Fernando Seva	Servidor (a) Requisitado (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:16	529.516.691-00	Sandra Márcia Shicovski dos Santos Bento	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:17	61636371272	Jacikley da Costa Ribeiro	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:18	61467650234	Arnobio Souza Ribeiro	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:28:19	03946466141	Barbara Iwai	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:28	19619774272	Mário Luis Santos da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:29	13829033249	Jose de Arribamar Gomes Cordeiro	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:28:34	87771349234	Renato da Costa Modesto	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:28:37	32270860268	Célio José Morais Rodrigues	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:39	97482269215	Cláudia Vasconcelos Alexandrino de Brito	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:42	63461587249	Ariane Mesquita da Cunha	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:46	597.161.502-53	Giordane Dourado	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:47	040.261.312-03	Willian Felipe Ferreira Coelho	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:48	41436490200	AUCILENE ALVARENGA DE SOUZA	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:51	79369693220	Caio Macedo Cavalcanti	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:29:01	01478252294	Priscila de Araújo Portela	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:29:06	23359951204	Adauto Peres Neto	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:29:06	00034011200	Jullyana Barbosa Morais	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:29:07	63516799234	Ana Paula Santos de Araújo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:29:07	564139802-06	Marilza Ferreira da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:29:11	00772897220	Leoni Sombra	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:29:11	98667068268	Larissa Tabosa do Nascimento	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:29:12	412.626.972-04	JUCIRLEI SOARES MAGALHÃES	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:29:13	884.896.632-20	Maricela de Oliveira Barroso	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:29:21	357.627.722-68	Rosana Rocha	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:29:25	58947256234	Elivânio Maia Costa	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:29:40	56978731234	Thays de Souza e Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:29:48	5773517234	Rogéria José Epaminondas Mesquita	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:29:56	60651571200	Fanine Costa Campelo	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:30:01	89957040200	ELAINE CRISTINA PEREIRA DA SILVEIRA MIR	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:30:01	435.482.452-34	Silni Rogéria Farias Figueiredo	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:30:03	02664378260	Thaís da Costa Bezerra	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:30:03	127.566.657-46	Elielton Zanoli Armondes	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:30:12	357.627.722-68	Rosana Rocha	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:30:13	161.114.352-72	Francisco Noronha de Azevedo	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:30:13	01922412228	JESSIANE CAROLINE SOUZA DA SILVA TAVAF	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:30:15	00034011200	Jullyana Barbosa Morais	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:30:16	18141536249	Charles Augusto Pires Gonçalves	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:30:29	01362056235	Flávia magno	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:30:33	65455720244	ALFREDO HENRIQUE ASSUNÇÃO DE ANDRAC	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:30:38	67832636220	Marineide Pereira da Silva Lopes	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:30:48	391.168.402-91	Charles Silva Vasconcelos	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:30:50	02561266230	Lhilli Naomi Rodrigues da Silva	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:30:57	00403885221	Jeozadaque da Silva Magalhães	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:30:59	666.658.922-04	Manoel Rodrigues de Oliveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:31:00	83676376234	Virginia Rebouças de Almeida Santos	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:31:09	466 241 802 00	Reydinar de Matos Félix da Costa	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:31:11	000.988.972-84	Luz Gabriela Guerra Escudero	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:31:20	13463286840	Romário Divino Faria	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:31:24	58721797234	Ana Paula Paiva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:31:31	690.293.422-34	Maria das Graças Carlos da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:31:34	77439554272	ALEX FREITAS DE OLIVEIRA	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:31:40	195.943.212-53	Luiz Eduardo Marques Gomes	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:31:42	43546625234	Mauricéia Araújo de Lima	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:31:42	67340989234	Luceni da Silva Lima	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:31:45	72577142234	Savia Silva de Medeiros	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:31:57	74343076253	Amilar Sales Alves	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:31:58	50920863272	Ney Kássio Albuquerque Leite	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:32:11	71120661234	Mariene da Silva lima	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:32:15	49518704287	Rosa Maria Neve de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:32:22	658.115.002-97	Maria de Fátima Souza	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:32:25	617.651.122-49	Gelson Moreira de Lima	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:32:28	44623089991	REGINA CÉLIA FERRARI LONGUINI	Desembargador (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:32:33	67802206200	Carinne Correia Rosas	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:33:00	13829033249	Jose de Arribamar Gomes Cordeiro	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:33:01	922.780.192-87	Gilcimar do Nascimento Nobre	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:33:08	84855215287	Monique da Silva Ferreira	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:33:12	38932903204	Kátia de Queiroz Almeida	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:33:18	71760946249	Elino Silva de Mendonça	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:33:46	41870409272	Eliane Alves Faino Patricio	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:33:53	03489621263	Ana Caroline S Freitas	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:33:55	691.264.962-91	Marcondes Magalhães Dourado	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:33:56	60223413291	Elissandra da Silva Araújo	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:33:59	13330810220	FRANCISCO LÁZARO SIMÕES	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:34:00	61331015200	Daniel Gustavo Bomfim Araújo da Silva	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:34:13	00204664209	alana de lima souza	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:34:22	88144003268	Gabriela Ruzafa	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:34:28	65989996268	Evelin bueno	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:34:30	43880584249	Joelma R Nogueira	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:34:33	66980895249	JOICILENE DA COSTA AMORIM	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:34:33	02085395228	Welisson Basilio de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:34:41	007.310.902-92	Deuliane Santos Lima	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:34:42	43424872253	Maria de Fátima Oliveira Mota	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:34:50	838.383.842-53	Cristiane Brunoro	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:34:54	61748080253	Elisson Magalhães	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:34:54	004.849.472-06	Gilmar gomes	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:34:56	02550251229	Mario Ney Nogueira Braga Júnior	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:01	434.835.852-49	Neurandir Ferreira Roques	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:03	39502337840	Luís Fernando Rosa	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:03	08611218647	Gláucia Aparecida Gomes	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:04	03169523201	Vitória de Oliveira Ferreira	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:05	04721051670	Thaís Khalil	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:06	0003820920	Nassara NASSERALA Pires	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:08	35927806899	Maluma Raphaela de Oliveira Brito	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:08	21580162215	Maria do Socorro Moraes	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:09	52847322272	Maria Flávia de Souza Damasceno Medeiros	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:09	96767262272	José Maria Ribeiro Xavier	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:09	360.331.622-34	Roquiline Silva Craveiro	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:35:10	79203175253	Everley Sales	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:11	97537608253	Allexandra Macedo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:14	03454861454	Isabelle sacramento	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:14	019545265	RICHARD MEENZES CAMPOS	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:17	390.799.022-68	Marineide Silva do Nascimento	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:17	68232071249	Ellen Fabiana Gonçalves Chaves Farias	Servidor (a) Requisitado (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:19	015.884.645-12	Rosilene de Santana Souza	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:20	43436820210	Grazielle Outramario wutzke	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:21	808.636.472-00	Michaele Sales Barroso Viana	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:21	24581696860	Luís Gustavo Alcalde Pinto	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:21	01922766976	Gustavo Sirena	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:25	13532521750	Manuela Mesquita Souza	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:25	52322890200	Andréia Mota Lima Vasconcelos	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:26	76187110200	Clemilson Laurentino	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:26	960.487.191-91	Cleston Estevam de Freitas	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:28	89959230244	Jessica Pasa Borges	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:34	01878666274	Rafaele Justino de Moura	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:34	76855295215	Ana Paula Marques Coutinho Eleamen	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:35	43475710200	Carla V T Mendonça	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:37	04844731661	Marcela Afonso	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:39	52714667287	Alex Silva de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:39	43458637249	Michel Feitoza Mendonça	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:40	80052800253	Locileudo Silva de Melo	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:41	43425968220	Vanusa Rodrigues	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:41	66464765272	Katiuzya F. Dalacosta de Melo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:42	49506439249	Maria Dionete de Souza Bezerra	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:46	87771349234	Renato da Costa modesto	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:35:46	465.716.712-04	Gilcineide Ribeiro Batista	Servidor (a) Requisitado (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:47	94222770272	João de Oliveira Lima Neto	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:47	69606609200	Tania Carvalho de Oliveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:48	832.789.312-20	Mayara Pereira Nogueira	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:48	36073016204	José Vicente Almeida de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:50	72184094234	Rodrigo Oliveira dos Santos	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:50	509.617.132-91	Márcio Ney de Oliveira Dias	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:51	69520038272	Giselle Maria Diniz Andrade Costa	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:52	50937731234	Nahyma Santiago de Araujo	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:54	00566061252	Vanessa de Souza Fernandes	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:55	003.594.722-57	Ericson Rodrigues da Costa	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:58	435.101.162-91	Gabriela Saboia	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:59	47834137204	RAQUEL CRAVEIRO MORAIS	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:00	55824765200	Carlos Fonseca Cassiano da Cunha	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:03	101.441.997-26	Hellen Oliveira	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:05	00526370262	Raissa Fernanda Gomes Juca Botelho	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:36:09	78890250259	Jovanny Fogaça	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:10	78022045268	Karoline Albuquerque da Silva	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:12	95968660015	Patrícia Betiolo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:14	43518079204	Sara Cordeiro de Vasconcelos	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:15	216.845.102-87	Dirce Oliveira Teodoro	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:16	819.751.392-91	Isaura Antônia Torres de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:19	03592203207	Gabriela Alves Coelho	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:36:21	30165032200	ANTONIO RODRIGUES	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:22	48451550282	Giuliana Evangelista	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:28	196.052.422-49	Samya Ester da Silveira Gouveia assis	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:30	01283511282	Márcia Figueiredo	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:36:33	56625405272	VENÍCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:33	76067769204	Fernanda Teodoro	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:33	00527038270	Rafaella Ribeiro Mezerhane	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:34	02452015482	Hudson Castro Magalhães	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:38	948.213.212-20	Benildson Leite de Oliveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:36:40	68392877268	jorge luiz de almeida rocha	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:36:42	44398248200	João Neudo Silva Gomes	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:36:46	340.253.832-68	Maria Izabel Bezerra Oliveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:36:50	23337095291	Maria Antonia Nascimento Pereira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:52	94830002204	Pammela de Paula Santos	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:53	61984035215	Wanderson Miranda	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:37:04	81443226220	Daniel Soares Gomes	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:06	638.040.932	Lucélia Maia Soares	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:06	35961465268	Raimundo José da Costa Rodrigues	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:07	48444650224	Francisca Regiane da Silva verçoza	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:14	427.585.562-00	Moisés Sousa Firmino	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:16	92638392200	Fatiana Narjara Lima de Castro Bessa	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:19	43491081220	Maria Filgueira da Silva Soares	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:37:21	94696446204	Wuisla Batista de Oliveira	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:22	04696364402	Marcos Rafael Maciel de Souza	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:25	023.212.602-03	Bruno Medeiros Torres	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:28	23328517200	Maria Gerliane Moura Costa	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:30	518.982.842-53	NIRLEIA DE LIMA SILVA	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:37:35	83388605220	Diógenes Ramos Maciel	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:37:37	35929987220	Marcelo Coelho de Carvalho	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:39	17265045491	Darlan da matta de souza	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:37:43	751.026.332-87	Maria Gerusia Landy Chaves	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:37:44	35955597204	Girlene Daniel Silva Souza Santiago	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:44	43452701204	Rosineide Souza de Azevedo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:45	10793514770	Bruno Bicudo Gonçalves	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:56	30377325805	Michele de Andrade Lima	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:38:03	30163573808	Renato Luis Travasso	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:38:07	00031624278	Andréia Moura	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:38:15	00057982210	VILCILENE MACHADO	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:38:17	19694687268	Júlia Ramos de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:38:29	434.127.342-68	André Fabiano Leite da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:38:29	181.415.362.9	Charles Augusto Pires Gonçalves	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:38:34	483742702-25	Cleide Helena Prudêncio da Silva	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:38:46	23344083287	Deusdete Silva de Melo	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:38:53	66537126215	Kemis Viana	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:38:55	00776999478	Inaiza Medeiros Vasconcelos de Araújo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:38:57	30164788204	Benedita da Silva Albuquerque Ferraz	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:39:02	716.417.182-34	FENELÚCIA MENDES PEREIRA	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:39:03	97628859615	MARIA TEREZA DELL ORTO	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:39:11	656125.740-53	Giorgia Lemos Jaeger	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:39:14	39137651234	Silvana aparecida da silva szilagy	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:39:19	745.279.592-04	Maria Lenária Lopes do Nascimento	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:39:27	19694687268	Júlia Ramos de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:39:47	233.501.722-53	Sulamita Barreto Pereira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:39:56	233.263.872-53	Silma Braga	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:39:58	515.795.532-49	Mair Vila de Messias Nascimento	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:40:11	618.302.752-91	Osman Mamed	Servidor (a) Requisitado (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:40:12	7781567210	Luiz Felipe Maia de Lima	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:40:16	484.140.932-72	Veralice Meira Rocha	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:40:26	03880417229	William Klismann Liberato Azevedo	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:40:30	04303396230	Alane Pereira	Servidor (a) Requisitado (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:40:51	19609191215	Luís Cláudio Aires Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:41:05	01648619207	Francisco Rosevaldo Nascimento Araujo	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:41:13	626.409.682_20	Fabio de Rezende Silveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:41:19	766.043.902-25	Francisca Oderlândia da Silva Araújo	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:41:25	30857538268	Jean Costa	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:41:26	657.638.312-68	Valéria Cristina Morais de Oliveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:41:32	78375657204	Glauca Lopes de Andrade	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:41:39	762.321.072-68	Amanda Cristina Batista de Aquino	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:41:58	93873433249	Raieza Cavalcante França	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:42:05	00062469665	Márcio Sales Moreira	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:42:11	43459404272	Maria Nair C. de Araújo Gonçalves	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:42:31	21724083287	Joab nascimento	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:43:01	434.140.442-34	Greice Garcia da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:43:08	762.321.072-68	Amanda Cristina Batista de Aquino	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:43:08	76363163234	Maria Amorim	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:43:09	391.004.482-49	Raimunda de Souza Lima	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:43:22	32253966215	Francisco Macambira Gama	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:43:27	99045230391	José ícaro terranova freitas de sousa	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:43:34	56643276268	Antonia Keldiney Gomes de Sousa	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:43:43	32243154234	Francisco Clevis Mustafa da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:43:52	69985596234	REGIS WELINGTON AIRES ALVES DE FREITAS	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:44:04	63178460225	Dayved Martins de Souza	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:44:09	63702975268	Orlenildo Oliveira Dias	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:44:29	02932963244	Cáren da Silva Souza Santos	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:44:35	022.836.171-03	Stéphanie Winck Ribeiro de Moura	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:44:58	00643315209	Thiago Araújo Lopes	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:44:59	07902545490	CAIQUE CIRANO DI PAULA	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:45:10	00206111290	Talita Maciel da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:45:12	74444883200	Cataryny de Castro Avelino	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:45:17	322.543.502-34	Maria Rosilda de Moura Melo	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:45:29	02571034227	Joseane Oliveira do Nascimento	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:45:32	433.910.442-68	Jose Railson Guimarães Lebre	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:45:48	302.508.623-87	Robert Marinho	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:45:48	00435296230	Larissa Oaskes Bastos Vieira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:45:50	037.663.202-03	Jamyly Abreu	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:46:00	00771938225	Luan Machado	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:46:00	03615684443	Cicera Socorro de Melo Lucena	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:46:07	57363935220	Claudenice Fernandes	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:47:13	09746295888	José Carlos Martins Júnior	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:47:23	63516799234	Ana Paula Santos de Araújo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:47:34	88449432200	Anny Karolline Geber Tussolini	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:47:38	30859875253	Sandra Monica Lopes Sampaio	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:47:55	19673892253	Sebastião Nicolau da Silva Oliveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:48:14	59514949234	Jéner Pontes de Oliveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:48:30	97487171272	Giuliani ferreira de souza	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:49:20	0335785824p	Ozeas silva nobre	Servidor (a) Requisitado (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:49:45	43484069287	Ilka Maria Melo Barbosa	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:49:57	01281587273	Evelyn de Lima Viana	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:50:06	97929956253	Alex Costa Lamoglia	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:50:22	21701091291	valcilda Bezerra de Amorim	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:50:50	12432065786	Caroline Lagos de Castro	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:51:25	366080691272	Maria José de Oliveira Leao	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:51:50	01283511282	Marcos Figueiredo	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:52:18	197.176872-34	Aderson Farias Camelo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:52:21	30847060268	José Portela Cacau	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:52:29	52905233249	Jairo Oliveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:52:46	71280774215	Francisca Valéria Lima de Mesquita	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:52:49	197.169.902-00	GIRLENE ONOFRE SANTOS SAADI	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:52:50	02206787237	Amália Costa da Silva	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:53:09	23313161200	Rosa Maria Braga Soares	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:53:27	33953368249	Luiza Chagas de Souza Chaves	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:54:14	49519727272	Maria das Dores da Silva Santos	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:54:45	46581804215	Raimundo Reginaldo Bezerra de Moura	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:55:16	216.222.212-49	Senauria Bezerra de Moura	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:56:02	78405211268	Mariene Oliveira da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:56:12	05705034261	Marcos de Matos Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:56:38	32194781234	Simoncelli de Souza Farias	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:56:54	19762763220	Fábia Gonçalves Franklin	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:57:28	76784878000	Darci Jaeger	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:59:00	05705034261	Marcos de Matos Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 14:00:35	434010582-15	Núbia Nunes da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 14:03:45	47775610204	Egnaldo ferreira de arruda	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 14:04:58	08044254692	Mariana Costa Martins	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 14:06:46	034.114.132-12	Antônia Cristina da Silva Mendonça	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 14:07:52	05372282762	Eder Viegas	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 14:07:59	50955179220	Thicianne Santos da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 14:08:48	94876720282	Fernanda da Silva Freire de Carvalho	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 14:14:25	340 156 202 91	Eder Clemente	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 14:17:46	66556198234	Alderlandia Fernandes da Silva	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de Acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 14:25:05	920.723.132-87	Raimundo Nonato Gomes do Nascimento	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 14:27:03	465.507.202-49	Geane de Noronha Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 15:07:33	074.591.287-75	Luciana de Mesquita Paiva Dantas	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 15:11:17	206722253-87	Lourdes Guerra Terças	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
16/07/2025 13:26:33	217.403.722-04	José Aldenizio Lima Rego	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
17/07/2025 08:19:43	94624682220	Arianne da Silva Moncada	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM

**Anexo IIIB – Ata de deliberações da Reunião com Magistrados e  
Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Acre**



## Ata de Reunião

Código:

FOR-DIGES-004-04  
(V.00)

### Identificação da Ata

**Título: ATA DA REUNIÃO COM MAGISTRADOS E SERVIDORES PARA PROPOSTAS À PIME 2026–GESTÃO PARTICIPATIVA DAS METAS NACIONAIS**

Código: 005

Local: Google Meet da SEGOV

15/07/2025

Data:

Horário:  
14h:30

### 1. Pauta

1. ABERTURA: Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e trinta e dois minutos, no Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), com transmissão via Google Meet, foi realizada a Reunião com Magistrados e Servidores para Propostas à Proposta Inicial de Metas (PIME) 2026 – Gestão Participativa das Metas Nacionais. A reunião foi promovida pela Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGOV) do TJAC. O evento contou com a participação de magistrados e servidores, sendo conduzido pelo Cerimonial TJAC Rio Branco, com linguagem simples e tradução em Libras para garantir a inclusão. Presidente da Reunião: Desembargador Laudivon Nogueira (Presidente do TJAC). Coordenação e Explicação: Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. Zenice Mota. Apresentação das Metas: Hélio Carvalho (Secretário). DO OBJETIVO: A reunião de gestão participativa teve como objetivo principal apresentar e debater as propostas para as metas nacionais de 2026 do TJAC. O Desembargador Presidente Laudivon Nogueira ressaltou que a administração deve ser focada em resultados, priorizando o jurisdicionado em primeiro lugar, e que todas as ações devem visar ao seu benefício. A Juíza Zenice Mota explicou que este é o momento de coletar as opiniões de magistrados e servidores, após a realização da audiência pública com a sociedade civil, antes que as propostas sejam encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para debate final em dezembro e emissão da portaria com as metas para 2026. DAS METAS NACIONAIS DE 2026 APRESENTADAS: O Senhor Hélio Carvalho apresentou as dez metas propostas para 2026, as quais são as mesmas em execução no ano corrente, com alterações somente no período de referência. São elas: Meta 1: Celeridade – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2024 a 2025, excluídos os suspensos e sobrestados. Meta 2: Processos Antigos – Identificar e julgar, até 31/12/2026, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no primeiro grau; 90% dos processos distribuídos até 31/12/2022 no segundo grau; 95% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nos juizados especiais e turmas recursais; e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 15 anos ou mais. Meta 3: Conciliação – Aumentar o indicador "índice de conciliação do Justiça em Números" em um ponto percentual em relação a 2024, com cláusula de barreira de 17% para o índice de conciliação. Meta 4: Combate à Corrupção – Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais, visando julgar 65% das ações penais distribuídas até 31/12/2021 e 100% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 2021. Meta 5: Eficiência – Reduzir em meio ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processos de conhecimento do primeiro grau e juizados especiais em relação a 2025, com cláusula de barreira de 56%. Meta 6: Ações Ambientais – Identificar e julgar até 31/12/2026, 50% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídas até 31/12/2024. Meta 7: Indígenas e Quilombolas – Julgar até 31/12/2026, 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e 50% dos processos relacionados às comunidades quilombolas distribuídas até

31/12/2024. Meta 8: Violência Contra a Mulher – Identificar e julgar até 31/12/2025, 75% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2023 e 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2023. Meta 9: Inovação – Desenvolver no ano de 2026 dois projetos relacionados à Agenda 2030, oriundos de laboratórios de inovação, com a participação de pelo menos um laboratório de outra instituição pública, e que gerem benefícios à sociedade. Meta 10: Infância e Juventude – Identificar e julgar até 31/12/2026 no primeiro grau 90% e no segundo grau 100% dos processos em fase de conhecimento nas competências de infância e juventude cível e apuração de ato infracional distribuídos até 31/12/2023 nas respectivas instâncias. DAS DISCUSSÕES E SUGESTÕES: Os participantes foram incentivados a se manifestar verbalmente, via chat ou formulário eletrônico. Foram levantados os seguintes pontos: Meta 6 (Ações Ambientais): A Juíza Zenice Mota sugeriu que a meta trate somente de processos de conhecimento, excluindo as execuções, devido a incertezas com os dados e a forma de contabilização do CNJ. O Juiz de Direito Cloves Ferreira, responsável pela meta ambiental no estado, corroborou a dificuldade por falta de dados atualizados no painel do tribunal. A Juíza Zenice Mota esclareceu que o painel interno do TJAC está atualizado, mas o do CNJ apresenta atrasos. Meta 1 (Celeridade): O Juiz de Direito Cloves Ferreira propôs que o cumprimento considere uma média correspondente ao aumento da litigiosidade, ou que se estabeleça uma cláusula de barreira para aumentos expressivos; A Juíza de Direito Adamarcia complementou, sugerindo que o parâmetro seja a produtividade do ano anterior para evitar trabalhar com dados incertos; A Juíza de Direito Luana Campos solicitou uma exceção ou percentual específico para varas de sucessões, devido à dificuldade quase impossível de cumprimento da Meta 1 nestas unidades; A Juíza Zenice Mota esclareceu que a Meta 1 se refere ao primeiro lançamento do julgamento e não tem relação com o arquivo provisório; Meta 2 (Processos Antigos): A Juíza de Direito Luana Campos obteve a confirmação de que os inventários continuam excluídos da segunda parte da meta, referente a processos com mais de 14 anos; Meta 3 (Conciliação): Caique Cirano defendeu a revisão de percentuais absolutos nas metas, especialmente os de 100%, e questionou a imposição de altos percentuais de conciliação, argumentando que a conciliação depende da vontade das partes e não pode ser imposta com percentuais elevados. A Juíza Zenice Mota aderiu a esta manifestação. Prazos: A Juíza Zenice Mota alertou que o prazo final para as metas em 2025 é 19 de dezembro, antecipando o recesso. Meta 9 (Inovação): A Juíza Zenice Mota explicou que a meta exige a comprovação de dois projetos de inovação, sendo um em parceria com outro tribunal, para incentivar a inovação constante, referindo-se ao "Lápis" (Laboratório de Projetos Inovadores e Sustentáveis). Painéis de Acompanhamento: Caique Cirano solicitou a unificação dos painéis de visualização e acompanhamento do tribunal e do CNJ, citando discrepâncias nos dados e atrasos na atualização do painel do CNJ. A Juíza Zenice Mota esclareceu que os painéis internos do TJAC já foram unificados e estão atualizados diariamente pelo Sage, mas o painel do CNJ apresenta dados desatualizados (ainda de abril na data da reunião). O Desembargador Laudivon Nogueira informou que vários painéis de Business Intelligence (BI) estarão disponíveis em agosto com atualização em tempo real, facilitando a administração e identificação de problemas, ao contrário dos painéis do CNJ. Capacitação e Compartilhamento de Conhecimento: Alexandre sugeriu que o tribunal crie soluções para atender às necessidades de melhoria das metas, focando na capacitação dos servidores. Ele propôs que cada setor se torne um braço da ESJUD na transmissão de conhecimento, reconhecendo a especificidade do aprendizado em cada vara e setor, a fim de garantir um atendimento de qualidade uniforme e não centralizado em uma única pessoa. O Desembargador Laudivon Nogueira endossou a pertinência dessas observações, afirmando que o alinhamento e a capacitação são forças motrizes para alcançar a excelência. DO ENCERRAMENTO: O Desembargador Laudivon Nogueira concluiu a reunião enfatizando que todos são responsáveis pelo resultado, que a boa reunião é objetiva e rápida. Ele agradeceu a presença de todos e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezesseis horas e vinte minutos. A presente Ata, depois de lida e achada conforme, será assinada por:

Assinaturas

Desembargador **Laudivon Nogueira** - Presidente do TJAC.

**Juíza Zenice Mota** Juíza Auxiliar da Presidência e responsável pelo Eixo Governança do Núcleo de Gestão da Qualidade - NUGEQ

**Hélio de Oliveira Carvalho**, Secretário de Governança e Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.



Documento assinado eletronicamente por **Helio Oliveira de Carvalho, Subsecretário**, em 29/07/2025, às 16:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Zenice Mota Cardozo, Juiz(a) Auxiliar da Presidência**, em 30/07/2025, às 12:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador LAUDIVON de Oliveira NOGUEIRA, Presidente do Tribunal**, em 30/07/2025, às 14:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **2161927** e o código CRC **14CBCB85**.

**Anexo IIC – Planilha de Contribuições de Magistrados e Servidores do  
Tribunal de Justiça do Estado do Acre**





**Anexo IIID – Relatório com Dados Brutos das Contribuições de  
Magistrados e Servidores à PIME 2026**



**PODER  
JUDICIÁRIO**  
DO ESTADO DO ACRE

## Contribuições de Magistrados (as) e Servidores (as) - PIME 2026

113 respostas

[Publicar análise](#)

**SOBRE VOCÊ:**



## 1. Nome e sobrenome

113 respostas

Paulo Henrique Santos da Silva

Priscila Luena Prado Maia

Élis Claude Félix Rodrigues

Aldenize Martins

Elissandra da Silva Araújo

Thalita da Silva Mourão Lima

Emily Moraes Costa

zenice mota cardozo

Josué da Silva Santos Abreu

Natacha Salomão Chagas Almeida

Lyneker Melo Moura Silva

Brunna Cristina Barbosa Charar

Alex Silva de Souza

Charlene Silva Costa

João Manuel Vasconcelos Moura

Sebastião Nicolau da Silva Oliveira

José Carlos dos Santos Silva Júnior

Marcos dos Santos Pereira

Queffren Licurgo de Carvalho Rêgo

Luzete Rodrigues Mota

Jose de Arribamar Gomes Cordeiro

Francisco Lima de Oliveira



Raimundo Lucivaldo Firmino do Nascimento

Kellem Nascimento de Lima

Nassara Nasserela Pires

Mayko Anderson da Silva Lima

maria José de Oliveira Leao

Greice Garcia da Silva

Manoel Rodrigues de Oliveira

Narcelio Flávio Siqueira Generoso de Oliveira

Jose Leite de Paula Neto

EVERLEY SALES

Ana Cláudia de Araújo

Michele de Andrade Lima

DELICIMARA DA COSTA CAMPOS

Larissa Barreto

Ivana Correa Morais Souza

Josiane Souza da Silva Bandeira

Maria de Jesus Lima Felipe

Vânia Moizéis de França

FERREIRA DO NASCIMENTO

Sheiliane Correia Costa Gomes

Jaime mustafa neto

Maria Natiele de Sales Silva

Joseane Oliveira do Nascimento



JOICILENE DA COSTA AMORIM

Mariana Costa Martins

Jeozadaque Magalhães

Hugo Barbosa Torquato Ferreira

Ana Lúcia Costa Felisberto

CLOVES AUGUSTO ALVES CABRAL FERREIRA

Mirella Ribeiro Chaves Giansante

Aquiles Prado Neto

Fábio Messias da Silva Maia

Alderlandia Fernandes da Silva

Lourdes Guerra Terças

Tácila Monteiro

Maria Madalena Santos Silva

Thairine Stéfani Bezerra Lima

Maria Maciel Amorim

Marcus Telêmaco Ferreira Lopes

Claudenice Fernandes

Fernanda da Silva Freire de Carvalho

Maria Jose Oliveira Moraes Prado

Artemisia Oliveira de Souza

Carinne Correia Rosas

Luiz Carlos da Silva Negreiros

Gledival Passarinho de Matos



Cleomilton da Cunha Azevedo Filho

José Victor de Almeida França

Eliandro Viana da Silva

Symara Luana de Sousa Mota

Vanísia Santos de Freitas

Ana Cristina Alves da Silva

Rizoneidy Silveira de Paula

Maria do Socorro Silva de Souza Machado

Gláucia Aparecida Gomes

Talita Maciel da Silva

Fabiana Maria da Cunha Fagundes

Daniel Francisco Costa do Nascimento

Diógenes Ramos Maciel

Maria das Graças Carlos da Silva

Ivanir Vasconcelos de Souza

Caique Cirano di Paula

Erik da Fonseca Farhat

PAULO GILLIARD DA SILVA SIQUEIRA

Vitória de Oliveira Ferreira

Mário Ney Nogueira Braga Júnior

Gabriela Saboia

William Abud de Castro Garcia

Mário Jorge Marialva Silva



Lissânia de Oliveira Lima

Cleidiany Eliza

alex oivane

Verônica Freire de Menezes

Marcos de Matos Silva

Rita Ferreira da Silva

Maria Filgueira da Silva Soares

Evandro Araújo de Aquino

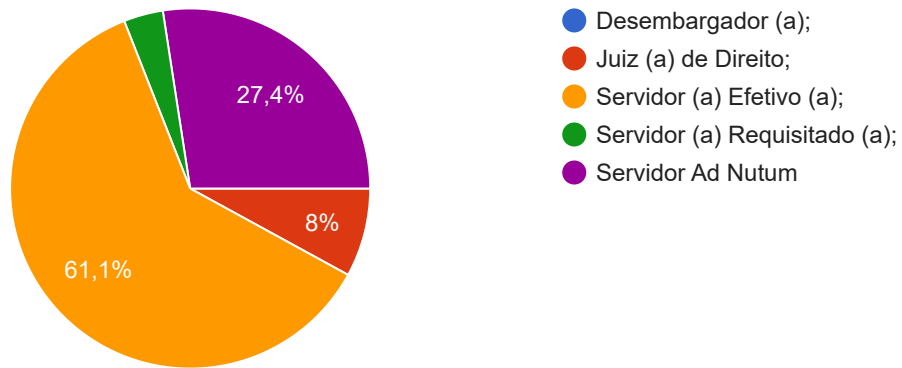
Gerlane Garcia da Silva

Mais 13 respostas estão ocultas

### 3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?

 Copiar

113 respostas



## CONTRIBUIÇÕES



## Meta 1 de 2025 - Julgar mais processos que os distribuídos:



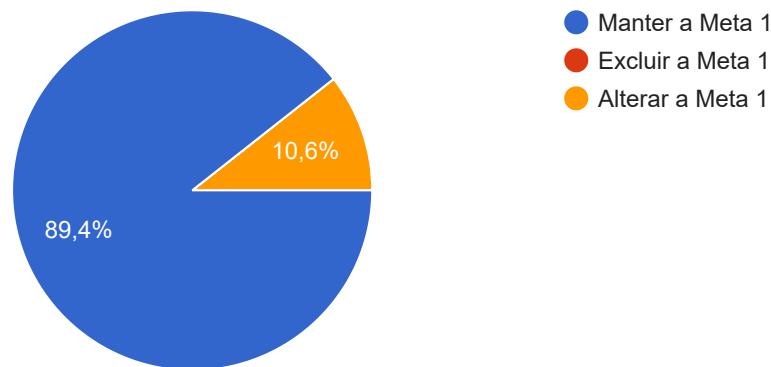
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025.

### Critério de Cumprimento:

A meta estará cumprida se, ao final do período, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100.

### Você deseja:

113 respostas



## Qual redação você propõe para a Meta 1?

54 respostas

.

Manter

Sem

Nenhuma

Sem alterações

Nenhuma

Sem informação adicional.

manter

Mantendo a mesma.

Sugiro Manter

com exceção dos inventário

Prejudicada

principalmente na vara criminal e impossivel cumprir 100 por cento essa meta tendo em vista as dificuldades para intimação das partes

Manter a Meta 1

Sem propostas

Válida.

A mesma apresentada

Sou servidora

Sem dados complementares.

Manter meta

AGILIDADE NAS DECISÕES



Alteração do período da análise da distribuição, na medida em que os processos distribuídos em dezembro, a título de exemplo, e demandarem instrução, claramente não serão julgados no mesmo ano, o que demandaria "crédito" de julgamento pelas unidades, para cumprimento da meta.

Que seja considerada, na redação da META1, uma cláusula de barreira referente ao percentual de aumento da litigiosidade em relação ao ano anterior.

Julgar mais processos do que o número de processos distribuídos no ano, respeitada a quantidade do ano anterior e também a taxa relativa à litigiosidade, se aumentada em nível superior ao ano anterior.

Reduzir o percentual, mantendo, inclusive, a segurança jurídica de análise.

Julgar a quantidade maior.

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos e/ou no percentual de 80% de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025.

Sem alteração

Manteria a redação sugerida

Julgar Processos de conhecimento

Especificamente quanto aos processos cíveis, considerando-se a imperiosa observância do procedimento legal, prazos, etc., por vezes, a falta de processos sentenciáveis prejudica a unidade

Tá boa assim

O percentual de 100% deve ser diminuído, conforme possibilidades reais, considerar o percentual de entrada e julgados no ano anterior.

Estabelecer uma margem para cumprimento.

Manter a meta 1

Estabelecer um percentual crescente correspondente. Exemplo: com base no ano anterior. Realizar uma espécie de Cláusula de Barreira. Objetivo de resguardar o nível impraticável de litigiosidade que regularmente ocorre.

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025

Permanecer do jeito que está

Sem proposta.



Redação atual

Nada a acrescentar

sem alteração

Manter a Meta 1.

Sugiro manter

Sem alteração

Meta 2 de 2025 – Julgar processos mais antigos  
Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos:

 Copiar

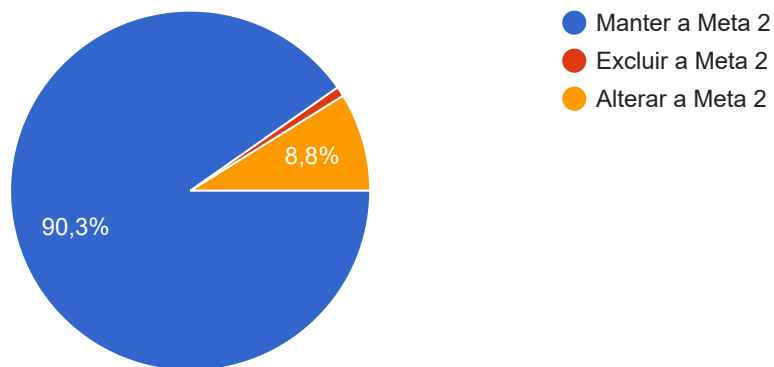
- a) 80% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 1º grau;
- b) 90% dos processos distribuídos até 31/12/2022 no 2º grau;
- c) 95% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais; e
- d) 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamentos há 15 anos (2010) ou mais.

### Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% nas instâncias e nos períodos de referência.

Você deseja:

113 respostas



## Qual redação você propõe para a Meta 2?

104 respostas

.

Manter

Nenhuma

Nenhuma

Sem

Sem alteração.

Sem informação adicional.

A mesma redação atual

Contratar mais servidores em todas as áreas de maior necessidade.

manter

Mantendo a redação anterior.

Concordo com a meta 2.

Não se aplica

Manter a meta

Manter

Sugiro Manter

Processos antigos

Processos de inventário precisam ser decorados a parte, pois por se tratarem de jurisdição voluntária depende de influência externa para serem encerrados.

nenhuma

concordo

Prejudicada



..

Precisamos de material humano para poder cumprir essas metas, em especial contratação de mais oficiais de justiça tendo em vista que na comarca existem apenas dois oficiais de justiça

Manter a Meta 2

Não tenho nada a propor

80% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 1º grau;

sou servidora

Sem sugestão

Considerando a entrada e saída. No período.

Sem dados complementares.

Manter meta.

Sem alterações

Manter meta

Meta 2 de 2025 – Julgar processos mais antigos  
Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos:

- a) 80% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 1º grau;
- b) 60% dos processos distribuídos até 31/12/2022 no 2º grau;
- c) 95% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais; e
- d) 80% dos processos de conhecimento pendentes de julgamentos há 15 anos (2010) ou mais.

FAZER UM MULTIRÃO PARA SANAR

Sem sugestões

Não

Reduzir o percentual, mantendo, inclusive, a segurança jurídica de análise.

Sem sugestão



não tenho nenhuma alteração

Julgar os processos mais antigos.

Julgar 70%

Meta 2 de 2025 – Julgar processos mais antigos  
Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos:

a) 70% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 1º grau;

Reduzir ao menos para 80%

Sem alteracao

Percentual menor

Manteria a redação sugerida

Manter a redação atual

Julgar processos mais antigos  
Identificar e julgar, até 31/12/2025 (a) 75% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 1º grau; b) 95% dos processos distribuídos até 31/12/2022 no 2º grau;).

Cem

Julgamento de processos antigos

85% para os procedimentos do JECRIM

Sem sugestões

c) 95% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais

Manter redação

Reduzir percentuais

Sim

Melhorar a margem de cumprimento

Manter a redação

Manter a meta 2



Manter a meta 2.

Julgar processos mais antigos  
Identificar e julgar, até 31/12/2025

Sem proposta.

manter a redação.

A mesma que já existe

Redação atual

Sem informações adicionais.

Julgar os mais antigos pelo menos

Igual

A redação está compatível.

Sem

Sem adicionais

Nada a acrescentar

sem alteração

Manter a Meta 2.

MANTER

Sugiro manter

Sem alteração

Sem sugestão



### Meta 3 de 2025 – Estimular a Conciliação



Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2024.

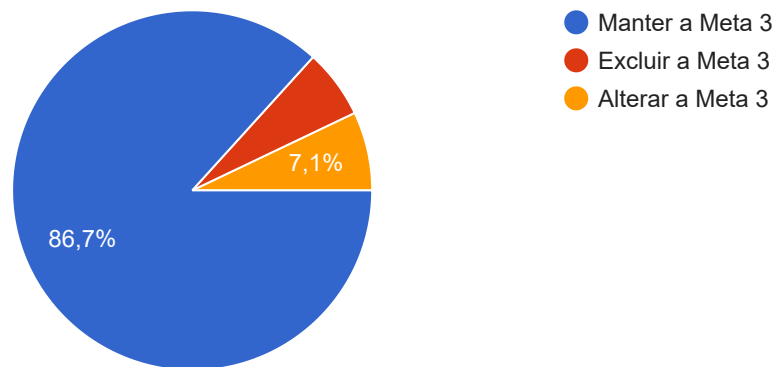
Cláusula de barreira: 17% de Índice de Conciliação.

Critério de Cumprimento:

A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%.

Você Deseja:

113 respostas



## Qual redação você propõe para a Meta 3?

104 respostas

.

Manter

Nenhuma

Sem

Nenhuma

Sem informação adicional.

A mesma redação atual

Sem proposição.

mater

Mantendo a redação anterior.

Concordo com a meta 3.

Não se aplica

Manter a meta

Sugiro Manter

Conciliação

Manter como está

nenhuma

Treinar e aumentar os conciliadores

Prejudicada

nao tenho proposta

Manter a Meta 3



Não tenho nada a propor

Manter nome

sou servidora

Propor mais acordo

Sem sugestão

Considerando o resultado do indicativo anterior.

Sem dados complementares.

Manter a proposta.

Sem alterações

Não se aplica a unidade

Meta 3 de 2025 – Estimular a Conciliação

Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2024.

Cláusula de barreira: 15% de Índice de Conciliação.

Critério de Cumprimento:

A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 80%.

CAPACIATAR OS CONCILIADORES

Sem sgestões

Não

Sem alteração

Não se aplica

Reduzir percentual de conciliacao com acordo, considerando que depende das partes a intenção de conciliar, destacando que dificilmente a instituições bancarias nao apresentam proposta de acordo

não tenho nenhuma alteração



Fazer mais conciliação.

Mais conciliadores

Meta 3 de 2025 – Estimular a Conciliação

Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2024.

Os processos que envolvem os entes públicos, sempre resta infrutífera

Sem alteracao

Números menores

Manteria a redação sugerida

Sem alteração.

Nada a propor

Cem

A meta é conciliar!

Diminuir para 15%

Sem sugestões

Manter redação

O índice de conciliação pode ser aumentar como expectativa, porém o percentual de cumprimento deve ser reduzido, visto que a conciliação depende da vontade das partes e em muitos os casos, a busca pelo judiciário decorre da necessidade de aplicação da Lei para resolução das questões. Os acordos podem ser delineados durante as audiências, se houver maior participação de advogados/ defensores acompanhando as partes para orientá-los quanto aos direitos individuais e esclarecimentos quanto vantagens da conciliação, nos diferentes campos de interesse, principalmente econômico.

Processos de inventário e divórcio muitas vezes são arraigados por muitos fatores emocionais e os acordos ficam prejudicados. Orientações precisas, com apresentação de cenários relacionadas a potenciais prejuízos financeiros podem facilitar a construção de acordos.

Sim

Reduzir a meta para 15%

Manter a redação



Manter meta 3

Excluir, pois a conciliação depende das partes.

A mesma

Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2024

Sem proposta.

Melhorar a comunicação dos conciliadores com as partes informando os benefícios da conciliação. Muitas das vezes 30min, não é suficiente para realização de conciliação, principalmente em ações que envolvem família.

manter a redação.

A mesma que já existe

Redação atual

Sem informações adicionais.

Aumentar o numero de conciliações

Igual

A redação está compatível.

Sem adicionais

Nada a acrescentar

sem alteração

Manter a Meta 3.

MANTER

Sugiro manter

Sem alteração

Sem sugestão





Meta 4 de 2025 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

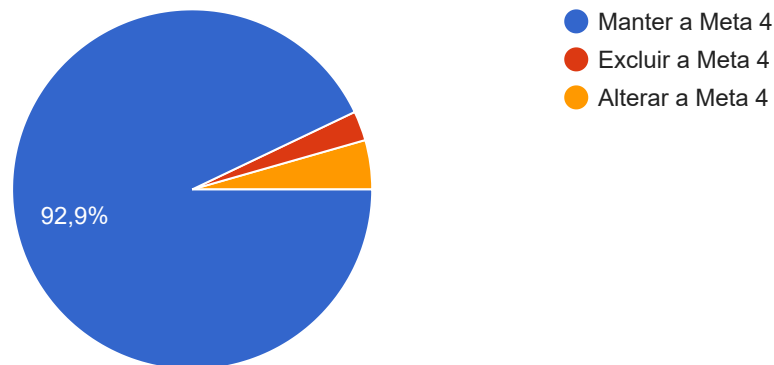
Identificar e julgar até 31/12/2025, 65% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2021, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão. Identificar e julgar até 26/10/2025, 100% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2021.

#### Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%.

Você deseja:

113 respostas



## Qual redação você propõe para a Meta 4?

104 respostas

.

Manter

Nenhuma

Sem

Nenhuma

A mesma

Manter a redação

Sem informação adicional.

Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

A mesma redação atual

Sem proposição.

manter

Mantendo a redação anterior.

Concordo com a meta 4.

Não se aplica

Manter a meta

Sugiro Manter

Manter como esta

nenhuma

sem resposta

Prejudicada



Dilatar o prazo para o julgamento.

nao tenho proposta

Manter a Meta 4

Sem propostas

sou servidora

Sem sugestão

Complicado o cumprimento.

Sem dados complementares.

Manter a pepposta.

Sem alterações

Manter meta

Mantenho

ACREDITO QUE TEM QUES ER JULGADOS COM MAIS BREVIDADE

Sem sugestões

Não

Sem alteração

Reduzir o percentual diante da complexidade das demandas

Sem sugestao

não tenho nenhuma alteração

Identificar e julgar os processos criminal.

Nada a declarar

Meta 4 de 2025 – Julgar os processos relativos aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

Identificar e julgar até 31/12/2025, 60% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2021, em especial corrupção ativa e passiva,



peculato em geral e concussão.

Identificar e julgar até 26/10/2025, 80% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2021.

Sem proposta

Sem alteracao

Alterar

Manteria a redação sugerida

Sem alteração.

Priorizar os julgamentos da Adm pública

Mantida

Sem sugestões

Manter redação

Sugiro redução de percentual. Processo de improbidade é muito complicado na produção de provas.

Sim

Aprimorar o percentual de cumprimento sentença

Manter Meta 4

Manter o mesmo nome

Sem proposta.

manter a redação.

Manter a que já existe

Redação atual

Sem informações adicionais.

Igual

A redação está compatível.



Sem adicionais

Nada a acrescentar

sem alteração

Manter a Meta 4.

MANTER

Sugiro manter

Sem alteração

Sem sugestão

Meta 5 de 2025 – Reduzir a taxa de congestionamento.

 Copiar

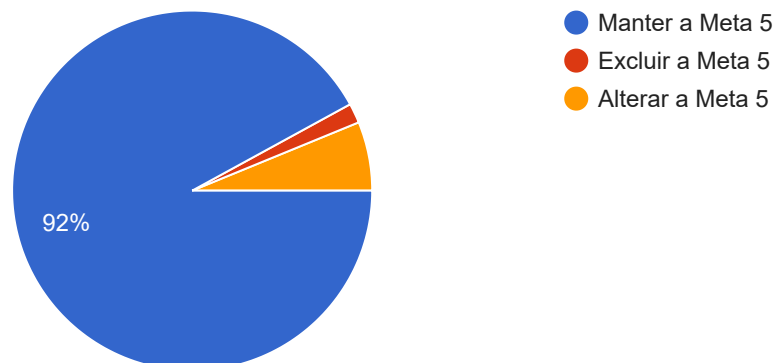
Reduzir em 0,5 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, do 1º grau e Juizados Especiais, em relação à 2024. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 56%.

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for maior ou igual a 100%.

Você deseja:

113 respostas



## Qual redação você propõe para a Meta 5?

104 respostas

.

Manter

Nenhuma

Sem

Nenhuma

Sem informação adicional.

A mesma redação atual

Sem proposição.

mater

Mantendo a redação anterior.

Concordo com a meta 5.

Não se aplica

Manter a meta.

Sugiro Manter

A mesma

Manter como esta

nenhuma

não opinar

Prejudicada

nao tenho proposta

Manter a Meta 5



Sem propostas

sou servidora

Sem ideia

Sem sugestão

Para alcançar o resultado desejado.

Sem dados complementares.

Proposta concordância.

Sem alterações

Manter meta

Meta 5 de 2025 – Reduzir a taxa de congestionamento.

Reduzir em 0,5 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, do 1º grau e Juizados Especiais, em relação à 2024. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 56%.

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for maior ou igual a 100%.

MINIMIZAR AS BUROCRACIAS

Sem sugestões

Não

Sem alteração

Não se aplica

Sem sugestao

não tenho nenhuma alteração

Reduzir o congestionamento do processo.

Verificar uma forma mais rápida e fácil de evitar congestionamento



Meta 5 de 2025 – Reduzir a taxa de congestionamento.

Reduzir em 0,5 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, do 1º grau e Juizados Especiais, em relação à 2024. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 56%.

Sem proposta

Sem alteracao

Alterar

Manteria a redação sugerida

Sem alteração.

Redação mantida

Cem

Descongestionar Processos 1a fase

Mantida

Sem sugestões

Manter redação

Não consigo opinar. Trabalho em unidade cível

Sim

Elevar a cláusula de barreira para 60%

Manter a redação

Manter meta 5

A mesma

Reduzir a taxa de congestionamento

Manter o mesmo nome

Sem proposta.

manter a redação.



Manter a que já existe

Redação atual

Sem informações adicionais.

Julgar 40%

Diminuir a taxa de congestionamento

Igual

A redação está compatível.

Sem adicionais

Nada a acrescentar

sem alteração

Manter a Meta 5.

MANTER

Sugiro manter

Sem alteração

Sem sugestão



## Meta 6 de 2025 – Priorizar o julgamento das ações ambientais.



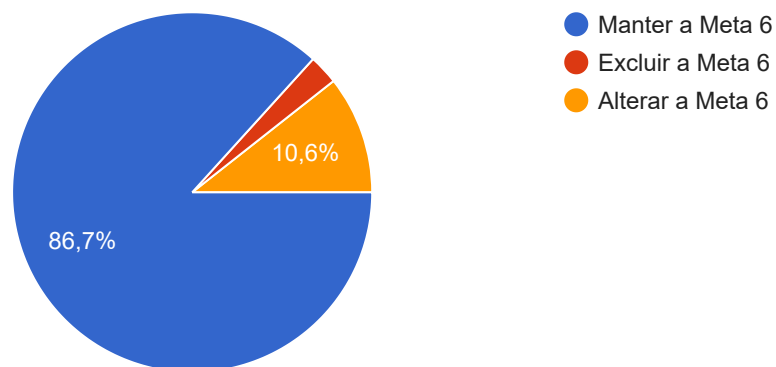
Julgar, até 31/12/2025, 50% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2024.

### Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou maior do que 100%.

### Você deseja:

113 respostas



## Qual redação você propõe para a Meta 6?

105 respostas

.

Manter

Nenhuma

Sem

Nenhuma

Sem informação adicional.

A mesma redação atual

Sem proposição.

excluir execução penal porque nao faz sentido

Mantendo a redação anterior.

Concordo com a meta 6.

Modificar o parâmetro

Manter a meta

Sugiro Manter

Mesma

Manter como esta

nenhuma

Não opinar

Manter

Prejudicada

Nenhuma.



nao tenho proposta

Manter a Meta 6

Sem propostas

sou servidora

Sem sugestão

E buscar superar.

Sem dados complementares.

Manter meta.

Sem alterações

Manter meta

Julgar, até 31/12/2025, 50% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2024.

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou maior do que 80%.

NÃO SE TEM INFORMAÇÕES COMO DEVEM SER CUMPRIDAS

Sem sugestões

Não

Sem alteração

Não se aplica

Sem sugestao

não tenho nenhuma alteração

Julgar os processos ambientais.

Diminuir a porcentagem

Julgar, até 31/12/2025, 30% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos at 31/12/2024.



Meta 6 de 2025 – O julgamento das ações ambientais.

Julgar, até 31/12/2025, 50% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2024.

Essas ações levam muito tempo para chegar ao final.

Sem alteracao

Alterar

Manteria a redação sugerida

"Julgar, até 31/12/2025, 50% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2023."

Mantida a redação

Prioridade é zelar pelo meio ambiente

Mater os 35%

Sem sugestões

Manter redação

Não consigo opinar. Trabalho em unidade cível

Sim

Excluir o cumprimento de sentença.

Manter a redação

Manter meta 6

A mesma

Priorizar o julgamento das ações ambientais.

Manter o mesmo nome

Sem proposta.

manter a redação.

Manter a que já existe



Redação atual

Sem informações adicionais.

Conscientização da sociedade

Igual

A redação está compatível.

Sem adicionais

Nada a acrescentar

sem alteração

Manter a Meta 6.

MANTER

Sugiro manter

Sem alteração

Sem sugestão



Meta 7 de 2025 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos indígenas e quilombolas.



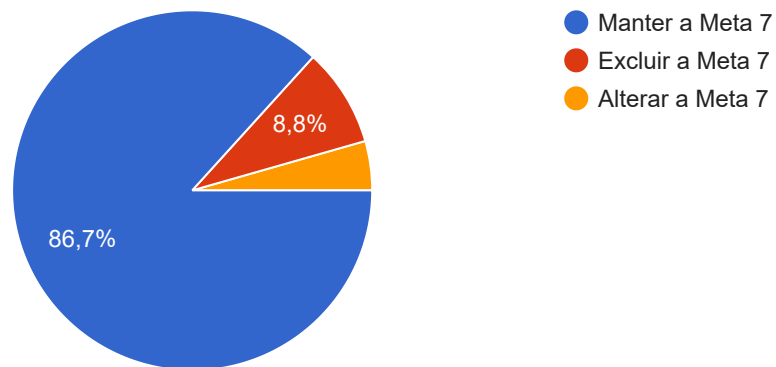
Julgar, até 31/12/2025, 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas distribuídos até 31/12/2024.

#### Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou maior do que 100%.

Você deseja:

113 respostas



### Qual redação você propõe para a Meta 7?

104 respostas

Nenhuma

Manter

Sem

Nenhuma

Prejudicada

Não se aplica

Sem informação adicional.

A mesma redação atual

Sem proposição.

manter

Mantendo a redação anterior.

Concordo com a meta 7.

Modificar o parâmetro

Percentual de 40%

Sugiro Manter

Mesma

Manter como esta

nenhuma

manter

Manter



nao tenho proposta

Manter a Meta 7

Sem propostas

sou servidora

Sem sugestão

Considerando o o número anterior

Sem dados complementares.

Concordo.

Sem alterações

Manter meta

Meta 7 de 2025 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos indígenas e quilombolas.

Julgar, até 31/12/2025, 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas distribuídos até 31/12/2024.

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou maior do que 100%.

NAÃO SE APLICA

Sem sugestões

Não

Votei por excluir a meta.

Sem sugestao

não tenho nenhuma alteração

Trabalhar com mais informações sobre os indígenas.

Nada a declarar



Meta 7 de 2025 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos indígenas e quilombolas.

Sem alteracao

Baixar percentual

Manteria a redação sugerida

Não se aplica. Excluir.

Redação mantida

Cem

o mesmo

35%

Sem sugestões

Manter redação

Prefiro não opinar. Eptaciolândia não tem população indígena relevante que venha a influenciar. Caso haja algum processo de indivíduo indígena é dado a devida prioridade na tramitação.

Sim

Sem observações.

Manter a redação

Manter meta 7

A mesma

Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos indígenas e quilombolas.

Manter o mesmo nome

Sem proposta.

manter a redação.

Manter a que já existe.



Redação atual

Sem informações adicionais.

Julgar 50%

O julgamento dos processos relacionados no item acima já tem prioridade

Igual

A redação está compatível.

Sem adicionais

Nada a acrescentar

sem alteração

Manter a Meta 7.

MANTER

Sugiro manter

Sem alteração

Sem sugestão



Meta 8 de 2025 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres.



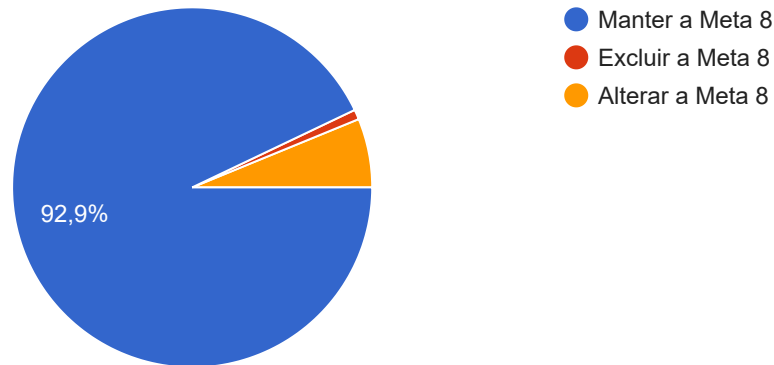
Identificar e julgar, até 31/12/2025, 75% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2023 e 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2023.

#### Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou maior do que 100% para feminicídio e 100% para violência doméstica e familiar contra a mulher.

Você deseja:

113 respostas



## Qual redação você propõe para a Meta 8?

104 respostas

.

Manter

Nenhuma

Sem

Nenhuma

Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Sem informação adicional.

A mesma redação atual

Sem proposição.

manter

Mantendo a redação anterior.

Concordo com a meta 8.

Não se aplica

Percentual de 70% e 80% respectivamente

Sugiro Manter

Mesma

Manter como esta

nenhuma

entendo necessário

Manter

Prejudicada



nao tenho proposta

Manter a Meta 8

Sem propostas

sou servidora

Sem sugestão

Necessário para alcançar o ideal

Sem dados complementares.

Concordo.

Sem alterações

Não se aplica a unidade

Manter.

TOTAL PRIORIDADE

Sem sugestões

Não

Sem alteração

Redução do percentual

Sem sugestao

não tenho nenhuma alteração

Prioridade na violência contra as mulheres.

Celeridade

Não se aplica

Sem alteracao

Melhorar



Manteria a redação sugerida

Sem alteração.

Identificar e julgar, até 31/12/2025, 70% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2023 e 80% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2023.

o mesmo

Mantida

Sem sugestões

Manter redação

Prefiro não opinar. Trabalho na unidade cível

Sim

Sem observações.

Manter a redação

Manter meta 8

A mesma

Manter o mesmo nome

Sem proposta.

manter a redação.

Manter a que já existe

Redação atual

Sem informações adicionais.

Tramitação prioritária em todos os atos.

Tentar diminuir o índice de feminicídio

Igual

A redação está compatível.



Sem adicionais

Nada a acrescentar

sem alteração

Manter a Meta 8.

MANTER

Sugiro manter

Sem alteração

Sem sugestão



## Meta 9 de 2025 – Estimular a inovação no Poder Judiciário.



Desenvolver, no ano de 2025, dois projetos relacionados à Agenda 2030 da ONU, oriundos do Laboratório de Inovação, com participação de pelo menos um laboratório de outra instituição pública, e que gerem benefícios à sociedade.

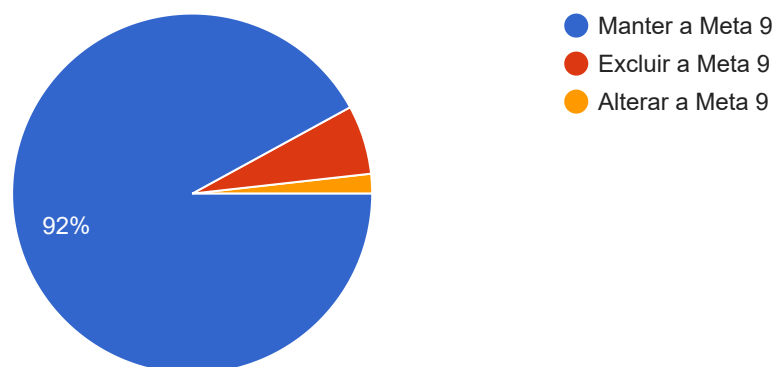
### Critério de Cumprimento:

A meta estará cumprida se o tribunal, cumulativamente:

1. Até 31/05/2025, cadastrar na plataforma RenovaJud dois projetos de inovação, relacionados a um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, para serem desenvolvidos em parceria entre seu Laboratório de Inovação e o de outro órgão público, do Judiciário ou externo, identificando o problema ou necessidade comum, os principais beneficiários e os benefícios esperados (proposta de valor); e
2. Até 31/07/2025, atualizar o cadastro na plataforma RenovaJud para demonstrar a efetiva aplicação pelos Laboratórios de Inovação de abordagem metodológica voltada ao estímulo da criatividade, cocriação e experimentação (processo de inovação), bem como a inovação contida na proposta de solução.

### Você deseja:

113 respostas



## Qual redação você propõe para a Meta 9?

105 respostas

.

Manter

Nenhuma

Sem

Nenhuma

Não se aplica

Sem informação adicional.

A mesma redação atual

Sem proposição.

manter

Que seja substituída por uma meta jurisdicional.

Mantendo a redação anterior.

Concordo com a meta 9.

Sugiro Manter

Mesma

Manter como esta

nenhuma

não consigo opinar

Manter

Prejudicada

Atualização da TPU, no sentido de incluir a execução das medidas protetivas da lei Henry Borel.



nao tenho proposta

Manter a Meta 9

Sem propostas

sou servidora

Sem sugestão

É salutar para para benefício da sociedade e do próprio TJAC.

Sem dados complementares.

Concordo

Sem alterações

Manter meta

QUANTO MAIS INOVAÇÃO MELHOR, DESEMPENHO

Sem sugestões

Não

Sem alteração

Não se aplica

Sem sugestao

não tenho nenhuma alteração

Valorizar mais os servidores da casa.

Nada a declarar

Tal meta não condiz com o Tribunal de Justiça do Estado do Acre, registrando que sequer temos Laboratório de Inovação em pleno funcionamento, sendo necessário aprofundar e/ou repensar tal demanda.

Meta 9 de 2025 – Estimular a inovação no Poder Judiciário.

Desenvolver, no ano de 2025, em conjunto e ouvida as comarcas, dois projetos relacionados à Agenda 2030 da ONU, oriundos do Laboratório de Inovação, com participação de pelo menos um laboratório de outra instituição pública, e que gerem benefícios à sociedade



Sem alteracao

Baixar número

Manteria a redação sugerida

Não se aplica. Excluir.

Mantida a redação

Cem

a mesma

Mantida

Sem sugestões

Manter redação

Prefiro não opinar, por não ter afinidade com o procedimento de cadastro. Mas sugiro temas: Para regional Alto Acre - realização de palestras e distribuição de materiais informativos quanto ao ECA, violência doméstica entre outros a imigrantes estrangeiros, em parceria com OAB, Estado, etc.

Sim

A criatividade e a inovação devem ser livres, premiadas em concursos, e não em meta rígida e vinculada a um parâmetro engessado.

Manter a redação

Manter meta 9

A mesma

Estimular a inovação no Poder Judiciário.

Manter o mesmo nome

Sem proposta.

manter a redação.

Manter a que já existe

Redação atual



Sem informações adicionais.

Sem comentários

Um TJAC inovador é algo que impõe celeridade

Igual

A redação está compatível.

Sem adicionais

Nada a acrescentar

sem alteração

Manter a Meta 9.

MANTER

Sugiro manter

Sem alteração

Sem sugestão



## Meta 10 de 2025 – Promover os direitos da criança e do adolescente.



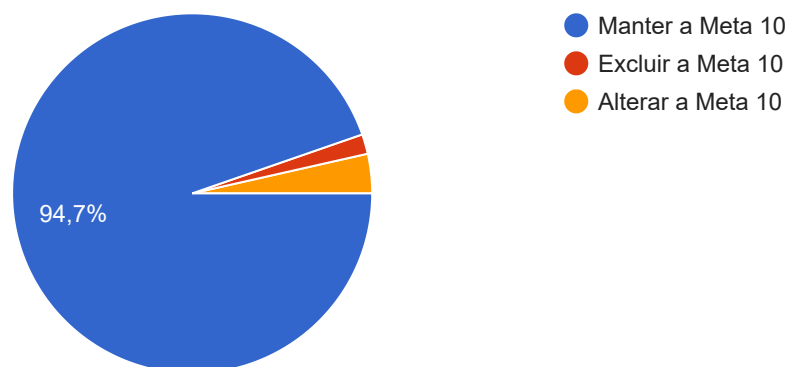
Identificar e julgar, até 31/12/2025, no 1º grau, 90% e no 2º grau, 100% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2023 nas respectivas instâncias.

### Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou maior do que 100%.

### Você deseja:

113 respostas



### Qual redação você propõe para Meta 10?

104 respostas

Manter

Nenhuma

Sem

Nenhuma

Não se aplica

Sem informação adicional.

A mesma redação atual

Sem proposição.

manter

Mantendo a redação anterior.

Concordo com a meta 10.

Manter a meta

Sugiro Manter

Mesma

Manter como esta

nenhuma

sem resposta

Prejudicada

nao tenho proposta

Manter a Meta 10



Sem propostas

sou servidora

Sem sugestão

Pela importância da matéria.

Sem dados complementares.

Concordo.

Sem alterações

Não se aplica a unidade

Manter.

POIS ASSIM OS PROCESSOS TERÃO UM OLHAR MAIS AMPLO

Sem sugestões

Não

Sem alteração

Não se aplica

Sem sugestao

não tenho nenhuma alteração

Fazer com que o ser humano respeite as crianças.

Nada a declarar

Priorizar, Identificar e julgar, até 31/12/2025, no 1º grau, 90% e no 2º grau, 100% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2023 nas respectivas instâncias.

Sem alteracao

Prazo

Manteria a redação sugerida

Sem alteração.



Identificar e julgar, até 31/12/2025, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 90% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2023 nas respectivas instâncias.

Cem

a mesma

Mantida

Sem sugestões

Manter redação

A gente tem conseguido cumprir a meta. Mas se reduzir o percentual é melhor.

Sim

Melhorar os percentuais.

Manter a redação

Manter meta 10

A mesma

Promover os direitos da criança e do adolescente.

Manter o mesmo nome

Sem proposta.

manter a redação.

Manter a que já existe

Redação atual

Sem informações adicionais.

Proteger as crianças esperança do país

Igual

A redação está compatível.

Sem adicionais



Nada a acrescentar

sem alteração

Manter a Meta 10.

MANTER

Sugiro manter

Sem alteração

Sem sugestão



## Deseja Sugerir alguma Meta Nova para 2026?

113 respostas

Não

Não

.

Nao

Não.

Não.

Nenhuma

não

Sem sugestões

Não!

não.

não desejo incluir outras metas

Sugestão de Meta Nacional específica para enfrentamento de homicídios e combate ao crime organizado (facções criminosas):

Meta X de 2026–Priorizar o julgamento dos processos relacionados a homicídios e ao crime organizado

Enunciado da Meta:

Identificar e julgar, até 31/12/2026, pelo menos 70% dos processos relativos aos crimes de homicídio (simples, qualificado e tentado), bem como 70% dos processos relacionados a organizações criminosas (facções e milícias), distribuídos até 31/12/2024.

Critério de Cumprimento:

A meta será considerada cumprida quando o percentual de julgamento for igual ou superior a 100% nos dois eixos:

Crimes de homicídio (eixos 1)

Crimes relacionados a organizações criminosas (eixo 2)

Fórmulas de cálculo:



Cumprimento Homicídios =  $(\sum \text{julgadmX\_a} / (\sum \text{dismX\_a} - \sum \text{susmX\_a})) \cdot (1000 / 7)$

Cumprimento Facções/Organizações Criminosas =  $(\sum \text{julgadmX\_b} / (\sum \text{dismX\_b} - \sum \text{susmX\_b})) \cdot (1000 / 7)$

Classes consideradas:

Serão utilizados somente os processos de **Procedimento de Conhecimento** no 1º e 2º graus.

Filtros de Assuntos:

▲ Crimes de Homicídio:

11436 – Homicídio simples

11437 – Homicídio qualificado

11438 – Homicídio tentado

14942 – Femicídio (com atenção para não duplicar com a Meta 8)

▲ Crimes de Organização Criminosa:

11897 – Organização criminosa (Lei n.º 12.850/2013)

3613 – Associação criminosa

11898 – Associação para o tráfico

12050 – Integrante de facção criminosa

12051 – Milícia privada

12052 – Financiamento de organização criminosa

12053 – Recrutamento para organização criminosa

---

Observações:

Os processos de **femicídio** eventualmente categorizados também como homicídio não devem ser computados em duplicidade (seguindo lógica da Meta 8).

Processos suspensos ou sobrestados por decisão judicial devidamente fundamentada serão excluídos do cômputo.

Poderá haver refinamento técnico com apoio da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud) e codificações de assunto conforme Tabela Processual Unificada (TPU-CNJ).

Justificativa Estratégica:

A crescente escalada da violência letal e o fortalecimento das facções criminosas no território nacional, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, tornam urgente o aprimoramento da resposta do Judiciário a esses crimes. A presente meta se alinha aos compromissos do CNJ com a **Agenda 2030 da ONU (ODS 16)**, bem como com os **Protocolos de Cooperação Interinstitucional no Enfrentamento à Criminalidade Organizada**.



Nenhuma

Julgar com mais celeridade processos de idosos, pessoas com deficiência e doenças graves.

Que no próximo ano seja disponibilizado o questionário antes da reunião, para que possamos verificar, compreender melhor, para podermos opinar

nao

Manter as Metas do CNJ

NÃO

Sem sugestão

Me abstenho.

Sem dados complementares.

Concordo com a meta proposta.

Manter as metas

Estabelecer relação de um grupo de trabalho, para atuarem juntos, com troca de experiências, com as unidades judiciárias, quanto ao cadastramento de partes e representantes.

NÃO

Sem alteração

Sem sugestao

não tenho nenhuma sugestão

Valorização do direito dos servidores da casa.

Incluir alguma meta relacionada a processos de execução retirando metas que não influem nem contribuem para a garantia do atendimento célere aos cidadãos (tais como Meta 7 de 2025 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos indígenas e quilombolas e Meta 9 de 2025 – Estimular a inovação no Poder Judiciário).

Sem

Cem

não



Meta para colaboração entre Tribunais, no sentido de assegurar a celeridade de cartas precatórias. Seria uma meta por cooperação entre Tribunais.

Sem sugestões

Não. Obrigada!

Não desejo

Percentual de distribuição da força de trabalho em relação a demanda.

Manter meta 10

Sem proposta de meta nova.

sem sugestao

Não. Manter as que já tem.

Sem informação

Sem adicionais

Nada a acrescentar

sem alteração

Metas excelentes e necessárias para o desenvolvimento do TJ.

MANTER

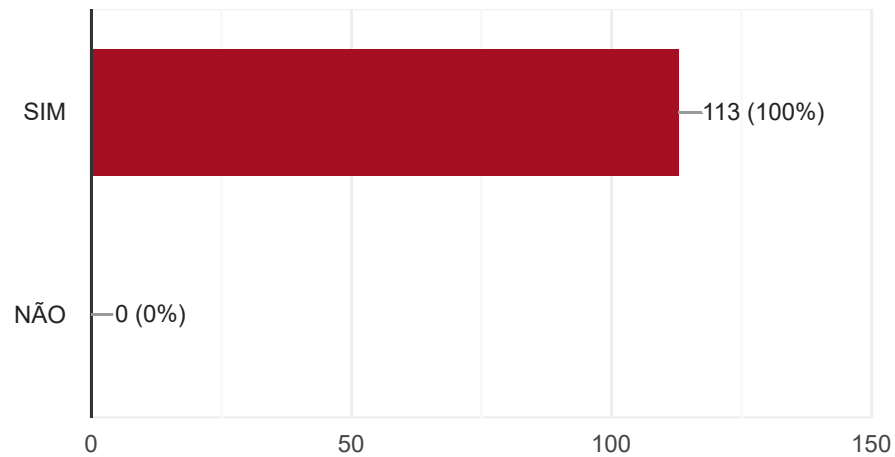
Sem sugestão



Declaro estar de acordo com a [Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais](#) do TJAC.

 Copiar

113 respostas

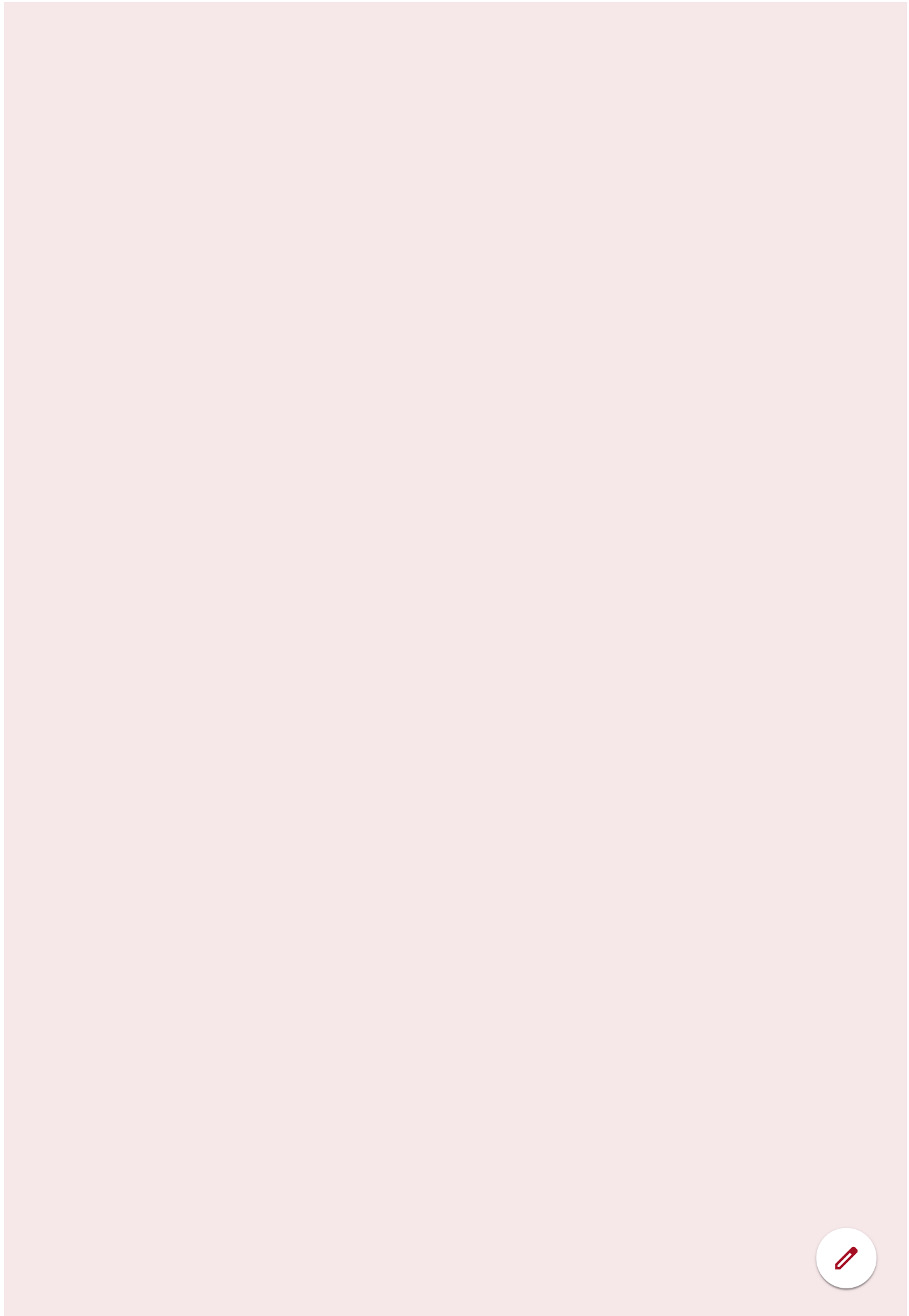


Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. - [Entre em contato com o proprietário do formulário](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Este formulário parece suspeito? [Denunciar](#)

Google Formulários





**Anexo III E – Relatório Executivo das Contribuições de Magistrados e Servidores à PIME 2026**

### 1. Introdução

Este relatório apresenta os resultados da análise das contribuições formuladas por magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), no âmbito da Reunião de Gestão Participativa – PIME 2026. O objetivo principal foi colher manifestações sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário, visando aprimorar, ajustar ou propor novas metas para o ano de 2026. As manifestações analisadas referem-se às 10 metas vigentes e foram coletadas por meio de formulário eletrônico, promovendo a escuta ativa e plural das unidades jurisdicionais.

### 2. Metodologia e Premissas

A metodologia adotada para esta análise baseou-se em um processo qualitativo estruturado, com tratamento categorial das respostas abertas e quantitativo descritivo das escolhas. As respostas foram organizadas conforme as metas existentes, com espaço para sugestões de alteração e proposição de novas metas.

As premissas que nortearam a análise foram as seguintes:

- - Abordagem holística: consideração ampla das manifestações, sem exclusão de perspectivas minoritárias.
- - Neutralidade e objetividade: ausência de vieses interpretativos, respeitando o teor literal das respostas.
- - Profundidade na análise: exame atento de todas as manifestações, inclusive aquelas não majoritárias, para identificar riscos e potenciais estratégicos.
- - Clareza e estrutura: apresentação organizada dos resultados com foco na aplicação prática para a gestão estratégica do TJAC.

### 3. Resultados por Meta Nacional

A seguir, são apresentados os resultados consolidados para cada uma das 10 Metas Nacionais, segundo a estrutura: Resumo Executivo, Categorização do Conteúdo, Pontos Críticos e Riscos, Insights e Recomendações e Considerações Finais.

## Meta 1

### Resumo Executivo

A Meta 1 recebeu 113 manifestações, das quais:

- 101 optaram por manter;
- 12 sugeriram alteração;
- 0 propuseram exclusão.

### Categorização do Conteúdo

- - Manter: 11 menções
- - Alterar: 0 menções
- - Indicador: 0 menções
- - Atual: 1 menções
- - Efetividade: 0 menções
- - Julgamento: 1 menções
- - Distribuídos: 4 menções
- - Antigos: 0 menções

### Pontos Críticos e Riscos

Apesar da predominância pela manutenção da meta, alguns participantes sugeriram ajustes no detalhamento da redação, indicando possíveis lacunas na compreensão do escopo ou abrangência temporal da meta. Há risco de manutenção mecânica sem atualização de parâmetros que reflitam os gargalos atuais.

### Insights e Recomendações

Sugere-se manter a meta com possibilidade de ajustes pontuais na comunicação de seus critérios, destacando sua importância no enfrentamento da morosidade processual. A inclusão de indicadores desagregados por unidade pode aprimorar o monitoramento.

### Considerações Finais

A Meta 1 continua relevante no contexto atual. O engajamento demonstrado pelos respondentes indica a maturidade institucional no acompanhamento do seu cumprimento, sendo recomendável manter sua essência com eventuais ajustes técnicos.

## Meta 2

### Resumo Executivo

A Meta 2 recebeu 113 manifestações, das quais:

- 102 optaram por manter;
- 10 sugeriram alteração;
- 1 propuseram exclusão.

### Categorização do Conteúdo

- - Manter: 24 menções
- - Alterar: 0 menções
- - Indicador: 0 menções
- - Atual: 3 menções
- - Efetividade: 0 menções
- - Julgamento: 2 menções
- - Distribuídos: 5 menções
- - Antigos: 8 menções

### Pontos Críticos e Riscos

Apesar da predominância pela manutenção da meta, alguns participantes sugeriram ajustes no detalhamento da redação, indicando possíveis lacunas na compreensão do escopo ou abrangência temporal da meta. Há risco de manutenção mecânica sem atualização de parâmetros que reflitam os gargalos atuais.

### Insights e Recomendações

Sugere-se manter a meta com possibilidade de ajustes pontuais na comunicação de seus critérios, destacando sua importância no enfrentamento da morosidade processual. A inclusão de indicadores desagregados por unidade pode aprimorar o monitoramento.

### Considerações Finais

A Meta 2 continua relevante no contexto atual. O engajamento demonstrado pelos respondentes indica a maturidade institucional no acompanhamento do seu cumprimento, sendo recomendável manter sua essência com eventuais ajustes técnicos.

## Meta 3

### Resumo Executivo

A Meta 3 recebeu 113 manifestações, das quais:

- 98 optaram por manter;
- 8 sugeriram alteração;
- 7 propuseram exclusão.

### Categorização do Conteúdo

- - Manter: 20 menções
- - Alterar: 0 menções
- - Indicador: 3 menções
- - Atual: 2 menções
- - Efetividade: 0 menções
- - Julgamento: 0 menções
- - Distribuídos: 0 menções
- - Antigos: 0 menções

### Pontos Críticos e Riscos

Apesar da predominância pela manutenção da meta, alguns participantes sugeriram ajustes no detalhamento da redação, indicando possíveis lacunas na compreensão do escopo ou abrangência temporal da meta. Há risco de manutenção mecânica sem atualização de parâmetros que reflitam os gargalos atuais.

### Insights e Recomendações

Sugere-se manter a meta com possibilidade de ajustes pontuais na comunicação de seus critérios, destacando sua importância no enfrentamento da morosidade processual. A inclusão de indicadores desagregados por unidade pode aprimorar o monitoramento.

### Considerações Finais

A Meta 3 continua relevante no contexto atual. O engajamento demonstrado pelos respondentes indica a maturidade institucional no acompanhamento do seu cumprimento, sendo recomendável manter sua essência com eventuais ajustes técnicos.

## Meta 4

### Resumo Executivo

A Meta 4 recebeu 113 manifestações, das quais:

- 105 optaram por manter;
- 5 sugeriram alteração;
- 3 propuseram exclusão.

### Categorização do Conteúdo

- - Manter: 26 menções
- - Alterar: 1 menções
- - Indicador: 0 menções
- - Atual: 2 menções
- - Efetividade: 0 menções
- - Julgamento: 4 menções
- - Distribuídos: 0 menções
- - Antigos: 0 menções

### Pontos Críticos e Riscos

Apesar da predominância pela manutenção da meta, alguns participantes sugeriram ajustes no detalhamento da redação, indicando possíveis lacunas na compreensão do escopo ou abrangência temporal da meta. Há risco de manutenção mecânica sem atualização de parâmetros que reflitam os gargalos atuais.

### Insights e Recomendações

Sugere-se manter a meta com possibilidade de ajustes pontuais na comunicação de seus critérios, destacando sua importância no enfrentamento da morosidade processual. A inclusão de indicadores desagregados por unidade pode aprimorar o monitoramento.

### Considerações Finais

A Meta 4 continua relevante no contexto atual. O engajamento demonstrado pelos respondentes indica a maturidade institucional no acompanhamento do seu cumprimento, sendo recomendável manter sua essência com eventuais ajustes técnicos.

## Meta 5

### Resumo Executivo

A Meta 5 recebeu 113 manifestações, das quais:

- 104 optaram por manter;
- 7 sugeriram alteração;
- 2 propuseram exclusão.

### Categorização do Conteúdo

- - Manter: 22 menções
- - Alterar: 1 menções
- - Indicador: 0 menções
- - Atual: 2 menções
- - Efetividade: 0 menções
- - Julgamento: 0 menções
- - Distribuídos: 0 menções
- - Antigos: 0 menções

### Pontos Críticos e Riscos

Apesar da predominância pela manutenção da meta, alguns participantes sugeriram ajustes no detalhamento da redação, indicando possíveis lacunas na compreensão do escopo ou abrangência temporal da meta. Há risco de manutenção mecânica sem atualização de parâmetros que reflitam os gargalos atuais.

### Insights e Recomendações

Sugere-se manter a meta com possibilidade de ajustes pontuais na comunicação de seus critérios, destacando sua importância no enfrentamento da morosidade processual. A inclusão de indicadores desagregados por unidade pode aprimorar o monitoramento.

### Considerações Finais

A Meta 5 continua relevante no contexto atual. O engajamento demonstrado pelos respondentes indica a maturidade institucional no acompanhamento do seu cumprimento, sendo recomendável manter sua essência com eventuais ajustes técnicos.

## Meta 6

### Resumo Executivo

A Meta 6 recebeu 113 manifestações, das quais:

- 98 optaram por manter;
- 12 sugeriram alteração;
- 3 propuseram exclusão.

### Categorização do Conteúdo

- - Manter: 24 menções
- - Alterar: 1 menções
- - Indicador: 0 menções
- - Atual: 2 menções
- - Efetividade: 0 menções
- - Julgamento: 2 menções
- - Distribuídos: 4 menções
- - Antigos: 0 menções

### Pontos Críticos e Riscos

Apesar da predominância pela manutenção da meta, alguns participantes sugeriram ajustes no detalhamento da redação, indicando possíveis lacunas na compreensão do escopo ou abrangência temporal da meta. Há risco de manutenção mecânica sem atualização de parâmetros que reflitam os gargalos atuais.

### Insights e Recomendações

Sugere-se manter a meta com possibilidade de ajustes pontuais na comunicação de seus critérios, destacando sua importância no enfrentamento da morosidade processual. A inclusão de indicadores desagregados por unidade pode aprimorar o monitoramento.

### Considerações Finais

A Meta 6 continua relevante no contexto atual. O engajamento demonstrado pelos respondentes indica a maturidade institucional no acompanhamento do seu cumprimento, sendo recomendável manter sua essência com eventuais ajustes técnicos.

## Meta 7

### Resumo Executivo

A Meta 7 recebeu 113 manifestações, das quais:

- 98 optaram por manter;
- 5 sugeriram alteração;
- 10 propuseram exclusão.

### Categorização do Conteúdo

- - Manter: 22 menções
- - Alterar: 0 menções
- - Indicador: 0 menções
- - Atual: 2 menções
- - Efetividade: 0 menções
- - Julgamento: 4 menções
- - Distribuídos: 1 menções
- - Antigos: 0 menções

### Pontos Críticos e Riscos

Apesar da predominância pela manutenção da meta, alguns participantes sugeriram ajustes no detalhamento da redação, indicando possíveis lacunas na compreensão do escopo ou abrangência temporal da meta. Há risco de manutenção mecânica sem atualização de parâmetros que reflitam os gargalos atuais.

### Insights e Recomendações

Sugere-se manter a meta com possibilidade de ajustes pontuais na comunicação de seus critérios, destacando sua importância no enfrentamento da morosidade processual. A inclusão de indicadores desagregados por unidade pode aprimorar o monitoramento.

### Considerações Finais

A Meta 7 continua relevante no contexto atual. O engajamento demonstrado pelos respondentes indica a maturidade institucional no acompanhamento do seu cumprimento, sendo recomendável manter sua essência com eventuais ajustes técnicos.

## Meta 8

### Resumo Executivo

A Meta 8 recebeu 113 manifestações, das quais:

- 105 optaram por manter;
- 7 sugeriram alteração;
- 1 propuseram exclusão.

### Categorização do Conteúdo

- - Manter: 23 menções
- - Alterar: 0 menções
- - Indicador: 0 menções
- - Atual: 2 menções
- - Efetividade: 0 menções
- - Julgamento: 2 menções
- - Distribuídos: 1 menções
- - Antigos: 0 menções

### Pontos Críticos e Riscos

Apesar da predominância pela manutenção da meta, alguns participantes sugeriram ajustes no detalhamento da redação, indicando possíveis lacunas na compreensão do escopo ou abrangência temporal da meta. Há risco de manutenção mecânica sem atualização de parâmetros que reflitam os gargalos atuais.

### Insights e Recomendações

Sugere-se manter a meta com possibilidade de ajustes pontuais na comunicação de seus critérios, destacando sua importância no enfrentamento da morosidade processual. A inclusão de indicadores desagregados por unidade pode aprimorar o monitoramento.

### Considerações Finais

A Meta 8 continua relevante no contexto atual. O engajamento demonstrado pelos respondentes indica a maturidade institucional no acompanhamento do seu cumprimento, sendo recomendável manter sua essência com eventuais ajustes técnicos.

## Meta 9

### Resumo Executivo

A Meta 9 recebeu 113 manifestações, das quais:

- 104 optaram por manter;
- 2 sugeriram alteração;
- 7 propuseram exclusão.

### Categorização do Conteúdo

- - Manter: 23 menções
- - Alterar: 0 menções
- - Indicador: 0 menções
- - Atual: 3 menções
- - Efetividade: 0 menções
- - Julgamento: 0 menções
- - Distribuídos: 0 menções
- - Antigos: 0 menções

### Pontos Críticos e Riscos

Apesar da predominância pela manutenção da meta, alguns participantes sugeriram ajustes no detalhamento da redação, indicando possíveis lacunas na compreensão do escopo ou abrangência temporal da meta. Há risco de manutenção mecânica sem atualização de parâmetros que reflitam os gargalos atuais.

### Insights e Recomendações

Sugere-se manter a meta com possibilidade de ajustes pontuais na comunicação de seus critérios, destacando sua importância no enfrentamento da morosidade processual. A inclusão de indicadores desagregados por unidade pode aprimorar o monitoramento.

### Considerações Finais

A Meta 9 continua relevante no contexto atual. O engajamento demonstrado pelos respondentes indica a maturidade institucional no acompanhamento do seu cumprimento, sendo recomendável manter sua essência com eventuais ajustes técnicos.

## Meta 10

### Resumo Executivo

A Meta 10 recebeu 113 manifestações, das quais:

- 107 optaram por manter;
- 4 sugeriram alteração;
- 2 propuseram exclusão.

### Categorização do Conteúdo

- - Manter: 23 menções
- - Alterar: 0 menções
- - Indicador: 0 menções
- - Atual: 2 menções
- - Efetividade: 0 menções
- - Julgamento: 0 menções
- - Distribuídos: 2 menções
- - Antigos: 0 menções

### Pontos Críticos e Riscos

Apesar da predominância pela manutenção da meta, alguns participantes sugeriram ajustes no detalhamento da redação, indicando possíveis lacunas na compreensão do escopo ou abrangência temporal da meta. Há risco de manutenção mecânica sem atualização de parâmetros que reflitam os gargalos atuais.

### Insights e Recomendações

Sugere-se manter a meta com possibilidade de ajustes pontuais na comunicação de seus critérios, destacando sua importância no enfrentamento da morosidade processual. A inclusão de indicadores desagregados por unidade pode aprimorar o monitoramento.

### Considerações Finais

A Meta 10 continua relevante no contexto atual. O engajamento demonstrado pelos respondentes indica a maturidade institucional no acompanhamento do seu cumprimento, sendo recomendável manter sua essência com eventuais ajustes técnicos.

**Anexo I - Relatório de Análise dos Dados da Consulta Pública Sobre as  
Metas Nacionais do Poder Judiciário - PIME 2026.**



# Relatório de Análise dos Dados da Consulta Pública Sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário - PIME 2026.

## 1. Introdução

Este relatório apresenta uma análise detalhada dos dados tabulados de uma pesquisa ou consulta pública, cujo objetivo principal é avaliar a percepção dos respondentes sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário. Referida Consulta Pública foi coordenada pelo Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), com a participação dos demais Tribunais de Justiça Estaduais e compila opiniões sobre a relevância, o impacto, a adequação e a continuidade de diversas metas judiciais para o ano de 2026. A Consulta Pública, coordenada pelo Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) com a participação dos demais Tribunais de Justiça Estaduais, teve como objetivo compilar opiniões sobre a relevância, o impacto, a adequação e a continuidade de diversas metas judiciais para o ano de 2026.

## 2. Metodologia

Realizada no período de 17 de junho a 02 de julho de 2024, por meio do link <https://www.tjba.jus.br/gestaoparticipativa/> disponibilizado página eletrônica do TJAC e intranet, no endereço eletrônico: <https://gqr.sh/FfdS>, a pesquisa teve um universo composto por **458 respondentes do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC)**, conforme a soma consistente dos participantes nas diversas perguntas que avaliaram opções mutuamente exclusivas. **Desse total, 428 são servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre, 5 são Magistrados do TJAC, 20 pessoas da sociedade e 5 são membros do MPAC, DPE e advogados.**

A análise baseia-se nos dados quantitativos fornecidos pelo banco de dados da pesquisa, disponível em <http://www5.tjba.jus.br/dashgestaoparticipativa/index.php/volumetria>, que sintetiza as respostas. As perguntas abordam múltiplos aspectos das Metas Nacionais, incluindo o nível de conhecimento dos participantes, a relevância percebida de metas específicas, o impacto geral das metas na prestação jurisdicional e a adequação dos percentuais e escopos propostos para cada meta.

As respostas foram tabuladas em categorias pré-definidas (e.g., "Sim", "Não", "Não saberia informar", ou escalas de adequação), permitindo uma análise percentual da distribuição das opiniões. As perguntas sobre a continuidade das metas em 2026 permitiram múltiplas escolhas, e os percentuais apresentados são relativos ao total de votos para todas as opções.

### 3. Resultados

A seguir, são apresentados os resultados detalhados de cada pergunta da pesquisa, com uma análise sucinta dos dados.

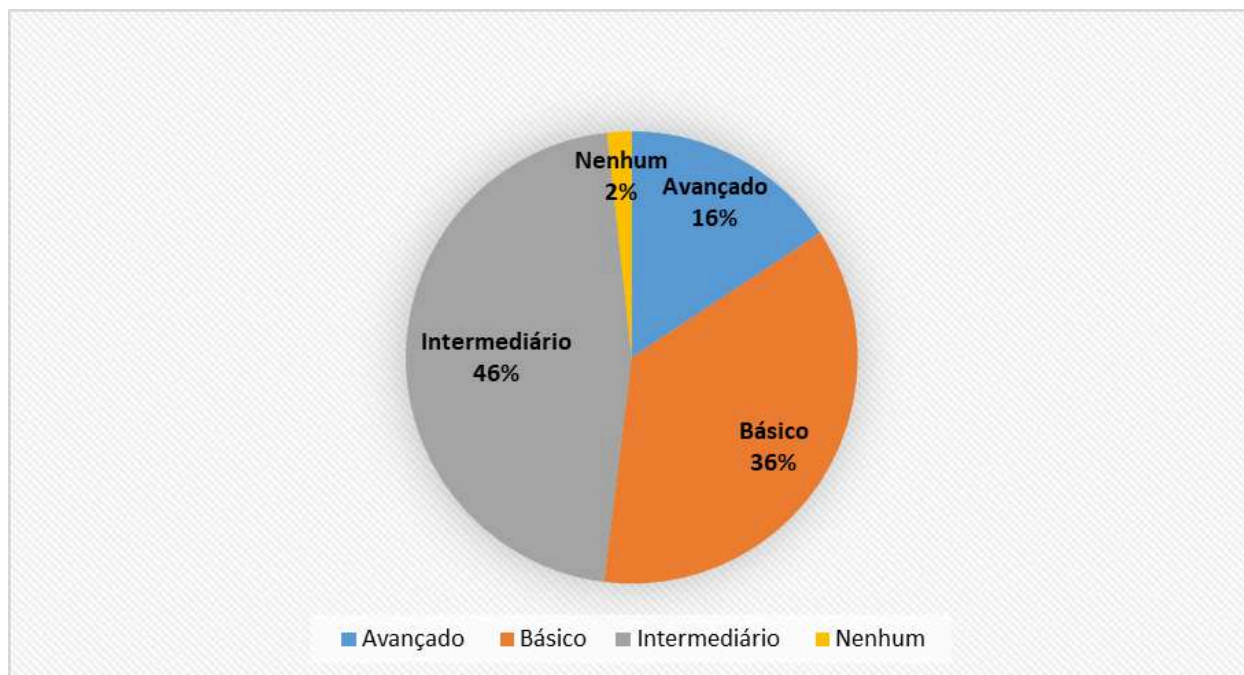
#### 3.1. Nível de Conhecimento das Metas do Poder Judiciário

Esta pergunta visou aferir o grau de familiaridade dos respondentes com as Metas do Poder Judiciário.

- **Intermediário: 212 votos (46%).**
- **Básico: 166 votos (36%).**
- **Avançado: 72 votos (16%).**
- **Nenhum: 8 votos (2%).**

**Análise:** A maioria dos respondentes possui um conhecimento intermediário ou básico das metas, indicando uma familiaridade razoável, mas não aprofundada, com o tema.

Gráfico 1 – Nível de Conhecimento das Metas do Poder Judiciário



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

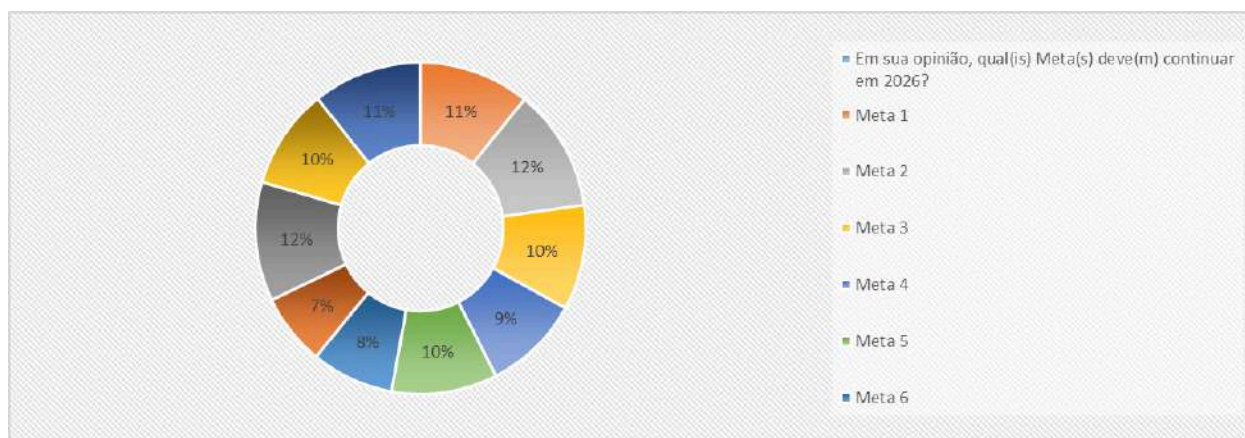
### 3.2. Metas que Devem Continuar em 2026

Os respondentes foram convidados a indicar qual(is) Meta(s) deveria(m) continuar em 2026, sendo permitido assinalar múltiplas opções. Os resultados, com seus respectivos percentuais sobre o total de votos (3313 votos), foram:

- **Meta 2: 395 votos (12%).**
- **Meta 8: 385 votos (12%).**
- **Meta 1: 359 votos (11%).**
- **Meta 10: 355 votos (11%).**
- **Meta 5: 343 votos (10%).**
- **Meta 3: 339 votos (10%).**
- **Meta 9: 324 votos (10%).**
- **Meta 4: 314 votos (9%).**
- **Meta 6: 268 votos (8%).**
- **Meta 7: 231 votos (7%).**

**Análise:** A Meta 2 (julgar processos antigos) e a Meta 8 (fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica) foram as mais votadas para continuidade, empatando com 12% dos votos, o que sublinha sua importância percebida. A Meta 7 foi a menos priorizada para continuidade.

Gráfico 2 – Metas que Devem Continuar em 2026



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

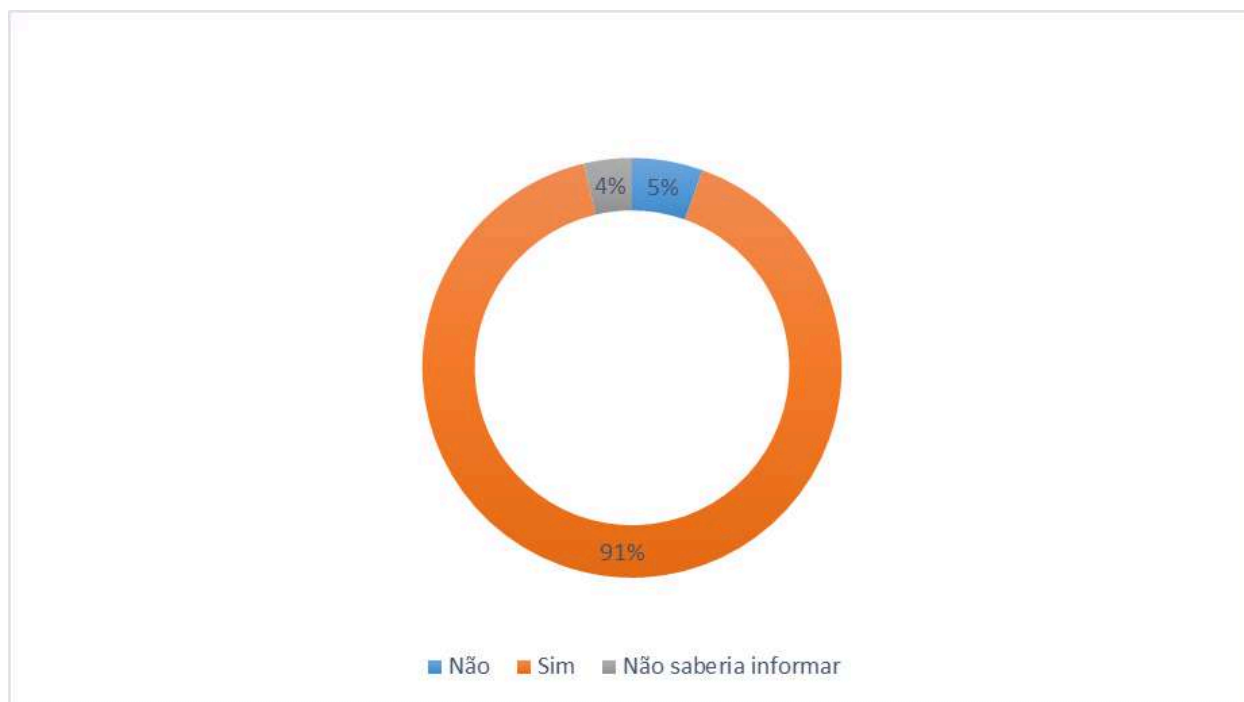
### 3.3. Relevância da Meta 1 (Julgar mais processos que os distribuídos)

A Meta 1 visa julgar mais processos do que os distribuídos.

- **Sim: 416 respondentes (91%).**
- **Não: 25 respondentes (5%).**
- **Não saberia informar: 17 respondentes (4%).**

**Análise:** A grande maioria dos respondentes considera a Meta 1 altamente relevante, indicando forte apoio à busca por maior produtividade no julgamento processual.

Gráfico 3 – Relevância da Meta 1



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

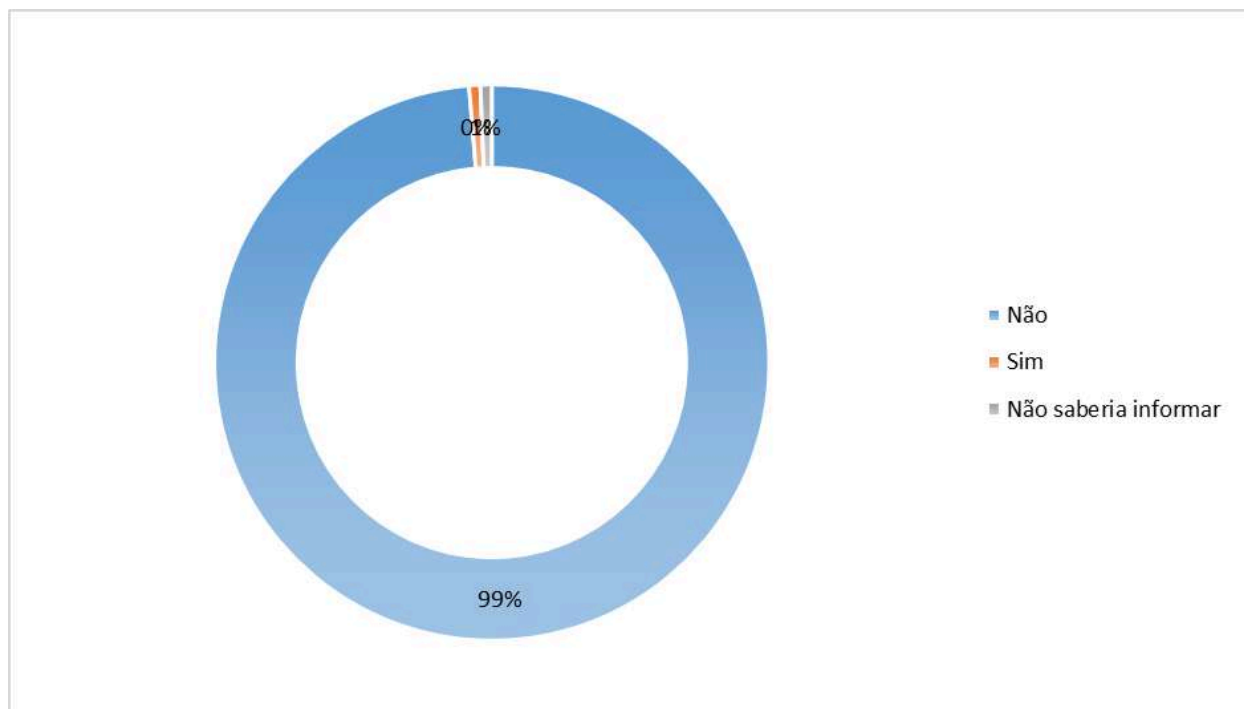
### 3.4. Relevância da Meta 2 (Julgar os processos antigos)

A Meta 2 visa julgar os processos antigos.

- **Sim: 452 respondentes (99%).**
- **Não: 3 respondentes (0%).**
- **Não saberia informar: 3 respondentes (1%).**

**Análise:** Esta meta alcança um consenso quase unânime em termos de relevância, sendo considerada de importância crucial pelos respondentes.

Gráfico 4 – Relevância da Meta 2



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

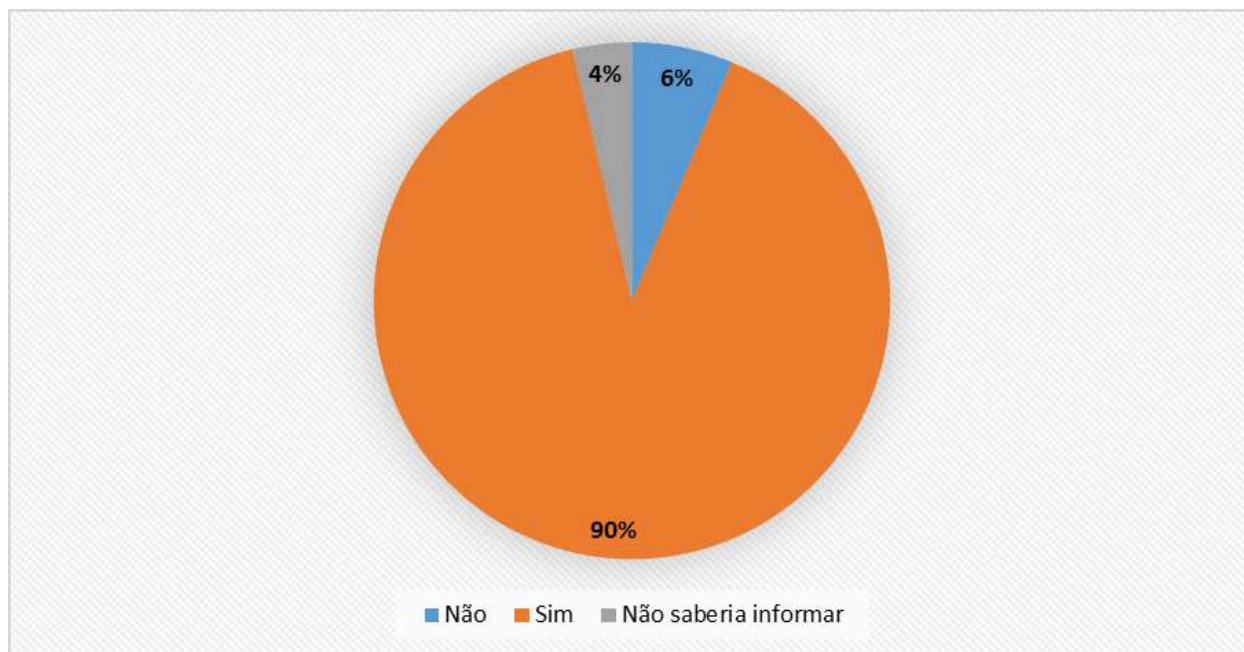
### 3.5. Impacto da Meta 3 (Aumentar o uso de Conciliação e Mediação) na Solução de Conflitos

A Meta 3 busca aumentar o uso de alternativas como Conciliação e Mediação.

- **Sim: 412 respondentes (90%).**
- **Não: 29 respondentes (6%).**
- **Não saberia informar: 17 respondentes (4%).**

**Análise:** Há uma forte convicção entre os respondentes de que a conciliação e mediação são eficazes para melhorar a solução de conflitos.

Gráfico 5 – Impacto da Meta 3



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

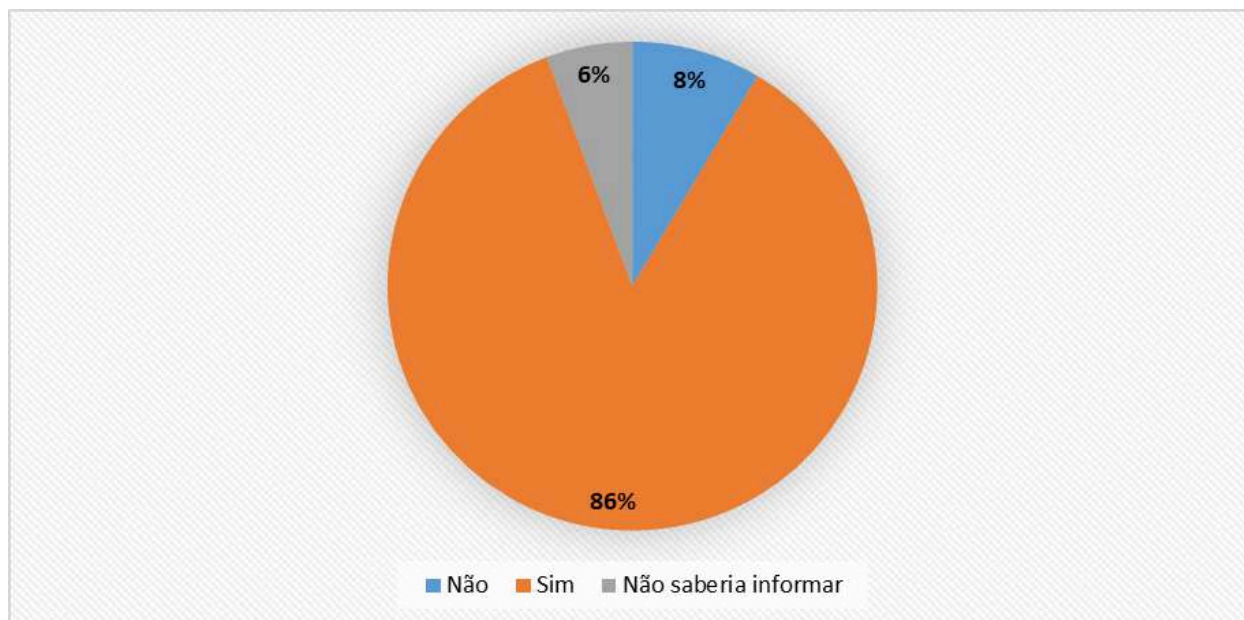
### 3.6. Contribuição da Meta 4 (Julgar processos sobre corrupção e improbidade administrativa) para Reduzir a Impunidade

A Meta 4 visa julgar processos sobre corrupção e improbidade administrativa.

- **Sim: 391 respondentes (90%).**
- **Não: 39 respondentes (9%).**
- **Não saberia informar: 26 respondentes (6%).**

**Análise:** A maioria dos respondentes acredita firmemente que esta meta contribui para a redução da impunidade, destacando a sensibilidade social para este tema.

Gráfico 6 – Contribuição da Meta 4



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

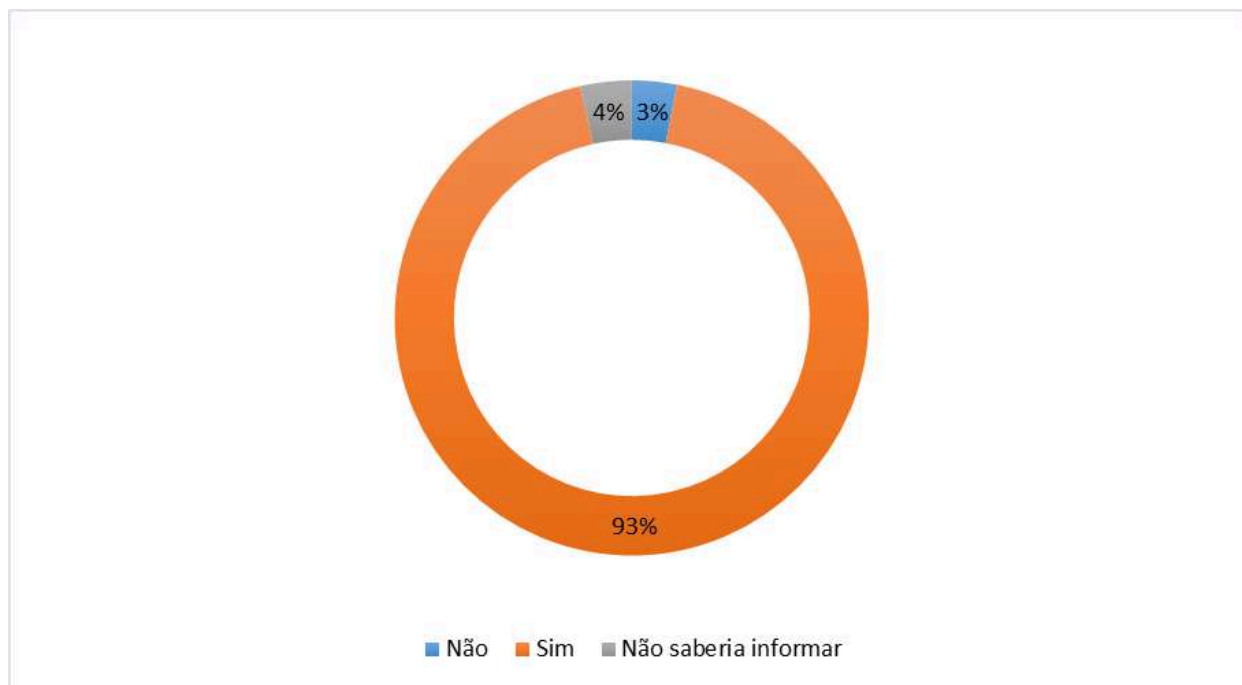
### 3.7. Contribuição da Meta 5 (Reduzir a taxa de congestionamento dos processos) para a Celeridade

A Meta 5 visa reduzir a taxa de congestionamento dos processos.

- **Sim: 428 respondentes (93%).**
- **Não: 14 respondentes (3%).**
- **Não saberia informar: 16 respondentes (4%).**

**Análise:** A percepção é de que a Meta 5 é altamente eficaz para promover a celeridade processual, refletindo a importância atribuída à agilidade judicial.

Gráfico 7 – Contribuição da Meta 5



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

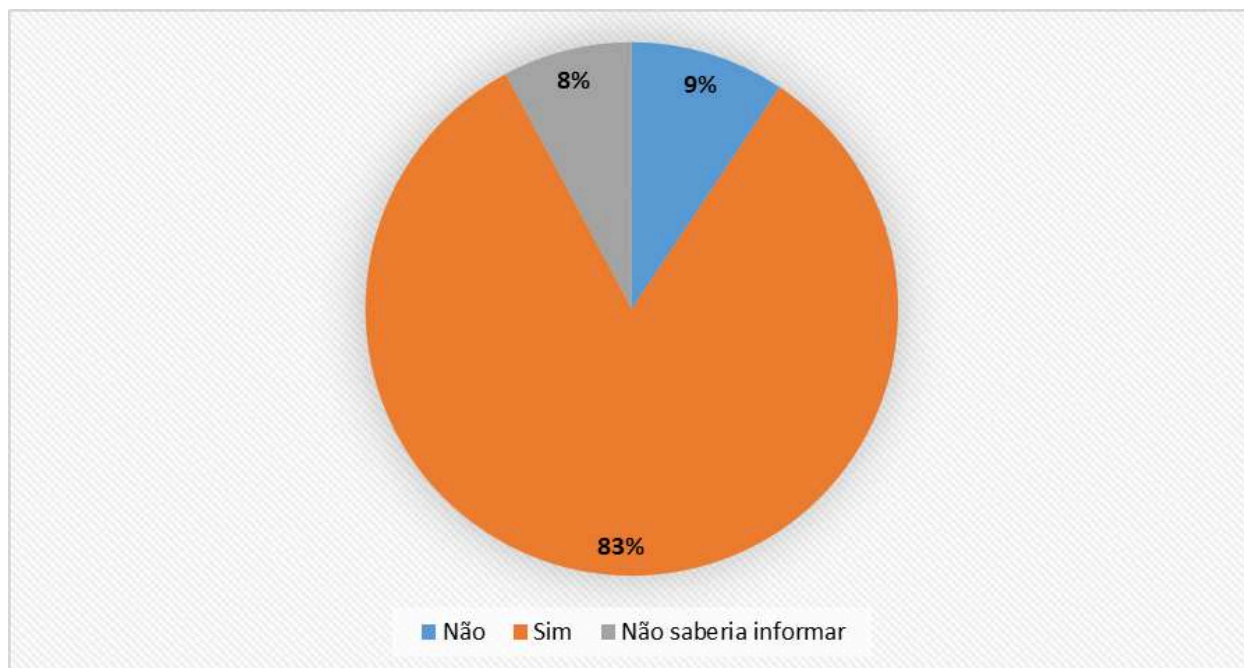
### 3.8. Relevância da Meta 6 (Impulsionar o julgamento das ações ambientais)

A Meta 6 visa impulsionar o julgamento das ações ambientais.

- **Sim: 379 respondentes (83%).**
- **Não: 43 respondentes (9%).**
- **Não saberia informar: 36 respondentes (8%).**

**Análise:** Embora ligeiramente menor que outras metas, a Meta 6 ainda é considerada relevante por uma vasta maioria, ressaltando a preocupação com questões ambientais.

Gráfico 8 – Relevância da Meta 6



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

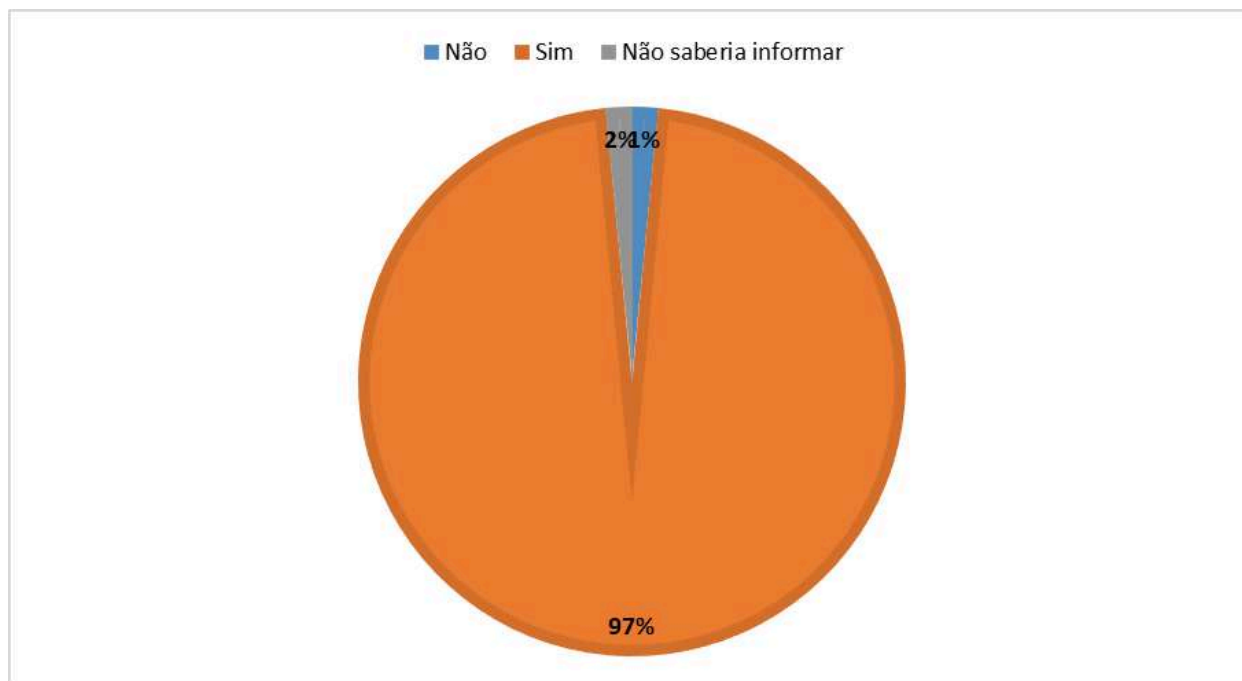
### 3.9. Contribuição da Meta 8 (Fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres) para Acelerar o Trâmite Processual

A Meta 8 visa o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

- **Sim: 444 respondentes (97%).**
- **Não: 7 respondentes (1%).**
- **Não saberia informar: 7 respondentes (2%).**

**Análise:** Esta meta demonstra um altíssimo nível de aprovação, indicando que é percebida como extremamente eficaz na aceleração de processos de violência doméstica.

Gráfico 9 – Contribuição da Meta 8



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

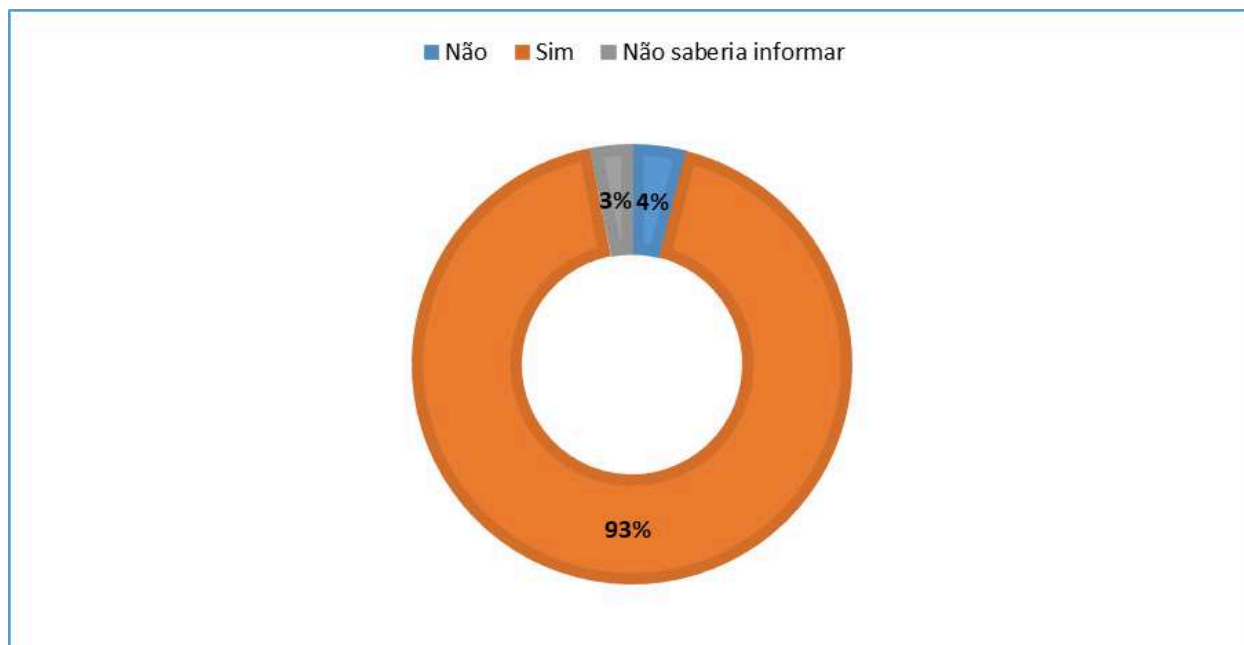
### 3.10. Relevância da Meta 9 (Estimular a Inovação no Poder Judiciário)

A Meta 9 visa estimular a Inovação no Poder Judiciário.

- **Sim: 426 respondentes (93%).**
- **Não: 18 respondentes (4%).**
- **Não saberia informar: 14 respondentes (3%).**

**Análise:** A inovação é amplamente vista como um fator relevante para o Poder Judiciário, com forte apoio à sua promoção.

Gráfico 10 – Relevância da Meta 9



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

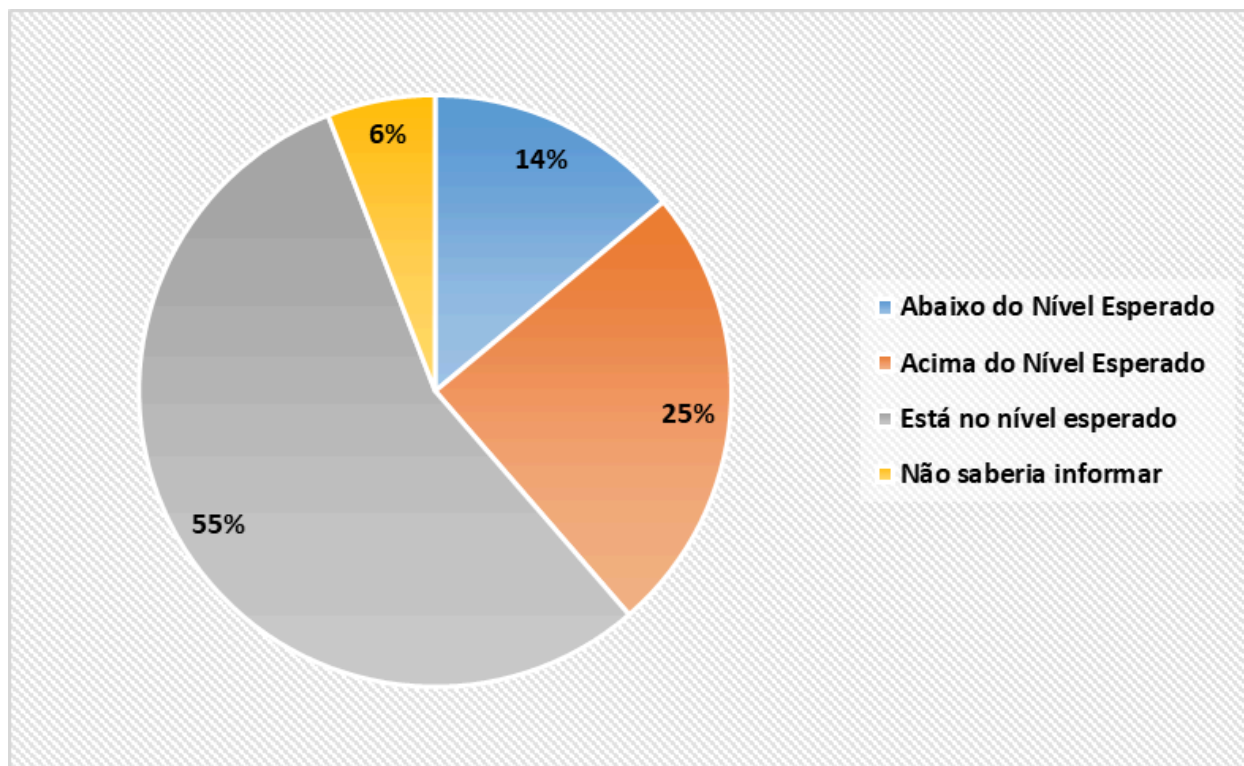
### 3.11. Impacto Geral das Metas Nacionais na Melhoria da Prestação Jurisdicional para a Sociedade

Esta pergunta avaliou a percepção geral sobre o impacto das Metas Nacionais.

- **Está no nível esperado: 254 respondentes (55%).**
- **Acima do Nível Esperado: 113 respondentes (25%).**
- **Abaixo do Nível Esperado: 64 respondentes (14%).**
- **Não saberia informar: 27 respondentes (6%).**

**Análise:** A maioria dos respondentes percebe que o impacto das metas está no nível esperado, com uma parcela significativa avaliando-o como acima do esperado. Isso sugere uma visão majoritariamente positiva ou alinhada às expectativas.

Gráfico 11 – Impacto Geral das Metas Nacionais



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

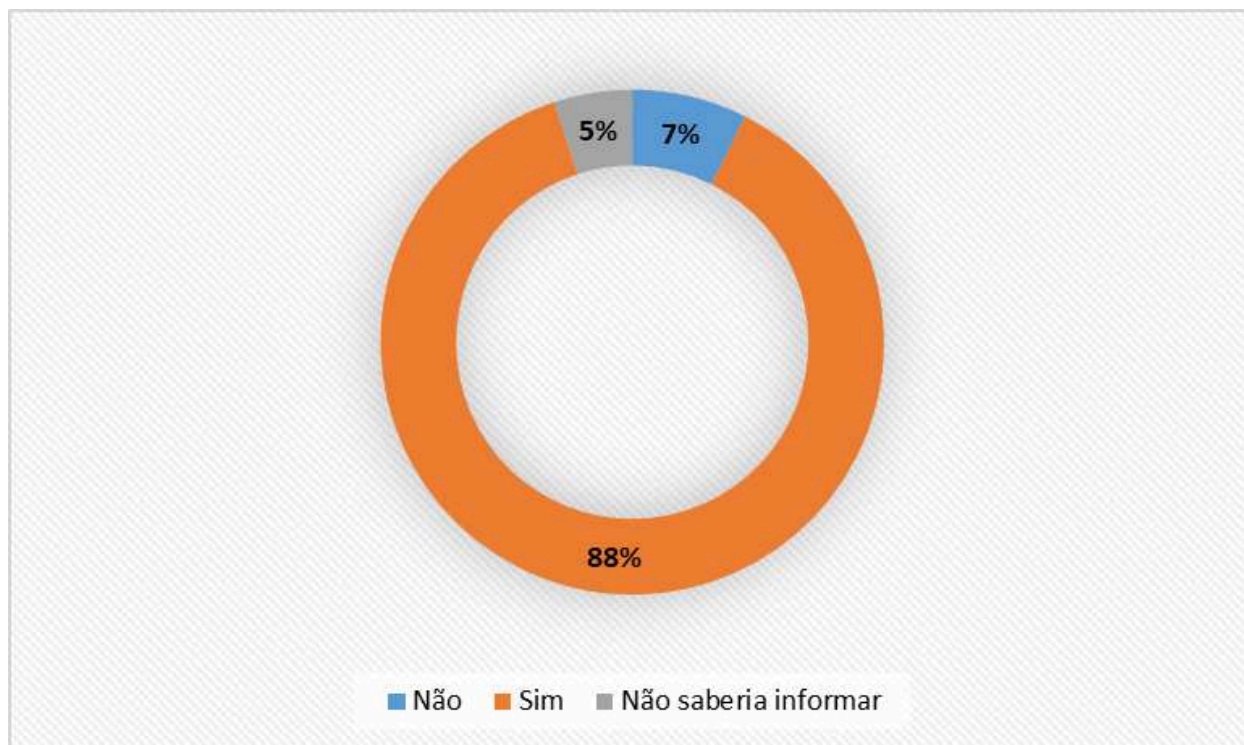
### 3.12. Adequação da Meta 1 (Macrodesafio “AGILIDADE E PRODUTIVIDADE”)

A Meta 1 busca julgar quantidade maior de processos do que os distribuídos no ano corrente.

- **Sim: 401 respondentes (88%).**
- **Não: 34 respondentes (7%).**
- **Não saberia informar: 23 respondentes (5%).**

**Análise:** Há um forte consenso de que esta meta é apropriada em sua formulação e objetivo.

Gráfico 12 – Adequação da Meta 1



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

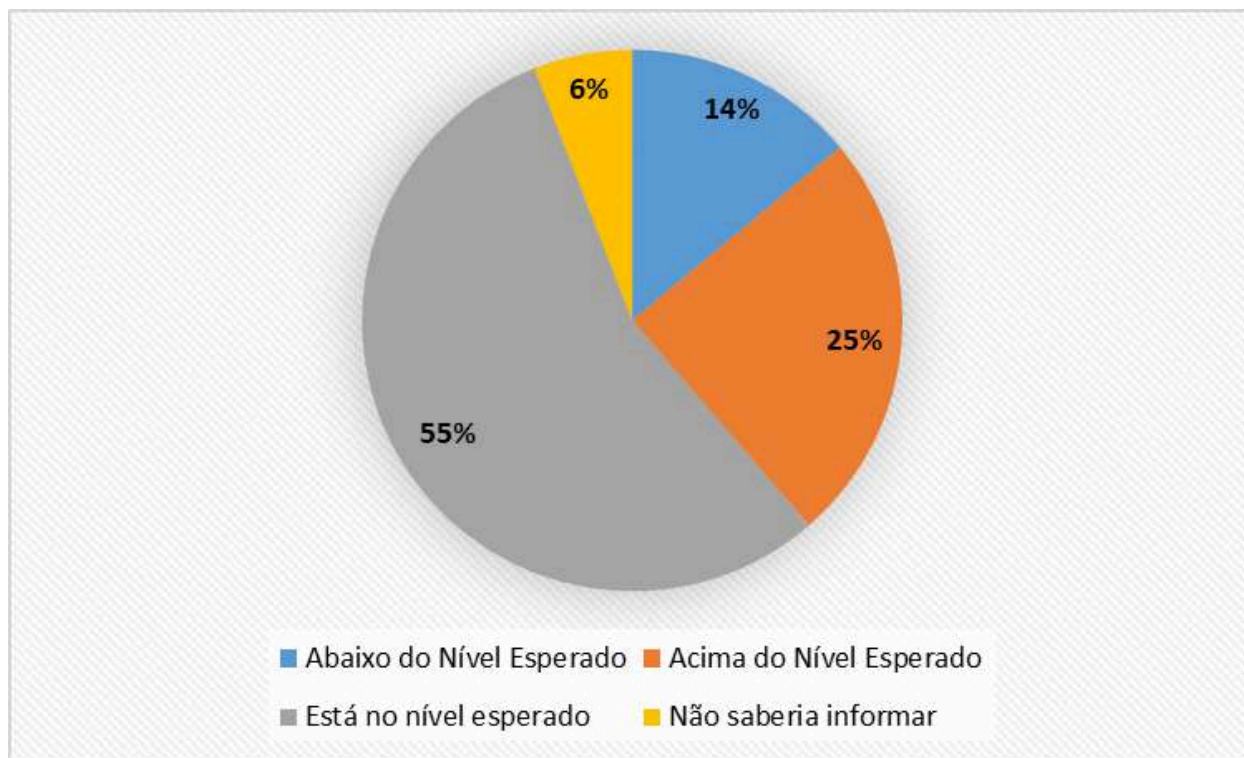
### 3.13. Adequação dos Percentuais da Meta 2 (Macrodesafio “AGILIDADE E PRODUTIVIDADE”)

A Meta 2 detalha percentuais de julgamento para processos antigos em diferentes graus.

- **Está no nível esperado: 254 respondentes (55%).**
- **Acima do Nível Esperado: 113 respondentes (25%).**
- **Abaixo do Nível Esperado: 64 respondentes (14%).**
- **Não saberia informar: 27 respondentes (6%).**

**Análise:** A Meta 2 é percebida pela maioria dos respondentes como estando "no nível esperado" (55%). Uma parcela significativa (25%) acredita que os percentuais estão "acima do nível esperado", enquanto 14% os consideram "abaixo do nível esperado". Apenas 6% "não souberam informar". Isso indica que, de forma geral, há uma percepção positiva ou alinhada às expectativas em relação à adequação dos percentuais estabelecidos para julgar processos antigos.

Gráfico 13 – Adequação dos Percentuais da Meta 2



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

### 3.14. Adequação do Percentual da Meta 3 (Macrodesafio "PREVENÇÃO DE LITÍGIOS")

A Meta 3 visa aumentar o Índice de Conciliação em 1 ponto percentual.

- **Sim: 244 respondentes (53%).**
- **Não, gostaria que o percentual fosse maior: 93 respondentes (20%).**
- **Não saberia informar: 75 respondentes (17%).**
- **Não, gostaria que o percentual fosse menor: 46 respondentes (10%).**

**Análise:** A maioria considera o percentual adequado, mas uma parcela significativa dos respondentes expressa o desejo de que o percentual de conciliação fosse maior, sugerindo ambição por mais acordos.

Gráfico 14 – Adequação do Percentual da Meta 3



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

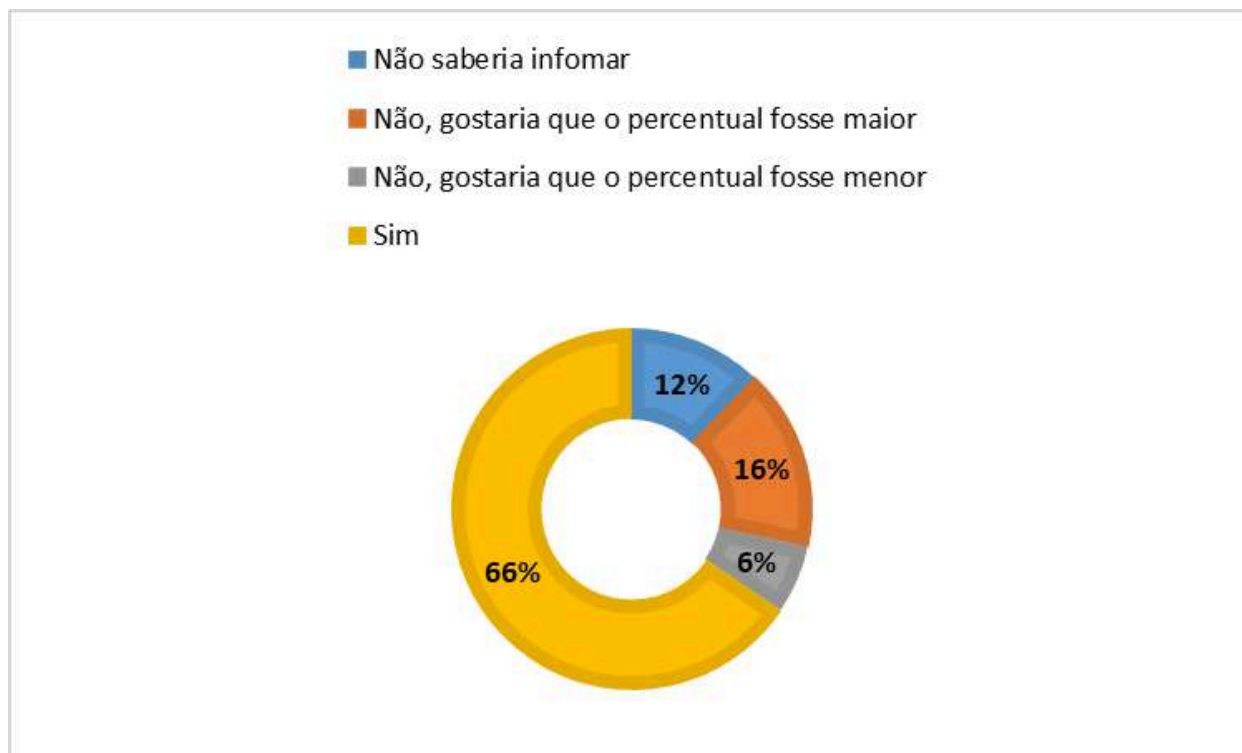
### 3.15. Adequação dos Percentuais da Meta 4 (Macrodesafio "ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO")

A Meta 4 define percentuais para julgar ações de improbidade e crimes contra a Administração Pública.

- **Sim: 300 respondentes (66%).**
- **Não, gostaria que o percentual fosse maior: 75 respondentes (16%).**
- **Não saberia informar: 55 respondentes (12%).**
- **Não, gostaria que o percentual fosse menor: 28 respondentes (6%).**

**Análise:** Embora a maioria considere os percentuais adequados, uma parcela considerável gostaria de metas mais ambiciosas no combate à corrupção e improbidade.

Gráfico 15 – Adequação dos Percentuais da Meta 4



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

### 3.16. Adequação dos Percentuais da Meta 5 (Macrodesafio “AGILIDADE E PRODUTIVIDADE”)

A Meta 5 busca reduzir em 0,5 ponto percentual a Taxa de Congestionamento líquida.

- **Sim: 284 respondentes (62%).**
- **Não, gostaria que o percentual fosse maior: 87 respondentes (19%).**
- **Não saberia informar: 60 respondentes (13%).**
- **Não, gostaria que o percentual fosse menor: 27 respondentes (6%).**

**Análise:** A maioria considera os percentuais adequados, mas há um desejo significativo de percentuais mais ambiciosos para a redução do congestionamento processual.

Gráfico 16 – Adequação dos Percentuais da Meta 5



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

### 3.17. Adequação do Percentual da Meta 6 (Macrodesafio “PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE”)

A Meta 6 propõe julgar 50% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2025.

- **Sim: 283 respondentes (62%).**
- **Não saberia informar:** 67 respondentes (14%).
- **Não, gostaria que o percentual fosse maior:** 63 respondentes (14%).
- **Não, gostaria que o percentual fosse menor:** 45 respondentes (10%).

**Análise:** A maioria considera o percentual adequado, embora uma parcela dos respondentes expresse desejo por percentuais maiores nos processos relacionados às ações ambientais, distribuídos no período.

Gráfico 17 – Adequação do Percentual da Meta 6



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

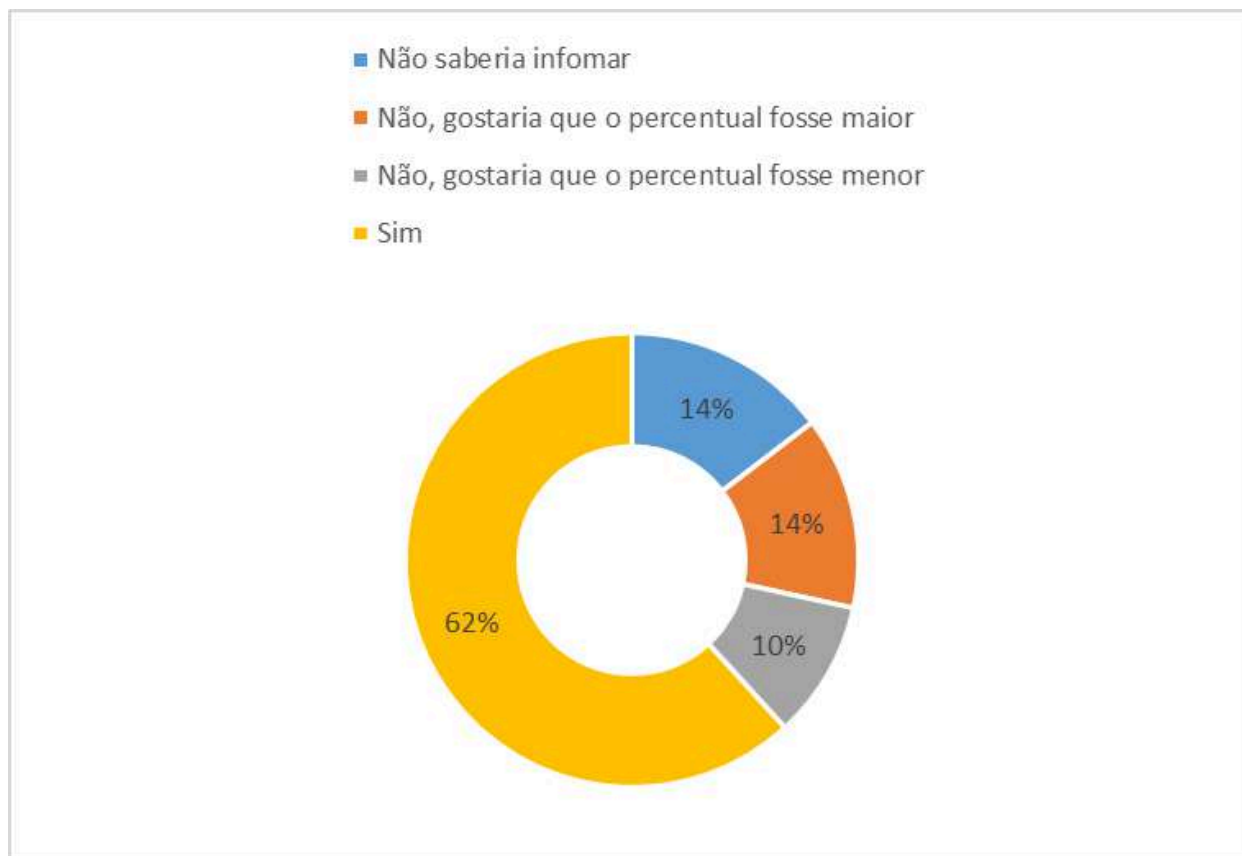
### 3.18. Adequação dos Percentuais da Meta 7 (Macrodesafio “AGILIDADE E PRODUTIVIDADE”)

A Meta 7 visa julgar 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e quilombolas.

- **Sim: 283 respondentes (62%).**
- **Não saberia informar:** 67 respondentes (14%).
- **Não, gostaria que o percentual fosse maior:** 63 respondentes (14%).
- **Não, gostaria que o percentual fosse menor:** 45 respondentes (10%).

**Análise:** Em relação à adequação dos percentuais da Meta 7, a maioria dos respondentes (62%) considera que o percentual proposto está adequado, isso indica uma aceitação geral do percentual definido, com um desejo minoritário, mas presente, de maior ambição na meta.

Gráfico 18 – Adequação dos Percentuais da Meta 7



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

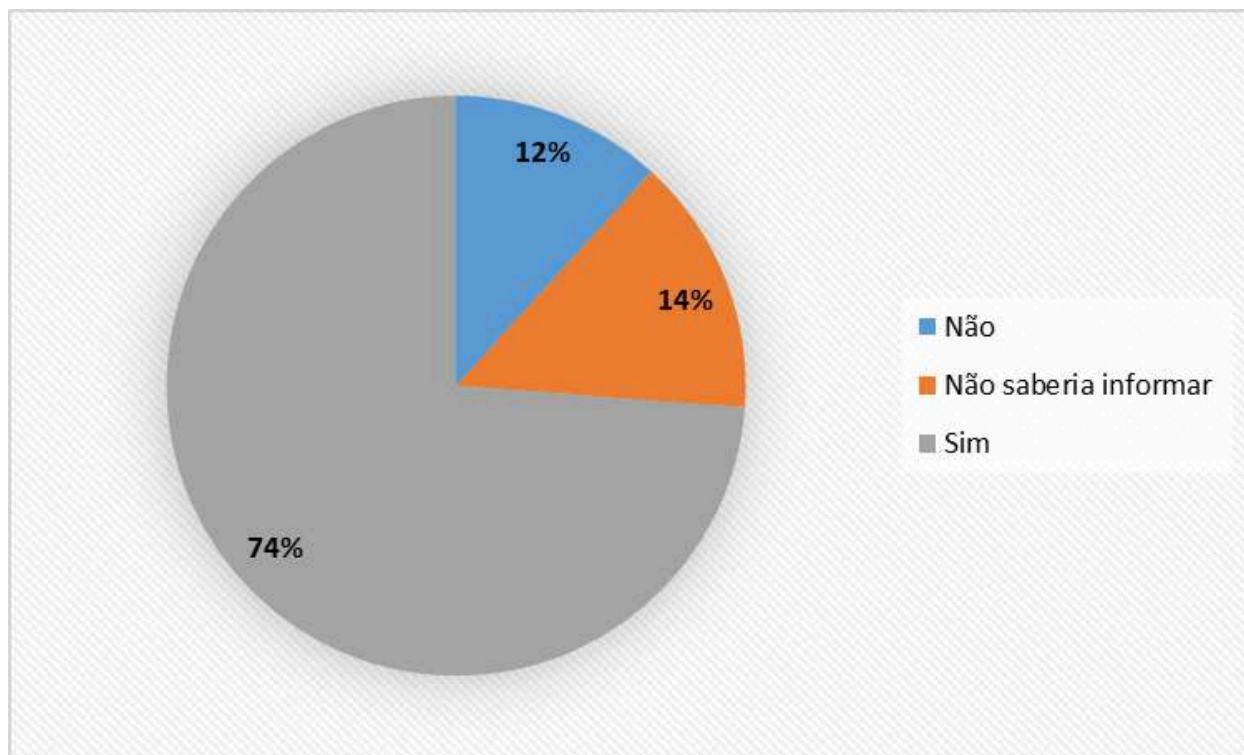
### 3.19. Expansão da Meta 7 para abranger crimes de racismo, injúria racial e crimes de ódio

Questionou-se se a Meta 7 deveria abranger crimes de racismo, injúria racial e crimes de ódio.

- **Sim: 338 respondentes (74%).**
- **Não saberia informar:** 66 respondentes (14%).
- **Não:** 54 respondentes (12%).

**Análise:** Há um forte apoio à expansão do escopo da Meta 7 para incluir outros crimes relacionados à discriminação e ao ódio, demonstrando uma demanda por maior abrangência na proteção de direitos fundamentais.

Gráfico 19 – Expansão da Meta 7



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

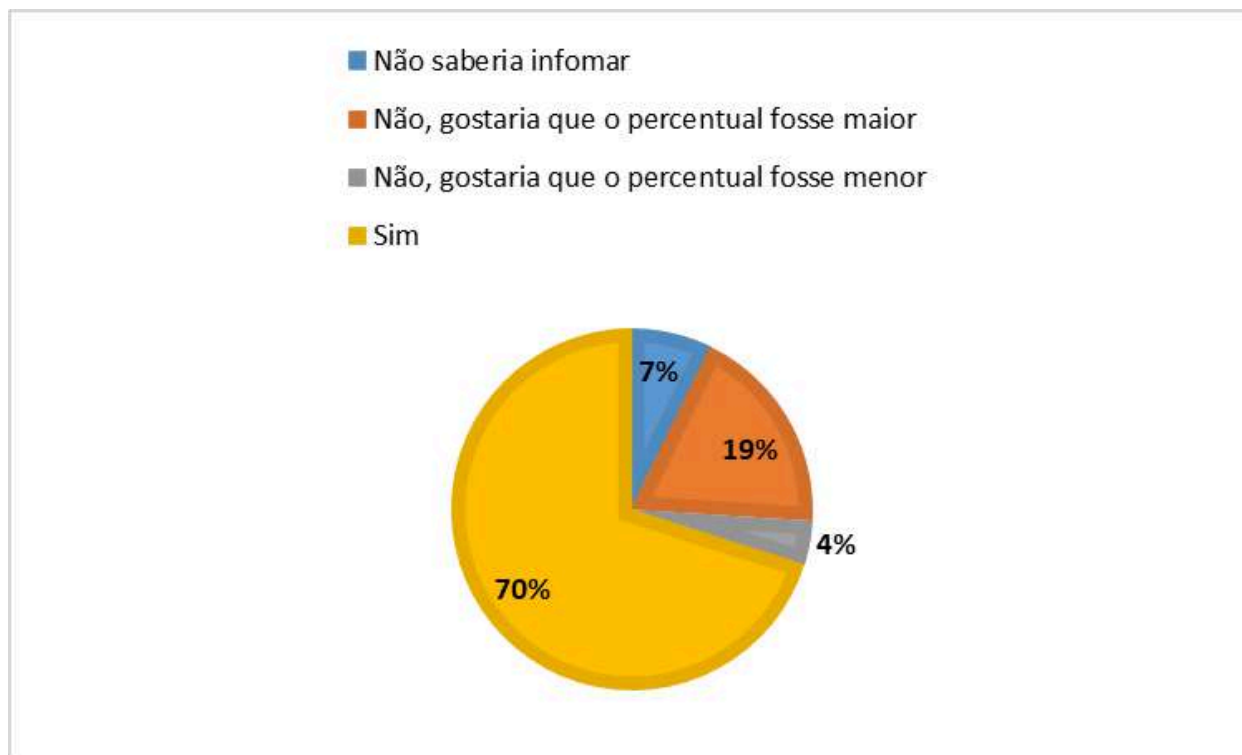
### 3.20. Adequação dos Percentuais da Meta 8 (Macrodesafio "AGILIDADE E PRODUTIVIDADE")

A Meta 8 estabelece percentuais para identificar e julgar casos de feminicídio e violência doméstica.

- **Sim: 321 respondentes (70%).**
- **Não, gostaria que o percentual fosse maior: 86 respondentes (19%).**
- **Não saberia informar: 33 respondentes (7%).**
- **Não, gostaria que o percentual fosse menor: 18 respondentes (4%).**

**Análise:** Uma grande maioria considera os percentuais adequados, mas quase um quinto dos respondentes desejaria metas mais ambiciosas no combate à violência contra a mulher.

Gráfico 20 – Adequação dos Percentuais da Meta 8



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

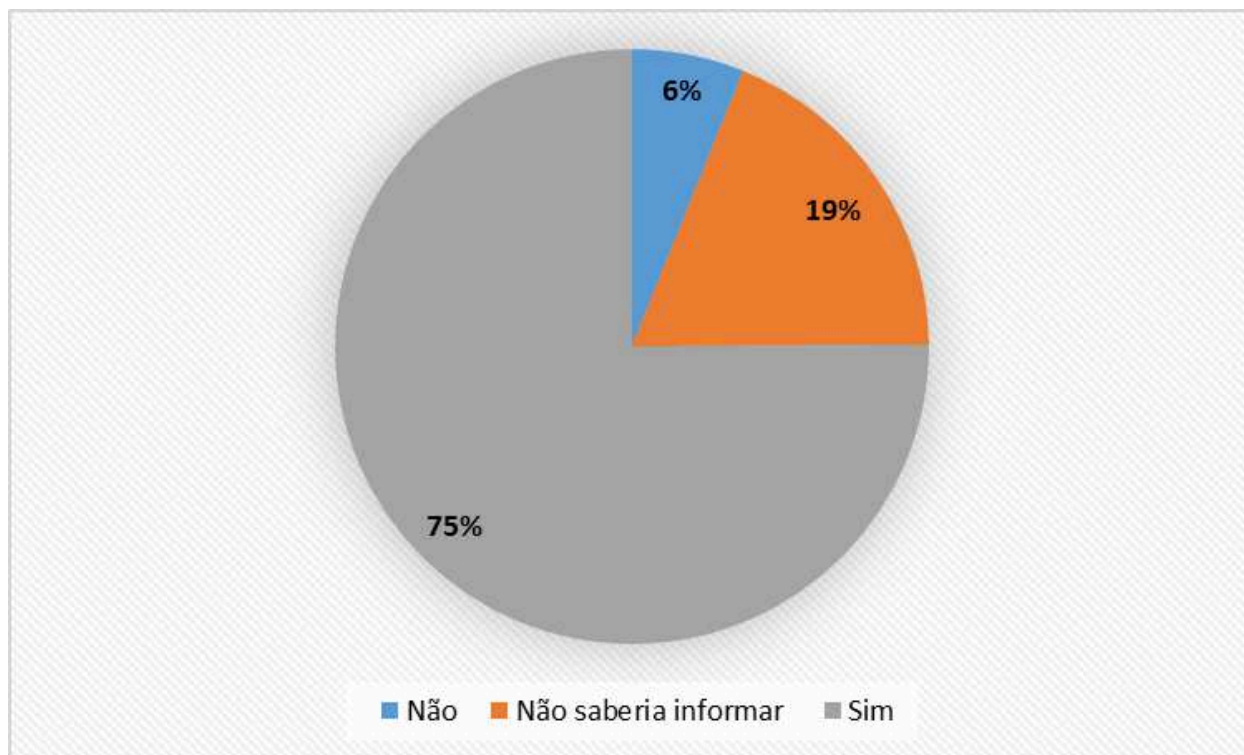
### 3.21. Adequação da Meta 9 (Macrodesafio "GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS")

A Meta 9 visa implantar um projeto do Laboratório de Inovação.

- **Sim: 344 respondentes (75%).**
- **Não saberia informar: 86 respondentes (19%).**
- **Não: 28 respondentes (6%).**

**Análise:** A meta de inovação é amplamente considerada apropriada, refletindo o reconhecimento da importância da modernização do Judiciário.

Gráfico 21 – Adequação da Meta 9



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.

### 3.22. Adequação do Percentual da Meta 10 (Macrodesafio "AGILIDADE E PRODUTIVIDADE")

A Meta 10 propõe julgar 90% dos processos de Infância e Juventude.

- **Sim: 342 respondentes (75%).**
- **Não saberia informar: 50 respondentes (11%).**
- **Não, gostaria que o percentual fosse maior: 36 respondentes (8%).**
- **Não, gostaria que o percentual fosse menor: 30 respondentes (6%).**

**Análise:** A maioria considera o percentual adequado, com um apoio expressivo à meta para a Infância e Juventude.

Gráfico 22 – Adequação do Percentual da Meta 10



Fonte: Consulta Pública, TJBA 2025.



#### 4. Conclusão

A pesquisa revela uma percepção geral bastante **positiva** e de **alta relevância** em relação às Metas Nacionais do Poder Judiciário no âmbito do Estado do Acre. Há um **conhecimento razoável** sobre as metas entre os respondentes, predominando o nível intermediário e básico.

As metas relacionadas à **celeridade processual e ao julgamento de processos antigos (Meta 2)**, bem como o **enfrentamento à violência doméstica (Meta 8)**, são consistentemente percebidas como as mais relevantes e as mais desejadas para continuidade em 2026, com aprovação próxima de 100% em alguns quesitos. A capacidade das metas de **reduzir a impunidade (Meta 4)**, **melhorar a solução de conflitos (Meta 3)** e **promover a celeridade (Meta 5)** também é amplamente reconhecida.

Embora a maioria considere os percentuais das metas adequados, há um **desejo notável por mais ambição** em algumas áreas, como a conciliação (Meta 3), o combate à corrupção (Meta 4), a redução do congestionamento (Meta 5) e a violência doméstica (Meta 8). Isso sugere que os respondentes veem espaço para o Judiciário estabelecer alvos ainda mais desafiadores.

Um ponto de destaque é o **forte apoio à expansão da Meta 7** (direitos indígenas e quilombolas) para incluir crimes de racismo, injúria racial e crimes de ódio, o que indica uma sensibilidade social para a necessidade de abranger um espectro maior de proteção a grupos vulneráveis.

Em suma, o relatório demonstra que as Metas Nacionais do Poder Judiciário são vistas como **fundamentais para a melhoria da prestação jurisdicional**, com uma expectativa majoritária de que seu impacto esteja no nível esperado ou acima dele. As áreas de agilidade, combate à corrupção e proteção a grupos vulneráveis emergem como prioridades claras para a sociedade, e há um clamor por uma atuação judiciária cada vez mais eficiente e abrangente.

**Anexo IIA – Lista de Presença Audiência Pública Virtual Conjunta dos  
Tribunais de Justiça Estaduais da Região Norte**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Rua José Camacho, n.º 585 - Bairro Olaria - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - www.tjro.jus.br

## LISTA

### LISTA DE PRESENÇA

#### AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL DA JUSTIÇA ESTADUAL DA REGIÃO NORTE SOBRE A PROPOSTA INICIAL DE METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PARA 2026

#### INFORMAÇÕES DA AUDIÊNCIA

**Tema:** Proposta Inicial de Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2026.

**Data:** 08/07/2025.

**Horário:** Das 9h às 11 horas - horário de Brasília.

**Formato:** Virtual, por meio da plataforma Google Meet, com transmissão ao vivo pelos canais de todos os Tribunais de Justiça da Região Norte no YouTube.

**Público-alvo:** Sociedade, advogadas e advogados, defensoras e defensores públicos, membros do Ministério Público, magistradas e magistrados, servidoras e servidores, pesquisadoras e pesquisadores, acadêmicas e acadêmicos, universitárias e universitários e representantes de outras instituições.

ORDEM	NOME	CATEGORIA
1	ADERSON	SOCIEDADE
2	ADILSON RODRIGUES MARTIM	SERVIDOR(A)
3	ADRIANA LUNARDI	SERVIDOR(A)
4	ADRIANA MORAES DE CARVALHO	SERVIDOR(A)
5	ÁGATHA OLIVEIRA DA SILVA	SOCIEDADE
6	AGNES SOUZA DA ROSA	SERVIDOR(A)
7	ALAÍDE MARIA DE PAULA	JUIZ(A)
8	ALAN ISHIDA	SERVIDOR(A)
9	ALBERTO NEY VIEIRA SILVA	SERVIDOR(A)
10	ALDAIR RIBEIRO DOS SANTOS	SERVIDOR(A)
11	ALENCAR GOMES DOS SANTOS	SERVIDOR(A)
12	ALESSANDRO DOS SANTOS DOMONT	SOCIEDADE
13	ALEX FABIANO DA SILVA LOPES	SERVIDOR(A)
14	ALFREDO HENRIQUE ASSUNÇÃO DE ANDRADE	SERVIDOR(A)
15	ALINE MOREIRA TRINDADE	SERVIDOR(A)
16	ALOISIO MIRANDA MENESCAL	SOCIEDADE
17	AMANDA CRISTINA BATISTA DE AQUINO	SERVIDOR(A)
18	AMANDA PAIVA OFICIAL	SOCIEDADE
19	AMANDA SENA	SERVIDOR(A)

ORDEM	NOME	CATEGORIA
20	ANA CAROLINA PORTELA BENARROS	SOCIEDADE
21	ANA KAROLINE LEITAO VALE	SERVIDOR(A)
22	ANA LUCIA CUNHA E SILVA	SERVIDOR(A)
23	ANA MARINA	SOCIEDADE
24	ANA MARINA COELHO FELICIO DA SILVA	SERVIDOR(A)
25	ANA PAULA DE SOUZA	SERVIDOR(A)
26	ANA PAULA M. DA COSTA	SOCIEDADE
27	ANA SHIRLEY DOS SANTOS SOARES	SERVIDOR(A)
28	ANDRÉ BOLANHO MOTA SANTANA	SERVIDOR(A)

29	ANDRÉ DE ARAÚJO NEVES	SERVIDOR(A)
30	ANDREA DA SILVA BARBIRATO	SERVIDOR(A)
31	ANDREY OLIVEIRA LIMA	SERVIDOR(A)
32	ANNA PAULA DE ALMEIDA CAVALCANTI RIBEIRO	SERVIDOR(A)
33	ANNY KAROLLINE GEBER TUSSOLINI	SERVIDOR(A)
34	ANTONIA ROSANGELA SERRA	SERVIDOR(A)
35	APARECIDA LOPES	SOCIEDADE
36	ARIOSTENIS GUIMARÃES VIEIRA	SOCIEDADE
37	ARMANDO PINHEIRO SCARPONI	SERVIDOR(A)
38	ARTHUR AZEVEDO	SERVIDOR(A)
39	AUCILENE ALVARENGA DE SOUZA	SERVIDOR(A)
40	AURELIANO DIAS	OUTROS
41	AURIENE CARDOZO CUNHA	SERVIDOR(A)
42	BARBARA MARINHO NOGUEIRA	JUIZ(A)
43	BARBARA OTSUKA IWAI	SERVIDOR(A)
44	BARBARA SPIES CAMPOS	SERVIDOR(A)
45	BEATRIZ EVANGELISTA PEREIRA	SERVIDOR(A)
46	BERNADETH FARIAS	SOCIEDADE
47	CAIO MACEDO CAVALCANTI	SERVIDOR(A)
48	CAMILA CAMALA MONTEIRO DE CASTRO SOUZA	SERVIDOR(A)
49	CAMYILLE ALMEIDA NOGUEIRA	SOCIEDADE
50	CARLOS CLEY MOURA DE ARAUJO	SERVIDOR(A)
51	CARLOS EMILIO SILVA FERREIRA	SERVIDOR(A)
52	CARLSON UCHÔA PINTO	SERVIDOR(A)
53	CARMEN ELISABETE MEURER	SERVIDOR(A)
54	CARPEGIANY COSTA DE BRITO	SERVIDOR(A)
55	CATIA MARIANA DE ALMEIDA COSTA PRESTES	SERVIDOR(A)
56	CCOM TJRO	SERVIDOR(A)
57	CHARLES COSTA DE OLIVEIRA	SERVIDOR(A)
58	CIBELE NUNES FERRAZ SCHROEDER	SERVIDOR(A)
59	CINTIA ARAUJO DO NASCIMENTO	SERVIDOR(A)
60	CÍNTIA DE OLIVEIRA FERNANDES	SERVIDOR(A)
61	CLAITON VENDRAMETTO	SERVIDOR(A)
62	CLÁUDIA VASCONCELOS ALEXANDRINO DE BRITO	SERVIDOR(A)
63	CLICIA RODRIGUES DA SILVA	OUTROS
64	COORD. DE COMUNICAÇÃO - TJRO	SERVIDOR(A)
65	COORDENADORIA DE ESTRATÉGIA E PROJETOS	SERVIDOR(A)
66	CRISTIAN EUNIDES MAR	SERVIDOR(A)
67	CRISTIANE ALVARENGA OLIVEIRA	SERVIDOR(A)

ORDEM	NOME	CATEGORIA
68	CRISTIANE DE SOUZA GAMA	SOCIEDADE
69	CRISTIANE GAMA	SOCIEDADE
70	CRISTIANO CORRÊA DE PAULA	SERVIDOR(A)
71	CRISTINE HELENA RODRIGUES	SERVIDOR(A)
72	DAMARIS RODRIGUES DA SILVA	SOCIEDADE
73	DANIEL FRANCISCO COSTA DO NASCIMENTO	SERVIDOR(A)
74	DANIELLA DE SOUZA E PEREIRA	SERVIDOR(A)
75	DANILO PESSOA DA SILVA	SERVIDOR(A)
76	DARLLANNE CRISTINA DOS SANTOS FERREIRA TACHO	SERVIDOR(A)
77	DAYSE MOURÃO ARAÚJO RAMALHO	SERVIDOR(A)
78	DÉBORA HONORATO DE SOUZA ALVES	SERVIDOR(A)
79	DELICIMARA DA COSTA CAMPOS	SERVIDOR(A)
80	DENILZA RODRIGUES DE ALENCAR	SERVIDOR(A)
81	DENISON SILVA NASCIMENTO	SERVIDOR(A)
82	DEYVID DUARTE	SOCIEDADE
83	DEYVID JÚNIOR CREMASCO	SERVIDOR(A)
84	DIEGO SOUZA DA SILVA	SERVIDOR(A)
85	DIRCEU FÉLIX	SOCIEDADE
86	DULCE OLIVEIRA TEODORO GARCIA	SERVIDOR(A)
87	EDGAR DO NASCIMENTO CASTELO	SERVIDOR(A)

88	EDIBERTO BARBOSA LEMOS	SERVIDOR(A)
89	EDILSON DOS SANTOS OLIVEIRA NETO	OUTROS
90	EDINALDO HONORATO CÂNDIDO	SERVIDOR(A)
91	EDISON VALLERIO DOS REIS	SERVIDOR(A)
92	EDSON DOS SANTOS SOUZA	SERVIDOR(A)
93	ELAINE CRISTINA PEREIRA DA SILVEIRA	SERVIDOR(A)
94	ELAYNE DA SILVA RAMOS CANTUÁRIA	JUIZ(A)
95	ELIANA JANONES DE PAULA	SERVIDOR(A)
96	ELIANDRO VIANA DA SILVA	SERVIDOR(A)
97	ELIEQUIM GONÇALVES	SERVIDOR(A)
98	ELIEZIO SILVEIRA DIAS	SERVIDOR(A)
99	ELINO MENDONÇA	SOCIEDADE
100	ELLEN FABIANA GONÇALVES CHAVES FARIAS	SERVIDOR(A)
101	ELTON MARIO VALE TAVARES	SERVIDOR(A)
102	EMANUELLE DENEUWE LAURENTINO DE OLIVEIRA	SERVIDOR(A)
103	EMERSON DIEGO LOURENCO	SERVIDOR(A)
104	EMILY DA SILVA SOARES	SERVIDOR(A)
105	ÉRICA MACHADO	SERVIDOR(A)
106	ERIKA FERNANDA DOS SANTOS CHAVES SENA	SOCIEDADE
107	ERIKA HORTA	SERVIDOR(A)
108	EVALDO DE MENEZES TACHO JÚNIOR	SERVIDOR(A)
109	EVANDRO ARAUJO DE AQUINO	SERVIDOR(A)
110	EVERLEY DE ARAÚJO SALES	SERVIDOR(A)
111	FÁBIO DE SOUZA ADONA LEITE	SERVIDOR(A)
112	FELIPE IDALGO ESTIGARRIBIA	SERVIDOR(A)
113	FELIPE PINHEIRO DOS SANTOS	SERVIDOR(A)
114	FERNANDA DA SILVA FREIRE DE CARVALHO	SERVIDOR(A)
115	FERNANDA KATHLEEN DE OLIVEIRA VICENTE	SERVIDOR(A)

ORDEM	NOME	CATEGORIA
116	FRANCIRLEI DE AQUINO LIMA	SERVIDOR(A)
117	FRANCISCA CRISTIANA SARAIVA DA SILVA	SERVIDOR(A)
118	FRANCISCO ALEXANDRE LIMA	SERVIDOR(A)
119	FRANCISCO LIMA DE OLIVEIRA	SERVIDOR(A)
120	FRANCISCO SÉRGIO SILVA ARAÚJO	SERVIDOR(A)
121	FRANCISCO WILLIAN GONÇALVES DE SOUZA	SERVIDOR(A)
122	FRANCISCOS CARLOS DA COSTA FILHA	SERVIDOR(A)
123	FRANCIZA VERÍSSIMO DE CARVALHO	SERVIDOR(A)
124	FRANCO DOS SANTOS ARAUJO	SERVIDOR(A)
125	FRANK CESAR BUSATTO	SERVIDOR(A)
126	FREDERICO JUNIOR PEREIRA EVANGELISTA	SERVIDOR(A)
127	GABINETE DE GOVERNANÇA	SERVIDOR(A)
128	GABRIELA GOUVEIA CABRAL VIANA	SERVIDOR(A)
129	GABRIELA LEAL GOMES	SERVIDOR(A)
130	GABRIELA PANTOJA DA SILVA	SERVIDOR(A)
131	GALDINO RODRIGUES NETO	SERVIDOR(A)
132	GEANE DE NORONHA SILVA	SERVIDOR(A)
133	GERALDA FRANCISCA DA SILVA	SERVIDOR(A)
134	GERLANE GARCIA DA SILVA	SERVIDOR(A)
135	GILCINEIDE RIBEIRO BATISTA	SERVIDOR(A)
136	GILDETE MARIA DE ALMEIDA FERREIRA	SERVIDOR(A)
137	GILSON DO CARMO CASTELO DOS REIS	SERVIDOR(A)
138	GIORDANE DE SOUZA DOURADO	JUIZ(A)
139	GISELE WUTZKE	SOCIEDADE
140	GISELLE MARIA DINIZ ANDRADE COSTA	SERVIDOR(A)
141	GIULIANA EVANGELISTA DE ARAÚJO SOUZA	OUTROS
142	GIZELLY CAROLINE FRANÇA GUIMARÃES	SERVIDOR(A)
143	GUSLAINY SILVA MOURA	SOCIEDADE
144	HANA YUSIF AWNI EL SHAWWA	SOCIEDADE
145	HELENA MARIA DE PAULA SANTANA	SERVIDOR(A)
146	HELON MENDES DE SANTANA	SERVIDOR(A)
147	HERMENEGILDO ATAIDE D AVILA	SERVIDOR(A)

148	HILARY BARBOSA MORAIS DA COSTA SANCHEZ	SERVIDOR(A)
149	IAGO KAIC	SERVIDOR(A)
150	INAIZA MEDEIROS VASCONCELOS DE ARAÚJO	SERVIDOR(A)
151	INGRID AMIM NASCIMENTO	SOCIEDADE
152	INGRID NASCIMENTO DA FRANCA	SERVIDOR(A)
153	INSTITUTO SOCIAL MARIA ESPERANÇA	OUTROS
154	IREZ SARAIVA	SERVIDOR(A)
155	IRLENE PAULA DE OLIVEIRA	SERVIDOR(A)
156	ISABELA PAGANI HERINGER DE MIRANDA	SERVIDOR(A)
157	ITALO BRUNO CALDAS PAULO	SOCIEDADE
158	ITAMARA DE OLIVEIRA BORGES	SOCIEDADE
159	IVANETE DE MESQUITA CORDEIRO	SERVIDOR(A)
160	IVO WICIUK JUNIOR	SERVIDOR(A)
161	JACIKLEY DA COSTA RIBEIRO	SERVIDOR(A)
162	JAIRO LAURENIO ENES DA SILVA	SERVIDOR(A)
163	JANAINA BRITO	SERVIDOR(A)

ORDEM	NOME	CATEGORIA
164	JANAINA CRISTINA MUNIZ BRITO	SERVIDOR(A)
165	JANAINÉ VOLTOLINI DE OLIVEIRA	SERVIDOR(A)
166	JAQUELINE BARBOSA JERONIMO	SERVIDOR(A)
167	JAYME HENRIQUE FERREIRA	DESEMBARGADOR(A)
168	JESSICA DE BOSI E ARAUJO	SERVIDOR(A)
169	JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES	DESEMBARGADOR(A)
170	JOÃO DE SOUZA TRAJANO	SERVIDOR(A)
171	JOÃO ORNATO BENIGNO BRITO	SERVIDOR(A)
172	JOÃO PEDRO DE ABREU LIMA	SOCIEDADE
173	JOÃO SIMÕES	DESEMBARGADOR(A)
174	JOÃO VICTOR ZUANAZZI LEME	SERVIDOR(A)
175	JOICILENE DA COSTA AMORIM	SERVIDOR(A)
176	JONATHAS-AUGUSTO APOLÔNIO GONÇALVES VIEIRA	SERVIDOR(A)
177	JORDAN JARDIM	JUIZ(A)
178	JOSÉ VICENTE SOUZA	SOCIEDADE
179	JOSEANE ANTONIA DA SILVA ANDRADE PACHECO	SERVIDOR(A)
180	JOSILANE DA SILVA MOTA	SERVIDOR(A)
181	JOSILENE DOS SANTOS DIAS	SOCIEDADE
182	JOSUÉ DA SILVA SANTOS	SERVIDOR(A)
183	JUCELIO LIMA DE SOUZA	SERVIDOR(A)
184	JUCIANA RIBEIRO DE BRITO	SERVIDOR(A)
185	JULIANO JUMA MAGALHÃES COSTA	SERVIDOR(A)
186	JULLYANA BARBOSA MORAIS	SERVIDOR(A)
187	JUSSARA VALENTE FERNANDES SECCO	SERVIDOR(A)
188	KARIME THADDEU MUHD	SERVIDOR(A)
189	KARINA DE AMARANTE CABRAL	SERVIDOR(A)
190	KÁRISSE N. BLOS LAGO	SERVIDOR(A)
191	KÁTIA DE QUEIROZ ALMEIDA	SERVIDOR(A)
192	KÁTIA PARENTE SENA	JUIZ(A)
193	KAYLANE SOUZA RODRIGUES	SOCIEDADE
194	KELLY REGINA LIMA DE LIMA	SERVIDOR(A)
195	KELSILENE SILVA DA ROCHA	SERVIDOR(A)
196	KIZZY PINTO MOREIRA	SERVIDOR(A)
197	KLEBER BEZERRA PINHEIRO	SERVIDOR(A)
198	LAELHO BARROZO DA SILVA	SERVIDOR(A)
199	LAILTON ALVES BIANCHI COSTA	SERVIDOR(A)
200	LAÍSE SOARES RAMOS DE MOURA	SERVIDOR(A)
201	LANA LEITÃO MARTINS	JUIZ(A)
202	LARISSA OASKES BASTOS VIEIRA	SERVIDOR(A)
203	LARISSA SILVA STEDILE	SERVIDOR(A)
204	LARISSA ZUIM MATARÉSIO	SERVIDOR(A)
205	LETICIA MEDEIROS DE ARAUJO	SERVIDOR(A)
206	LIBNI DA SILVA BARBOSA	SERVIDOR(A)

207	LILIAN LOPES SOUSA BARATELLA	SOCIEDADE
208	LINDA INÊS DA SILVA DANTAS	SERVIDOR(A)
209	LUANA NUNES	SOCIEDADE
210	LUCAS DANIEL GOMES DOS SANTOS	SERVIDOR(A)
211	LUCIANA DA COSTA SOUZA	SERVIDOR(A)

ORDEM	NOME	CATEGORIA
212	LUCIANA SÁ FERNANDES	SERVIDOR(A)
213	LUCIANA TIEMI DA SILVA DOURADO	SERVIDOR(A)
214	LÚCIO ALEXANDRE ROSAS CAVALCANTE	SERVIDOR(A)
215	LUISTELA SARAIVA DE LUCENA	SERVIDOR(A)
216	LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO	DESEMBARGADOR(A)
217	LUIZ NETO	DESEMBARGADOR(A)
218	LUMA DAMON DE OLIVEIRA MELO	SERVIDOR(A)
219	LUMA DO NASCIMENTO SALDIVAR	SERVIDOR(A)
220	MADSON SUSSUARANA MARTINS	SERVIDOR(A)
221	MAIRON COMPAGNON MARIANO	SERVIDOR(A)
222	MANOEL MARTINS DA SILVA NETO	SERVIDOR(A)
223	MANOEL RODRIGUES DE OLIVEIRA	SERVIDOR(A)
224	MANOEL VITORINO DA SILVA	SERVIDOR(A)
225	MANUELA SOUZA	SOCIEDADE
226	MARCELA PEREIRA DE ARRUDA	SERVIDOR(A)
227	MARCELA SILVA DA ROCHA	SOCIEDADE
228	MARCELO HENRIQUE MACIEL DE SOUZA	SERVIDOR(A)
229	MARCELO LUIZ DA SILVA DE LIMA	SOCIEDADE
230	MARCIA CRISTINA DOS SANTOS SALAZAR CABRAL DA CUNHA	SERVIDOR(A)
231	MÁRCIA DUARTE DA SILVA	SERVIDOR(A)
232	MARCIA RACHEL DE CASTRO E COSTA RIZZATO	SERVIDOR(A)
233	MÁRCIO JAIME DOS PASSOS PEREIRA	SERVIDOR(A)
234	MARCOS DOS SANTOS PEREIRA	SERVIDOR(A)
235	MARIA BENEDITA PINHEIRO DA SILVA	SOCIEDADE
236	MARIA BETANIA ARAUJO DA SILVA ROCHA	SERVIDOR(A)
237	MARIA DE JESUS CARDOSO GONÇALVES	SERVIDOR(A)
238	MARIA EDUARDA LIMA RODRIGUES	SERVIDOR(A)
239	MARIA EDUARDA SOUZA DE OLIVEIRA	SOCIEDADE
240	MARIA ESTER DA SILVA BRAGA	OUTROS
241	MARIA GABRIELLA FIGUEIREDO VIEIRA	SERVIDOR(A)
242	MARIA GERLIANE MOURA COSTA	SERVIDOR(A)
243	MARIA GORETH DE AMORIM	SERVIDOR(A)
244	MARIA LÚCIA RODRIGUES GABRIEL	SERVIDOR(A)
245	MARIA NEIDE DE PAIVA OLIVEIRA	SERVIDOR(A)
246	MARIA VITÓRIA FRANCO GARCIA	SERVIDOR(A)
247	MARIANA DA SILVA	SERVIDOR(A)
248	MARICELA DE OLIVEIRA BARROSO	SERVIDOR(A)
249	MARILÂNDIA MENDONÇA	SOCIEDADE
250	MARILZA BARBOSA DA SILVA	SERVIDOR(A)
251	MARINEIDE SILVA DO NASCIMENTO	SERVIDOR(A)
252	MARIO LUIS SANTOS DA SILVA	SERVIDOR(A)
253	MARLENE SOFIA DA SILVA NASCIMENTO	SERVIDOR(A)
254	MARLO HENRIQUE NUNES COELHO	SERVIDOR(A)
255	MARY LÉIA FRANÇA RODRIGUES	SERVIDOR(A)
256	MATHEUS FERNANDES DE SOUSA	SERVIDOR(A)
257	MATHEUS IBSEN MODESTO DE SALES	SOCIEDADE
258	MAURICILIA RODRIGUES DE SOUZA	SERVIDOR(A)
259	MAYSA VENDRAMINI ROSAL	DESEMBARGADOR(A)

ORDEM	NOME	CATEGORIA
260	MICAELLY ANDREIA GOMES FAGUNDES	SOCIEDADE
261	MICHAELE SALES BARROSO VIANA	SERVIDOR(A)

262	MICHELE MOREIRA GARCIA	SERVIDOR(A)
263	MIRIAN ROSA PEREIRA	SERVIDOR(A)
264	MIRNA SAUER	SERVIDOR(A)
265	MOISÉS ROSA PEREIRA	SERVIDOR(A)
266	NADIR MARIANO VIEIRA	SERVIDOR(A)
267	NADJANAYRA NERI DE MOURA	SERVIDOR(A)
268	NADYA MACHADO BARBOSA	SERVIDOR(A)
269	NATACHA ALMEIDA	SOCIEDADE
270	NATALIA CARINE DE SOUZA GONÇALVES	SERVIDOR(A)
271	NAYANE NOGUEIRA	SOCIEDADE
272	NAZARÉ GONZAGA RODRIGUES	SERVIDOR(A)
273	NICOLLY OLIVEIRA FÊ EM DEUS	SERVIDOR(A)
274	NILDA SOUZA OLIVEIRA	SERVIDOR(A)
275	NÚBIA LOPES SOARES SUSSUARANA	SERVIDOR(A)
276	NÚBIA NUNES DA SILVA	SERVIDOR(A)
277	PABLO JAVAN SILVA DANTAS	SERVIDOR(A)
278	PÂMELA ROBERTA RODRIGUES DE SOUZA	SERVIDOR(A)
279	PAMMELA DE PAULA SANTOS	SERVIDOR(A)
280	PAOLA XAUD FIGUEIREDO	SERVIDOR(A)
281	PATRICIA LOPES DE ALMEIDA	SERVIDOR(A)
282	PATRICIA XAVIER DO NASCIMENTO	SERVIDOR(A)
283	PAULA TATIANA DOS SANTOS LIMA	SOCIEDADE
284	PAULO JOSÉ RIBEIRO DA SILVA	SOCIEDADE
285	PRISCILA ALVES DA SILVA	SERVIDOR(A)
286	RADUAN MIGUEL FILHO	DESEMBARGADOR(A)
287	RAFAEL DE ALMEIDA COSTA	SERVIDOR(A)
288	RAFAELA CORREA BARBOSA	SERVIDOR(A)
289	RAIARA OLIVEIRA BORGES SALGADO	SERVIDOR(A)
290	RAIMUNDO NONATO DA SILVA RODRIGUES	OUTROS
291	RAUL FERNANDES SILVERIO JUNIOR	SERVIDOR(A)
292	RAYANNE ROCHA DE ARAUJO	SERVIDOR(A)
293	REJANEA MOURA DE BRITO SOUZA	SERVIDOR(A)
294	RENAN DE OLIVEIRA SANTOS	SERVIDOR(A)
295	RENATO ALVES GOMES	SERVIDOR(A)
296	RISOLETTA FRANCISCA CAMPAGNOLLI	SERVIDOR(A)
297	ROBERTO GONÇALVES DE MOURA	DESEMBARGADOR(A)
298	ROBERTO PAES DE FARIAS JÚNIOR	SOCIEDADE
299	ROBERTO SAFT PANARONI	SERVIDOR(A)
300	RODRIGO DE OLIVEIRA DA SILVA	SERVIDOR(A)
301	RODRIGO OLIVEIRA	SOCIEDADE
302	RODRIGO ROESLER	SERVIDOR(A)
303	ROGERIO DOS SANTOS NASCIMENTO	SERVIDOR(A)
304	ROSA NEUMA BEZERRA GOMES	SERVIDOR(A)
305	ROSANA GLÁUCIA SILVA DA ROCHA	SERVIDOR(A)
306	ROSEMEIRE MOREIRA FERREIRA	SERVIDOR(A)
307	RUTH ÁVILA DA SILVA	SERVIDOR(A)

ORDEM	NOME	CATEGORIA
308	SAMELA FERNANDA SENA ALVES	SERVIDOR(A)
309	SAMIRA ALVIM DE SIQUEIRA	SERVIDOR(A)
310	SAMYA ESTER DA SILVEIRA GOUVEIA ASSIS	SERVIDOR(A)
311	SANDRA MARCIA SHICOVSKI DOS SANTOS BENTO	SERVIDOR(A)
312	SARAH PEDREIRA SENA	SOCIEDADE
313	SEBASTIÃO MOREIRA DA COSTA FILHO	SERVIDOR(A)
314	SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATEGICA - SGE	SERVIDOR(A)
315	SÉRGIO FERREIRA DO NASCIMENTO	SERVIDOR(A)
316	SHEILA SILVA DO NASCIMENTO	SERVIDOR(A)
317	SIDNEY SANTANA DA SILVA	SERVIDOR(A)
318	SILVANEI CAMILO DE FREITAS	SERVIDOR(A)
319	SILVANIA APARECIDA DO NASCIMENTO	SERVIDOR(A)
320	SILVIA CRISTINA BEZERRA DA SILVA PEREIRA	SERVIDOR(A)
321	SILVIA SCHULZE	SERVIDOR(A)

322	STEPHANY	SOCIEDADE
323	SUELY BRITO DE ARAGÃO VIEIRA	SERVIDOR(A)
324	SUERLEI GONDIM DUTRA	SERVIDOR(A)
325	SULAMITA BARRETO PEREIRA	SERVIDOR(A)
326	SYMARA LUANA DE SOUSA MOTA	SERVIDOR(A)
327	TACIANA CARDOSO	SERVIDOR(A)
328	TAMIRIS ELIZABETE DE JESUS	SOCIEDADE
329	TÂNIA CARVALHO DE OLIVEIRA	SERVIDOR(A)
330	TANIA MARIA FERNANDES DE CARVALHO	OUTROS
331	TARSIRA FONSECA RODRIGUES	SERVIDOR(A)
332	TATIENE DOS REIS FERREIRA GONÇALVES QUINTÃ	SERVIDOR(A)
333	TAYANNY NEGRAO DE BRITO	SERVIDOR(A)
334	THAÍS DA COSTA BEZERRA	SERVIDOR(A)
335	THALITA FERNANDA VASCONCELLOS GALVEZ FERNANDES	SERVIDOR(A)
336	THAYS DE SOUZA E SOUZA	SERVIDOR(A)
337	THIAGO BESSA RAMOS	SERVIDOR(A)
338	TIAGO MENDONÇA LOBO	SERVIDOR(A)
339	VALCILD BEZERRA DE AMORIM	SERVIDOR(A)
340	VALDIRENE ALVES DA FONSECA CLEMENTELE	JUIZ(A)
341	VALÉRIA CRISTINA MORAIS DE OLIVEIRA	SERVIDOR(A)
342	VALMIR MEDEIRO NOGUEIRA SALVADOR	SERVIDOR(A)
343	VANUSA RODRIGUES	SOCIEDADE
344	VENÍCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA	SOCIEDADE
345	VERUSKA ANNY SOUZA LOBO	SERVIDOR(A)
346	VITÓRIA DURANS RIBEIRO	SERVIDOR(A)
347	VITÓRIA TOMAZ AZEVEDO GAMBARRA	SERVIDOR(A)
348	VLADIMIR MACIEL DA SILVA	SERVIDOR(A)
349	WANDERLEY DE OLIVEIRA SOUSA JÚNIOR	SERVIDOR(A)
350	WARLE CASTELO DA ROCHA	SERVIDOR(A)
351	WELITON JOSÉ DA SILVA RIBEIRO	SERVIDOR(A)
352	WESLEY CARVALHO GUIMARAES	SERVIDOR(A)
353	YURI VIDAL FELIX	SERVIDOR(A)



Documento assinado eletronicamente por **VALDIRENE ALVES DA FONSECA CLEMENTELE, Juiz (a) Coordenador (a) do Núcleo de Cooperação Judiciária**, em 30/07/2025, às 18:01 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE PINHEIRO DOS SANTOS, Coordenador (a) de Estratégia e Projetos**, em 30/07/2025, às 18:04 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **5000198** e o código CRC **9EDC6464**.

**Anexo IIB – Ata de Deliberações da Audiência Pública Virtual Conjunta  
dos Tribunais de Justiça Estaduais da Região Norte**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Rua José Camacho, n.º 585 - Bairro Olaria - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br)  
- Criada conforme Resolução n. 100/2019-PR

## **ATA DE REUNIÃO N° 550 / 2025 - COESPGGOV/GGOV/PRESI/TJRO**

### **Audiência Pública Virtual da Justiça Estadual da Região Norte**

**8 de Julho de 2025**

#### **1 Participantes**

Desembargador Jayme Henrique Ferreira - Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá;

Desembargador João de Jesus Abdala Simões - Desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas;

Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto - Vice - Presidente do Tribunal de Justiça do Pará;

Desembargadora Maysa Vendramini Rosal - Presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins;

Desembargador Raduan Miguel Filho - Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia;

Desembargador Roberto Gonçalves de Moura - Presidente do Tribunal de Justiça do Pará;

Juíza Bárbara Marinho Nogueira - Juíza de Cooperação do Tribunal de Justiça do Amazonas;

Juíza Elayne da Silva Ramos Cantuária - Juíza de Cooperação do Tribunal de Justiça do Amapá;

Juiz Giordane de Souza Dourado - Juiz Auxiliar da Presidência e Juiz de Cooperação do Tribunal de Justiça do Acre;

Juiz Jordan Jardim - Juiz de Cooperação do Tribunal de Justiça do Tocantins;

Juíza Kátia Parente Sena - Juíza de Cooperação do Tribunal de Justiça do Pará;

Juíza Lana Leitão Martins - Juíza Auxiliar da Presidência e Juíza de Cooperação do Tribunal de Justiça de Roraima;

Juíza Valdirene Alves da Fonseca Clemente - Juíza Auxiliar da Presidência e Juíza de Cooperação do Tribunal de Justiça de Rondônia;

Aderson;

Adilson Rodrigues Martim - Serviço Especial I - Coordenadoria de Estratégia e Projetos (Coesp);

Adriana Moraes de Carvalho - adri\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Alessandro dos Santos Domont - sant\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Aloisio Miranda Menescal - aloi\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Amanda Paiva Oficial - aman\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Ana Marina - anam\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

André Bolanho Mota Santana - Economista - Coordenadoria de Estratégia e Projetos (Coesp);

Anna Paula de Almeida Cavalcanti Ribeiro - anna\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Aparecida Lopes - bard\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Ariostenis Guimarães Vieira - ario\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Aureliano Dias - Vice-Presidente da Comissão de Processo Penal da OAB - adva\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Bernadeth Farias - bern\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Carlson Uchôa Pinto - carl\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Cristiane Alvarenga - cris\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Cristiane de Souza Gama - cris\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Deyvid Duarte - deyv\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Dirceu Félix - dirc\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Dulce Oliveira Teodoro Garcia - oliv\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Ediberto Barbosa Lemos - Administrador - Coordenadoria de Estratégia e Projetos (Coesp);

Edilson dos Santos Oliveira Neto - Presidente da Comissão de Processo Penal da OAB Amazonas - edil\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Elino Mendonça - elin\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Elton Mario Vale Tavares - elto\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Erica Machado - Secretária Chefe do Gabinete da Presidência - Gabinete da Presidência (GABPRE);

Felipe Pinheiro dos Santos - Coordenador - Coordenadoria de Estratégia e Projetos (Coesp);

Geralda Francisca da Silva - gera\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Gisele Wutzke - outr\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Ingrid Nascimento da Franca - Técnica Judiciária - Coordenadoria de Estratégia e Projetos (Coesp);

Italo Bruno Caldas Paulo - ital\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Janaina Cristina Muniz Brito - Coordenadora III - Cerimonial (CER);

João Ornato Benigno Brito - joao\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

João Pedro De Abreu Lima - joao\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

João de Souza Trajano - joao\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

José Vicente Souza - vice\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Josué Santos - josu\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Karina de Amarante Cabral - Técnica Judiciária - Centro de Custos, Informações e Estatística (Cies);

Laelho Barrozo da Silva - Coordenador II - Núcleo de Imagem Audiovisual (NIAV);

Luciana Sá Fernandes - Coordenadora de Gestão Estratégica - TJPA;

Luistela Saraiva - luis\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Luma do Nascimento Saldivar - luma\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Madson Sussurana Martins - Servidor - TJAP;

Manuela Souza - manu\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Márcia Duarte da Silva - Assistente Administrativo - Gabinete de Governança (GGOV);

Marcia Rachel de Castro e Costa Rizzato - Secretária de Planejamento - TJAM;

Marcio Jaime dos Passos Pereira - marc\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Marilândia Mendonça - mari\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Moisés Rosa Pereira - Instituto Social Maria Esperança;

Nayane Nogueira - naya\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Pâmela Roberta Rodrigues de Souza - Assistente Técnico I - Gabinete de Governança (GGOV);

Patrícia Lopes de Almeida - patc\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Paula Tatiana dos Santos Limas - paul\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Rafaela Correa Barbosa - rafa\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Renato Alves Gomes - Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos - TJTO;

Rodrigo Oliveira - rodr\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Rosana Glaucia Rocha - rosa\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Rosemeire Moreira Ferreira - Secretária Chefe - Gabinete de Governança (GGOV);

Sandra Shicovski Bento - sand\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Stephany - step\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Tayanny Negrão de Brito - taya\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

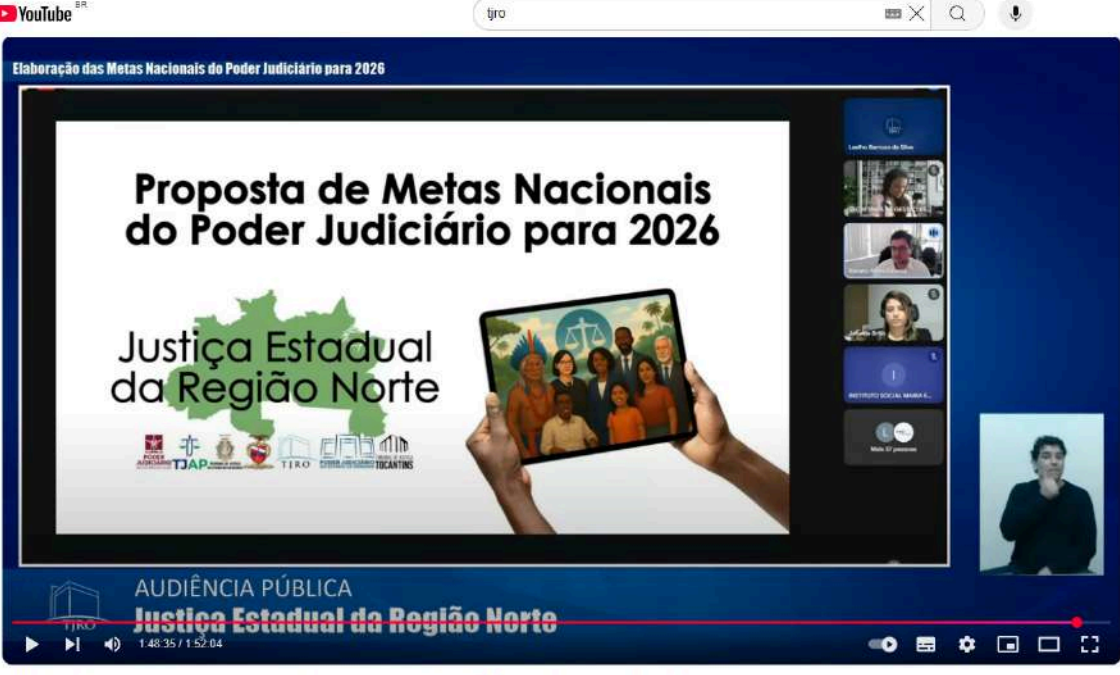
Thalita Fernanda Vasconcellos Galvez Fernandes - Técnica Judiciária - Coordenadoria de Estratégia e Projetos (Coesp);

Vanusa Rodrigues - vanu\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Venício Almeida de Oliveira - veni\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Veruska Anny Souza Lobo - Secretária de Gestão Estratégica - TJRR;

Além de mais de 600 visualizações somente no canal do YouTube do TJRO.



**Audiência Pública Virtual da Justiça Estadual - das 9h às 11 horas, horário de Brasília**

TJ Rondônia  
13,1 mil inscritos

608 visualizações Transmitido ao vivo em 8 de jul. de 2025  
Registro de frequência



## 2 Objetivo da Audiência Pública Virtual

Acolher contribuições da sociedade e do sistema de justiça para a formulação das metas nacionais do Poder Judiciário para 2026.

### **3 Apresentação e Principais Pontos Debatidos**

A mestre de cerimônias do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Janaína Brito, iniciou a Audiência Pública Virtual da Justiça Estadual da Região Norte, dando as boas-vindas aos participantes. Ela ressaltou a presença de presidentes de Tribunais de Justiça e juizes auxiliares de diversos estados da Região Norte, além de agradecer o apoio da OAB Seccional Amazonas, da Defensoria Pública e do Ministério Público do Estado do Acre.

Em seguida, o Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Acre, Giordane de Souza Dourado, destacou a cooperação como elemento estrutural do Poder Judiciário e política pública do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), essencial para o crescimento institucional e o compartilhamento de inovações. Ele expressou satisfação em participar de um evento que promove o debate e a integração entre os tribunais da região, reafirmando o apoio do TJAC a iniciativas de cooperação.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá, Desembargador Jayme Henrique Ferreira, manifestou a honra em participar do compromisso com a governança participativa e a escuta qualificada. Ele enfatizou que as metas representam caminhos para compreender os desafios locais e incorporar contribuições diversas na construção das metas nacionais para 2026.

Na sequência, o Presidente do Tribunal de Justiça do Pará, Desembargador Roberto Gonçalves de Moura, sublinhou a importância de ouvir a sociedade e os representantes do sistema de justiça para aprimorar o trabalho e atender com eficiência e sensibilidade cada cidadão. A Presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, Desembargadora Maysa Vendramini Rosal, reafirmou o compromisso com uma gestão participativa, entendendo o diálogo com a população como o caminho para a excelência do serviço público. Por fim, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Desembargador Raduan Miguel Filho, classificou a audiência pública como uma iniciativa inédita e histórica, fruto do diálogo e da cooperação, defendendo que as metas nacionais do Poder Judiciário devem ser construídas com, para e pela sociedade.

#### Importância da Audiência Pública e Processo de Gestão Participativa

A Secretária de Planejamento do Tribunal de Justiça do Amazonas, Márcia Rachel de Castro e Costa Rizzato, utilizou um vídeo didático para explicar a importância da audiência pública e do processo de gestão participativa, previsto na [Resolução CNJ Nº 221/2016](#). O vídeo detalhou a audiência pública como um instrumento democrático fundamental na construção das políticas do Poder Judiciário, promovendo diálogo e participação ativa da sociedade na definição de prioridades. Foram também detalhadas as quatro etapas do processo participativo para a definição das metas: consulta pública nacional, audiências públicas regionais, sistematização das contribuições e deliberação final no encontro nacional do Poder Judiciário.

#### Apresentação das Metas Nacionais

A Juíza de Cooperação do Tribunal de Justiça do Amapá, Elayne da Silva Ramos Cantuária, apresentou a Meta Nacional 1, que visa julgar mais processos do que os distribuídos. Ela destacou que essa meta, inalterada desde 2009 (início do planejamento estratégico na justiça brasileira), é crucial para o judiciário da Região Amazônica devido a desafios estruturais e à dificuldade de acesso à justiça. O representante do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Desembargador João de Jesus Abdala Simões, reiterou a necessidade de o CNJ considerar as peculiaridades da Região Norte, incluindo populações indígenas, ribeirinhos e o grande fluxo migratório de estrangeiros, para que as metas nacionais atendam às necessidades locais.

A Coordenadora de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Pará, Luciana Sá Fernandes, apresentou a Meta Nacional 2, focada no julgamento dos processos mais antigos. Ela explicou que essa meta, criada em 2009, busca reduzir o estoque de processos pendentes de julgamento e que, em 2024, houve uma evolução para focar em processos de conhecimento pendentes há 15 anos ou mais. A proposta da Meta 2 é julgar, até 31/12/2026, pelo menos:

- 1º grau: 80% dos processos distribuídos até 31/12/2022;
- 2º grau: 90% dos processos distribuídos até 31/12/2023;
- Juizados Especiais e Turmas Recursais: 90% dos processos distribuídos até 31/12/2023;
- Processos de conhecimento pendentes de julgamento há 15 anos (2011) ou mais: 75%.

Também foram compartilhados os resultados de cumprimento da meta em 2024 e o andamento em 2025 para o primeiro grau, segundo grau e juizados especiais.

Segmento	2024	2025*
1º Grau	102,97%	100,54%
2º Grau	101,98%	100,82%
Juizados e Turmas	103,58%	95,03%

\*até 31/05/2025  
Fonte: Painel CNJ Justiça em Números

A Secretária de Planejamento do Tribunal de Justiça do Amazonas, Márcia Rachel de Castro e Costa Rizzato, abordou a Meta Nacional 3, que busca estimular a conciliação em 1 ponto percentual em relação ao ano anterior. Ela expressou preocupação com a dificuldade de manter o padrão de conciliação devido ao aumento de demandas predatórias, sugerindo que o CNJ considere a possibilidade de diminuir a cláusula de barreira de 17% ou o crescimento percentual anual.

A Juíza de Cooperação do Tribunal de Justiça do Amapá, Elayne da Silva Ramos Cantuária, apresentou a Meta Nacional 4, referente à priorização do julgamento de processos relacionados a crimes contra a administração pública, improbidade administrativa e ilícitos eleitorais. Ela enfatizou a importância de identificar e julgar:

- 65% dessas ações até 31/12/2026 para eficiência e eficácia do judiciário;
- 100% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2022, para demonstrar à população a missão do serviço público em todas as administrações.

O Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos do Tribunal de Justiça do Tocantins, Renato Alves Gomes, explicou a Meta Nacional 5, que visa reduzir a taxa de congestionamento líquida dos processos de conhecimento em 0,5

ponto percentual em relação a 2025, com cláusula de barreira na fase de conhecimento de 56%. Ele esclareceu que essa meta mede a eficiência do judiciário, indicando a proporção de processos pendentes de solução em relação ao total de casos tramitados no ano; quanto menor a taxa, melhor a situação do tribunal.

A Secretária de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça de Roraima, Veruska Anny Souza Lobo, apresentou a Meta Nacional 6, que propõe identificar e julgar 50% dos processos relacionados a ações ambientais distribuídos até 31/12/2025. Ela destacou que, com a separação das ações indígenas e quilombolas em uma meta própria, o percentual de priorização aumentou de 35% para 50%, elevando a dificuldade para os tribunais da Região Amazônica, que concentram a maioria desses processos.

A Coordenadora Luciana Sá Fernandes, do Tribunal de Justiça do Pará, apresentou a Meta Nacional 7, nova meta para 2025, focada no julgamento de processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e quilombolas. A meta propõe identificar e julgar 50% desses processos distribuídos até 31/12/2025. A coordenadora apresentou os resultados alcançados em 2024 e o andamento em 2025 para as comunidades indígenas e quilombolas, explicando que esta meta é um desdobramento da antiga Meta 10.

Foco	2024	2025*
Indígenas	235,29%	115,15%
Quilombolas	107,14%	55,56%

até 31/05/2025

Fonte: Painel CNJ Justiça em Números

O Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Acre, Giordane de Souza Dourado, apresentou as Metas 8 e 9. Ele destacou que a Meta 8, focada na identificação e julgamento de 75% dos casos de feminicídio e 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2023, visa combater a cultura de violência de gênero. Enfatizou também a necessidade de celeridade para evitar reincidência e encorajar denúncias. A Meta 9, por sua vez, objetiva construir uma cultura de inovação no Poder Judiciário, implantando, em 2025, um projeto de Laboratório de Inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e alinhamento à Agenda 2030 da ONU. O impacto social dessa meta é trazer resultados efetivos à sociedade e ao jurisdicionado, buscando soluções mais eficazes e de menor custo, além de promover a colaboração institucional entre tribunais.

A Secretária de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça de Roraima, Veruska Anny Souza Lobo, apresentou a Meta 10, que busca identificar e julgar, até 31/12/2026, no 1º e 2º grau, 90% dos processos em fase de conhecimento nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2025 nas respectivas instâncias. Ela explicou que essa meta visa assegurar os direitos das crianças e adolescentes, sendo uma meta de continuidade desde 2023, com sucesso na priorização desses casos. A padronização do percentual de julgamento para 90% em ambas as instâncias reflete a contínua promoção dos direitos desses grupos vulneráveis.

## Sugestões e Propostas dos Participantes

O Presidente da Comissão de Processo Penal da OAB Amazonas, Edilson dos Santos Oliveira Neto, dirigiu-se especificamente às Metas 8 e 9, sugerindo a transmissão das principais sessões do Tribunal do Júri envolvendo casos de feminicídio pelo YouTube, com a devida proteção do Conselho de Sentença. Ele enfatizou que essa medida ampliaria o alcance da atuação jurisdicional na Região Norte, desestimularia o crime e promoveria a inovação e a publicidade do trabalho do judiciário.

A cidadã Cristiane de Souza Gama propôs diversas melhorias nas metas:

- Meta 1: ampliação do uso de videoconferências, plantões de força-tarefa e centros de assessoramento com atenção especial às comarcas do interior.
- Meta 2: criação de salões judiciais temáticos, mutirões do tempo com foco em processos até 2021, priorizando causas que envolvam populações vulneráveis.
- Meta 3: promoção de campanhas públicas educativas sobre os benefícios da conciliação com apoio da Defensoria Pública, Ministério Público, conselhos comunitários e movimentos sociais.
- Meta 4: criação de núcleos especializados com juízes e servidores para processos específicos, com metas de produtividade e prestação de contas mensal à sociedade.
- Meta 5: implantação de triagem inteligente com Inteligência Artificial (IA) para distribuição processual automática, priorizando a celeridade sem comprometimento do devido processo legal.
- Meta 6: promoção de mutirões ambientais em parceria com o IBAMA, ICMBio e entidades locais.
- Meta 7: asseguramento de intérprete com formação específica e consulta cultural, com respeito a esses povos.
- Meta 8: celeridade do julgamento dessas ações com garantia de medidas protetivas e imediatas e acompanhamento psicossocial integrado.
- Meta 9: lançamento de um projeto piloto de audiências assistidas por IA para ações de menor complexidade com cumprimento de sentença, sugerindo que as experiências piloto de inovação incluam mecanismos de escuta direta entre magistrados e jurisdicionados, como rodas de escuta pública e relatos orais, para humanizar a justiça.
- Meta 10: fortalecimento de parcerias institucionais para diagnóstico de situações de risco.

Também foi sugerida a criação de uma Meta 11, promovendo a acessibilidade e uma justiça inclusiva por meio da capacitação de magistrados(as) e servidores(as) sobre os direitos das pessoas com deficiência, garantindo acessibilidade nos processos e atendimento adequado nas audiências.

Moisés Rosa Pereira, do Instituto Social Maria Esperança, defendeu a criação de uma meta específica para processos que envolvem pessoas com deficiência, povos indígenas e idosos, solicitando que esses processos sejam julgados prioritariamente e de forma célere, e que a inclusão seja garantida nas audiências com tradutores de Libras e sinalização pública de prioridade, além da capacitação de magistrados(as) e servidores(as) sobre essa temática. Ele também pediu que a fiscalização do tribunal garanta que avaliações psiquiátricas sejam realizadas por médicos psiquiatras.

A Secretária de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça de Roraima, Veruska Anny Souza Lobo, trouxe situações excepcionais ao tratar da Meta 1. Em unidades com acervo muito baixo devido à eficiência da equipe, a Meta 1 torna-se inadequada para mensurar o desempenho. Como proposta de solução, sugere-se o alinhamento dos objetivos da Meta 1 de julgamento com o de acervo, permitindo que unidades com acervo enxuto, mas que não cumpram a Meta 1, trabalhem com uma cláusula de barreira, como a Taxa de Congestionamento Líquido.

Aureliano Dias, vice-presidente da Comissão de Processo Penal da OAB, expressou preocupação com a inacessibilidade do balcão virtual no Amazonas, relatando dificuldades para advogados e a sociedade em geral. Ele mencionou que a implementação de uma identificação excessiva no balcão virtual tem causado demora no atendimento e prejuízos à celeridade processual, sugerindo o retorno do Google Meet para atendimentos mais eficientes.

## Considerações Finais

Renato Alves Gomes, Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos do Tribunal de Justiça do Tocantins, fez as considerações finais, ressaltando o aumento anual de processos e a importância das metas nacionais para direcionar as prioridades do judiciário. Ele agradeceu as valiosas sugestões apresentadas durante a audiência, incluindo a publicização de casos de feminicídio, ampliação da participação popular, priorização de populações vulneráveis e propostas para a Meta 1 e o balcão virtual, todas importantes para discussões futuras no CNJ e com os tribunais.

[A reunião foi gravada com a aquiescência das pessoas participantes.](#)



Documento assinado eletronicamente por **VALDIRENE ALVES DA FONSECA CLEMENTELE, Juiz (a) Coordenador (a) do Núcleo de Cooperação Judiciária**, em 25/07/2025, às 13:20 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE PINHEIRO DOS SANTOS, Coordenador (a) de Estratégia e Projetos**, em 25/07/2025, às 13:29 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **4981340** e o código CRC **6ED450F9**.

**Anexo IIC – Relatório da Análise das Respostas Coletadas da Audiência  
Pública Virtual Conjunta dos Tribunais de Justiça Estaduais da Região  
Norte**

## **Relatório da análise das respostas coletadas na Audiência Pública Virtual da Região Norte.**

### **Objetivo**

Analisar o teor das manifestações registradas por escrito referentes às 10 metas nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2026.

### **Metodologia**

A coleta de dados foi realizada por meio de um formulário online, que permitiu a inscrição e a manifestação livre de qualquer cidadão sobre a Proposta de Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2026. Este método garantiu ampla participação e diversidade de opiniões.

Para a análise dos dados coletados, empregou-se a ferramenta de Inteligência Artificial (AssessorIA), que desempenhou um papel crucial ao: categorizar as informações com base em padrões de similaridade, identificar pontos críticos e potenciais riscos, e gerar insights acionáveis que subsidiaram a tomada de decisão.

As premissas que nortearam toda a análise foram: uma abordagem holística, que considerou todos os aspectos relevantes; a manutenção da neutralidade e objetividade, para evitar vieses; a profundidade na análise, buscando esgotar todas as possibilidades; e a apresentação de uma resposta estruturada, clara e concisa.

### **Resultados**

Os resultados são apresentados por meta, seguindo a estrutura de Resumo Executivo, Categorização do Conteúdo, Análise de Pontos Críticos e Riscos, Insights e Recomendações, e Considerações Finais.

## **Meta 1 - Julgar Mais Processos que os Distribuídos**

### **Resumo Executivo**

A análise das respostas sobre a Meta 1 que visa julgar mais processos que os distribuídos evidenciam um forte compromisso dos respondentes em aumentar a celeridade processual e melhorar a eficiência do sistema judiciário. As contribuições sugerem diversas estratégias, como realização de mutirões, priorização de processos e uso intensivo da tecnologia. Desafios como a falta de recursos e a necessidade de mais treinamento e estrutura também foram identificados.

## Categorização do Conteúdo

1. Celeridade Processual: Sugestões para acelerar o andamento dos processos, como "Agilizar a realização de audiências" e "Priorizar o andamento dos processos".
2. Contribuições Individuais: Práticas pessoais mencionadas para melhorar a eficiência, como "Trabalhar com atenção plena" e "Fazer mutirão".
3. Estrutura e Recursos: Comentários sobre a necessidade de mais magistrados e servidores e de instalações adequadas.
4. Métodos de Trabalho Inovadores: Iniciativas como "Realizar mais audiências semanais" e usar a tecnologia para suportar e agilizar os processos.

## Análise de Pontos Críticos e Riscos

- Escassez de recursos: Diversos comentários alertam para a falta de pessoal como um gargalo significativo, potencialmente retardando a meta de acelerar os julgamentos.
- Variações na Eficiência Processual: A aplicação variável de estratégias pode levar a inconsistências que afetam a percepção de justiça e eficiência.
- Pressão de tempo Vs. Qualidade de Decisão: A ênfase em julgar rapidamente pode comprometer a qualidade das decisões, especialmente em casos complexos.

## Insights e Recomendações

- Incrementar Recursos Humanos e Infraestrutura: Propõe-se a adoção de planos de contratação e expansão de infraestrutura, para lidar com o volume de trabalho de maneira eficaz.
- Capacitação e Suporte ao Desenvolvimento de Competências: Implementar programas de treinamento para desenvolver habilidades necessárias ao manejo eficiente dos processos.
- Uso Estratégico de Tecnologia: Maximizar o uso de tecnologias para gerenciamento de processos, o que pode ajudar na identificação e no tratamento prioritário dos processos mais antigos ou urgentes.
- Monitoramento e Avaliação: Estabelecer sistemas robustos de monitoramento e avaliação da eficácia das estratégias implementadas para ajustar e otimizar os procedimentos continuamente.

## Considerações Finais

A adesão efetiva à Meta 1 depende não apenas de ações individuais, mas de uma estratégia coesa que envolva o fortalecimento de recursos, a capacitação profissional e o uso inteligente de tecnologia para garantir uma resposta rápida e justa dentro do sistema judiciário.

## Meta 2 - Julgar os processos mais antigos

### Resumo Executivo

A revisão da Meta 2, focada em julgar os processos mais antigos, revelou uma conscientização geral e ações pró-ativas em abordagens variadas para priorizar e acelerar o julgamento desses processos. As sugestões oscilam entre atualizações tecnológicas, forças-tarefa dedicadas e mudanças estruturais para garantir um fluxo contínuo e eficiente no sistema judiciário. Os desafios identificados incluem a falta de recursos e a necessidade de estruturação adequada para lidar com os casos de forma sistemática e justa.

### Categorização do Conteúdo

1. Identificação e Priorização: Estratégias para identificar e priorizar processos antigos, inclusive com uso de tecnologia para etiquetagem e monitoramento constante.

2. Estrutura e Recursos: Necessidade de mais servidores e estrutura organizacional para manejar eficientemente o aumento de carga de trabalho causado pelos processos antigos.

3. Inovações Processuais: Sugestões para a criação de forças-tarefa e a montagem de equipes especializadas, além do uso de mutirões para julgar grandes volumes de casos.

4. Celeridade Processual: Enfatiza a agilização dos trâmites jurídicos através de mapeamento, aumento do ritmo de trabalho e medidas eficazes que garantam um julgamento mais rápido.

### Análise de Pontos Críticos e Riscos

**Insuficiência de Recursos:** A necessidade recorrente de mais pessoal e estrutura para lidar com os processos antigos é evidente, podendo atrasar as resoluções.

**Desafios Tecnológicos:** A implementação e utilização eficiente de tecnologias para auxiliar na gestão de processos necessita de investimentos e treinamento adequado.

Consistência na priorização: O risco de tratar de forma inconsistente os casos antigos e novos pode comprometer a equidade do sistema judiciário.

## Insights e Recomendações

**Fortalecimento de Recursos Humanos:** Implementar um plano de contratação para aumentar o número de servidores, aliviando a carga de trabalho atual.

**Adoção de Tecnologia:** Investir em sistemas de monitoramento e etiquetas automáticas para identificação imediata dos casos mais antigos.

**Implementação de Metodologias Ágeis:** Criar e seguir metodologias ágeis de trabalho, como forças-tarefa e mutirões, para tratar especificamente dos processos mais antigos.

**Supervisão e Avaliação Contínua:** Estabelecer mecanismos de supervisão para avaliar a eficácia das estratégias adotadas e fazer ajustes conforme necessário.

## Considerações Finais

A meta de julgar os processos mais antigos necessita de uma abordagem multifacetada que aborde tanto as barreiras estruturais como operacionais, efetivando um tratamento justo e eficiente dos casos pendentes. A colaboração entre diversas áreas do judiciário e a adesão a práticas recomendadas são cruciais para o sucesso dessa iniciativa.

## Meta 3 – Estimular a conciliação

### Resumo Executivo

A análise das contribuições relativas à Meta 3 - Estimular a conciliação mostra um alinhamento claro entre os participantes sobre a importância dos métodos alternativos de resolução de conflitos para aumentar a eficiência do sistema judiciário e promover a harmonia social. As sugestões apontam para a necessidade de inovação em práticas de conciliação, maior treinamento para envolvidos, e uma comunicação efetiva sobre os benefícios da conciliação.

### Categorização do Conteúdo

1. Inovação em Processos de Conciliação: Sugestões para a realização mais frequente de eventos de conciliação e o uso de tecnologia para facilitar essas práticas.
2. Educação e Treinamento: enfatiza a necessidade de mais treinamentos para conciliadores e a realização de campanhas educativas sobre os benefícios da conciliação.

3. Engajamento das Partes: estratégias propostas focam em como incentivar as partes a optarem pela conciliação, como através de funcionários judiciais treinados e campanhas de sensibilização.

4. Infraestrutura e Recursos de Suporte: Comentários sobre a necessidade de mais servidores e melhor infraestrutura tecnológica para apoiar as atividades de conciliação.

## **Análise de Pontos Críticos e Riscos**

**Resistência Cultural à Conciliação:** A tradicional preferência pelo litígio pode ser um obstáculo sério à adesão às práticas de conciliação.

**Deficiência de Capacitação:** A falta de treinamento adequado para pessoal envolvido nas conciliações pode levar a resultados ineficazes.

**Variabilidade na Implementação:** Diferentes abordagens na aplicação de práticas de conciliação podem causar inconsistências no sucesso dessa meta.

## **Insights e Recomendações**

**Fortalecer Programas de Treinamento:** ampliar e fortalecer os programas de treinamento para todos os envolvidos em processos de conciliação, assegurando competências adequadas para facilitar negociações eficazes.

**Campanhas de sensibilização:** desenvolver e implementar campanhas para educar sobre os benefícios da conciliação e demonstrar seu impacto positivo por meio de estudos de caso e estatísticas.

**Eventos de Conciliação Temáticos:** Realizar eventos itinerantes e temáticos para aproximar as práticas de conciliação das partes, promovendo maior participação e visibilidade.

**Monitoramento e Ajuste Contínuos:** Estabelecer mecanismos de monitoramento para avaliar a eficácia das iniciativas de conciliação e fazer ajustes conforme necessário para melhorar os resultados.

## **Considerações Finais**

Estimular a conciliação como parte integrante do sistema judiciário requer mudança cultural, investimentos em educação, e um comprometimento contínuo com a melhoria das práticas. A adesão a estas recomendações pode conduzir a um sistema judicial mais ágil, eficiente e justo.

## **Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais**

### **Resumo Executivo**

A análise das contribuições relacionadas à Meta 4, que objetiva priorizar o julgamento de processos ligados a crimes contra a administração pública, improbidade administrativa e ilícitos eleitorais, reflete um consenso sobre a importância e urgência dessas ações. Os participantes reconhecem que tratar desses casos com prioridade pode aumentar a confiança pública nos órgãos de controle e fortalecer a luta contra a corrupção. Foram propostas várias medidas para cumprir essa meta, destacando-se a necessidade de mais recursos humanos e tecnológicos.

### **Categorização do Conteúdo**

1. **Importância e Urgência:** Reconhecimento claro da necessidade de priorização desses casos para fortalecer a justiça e a confiança no sistema legal.

2. **Recursos e Infraestrutura:** Discussão sobre a necessidade de mais servidores e tecnologia para lidar com a carga de trabalho.

3. **Estratégias Processuais:** Sugestões como a realização de mutirões, impulsionamento dos autos e a rápida elaboração de minutas de acórdãos.

4. **Envolvimento e Agilidade:** Enfatiza a agilização dos processos para evitar a prescrição e garantir a efetividade das penas.

### **Análise de Pontos Críticos e Riscos**

**Escassez de Recursos:** A recorrente necessidade de mais pessoal é um risco que pode atrasar o processo de julgamento.

**Risco de Prescrição:** A demora no tratamento desses casos pode levar à prescrição, diminuindo a efetividade do sistema judiciário em combater a corrupção.

**Consistência na Priorização:** A variação nos esforços dedicados a esses processos pode afetar a percepção de integridade e eficácia do sistema judicial.

### **Insights e Recomendações**

**Aumento de Recursos Humanos e Tecnológicos:** É crucial aumentar os recursos humanos para lidar com esses casos, acompanhado de avanços tecnológicos que facilitam a gestão e o progresso dos processos.

**Implementação de Estratégias de Agilização:** Adotar métodos como mutirões e impulsionamento dos autos para processar rapidamente esses casos.

**Monitoramento e Revisão Contínua:** Monitorar constantemente o progresso nesta meta para assegurar que os processos não só começam como também se concluem rapidamente e com justiça.

Campanhas de Conscientização: Desenvolver campanhas que informem a população sobre os esforços em julgar e resolver esses casos, reforçando a confiança no sistema jurídico.

## Considerações Finais

A priorização do julgamento de crimes contra a administração pública, improbidade administrativa e ilícitos eleitorais não só fomenta uma maior confiança no sistema judiciário, como também reafirma o compromisso com a justiça. A colaboração e o compromisso contínuos em relação a essa meta são essenciais para promover um ambiente de legalidade e justiça. Implementar as recomendações mencionadas pode fortalecer a eficácia deste objetivo crucial.

## Meta 5 – Reduzir a taxa de congestionamento

### Resumo Executivo

A Meta 5, voltada para a redução da taxa de congestionamento processual, engloba diversas estratégias focadas em maximizar a eficiência do sistema judiciário através de medidas como arquivamento automático de processos já encerrados, estratégias de conciliação, e ampliação de recursos humanos. Os participantes destacaram a necessidade crítica de aprimoramentos estruturais e procedimentais para enfrentar o desafio contínuo do congestionamento.

### Categorização do Conteúdo

1. Estratégias Proativas de Redução de Congestionamento: Inclui métodos como arquivamento automático de processos e movimentação eficiente de processos antigos ou com prazos estendidos.
2. Recursos Humanos e Capacitação: Sugestões de aumento no número de servidores, juízes, e na capacitação focada em eficiência.
3. Utilização de Tecnologia: Recomendações para adotar tecnologias avançadas como inteligência artificial para agilizar processos.
4. Processos de Conciliação Grandes e Eficientes: Introdução de métodos de conciliação como uma forma não obrigatória, mas eficaz, para reduzir o volume processual.

### Análise de Pontos Críticos e Riscos

Deficiência de Recursos: A falta de servidores e juízes suficientes pode impedir a implementação efetiva das iniciativas de redução de congestionamento.

**Risco Tecnológico:** Dependência de novas tecnologias que, se não implementadas ou mantidas apropriadamente, poderiam falhar em dar suporte ao sistema.

**Inconsistência na Execução de Conciliação:** Variações na aplicação do método de conciliação podem levar a inconsistências na redução do congestionamento.

## **Insights e Recomendações**

**Incremento de Recursos Humanos:** Necessidade urgente de contratação de mais pessoal qualificado, incluindo magistrados e servidores, para lidar efetivamente com o volume de trabalho.

**Implementação de Tecnologia de Ponta:** Investir em soluções tecnológicas avançadas, como inteligência artificial, para racionalizar e acelerar os processos.

**Promoção da Conciliação:** Utilizar a conciliação como uma ferramenta estratégica para a redução de processos, promovendo-a através de campanhas de sensibilização para garantir sua eficácia.

**Monitoramento e Avaliação:** Estabelecimento de sistemas robustos para monitorar o progresso das iniciativas e ajustá-las conforme necessário para garantir a redução contínua do congestionamento.

## **Considerações Finais**

Para alcançar a redução efetiva da taxa de congestionamento é imprescindível uma abordagem multifacetada que incorpore tanto o aumento de recursos humanos quanto a inovação tecnológica, acompanhado de um comprometimento contínuo com métodos alternativos de resolução de disputas, como a conciliação. As estratégias devem ser monitoradas continuamente para garantir sua eficácia e ajustadas para adaptar-se às necessidades em evolução do sistema judiciário.

## **Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações ambientais**

### **Resumo Executivo**

A análise das contribuições sobre a Meta 6, que visa priorizar o julgamento das ações ambientais, reflete um forte reconhecimento da importância e urgência de tratar de questões ambientais dentro do sistema judiciário. Os respondentes expressam um consenso sobre a necessidade de estruturas e práticas especializadas para lidar com a complexidade e a significância dessas ações. Foi sugerida a criação de varas especializadas e o incremento de recursos humanos para efetivar essa priorização.

## **Categorização do Conteúdo**

1. Importância e Urgência Ambiental: Enfatiza a importância crítica de priorizar ações ambientais para preservar a natureza e garantir justiça rápida e eficaz em questões ambientais.

2. Estruturas Especializadas: Sugere a criação de varas ou unidades especializadas dedicadas exclusivamente ao julgamento de questões ambientais.

3. Recursos Humanos: Discussões sobre a necessidade de mais servidores para gerenciar a carga aumento de trabalho previsto com a priorização das ações ambientais.

4. Processos de Trabalho: Inclui sugestões como realizar audiências semanais focadas em processos ambientais e impulsionar os autos para agilizar os julgamentos.

## **Análise de Pontos Críticos e Riscos**

**Escassez de Recursos Especializados:** A necessidade de expertise especializada em questões ambientais é um risco que pode levar a julgamentos ineficientes ou injustos.

**Possível Congestionamento por Novas Estruturas:** A implementação de novas varas ou unidades sem o suporte adequado pode resultar em um novo foco de congestionamento processual.

**Complexidade dos Casos:** A natureza complexa das ações ambientais exige métodos e procedimentos detalhados, o que pode desacelerar os processos se não gerido corretamente.

## **Insights e Recomendações**

**Implementação de Varas Especializadas:** Estabelecer varas ou unidades judiciárias especializadas no julgamento de causas ambientais para centralizar e especializar o tratamento dessas questões.

**Aumento de Recursos Humanos:** Contratar mais servidores com especialização em direito ambiental para suportar o aumento do volume de trabalho.

**Formação e Capacitação Contínua:** Investir na formação continuada de magistrados e servidores em aspectos técnicos e legais das questões ambientais.

**Monitoramento e Avaliação:** Estabelecer mecanismos para monitorar a eficácia das estruturas e processos implementados relacionados a ações ambientais, ajustando-os conforme necessário para garantir agilidade e justiça.

## Considerações Finais

A priorização do julgamento das ações ambientais é reconhecida como uma necessidade urgente para proteger recursos naturais e garantir uma resposta judicial rápida e especializada. A implementação bem-sucedida desta meta depende da criação de estruturas especializadas, aumento de pessoal qualificado e um compromisso contínuo com a educação e a eficiência processual.

## Meta 7 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos indígenas e quilombolas

### Resumo Executivo

A análise das contribuições sobre a Meta 7, que visa priorizar o julgamento dos processos relacionados a indígenas e quilombolas, revela uma divisão de opiniões sobre a relevância e eficácia desta meta. Enquanto alguns destacam a importância de proteger os direitos dessas comunidades e sugerem a criação de estruturas especializadas, outros questionam a aplicabilidade da meta devido ao volume aparentemente baixo de casos em certas regiões. Isso sugere a necessidade de uma avaliação regionalizada das necessidades e da relevância da meta.

### Categorização do Conteúdo

1. Importância e Relevância: Opiniões sobre a necessidade e a importância de priorizar processos de indígenas e quilombolas.
2. Estruturas e Recursos: Discussões sobre a criação de varas especializadas e o aumento de recursos humanos.
3. Opiniões Contrárias: Argumentos contra a meta baseados na baixa incidência de casos em algumas regiões, sugerindo uma possível realocação de recursos.
4. Processos e Agilização: Sugestões para melhorar o julgamento destes casos, tais como o uso de etiquetas automáticas e criação de núcleos de apoio.

### Análise de Pontos Críticos e Riscos

**Variação Regional de Casos:** A possível baixa ocorrência de processos relacionados a indígenas e quilombolas em certas regiões pode levar a uma percepção de inutilidade da meta, reduzindo o suporte à sua implementação.

**Escassez de Recursos:** A criação de estruturas especializadas pode ser limitada pela falta de recursos, tanto humanos quanto materiais.

**Controvérsia e Divisão de Opiniões:** As diferentes perspectivas sobre a meta podem criar desafios na sua implementação e aceitação.

## Insights e Recomendações

**Avaliação Detalhada por Região:** Antes de implementar a meta, realizar uma investigação detalhada para entender a frequência de tais casos em diferentes regiões e ajustar a abordagem conforme necessário.

**Criação de Núcleos Especializados:** Se houver suficiente demanda, estabelecer varas ou núcleos especializados que permitam um tratamento mais focado e eficiente desses processos.

**Educação e Conscientização:** Desenvolver programas de sensibilização sobre os direitos indígenas e quilombolas, destinados tanto aos profissionais da justiça quanto à população em geral.

**Monitoramento e Flexibilidade:** Criar sistemas de monitoramento que permitam avaliar o impacto da meta e fazer ajustes conforme necessário, garantindo que os recursos sejam utilizados onde há maior necessidade.

## Considerações Finais

A meta de priorizar o julgamento dos processos relacionados aos indígenas e quilombolas reflete uma intenção clara de proteger e promover os direitos dessas comunidades, porém a sua implementação efetiva exige um entendimento aprofundado das necessidades regionais, ajustes estratégicos na alocação de recursos e um comprometimento com a sensibilização e formação contínua.

## **Meta 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao Femicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres.**

### Resumo Executivo

A análise das contribuições referentes à Meta 8, focada em julgar com urgência os processos de Femicídio e violência doméstica contra mulheres, demonstra um forte consenso sobre a urgência e a importância desta meta. As sugestões apontam para a necessidade de estabelecer varas especializadas, aumentar o número de servidores e implementar processos ágeis para uma resposta mais efetiva do judiciário.

### Categorização do Conteúdo

1. Urgência e Importância da Meta: Predomina a urgência de dar atenção especial aos processos relacionados ao Femicídio e violência doméstica, como uma medida crucial para combater a banalização desses graves crimes.

2. Propostas de Agilização: Implantação de varas especializadas, mutirões de julgamento e impulsionamento dos autos são sugeridos para garantir rapidez nos julgamentos.

3. Estruturas e Recursos: Enfatiza a necessidade de mais recursos humanos para lidar com essas demandas de maneira eficiente.

4. Conscientização e Qualidade de Tratamento: Sugestões para garantir que as medidas protetivas sejam garantidas e que os julgamentos sejam realizados com a devida consideração à gravidade dos casos.

## **Análise de Pontos Críticos e Riscos**

**Escassez de Recursos Humanos:** A falta de servidores pode ser um gargalo significativo que atrasa o processo de julgamento desses casos.

**Banalização do Crime:** A sensação de banalização do feminicídio e da violência doméstica enfatiza a necessidade de respostas rápidas e eficazes para reverter essa percepção.

**Atrasos na Implementação de Varas Especializadas:** A criação de varas especializadas é crucial, porém, sua implementação pode ser demorada e requer recursos substanciais.

## **Insights e Recomendações**

**Criação de Varas Especializadas:** Implementar varas especializadas para tratar exclusivamente dos casos de feminicídio e violência doméstica, garantindo foco e especialização no tratamento desses processos.

**Aumento de Recursos Humanos:** Recomenda-se a contratação de mais servidores judiciais para apoiar a tramitação rápida desses processos.

**Mutirões e Impulsionamento dos Autos:** Organizar periodicamente mutirões para julgar esses casos e utilizar métodos para impulsionar os autos para garantir a celeridade necessária.

**Programas de Conscientização:** Desenvolver e implementar programas para conscientizar sobre a gravidade e a urgência do judiciário em responder a esses crimes, reforçando a proteção e o apoio às vítimas.

## **Considerações Finais**

A meta de priorizar o julgamento dos processos de feminicídio e violência doméstica contra mulheres não só reforça o compromisso do sistema judiciário com a proteção das mulheres, mas também serve como um mecanismo crucial na luta contra a impunidade e a violência de gênero. A implementação eficaz desta meta depende do comprometimento contínuo em melhorar as estruturas judiciais e garantir que o sistema seja rápido e eficaz em sua resposta.

## Meta 9 – Estimular a Inovação no Poder Judiciário

### Resumo Executivo

A análise das contribuições sobre a Meta 9, focada em estimular a inovação no Poder Judiciário, revela uma diversidade de opiniões e sugestões que variam desde a implementação de estruturas especializadas até o aumento significativo do teletrabalho para atender a peculiaridades regionais. Os participantes destacam a importância da modernização, do aperfeiçoamento tecnológico e da colaboração interinstitucional como pilares para uma justiça mais eficiente e adaptada aos novos desafios.

### Categorização do Conteúdo

1. Inovações Tecnológicas e Estruturais: Inclui sugestões como implementação de juízos especializados, aumento da capacidade de teletrabalho e modernização através de tecnologia avançada.

2. Estratégias de Retenção de Talentos:

Foco em políticas para reter servidores qualificados, como melhoria nas condições de trabalho e promoção de qualidade de vida, especialmente em áreas remotas.

3. Colaboração e Aprendizado:

Enfatiza a importância de criar uma cultura de inovação contínua, incentivando a colaboração entre diferentes setores e investindo em capacitação.

4. Barreiras e Controvérsias:

Identifica preocupações com a aplicabilidade de algumas iniciativas de inovação e sugestões para eliminação de metas vistas como redundantes.

### Análise de Pontos Críticos e Riscos

Adaptação às Realidades Regionais:

Desafios significativos para implementar inovações em áreas remotas que podem ter acesso limitado a recursos tecnológicos e logísticos.

Resistência à Mudança:

Potencial resistência dentro do judiciário à adoção de novas práticas e tecnologias, que pode retardar ou dificultar a inovação.

Sustentabilidade de Inovações:

Risco de que inovações não sejam sustentáveis a longo prazo sem comprometimento contínuo e avaliação de eficácia.

### Insights e Recomendações

Ampliação do Teletrabalho: Implementar políticas flexíveis de teletrabalho especialmente adaptadas para atender às necessidades de regiões remotas, visando reter talentos e melhorar a produtividade.

Investimento em Tecnologia:

Priorizar o investimento em soluções tecnológicas avançadas que possam ser utilizadas para superar barreiras logísticas e melhorar a eficiência do processo judicial.

Fomento à Cultura de Inovação:

Desenvolver programas de treinamento e workshops que incentivem uma mentalidade de inovação entre os servidores judiciais e estabelecer parcerias estratégicas com instituições acadêmicas e outras entidades para fomentar a inovação colaborativa.

- Avaliação Contínua:

Implementar mecanismos de feedback e avaliação para monitorar a eficácia das inovações implementadas, permitindo ajustes e melhorias contínuas.

## Considerações Finais

Estimular a inovação no Poder Judiciário requer uma abordagem multifacetada que balanceie tecnologia avançada com sensibilidade às necessidades humanas e logísticas, especialmente em regiões desafiadoras. A promoção de uma cultura que valorize a aprendizagem contínua e a colaboração interinstitucional será crucial para o sucesso dessas iniciativas.

## Meta 10 – Promover os direitos da criança e do adolescente

### Resumo Executivo

A adesão às contribuições para a Meta 10 reflete um amplo reconhecimento da importância de promover e proteger os direitos da criança e do adolescente. As respostas variam desde medidas especificamente educacionais, como palestras nas escolas, até sugestões gerais de melhorias estruturais, como a ampliação de servidores e infraestrutura. Demonstra-se um consenso sobre a importância de realizar ações que garantam a proteção integral dos jovens, embora haja reconhecimento de áreas para a melhoria em termos de capacitação e recursos.

### Categorização do Conteúdo

1. Educação e Conscientização: Iniciativas para educar crianças, adolescentes e a comunidade sobre os direitos dos menores, tais como a realização de palestras.

2. Infraestrutura e Recursos: Necessidade de mais servidores para apoiar as atividades relacionadas à infância e juventude, além de propostas para melhorar a estrutura existente.

3. Processos e Agilização: Sugestões para melhorar a eficiência operacional, como o impulsionamento dos autos e a agilização dos processos judiciais relevantes.

4. Proteção e Promoção de Direitos: Foco em medidas legais e administrativas que efetivamente protejam e promovam os direitos dos jovens.

## **Análise de Pontos Críticos e Riscos**

**Recursos Insuficientes:** A falta de pessoal pode atrasar o tratamento jurídico dos casos envolvendo menores, comprometendo a eficácia das proteções oferecidas.

**Eficiência Processual:** Atrasos nos processos podem levar à negação de justiça rápida para crianças e adolescentes, o que é crucial para os casos que envolvem seus direitos.

**Educação Adequada:** A falta de programas contínuos e abrangentes de educação sobre os direitos da criança e do adolescente pode limitar a eficácia das iniciativas de conscientização.

## **Insights e Recomendações**

**Ampliação de Recursos Judiciais:** Priorizar a alocação de mais servidores judiciais nas varas da infância e juventude para garantir a agilidade e a atenção necessárias.

**Programas Educativos Robustos:** Implementar e expandir programas educativos nas escolas para ensinar as crianças e adolescentes sobre seus direitos, além de informar adultos e profissionais relacionados.

**Melhoria das Infraestruturas de Suporte:** Investir na modernização e ampliação das infraestruturas que servem às varas especializadas, para garantir que os processos sejam tratados com a eficiência necessária.

**Monitoramento e Feedback:** Desenvolver sistemas para monitorar a eficácia das políticas implementadas e ajustá-las conforme necessário para melhor responder às necessidades desses jovens.

## **Considerações Finais**

A efetivação da Meta 10 exige um compromisso contínuo com a melhoria das condições operacionais, educacionais e de proteção para crianças e adolescentes. Através de uma combinação de melhorias infraestruturais, programas educacionais e políticas de agilização processual, é possível avançar significativamente na promoção dos direitos desse segmento crucial da população.

**Anexo IID – Relatório de Respostas aos Participantes da Audiência  
Pública Virtual Conjunta dos Tribunais de Justiça Estaduais da Região  
Norte**











Qual é seu nome completo?	Qual é seu e-mail?	Porquê? Como você pretende participar?	Qual é sua contribuição para a Meta 1?	Qual é sua contribuição para a Meta 2?	Qual é sua contribuição para a Meta 3?	Qual é sua contribuição para a Meta 4?	Qual é sua contribuição para a Meta 5?	Qual é sua contribuição para a Meta 6?	Qual é sua contribuição para a Meta 7?	Qual é sua contribuição para a Meta 8?	Qual é sua contribuição para a Meta 9?	Qual é sua contribuição para a Meta 10?	Qual é sua contribuição para a Meta 11?	Qual é sua contribuição para a Meta 12?	Qual é sua visão geral da agenda?
Francisco Adalzo Neto Cavalcanti	Adalzo.cavalcanti@jucj.com.br	Quero escrever para deixar registrado. Realizar mais audiências semanais. Agilizar mais Realizações de múltiplo para júrgar processo. Anjo Nomação de conciliadores experientes e que Deve salientar essas ações como prioridade. O movimento de processo com prazo acima de 90 dias. Realizar audiências semanais de processo que envolvem o tema	Meta 1 - Reduzir o número de processos iniciados em crimes contra a administração pública e a execução penal, com o objetivo de reduzir a carga do Poder Judiciário.	Meta 2 - Reduzir a taxa de inadimplência dos processos.	Meta 3 - Priorizar o julgamento das ações ambientais.	Meta 4 - Priorizar o julgamento das ações indenizatórias e de natureza patrimonial.	Meta 5 - Priorizar o julgamento das ações indenizatórias e de natureza patrimonial.	Meta 6 - Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial.	Meta 7 - Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial.	Meta 8 - Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial.	Meta 9 - Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial.	Meta 10 - Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial.	Meta 11 - Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial.	Meta 12 - Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial.	Seguir de acordo.  Previsão Participar.  Agradecemos imensamente suas valiosas e detalhadas contribuições à Audiência Pública sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário. Suas opiniões são práticas e demonstram um profundo conhecimento das várias processuais.  Analisamos suas ponderações em relação às metas.  Meta 1: "Realizar mais audiências semanais. Agilizar realização de audiências de conciliação durante o processo." Durante a realização de audiências já estão sendo realizadas.  Meta 2: "Realizar mais audiências semanais. Agilizar realização de audiências de conciliação durante o processo." Durante a realização de audiências já estão sendo realizadas.  Meta 3: "Priorizar o julgamento das ações ambientais." A priorização de processos de natureza ambiental já está sendo realizada.  Meta 4: "Priorizar o julgamento das ações indenizatórias e de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 5: "Priorizar o julgamento das ações indenizatórias e de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 6: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 7: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 8: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 9: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 10: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 11: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 12: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Informamos que suas contribuições serão encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a devida apreciação e análise.  Atenciosamente, Presidência do Conselho.
Neusa Rufino de Lima Bastião	neusarufino@jucj.com.br	Quero escrever para deixar registrado. Fazer meu melhor no setor em que estiver lotado. Dar minha contribuição.	Exatidão e conciliação.	Seguir com os prazos.	Seguir com andamento.	Sim, de melhor forma.	Sim, sendo parcial.	Ser eficiente e inovador.	Ser positivo.	Como posso, com seriedade.					Agradecemos imensamente suas valiosas contribuições à Audiência Pública sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário. Suas perspectivas demonstram um compromisso com a melhoria contínua.  Analisamos suas ponderações em relação às metas.  Meta 1: "Fazer meu melhor no setor em que estiver lotado." Sua disposição em "fazer o melhor no setor em que estiver lotado" é fundamental. Entendemos a Meta 1 de 2023 visa "julgar quantidade maior de processos de natureza patrimonial, com o objetivo de reduzir a carga do Poder Judiciário e melhorar a eficiência do sistema." O compromisso com a melhoria contínua é essencial para a eficiência e produtividade geral do Tribunal, contribuindo diretamente para a Meta 1.  Meta 2: "Dar minha contribuição." Sua contribuição para "dar minha contribuição" reflete um espírito colaborativo que é essencial para o sucesso da Meta 2, que busca "identificar e julgar, até 31/12/2023, processos mais antigos e de natureza patrimonial em crimes contra a administração pública".  Meta 3: "Terminar a conciliação." Sua contribuição para "terminar a conciliação" reflete um compromisso com o objetivo da Meta 3, que busca "normalizar o indicador Índice de Conciliação do Poder Judiciário".  Meta 4: "Seguir com os prazos." Sua contribuição para "seguir com os prazos" reflete um compromisso com o objetivo da Meta 4, que busca "normalizar o indicador Índice de Cumprimento dos Prazos Processuais em Crimes contra a Administração Pública".  Meta 5: "Seguir com andamento." Sua contribuição para "seguir com andamento" reflete um compromisso com o objetivo da Meta 5, que busca "normalizar o indicador Índice de Cumprimento dos Prazos Processuais em Crimes contra a Administração Pública".  Meta 6: "Sim, de melhor forma." Sua contribuição para "sim, de melhor forma" reflete um compromisso com o objetivo da Meta 6, que busca "normalizar o indicador Índice de Cumprimento dos Prazos Processuais em Crimes contra a Administração Pública".  Meta 7: "Ser positivo." Sua contribuição para "ser positivo" reflete um compromisso com o objetivo da Meta 7, que busca "normalizar o indicador Índice de Cumprimento dos Prazos Processuais em Crimes contra a Administração Pública".  Meta 8: "Como posso, com seriedade." Sua contribuição para "como posso, com seriedade" reflete um compromisso com o objetivo da Meta 8, que busca "normalizar o indicador Índice de Cumprimento dos Prazos Processuais em Crimes contra a Administração Pública".  Meta 9: "Ser eficiente e inovador." Sua contribuição para "ser eficiente e inovador" reflete um compromisso com o objetivo da Meta 9, que busca "normalizar o indicador Índice de Cumprimento dos Prazos Processuais em Crimes contra a Administração Pública".  Meta 10: "Ser positivo." Sua contribuição para "ser positivo" reflete um compromisso com o objetivo da Meta 10, que busca "normalizar o indicador Índice de Cumprimento dos Prazos Processuais em Crimes contra a Administração Pública".  Meta 11: "Como posso, com seriedade." Sua contribuição para "como posso, com seriedade" reflete um compromisso com o objetivo da Meta 11, que busca "normalizar o indicador Índice de Cumprimento dos Prazos Processuais em Crimes contra a Administração Pública".  Meta 12: "Ser positivo." Sua contribuição para "ser positivo" reflete um compromisso com o objetivo da Meta 12, que busca "normalizar o indicador Índice de Cumprimento dos Prazos Processuais em Crimes contra a Administração Pública".  Informamos que suas contribuições serão encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a devida apreciação e análise.  Atenciosamente, Presidência do Conselho.
Sueli Brito de Araújo Vieira	suelibrito@gmail.com	Quero escrever para deixar registrado.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.	Sim.						Agradecemos imensamente suas valiosas contribuições à Audiência Pública sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário. Suas perspectivas demonstram um compromisso com a melhoria contínua.  Analisamos suas ponderações em relação às metas.  Meta 1: "Realizar mais audiências semanais. Agilizar realização de audiências de conciliação durante o processo." Durante a realização de audiências já estão sendo realizadas.  Meta 2: "Realizar mais audiências semanais. Agilizar realização de audiências de conciliação durante o processo." Durante a realização de audiências já estão sendo realizadas.  Meta 3: "Priorizar o julgamento das ações ambientais." A priorização de processos de natureza ambiental já está sendo realizada.  Meta 4: "Priorizar o julgamento das ações indenizatórias e de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 5: "Priorizar o julgamento das ações indenizatórias e de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 6: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 7: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 8: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 9: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 10: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 11: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 12: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Informamos que suas contribuições serão encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a devida apreciação e análise.  Atenciosamente, Presidência do Conselho.
Josefatti da Silva Alves	josefatti@silvaalves.com.br	Quero escrever para deixar registrado. Buscando equilíbrio para agilizar a tramitação dos p. Anexas mais dados cadastrais para que as partes e Exporão o lado bom de evitar os litígios pela   todos os processos devem ter a atenção devida. Melhorar o andamento em Geral.				Sem uma ótima alternativa.	Analisado mais rapidamente cada caso.	Concordo.		Aperfeiçoamento contínuo dos servidores Conciliatório sobre o tema.					Agradecemos imensamente suas valiosas contribuições à Audiência Pública sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário. Suas perspectivas demonstram um compromisso com a melhoria contínua.  Analisamos suas ponderações em relação às metas.  Meta 1: "Realizar mais audiências semanais. Agilizar realização de audiências de conciliação durante o processo." Durante a realização de audiências já estão sendo realizadas.  Meta 2: "Realizar mais audiências semanais. Agilizar realização de audiências de conciliação durante o processo." Durante a realização de audiências já estão sendo realizadas.  Meta 3: "Priorizar o julgamento das ações ambientais." A priorização de processos de natureza ambiental já está sendo realizada.  Meta 4: "Priorizar o julgamento das ações indenizatórias e de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 5: "Priorizar o julgamento das ações indenizatórias e de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 6: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 7: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 8: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 9: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 10: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 11: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 12: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Informamos que suas contribuições serão encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a devida apreciação e análise.  Atenciosamente, Presidência do Conselho.
Vivian Nazari Amorim	viviannazari@gmail.com	Quero escrever para deixar registrado.													Agradecemos imensamente suas valiosas contribuições à Audiência Pública sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário. Suas perspectivas demonstram um compromisso com a melhoria contínua.  Analisamos suas ponderações em relação às metas.  Meta 1: "Realizar mais audiências semanais. Agilizar realização de audiências de conciliação durante o processo." Durante a realização de audiências já estão sendo realizadas.  Meta 2: "Realizar mais audiências semanais. Agilizar realização de audiências de conciliação durante o processo." Durante a realização de audiências já estão sendo realizadas.  Meta 3: "Priorizar o julgamento das ações ambientais." A priorização de processos de natureza ambiental já está sendo realizada.  Meta 4: "Priorizar o julgamento das ações indenizatórias e de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 5: "Priorizar o julgamento das ações indenizatórias e de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 6: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 7: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 8: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 9: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 10: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 11: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Meta 12: "Priorizar o julgamento dos processos de natureza patrimonial." A priorização de processos de natureza patrimonial já está sendo realizada.  Informamos que suas contribuições serão encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a devida apreciação e análise.  Atenciosamente, Presidência do Conselho.







Qual a sua nome completo?	Qual o seu e-mail?	Perfil: Como você prefere participar?	Qual a sua contribuição para a Meta 1?	Qual a sua contribuição para a Meta 2?	Qual a sua contribuição para a Meta 3?	Qual a sua contribuição para a Meta 4?	Qual a sua contribuição para a Meta 5?	Qual a sua contribuição para a Meta 6?	Qual a sua contribuição para a Meta 7?	Qual a sua contribuição para a Meta 8?	Qual a sua contribuição para a Meta 9?	Qual a sua contribuição para a Meta 10?	Qual a sua contribuição para a Meta 11?	Qual a sua contribuição para a Meta 12?	
Clara Masci Pereira	clara.masci@jc.jus.br	Quero escrever para deixar registrado.			Para que o jurisdicionado tenha sua necessidade e a participação e sempre a melhor opção										
RAIZA MEDEROS VASCONCELOS	raiza.v@gmail.com	Quero escrever para deixar registrado, em, reduzir o volume de processos pendentes em um, aumentar a eficiência da justiça	em, aumentar a eficiência da justiça	priorizar esses processos	baixar mais processos que já foram finalizados	gerar uma resposta mais rápida e eficaz ao desparar essas processos dessas comissões de prioridade e essas pessoas	necessário	apesar que assegurem o direito de ciência e publicidade							
Rebeca Franca Campagnoli	rcampagnoli@gmail.com	Quero escrever para deixar registrado.													
ANDRÉ MARQUES DA SILVA	brnq@ymail.com	Quero falar e escrever para participar de todos!			E preciso ser sempre hehehe!										
Cláudia Brito Pereira	claudia.brito@jc.jus.br	Quero escrever para deixar registrado.	Sim		Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não			
ANDRÉ MARQUES DA SILVA	brnq@ymail.com	Quero falar e escrever para participar de todos!			E preciso ser sempre hehehe!										
Cláudia Brito Pereira	claudia.brito@jc.jus.br	Quero escrever para deixar registrado.	Sim		Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não			
RAIZA MEDEROS VASCONCELOS	raiza.v@gmail.com	Quero escrever para deixar registrado, em, reduzir o volume de processos pendentes em um, aumentar a eficiência da justiça	em, aumentar a eficiência da justiça	priorizar esses processos	baixar mais processos que já foram finalizados	gerar uma resposta mais rápida e eficaz ao desparar essas processos dessas comissões de prioridade e essas pessoas	necessário	apesar que assegurem o direito de ciência e publicidade							
Clara Masci Pereira	clara.masci@jc.jus.br	Quero escrever para deixar registrado.			Para que o jurisdicionado tenha sua necessidade e a participação e sempre a melhor opção										
RAIZA MEDEROS VASCONCELOS	raiza.v@gmail.com	Quero escrever para deixar registrado, em, reduzir o volume de processos pendentes em um, aumentar a eficiência da justiça	em, aumentar a eficiência da justiça	priorizar esses processos	baixar mais processos que já foram finalizados	gerar uma resposta mais rápida e eficaz ao desparar essas processos dessas comissões de prioridade e essas pessoas	necessário	apesar que assegurem o direito de ciência e publicidade							
Rebeca Franca Campagnoli	rcampagnoli@gmail.com	Quero escrever para deixar registrado.													
ANDRÉ MARQUES DA SILVA	brnq@ymail.com	Quero falar e escrever para participar de todos!			E preciso ser sempre hehehe!										
Cláudia Brito Pereira	claudia.brito@jc.jus.br	Quero escrever para deixar registrado.	Sim		Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não			
ANDRÉ MARQUES DA SILVA	brnq@ymail.com	Quero falar e escrever para participar de todos!			E preciso ser sempre hehehe!										
Cláudia Brito Pereira	claudia.brito@jc.jus.br	Quero escrever para deixar registrado.	Sim		Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não			
RAIZA MEDEROS VASCONCELOS	raiza.v@gmail.com	Quero escrever para deixar registrado, em, reduzir o volume de processos pendentes em um, aumentar a eficiência da justiça	em, aumentar a eficiência da justiça	priorizar esses processos	baixar mais processos que já foram finalizados	gerar uma resposta mais rápida e eficaz ao desparar essas processos dessas comissões de prioridade e essas pessoas	necessário	apesar que assegurem o direito de ciência e publicidade							
Rebeca Franca Campagnoli	rcampagnoli@gmail.com	Quero escrever para deixar registrado.													
ANDRÉ MARQUES DA SILVA	brnq@ymail.com	Quero falar e escrever para participar de todos!			E preciso ser sempre hehehe!										
Cláudia Brito Pereira	claudia.brito@jc.jus.br	Quero escrever para deixar registrado.	Sim		Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não			







**Anexo IIIA – Lista de Presença da Reunião com Magistrados e  
Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Acre**

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 12:55:32	60723190410	HÉLIO CARVALHO	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:14:32	01311688277	Francisco William de Souza Gastino	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:14:38	84956232268	Sean Campos de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:14:49	96455730259	Jessica Campos Almeida Pires	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:10	00088020258	James Cassiano B Junior	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:18	30781418291	Ana Lucia Cunha e Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:18	67271596968	Zenice Mota Cardozo	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:19	007.499.842-01	Ingrid Cavalcante Hessel	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:23	020.907.452-31	Joseline Silva Pinto	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:31	04778064224	Joaquim Jonatha de Araújo Meireles	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:37	03719063267	Rayra Torquato de Lima	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:38	444.143.822-20	Patricia Lopes de Almeida	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:39	03648022270	Virginia Azevedo de Oliveira Pires da Luz	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:40	48447803287	Alexandre da Silva Oliveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:56	015.855.347-06	Evany de Araújo Vieira	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:15:58	00849431220	Thairine Stéfani Bezerra Lima	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:16:02	028.823.252-66	Ruan Nascimento de Oliveira	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:02	42397424215	Jaqueline Barbosa Jeronimo	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:03	23227427320	Maria Goreth de Amorim	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:03	85958506234	Symara Luana de Sousa Mota	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:04	00428550207	Yana Moreira	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:14	359.859.682-00	Gisele outramario wutzke	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:18	34934677291	Auriene Cardozo cunha	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:30	21655367234	LAUDIVON NOGUEIRA	Desembargador (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:31	62702084249	Evandro Araújo de Aquino	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:32	00684485206	Matheus Ibsen Modesto de Sales	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:43	71183779291	Michele Oliveira da Rocha	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:16:46	02572479206	Natália Gonçalves	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:48	44412312291	Queffren Licurgo de Carvalho Rêgo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:53	01235306283	Charlene Silva Costa	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:16:56	48356085268	Adamarcia Machado Nascimento	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:16:56	01911092235	Antônio Gomes Fortunato	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:16:57	00211467219	Iara Alessandra Batista Serato de Figueiredo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:16:58	322.701.272-34	Francisco Arnaldo de Souza Ferreira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:02	00375382259	Rita Abrantes mendes	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:02	76634825220	Everton Albuquerque	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:02	519.201.822-68	Antonio José Maia Souza Vieira	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:17:09	33998655204	Ana Cláudia de Araújo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:10	509.254.072-91	Andriny Vilacorta de Araújo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:19	74067354215	Cleidiany Eliza de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:17:20	936.015.902-63	Thiago Alves de Menezes	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:22	00576570257	Pedro Coutinho Júnior	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:24	83523413249	Sônia Sá de Lima	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:26	529.252.422-00	Cleomilton da Cunha Azevedo Filho	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:17:29	032.878.532-60	Savanna Victoria da Silva Lima	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:46	435.387.892-15	Neide Macêdo de Oliveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:58	02646645236	Anderson Lima dos Santos	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:17:59	702.094.562-72	Nágila Yuçara Oliveira da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:18:00	04174944245	Regismar Evencio Custodio	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:18:16	464418249-49	Jussara de Cassia Corrêa Ferreira de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:18:41	00815180217	Wellington Lima de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:18:43	020.493.482-66	Ana Carolina Alexandre Sales	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:18:45	60801590230	Rogério Nascimento	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:18:56	71287850278	Kendra Souza Cavalcante	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:18:58	68295189204	Lílian Lopes Sousa Baratella	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:10	946.247.712-49	Elias Antônio Zaine Sarkis	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:15	78865450282	Kamila da Rocha Leite	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:16	233.573.472-53	Annete	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:17	32264780282	Jorge Ribeiro	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:18	03037511265	Lucas Kevin de Castro Fernandes	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:23	627.625.752-49	Aquiles Prado Neto	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:29	032.716.692-44	Maria Natiele de Sales Silva	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:30	49514075234	Ramiro dos Santos Silvino	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:31	624.791.052-53	Maria oneide dias mendonça	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:46	80727832204	Darcleone dos Santos da Silva	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:51	13838164253	Orsetti filho	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:19:51	63891808291	Marcos Antônio Sá de Carvalho	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:19:52	07400108913	Karine Lameira Itani Pinheiro	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:20:13	75808544220	Artemisia Oliveira de Souza	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:20:18	74354329034	Rodrigo Roesler	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:20:23	359.777.522-53	Luana campos	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:20:23	61065218249	Clodomiro Neves do Nascimento	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:20:28	946.436.952-34	Larissa de Abreu Melo Santos	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:20:30	30857538268	Jean Carlos Nery da Costa	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:20:31	94530815234	Vitor Campos Pinheiro	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:20:33	86993771268	Emily Morais Costa	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:20:45	33998655204	Ana Cláudia de Araújo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:03	029.563.102-32	Victor Hugo Peres Ostroski	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:06	01074744330	Jorge Luiz Lima da Silva Filho	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:07	21656975220	Marcus Telêmaco Ferreira Lopes	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:21:13	820.290.402-15	Tatiana da Silva Pereira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:21:14	08508237499	Bruna Perazzo	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:21:15	70825807204	DELCIMARA DA COSTA CAMPOS	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:21:16	91416752234	Daniel Francisco Costa do Nascimento	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:16	00087797240	Verônica Freire de Menezes	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:16	58614702272	Lucas bezerra Félix	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:17	82160899291	Leticia Petronilho Lamar	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:18	01721487239	RAYANNE ROCHA	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:18	13818724253	RAIMUNDO NONATO DA COSTA MAIA	Desembargador (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:18	33999708204	José Gleyson Andrade Maia	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:19	005.983.112-03	Rodrigo de Oliveira da Silva	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:19	47776323268	Ana Shirley dos Santos Soares	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:30	01043078207	Letícia Medeiros de Araújo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:31	62696742200	Dirceu Felix Moreira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:32	83838384253	Cristiane Brunoro	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:35	97950670282	Rener Fernandes de Farias	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:21:36	733808147-68	Ivanete de Mesquita Cordeiro	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:36	59873655204	eliezio2005@gmail.com	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:36	04142300270	Gabriel Maia de Oliveira Pérez	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:45	93616830206	Andressa Lemos Basto de Oliveira Rosas Mar	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:52	33981035291	Gerlane Garcia da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:21:52	02472116217	Elielton Ferreira	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:01	77222350268	NAYANE NOGUEIRA DOS SANTOS BESSA	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:04	216.851.342-20	Lucia Gabriel	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:05	36006645220	Lilian Deise Braga Paiva	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:08	47812834204	Isnailda Silva	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:08	23257814291	Raimundo Lucivaldo Firmino do Nascimento	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:22:11	78193982215	PAULO GILLIARD DÁ SILVA SIQUEIRA	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:22:12	794.961.212-68	Igor Magalhães da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:24	95092285249	Valdismar Fontes de Castro Júnior	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:31	02187652238	Marley Emmanuela Cavalcante de Albuquerque	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:33	01046642235	Brunna Cristina Barbosa Chaar	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:34	58617612215	Maria da Conceição Costa da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:22:36	39131661220	Maria Ramos da Frota	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:22:36	216.889.232-68	William Abud de Castro Garcia	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:37	001.151.132-07	Yuri Vidal Felix	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:37	52969975220	Dianna Carlos Nascimento Barros	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:44	618.265.102-49	Maricilio sa Costa Santana	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:44	82293058204	FREDERICO BORGES DE SOUZA	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:45	669.040.132-49	Eliandro Viana da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:47	82817251172	Denizi Reges Gorzoni	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:48	00888840233	FELIPE DAMASKLIN	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:52	67705960249	Rossany Pinheiro	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:22:59	022.941.132-09	Enzo Mendonça Vaz	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:23:00	02507496290	Nickole Lima Mesquita	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:02	37282174253	Raimunda Nonata Souza Lucena	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:23:04	088.822.903-87	Bernadeth Campos da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:06	783.049.972-15	Francisco Igor Silva de Almeida	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:07	33480087191	Alex Oivane	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:14	665.573.052-04	Ana Claudia da Silva Araújo	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:23:15	01817536265	Liliane Albuquerque do Nascimento	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:15	360.043.242-72	Dulce Oliveira Teodoro Garcia	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:21	69985596234	REGIS WELINGTON AIRES ALVES DE FREITAS	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:30	02665436264	Allan Diego Afonso Almeida	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:31	01155046218	Larissa Barreto Mascarenhas	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:23:31	69985596234	REGIS WELINGTON AIRES ALVES DE FREITAS	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:37	032.716.692-44	Maria Natiele de Sales Silva	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:54	03780400227	Tácila Monteiro	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:23:55	74986279220	Everton Carlos dos Santos	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:23:58	41190610272	Fábio Messias da Silva Maia	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:23:58	444.056.422-49	Graiciane da Silva Bonfim	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:24:06	82568416220	Antonio Silva de Lima	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:24:11	51535580291	Raul Fernandes Silvério Júnior	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:24:18	73350150225	FABIANA ARAUJO DOS REIS	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:24:19	434.946.842-00	Benilsia de Oliveira Rocha	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:24:20	28607392204	CLOVES AUGUSTO ALVES CABRAL FERREIRA	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:24:26	35980036253	Everaldo Nascimento de Castro	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:24:33	87668190244	KAION VICTTOR ZAIRE PASCOAL	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:24:37	477.682.402-78	Shirley da Silva Santos Ferreira	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:24:57	79111262249	Luzete Rodrigues Mota	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:25:06	537.419.002-49	Josiane Souza da Silva Bandeira	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:25:08	646.400.862-53	Lissania de Oliveira Lima	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:25:11	833.969.342-53	José Victor de Almeida França	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:25:11	802.252.252-04	Ivana Correa Morais Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:25:39	83114912591	Tess Requião Barbosa de Freitas	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:25:42	70034826220	FRANCIRLEI DE AQUINO LIMA	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:25:44	56771762149	DEUSDETE CRUZ	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:25:59	00096826274	Matheus Willian Lima de Queiroz	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:09	076984177-51	Adimaura Souza da Cruz	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:10	01645993205	Gabriela Pinheiro Ávila do Nascimento	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:13	75421518272	Claudio Alberto Felix Rossetto	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:15	09130780268	ADAUTEA ROSARIO OLIVEIRA ABREU	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:26:17	939.040.102-04	LUCAS DA SILVA MOREIRA	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:26:18	869.366.462-04	Erivan Borge dos Santos	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:26:22	02432748239	Nayra Ellen de Carvalho Santos	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:23	58624031249	Paulo Sergio Neres Pinheiro	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:26:24	01576856240	Mayko Anderson da Silva Lima	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:31	81706693249	PATRICIA XAVIER DO NASCIMENTO	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:34	007.903.925-18	Janine Cecília Romana Correia Santos	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:26:34	02085965261	Pâmela Alves Moura	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:35	65508270272	Anderson dos Santos	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:26:37	11170720455	José Carlos dos Santos Silva Júnior	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:26:38	52751988253	Lia Cristhyna Garcia de Carvalho	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:41	00031624278	Andréia Moura	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:42	52130827268	Adriano Ferreira Feitosa	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:43	03420838212	Nicolly Oliveira Fé em Deus	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:50	61078204268	Gleiz Maria Ferreira Lopes	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:26:51	005.994.351-35	Flavio Mariano Mundim	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:53	01301412244	Bono Luy da Costa Maia	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:53	78404851204	Karolynne Paiva da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:53	58931643268	Gledival Passarinho de Matos	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:56	71345078153	Thalita da Silva Mourão Lima	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:26:57	62190890225	Josias Davila	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:27:08	391.014.362-87	Glauccio Lopes Felix	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:27:15	02321112271	Rutiele da Silva Araújo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:27:23	51.722.909.234	Luena Lopes	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:27:28	67077498204	Clovis de souza lodi	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:27:37	662.745.162-04	Marilândia Barros de Mendonça	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:27:39	673.022.032-53	Marli Lacerda da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:27:48	408.634.682-68	Ruth Ávila da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:27:50	308.517.502-49	Raimundo N M Abreu	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:27:50	74739883287	Kayanna Laura Eliamen da Costa Souza	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:27:54	03719063267	Rayra Torquato de Lima	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:27:56	61720658234	Nazaré Gonzaga Rodrigues	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:27:56	00498198286	Thays Sabrina Oliveira de Freitas Firmino	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:27:59	83876235200	Rafaele Pereira Brito	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:28:04	787.035.492-91	Luana Lopes Sousa da Silva	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:05	01704390206	Andressa de Lima Ferreira	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:11	52244431215	Libni Barbosa	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:12	59160462272	Fernando Seva	Servidor (a) Requisitado (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:16	529.516.691-00	Sandra Márcia Shicovski dos Santos Bento	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:17	61636371272	Jacikley da Costa Ribeiro	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:18	61467650234	Arnobio Souza Ribeiro	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:28:19	03946466141	Barbara Iwai	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:28	19619774272	Mário Luis Santos da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:29	13829033249	Jose de Arribamar Gomes Cordeiro	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:28:34	87771349234	Renato da Costa Modesto	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:28:37	32270860268	Célio José Morais Rodrigues	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:39	97482269215	Cláudia Vasconcelos Alexandrino de Brito	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:42	63461587249	Ariane Mesquita da Cunha	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:46	597.161.502-53	Giordane Dourado	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:47	040.261.312-03	Willian Felipe Ferreira Coelho	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:48	41436490200	AUCILENE ALVARENGA DE SOUZA	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:28:51	79369693220	Caio Macedo Cavalcanti	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:29:01	01478252294	Priscila de Araújo Portela	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:29:06	23359951204	Adauto Peres Neto	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:29:06	00034011200	Jullyana Barbosa Morais	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:29:07	63516799234	Ana Paula Santos de Araújo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:29:07	564139802-06	Marilza Ferreira da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:29:11	00772897220	Leoni Sombra	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:29:11	98667068268	Larissa Tabosa do Nascimento	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:29:12	412.626.972-04	JUCIRLEI SOARES MAGALHÃES	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:29:13	884.896.632-20	Maricela de Oliveira Barroso	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:29:21	357.627.722-68	Rosana Rocha	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:29:25	58947256234	Elivânio Maia Costa	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:29:40	56978731234	Thays de Souza e Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:29:48	5773517234	Rogéria José Epaminondas Mesquita	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:29:56	60651571200	Fanine Costa Campelo	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:30:01	89957040200	ELAINE CRISTINA PEREIRA DA SILVEIRA MIR	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:30:01	435.482.452-34	Silni Rogéria Farias Figueiredo	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:30:03	02664378260	Thaís da Costa Bezerra	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:30:03	127.566.657-46	Elielton Zanoli Armondes	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:30:12	357.627.722-68	Rosana Rocha	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:30:13	161.114.352-72	Francisco Noronha de Azevedo	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:30:13	01922412228	JESSIANE CAROLINE SOUZA DA SILVA TAVAF	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:30:15	00034011200	Jullyana Barbosa Morais	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:30:16	18141536249	Charles Augusto Pires Gonçalves	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:30:29	01362056235	Flávia magno	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:30:33	65455720244	ALFREDO HENRIQUE ASSUNÇÃO DE ANDRAC	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:30:38	67832636220	Marineide Pereira da Silva Lopes	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:30:48	391.168.402-91	Charles Silva Vasconcelos	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:30:50	02561266230	Lhilli Naomi Rodrigues da Silva	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:30:57	00403885221	Jeozadaque da Silva Magalhães	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:30:59	666.658.922-04	Manoel Rodrigues de Oliveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:31:00	83676376234	Virginia Rebouças de Almeida Santos	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:31:09	466 241 802 00	Reydinar de Matos Félix da Costa	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:31:11	000.988.972-84	Luz Gabriela Guerra Escudero	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:31:20	13463286840	Romário Divino Faria	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:31:24	58721797234	Ana Paula Paiva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:31:31	690.293.422-34	Maria das Graças Carlos da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:31:34	77439554272	ALEX FREITAS DE OLIVEIRA	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:31:40	195.943.212-53	Luiz Eduardo Marques Gomes	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:31:42	43546625234	Mauricéia Araújo de Lima	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:31:42	67340989234	Luceni da Silva Lima	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:31:45	72577142234	Savia Silva de Medeiros	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:31:57	74343076253	Amilar Sales Alves	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:31:58	50920863272	Ney Kássio Albuquerque Leite	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:32:11	71120661234	Mariene da Silva lima	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:32:15	49518704287	Rosa Maria Neve de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:32:22	658.115.002-97	Maria de Fátima Souza	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:32:25	617.651.122-49	Gelson Moreira de Lima	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:32:28	44623089991	REGINA CÉLIA FERRARI LONGUINI	Desembargador (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:32:33	67802206200	Carinne Correia Rosas	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:33:00	13829033249	Jose de Arribamar Gomes Cordeiro	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:33:01	922.780.192-87	Gilcimar do Nascimento Nobre	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:33:08	84855215287	Monique da Silva Ferreira	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:33:12	38932903204	Kátia de Queiroz Almeida	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:33:18	71760946249	Elino Silva de Mendonça	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:33:46	41870409272	Eliane Alves Faino Patricio	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:33:53	03489621263	Ana Caroline S Freitas	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:33:55	691.264.962-91	Marcondes Magalhães Dourado	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:33:56	60223413291	Elissandra da Silva Araújo	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:33:59	13330810220	FRANCISCO LÁZARO SIMÕES	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:34:00	61331015200	Daniel Gustavo Bomfim Araújo da Silva	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:34:13	00204664209	alana de lima souza	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:34:22	88144003268	Gabriela Ruzafa	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:34:28	65989996268	Evelin bueno	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:34:30	43880584249	Joelma R Nogueira	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:34:33	66980895249	JOICILENE DA COSTA AMORIM	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:34:33	02085395228	Welisson Basilio de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:34:41	007.310.902-92	Deuliane Santos Lima	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:34:42	43424872253	Maria de Fátima Oliveira Mota	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:34:50	838.383.842-53	Cristiane Brunoro	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:34:54	61748080253	Elisson Magalhães	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:34:54	004.849.472-06	Gilmar gomes	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:34:56	02550251229	Mario Ney Nogueira Braga Júnior	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:01	434.835.852-49	Neurandir Ferreira Roques	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:03	39502337840	Luís Fernando Rosa	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:03	08611218647	Gláucia Aparecida Gomes	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:04	03169523201	Vitória de Oliveira Ferreira	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:05	04721051670	Thaís Khalil	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:06	0003820920	Nassara NASSERALA Pires	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:08	35927806899	Maluma Raphaela de Oliveira Brito	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:08	21580162215	Maria do Socorro Moraes	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:09	52847322272	Maria Flávia de Souza Damasceno Medeiros	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:09	96767262272	José Maria Ribeiro Xavier	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:09	360.331.622-34	Roquiline Silva Craveiro	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:35:10	79203175253	Everley Sales	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:11	97537608253	Allexandra Macedo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:14	03454861454	Isabelle sacramento	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:14	019545265	RICHARD MEENZES CAMPOS	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:17	390.799.022-68	Marineide Silva do Nascimento	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:17	68232071249	Ellen Fabiana Gonçalves Chaves Farias	Servidor (a) Requisitado (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:19	015.884.645-12	Rosilene de Santana Souza	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:20	43436820210	Grazielle Outramario wutzke	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:21	808.636.472-00	Michaele Sales Barroso Viana	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:21	24581696860	Luís Gustavo Alcalde Pinto	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:21	01922766976	Gustavo Sirena	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:25	13532521750	Manuela Mesquita Souza	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:25	52322890200	Andréia Mota Lima Vasconcelos	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:26	76187110200	Clemilson Laurentino	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:26	960.487.191-91	Cleston Estevam de Freitas	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:28	89959230244	Jessica Pasa Borges	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:34	01878666274	Rafaele Justino de Moura	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:34	76855295215	Ana Paula Marques Coutinho Eleamen	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:35	43475710200	Carla V T Mendonça	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:37	04844731661	Marcela Afonso	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:39	52714667287	Alex Silva de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:39	43458637249	Michel Feitoza Mendonça	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:40	80052800253	Locileudo Silva de Melo	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:41	43425968220	Vanusa Rodrigues	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:41	66464765272	Katiuzya F. Dalacosta de Melo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:42	49506439249	Maria Dionete de Souza Bezerra	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:46	87771349234	Renato da Costa modesto	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:35:46	465.716.712-04	Gilcineide Ribeiro Batista	Servidor (a) Requisitado (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:47	94222770272	João de Oliveira Lima Neto	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:47	69606609200	Tania Carvalho de Oliveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:48	832.789.312-20	Mayara Pereira Nogueira	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:48	36073016204	José Vicente Almeida de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:50	72184094234	Rodrigo Oliveira dos Santos	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:50	509.617.132-91	Márcio Ney de Oliveira Dias	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:51	69520038272	Giselle Maria Diniz Andrade Costa	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:35:52	50937731234	Nahyma Santiago de Araujo	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:54	00566061252	Vanessa de Souza Fernandes	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:55	003.594.722-57	Ericson Rodrigues da Costa	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:58	435.101.162-91	Gabriela Saboia	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:35:59	47834137204	RAQUEL CRAVEIRO MORAIS	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:00	55824765200	Carlos Fonseca Cassiano da Cunha	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:03	101.441.997-26	Hellen Oliveira	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:05	00526370262	Raissa Fernanda Gomes Juca Botelho	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:36:09	78890250259	Jovanny Fogaça	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:10	78022045268	Karoline Albuquerque da Silva	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:12	95968660015	Patrícia Betiolo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:14	43518079204	Sara Cordeiro de Vasconcelos	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:15	216.845.102-87	Dirce Oliveira Teodoro	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:16	819.751.392-91	Isaura Antônia Torres de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:19	03592203207	Gabriela Alves Coelho	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:36:21	30165032200	ANTONIO RODRIGUES	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:22	48451550282	Giuliana Evangelista	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:28	196.052.422-49	Samya Ester da Silveira Gouveia assis	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:30	01283511282	Márcia Figueiredo	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:36:33	56625405272	VENÍCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:33	76067769204	Fernanda Teodoro	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:33	00527038270	Rafaella Ribeiro Mezerhane	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:34	02452015482	Hudson Castro Magalhães	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:38	948.213.212-20	Benildson Leite de Oliveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:36:40	68392877268	jorge luiz de almeida rocha	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:36:42	44398248200	João Neudo Silva Gomes	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:36:46	340.253.832-68	Maria Izabel Bezerra Oliveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:36:50	23337095291	Maria Antonia Nascimento Pereira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:52	94830002204	Pammela de Paula Santos	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:36:53	61984035215	Wanderson Miranda	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:37:04	81443226220	Daniel Soares Gomes	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:06	638.040.932	Lucélia Maia Soares	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:06	35961465268	Raimundo José da Costa Rodrigues	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:07	48444650224	Francisca Regiane da Silva verçoza	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:14	427.585.562-00	Moisés Sousa Firmino	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:16	92638392200	Fatiana Narjara Lima de Castro Bessa	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:19	43491081220	Maria Filgueira da Silva Soares	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:37:21	94696446204	Wuisla Batista de Oliveira	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:22	04696364402	Marcos Rafael Maciel de Souza	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:25	023.212.602-03	Bruno Medeiros Torres	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:28	23328517200	Maria Gerliane Moura Costa	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:30	518.982.842-53	NIRLEIA DE LIMA SILVA	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:37:35	83388605220	Diógenes Ramos Maciel	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:37:37	35929987220	Marcelo Coelho de Carvalho	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:39	17265045491	Darlan da matta de souza	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:37:43	751.026.332-87	Maria Gerusia Landy Chaves	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:37:44	35955597204	Girlene Daniel Silva Souza Santiago	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:44	43452701204	Rosineide Souza de Azevedo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:45	10793514770	Bruno Bicudo Gonçalves	Juiz (a) de Direito;	Capital	SIM
15/07/2025 13:37:56	30377325805	Michele de Andrade Lima	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:38:03	30163573808	Renato Luis Travasso	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:38:07	00031624278	Andréia Moura	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:38:15	00057982210	VILCILENE MACHADO	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:38:17	19694687268	Júlia Ramos de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:38:29	434.127.342-68	André Fabiano Leite da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:38:29	181.415.362.9	Charles Augusto Pires Gonçalves	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:38:34	483742702-25	Cleide Helena Prudêncio da Silva	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:38:46	23344083287	Deusdete Silva de Melo	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:38:53	66537126215	Kemis Viana	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:38:55	00776999478	Inaiza Medeiros Vasconcelos de Araújo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:38:57	30164788204	Benedita da Silva Albuquerque Ferraz	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:39:02	716.417.182-34	FENELÚCIA MENDES PEREIRA	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:39:03	97628859615	MARIA TEREZA DELL ORTO	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:39:11	656125.740-53	Giorgia Lemos Jaeger	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:39:14	39137651234	Silvana aparecida da silva szilagy	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:39:19	745.279.592-04	Maria Lenária Lopes do Nascimento	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:39:27	19694687268	Júlia Ramos de Souza	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:39:47	233.501.722-53	Sulamita Barreto Pereira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:39:56	233.263.872-53	Silma Braga	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:39:58	515.795.532-49	Mair Vila de Messias Nascimento	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:40:11	618.302.752-91	Osman Mamed	Servidor (a) Requisitado (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:40:12	7781567210	Luiz Felipe Maia de Lima	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:40:16	484.140.932-72	Veralice Meira Rocha	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:40:26	03880417229	William Klismann Liberato Azevedo	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:40:30	04303396230	Alane Pereira	Servidor (a) Requisitado (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:40:51	19609191215	Luís Cláudio Aires Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:41:05	01648619207	Francisco Rosevaldo Nascimento Araujo	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:41:13	626.409.682_20	Fabio de Rezende Silveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:41:19	766.043.902-25	Francisca Oderlândia da Silva Araújo	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:41:25	30857538268	Jean Costa	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:41:26	657.638.312-68	Valéria Cristina Morais de Oliveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:41:32	78375657204	Glauca Lopes de Andrade	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:41:39	762.321.072-68	Amanda Cristina Batista de Aquino	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:41:58	93873433249	Raieza Cavalcante França	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:42:05	00062469665	Márcio Sales Moreira	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:42:11	43459404272	Maria Nair C. de Araújo Gonçalves	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:42:31	21724083287	Joab nascimento	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:43:01	434.140.442-34	Greice Garcia da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:43:08	762.321.072-68	Amanda Cristina Batista de Aquino	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:43:08	76363163234	Maria Amorim	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:43:09	391.004.482-49	Raimunda de Souza Lima	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:43:22	32253966215	Francisco Macambira Gama	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:43:27	99045230391	José ícaro terranova freitas de sousa	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:43:34	56643276268	Antonia Keldiney Gomes de Sousa	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:43:43	32243154234	Francisco Clevis Mustafa da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:43:52	69985596234	REGIS WELINGTON AIRES ALVES DE FREITAS	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:44:04	63178460225	Dayved Martins de Souza	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:44:09	63702975268	Orlenildo Oliveira Dias	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:44:29	02932963244	Cáren da Silva Souza Santos	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:44:35	022.836.171-03	Stéphanie Winck Ribeiro de Moura	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:44:58	00643315209	Thiago Araújo Lopes	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:44:59	07902545490	CAIQUE CIRANO DI PAULA	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:45:10	00206111290	Talita Maciel da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:45:12	74444883200	Cataryny de Castro Avelino	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:45:17	322.543.502-34	Maria Rosilda de Moura Melo	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:45:29	02571034227	Joseane Oliveira do Nascimento	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:45:32	433.910.442-68	Jose Railson Guimarães Lebre	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:45:48	302.508.623-87	Robert Marinho	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:45:48	00435296230	Larissa Oaskes Bastos Vieira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:45:50	037.663.202-03	Jamyly Abreu	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:46:00	00771938225	Luan Machado	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:46:00	03615684443	Cicera Socorro de Melo Lucena	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:46:07	57363935220	Claudenice Fernandes	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:47:13	09746295888	José Carlos Martins Júnior	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:47:23	63516799234	Ana Paula Santos de Araújo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:47:34	88449432200	Anny Karolline Geber Tussolini	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:47:38	30859875253	Sandra Monica Lopes Sampaio	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:47:55	19673892253	Sebastião Nicolau da Silva Oliveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:48:14	59514949234	Jéner Pontes de Oliveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:48:30	97487171272	Giuliani ferreira de souza	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:49:20	0335785824p	Ozeas silva nobre	Servidor (a) Requisitado (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:49:45	43484069287	Ilka Maria Melo Barbosa	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:49:57	01281587273	Evelyn de Lima Viana	Servidor Ad Nutum	Interior	SIM
15/07/2025 13:50:06	97929956253	Alex Costa Lamoglia	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:50:22	21701091291	valcilda Bezerra de Amorim	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:50:50	12432065786	Caroline Lagos de Castro	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 13:51:25	366080691272	Maria José de Oliveira Leao	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 13:51:50	01283511282	Marcos Figueiredo	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:52:18	197.176872-34	Aderson Farias Camelo	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:52:21	30847060268	José Portela Cacau	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:52:29	52905233249	Jairo Oliveira	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:52:46	71280774215	Francisca Valéria Lima de Mesquita	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:52:49	197.169.902-00	GIRLENE ONOFRE SANTOS SAADI	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:52:50	02206787237	Amália Costa da Silva	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 13:53:09	23313161200	Rosa Maria Braga Soares	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:53:27	33953368249	Luiza Chagas de Souza Chaves	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:54:14	49519727272	Maria das Dores da Silva Santos	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:54:45	46581804215	Raimundo Reginaldo Bezerra de Moura	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:55:16	216.222.212-49	Senauria Bezerra de Moura	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:56:02	78405211268	Mariene Oliveira da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:56:12	05705034261	Marcos de Matos Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:56:38	32194781234	Simoncelli de Souza Farias	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 13:56:54	19762763220	Fábia Gonçalves Franklin	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:57:28	76784878000	Darci Jaeger	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 13:59:00	05705034261	Marcos de Matos Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 14:00:35	434010582-15	Núbia Nunes da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 14:03:45	47775610204	Egnaldo ferreira de arruda	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 14:04:58	08044254692	Mariana Costa Martins	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 14:06:46	034.114.132-12	Antônia Cristina da Silva Mendonça	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 14:07:52	05372282762	Eder Viegas	Juiz (a) de Direito;	Interior	SIM
15/07/2025 14:07:59	50955179220	Thicianne Santos da Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 14:08:48	94876720282	Fernanda da Silva Freire de Carvalho	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 14:14:25	340 156 202 91	Eder Clemente	Servidor (a) Efetivo (a);	Interior	SIM
15/07/2025 14:17:46	66556198234	Alderlandia Fernandes da Silva	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM

Carimbo de data/hora	2. CPF	1. Nome e sobrenome	3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?	4. Em que local está situada sua unidade de trabalho?	Declaro estar de Acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TJAC.
15/07/2025 14:25:05	920.723.132-87	Raimundo Nonato Gomes do Nascimento	Servidor (a) Requisitado (a);	Interior	SIM
15/07/2025 14:27:03	465.507.202-49	Geane de Noronha Silva	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
15/07/2025 15:07:33	074.591.287-75	Luciana de Mesquita Paiva Dantas	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM
15/07/2025 15:11:17	206722253-87	Lourdes Guerra Terças	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
16/07/2025 13:26:33	217.403.722-04	José Aldenizio Lima Rego	Servidor (a) Efetivo (a);	Capital	SIM
17/07/2025 08:19:43	94624682220	Arianne da Silva Moncada	Servidor Ad Nutum	Capital	SIM

**Anexo IIIB – Ata de deliberações da Reunião com Magistrados e  
Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Acre**



## Ata de Reunião

Código:

FOR-DIGES-004-04  
(V.00)

### Identificação da Ata

**Título: ATA DA REUNIÃO COM MAGISTRADOS E SERVIDORES PARA PROPOSTAS À PIME 2026–GESTÃO PARTICIPATIVA DAS METAS NACIONAIS**

Código: 005

Local: Google Meet da SEGOV

15/07/2025

Data:

Horário:  
14h:30

### 1. Pauta

1. ABERTURA: Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e trinta e dois minutos, no Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), com transmissão via Google Meet, foi realizada a Reunião com Magistrados e Servidores para Propostas à Proposta Inicial de Metas (PIME) 2026 – Gestão Participativa das Metas Nacionais. A reunião foi promovida pela Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGOV) do TJAC. O evento contou com a participação de magistrados e servidores, sendo conduzido pelo Cerimonial TJAC Rio Branco, com linguagem simples e tradução em Libras para garantir a inclusão. Presidente da Reunião: Desembargador Laudivon Nogueira (Presidente do TJAC). Coordenação e Explicação: Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. Zenice Mota. Apresentação das Metas: Hélio Carvalho (Secretário). DO OBJETIVO: A reunião de gestão participativa teve como objetivo principal apresentar e debater as propostas para as metas nacionais de 2026 do TJAC. O Desembargador Presidente Laudivon Nogueira ressaltou que a administração deve ser focada em resultados, priorizando o jurisdicionado em primeiro lugar, e que todas as ações devem visar ao seu benefício. A Juíza Zenice Mota explicou que este é o momento de coletar as opiniões de magistrados e servidores, após a realização da audiência pública com a sociedade civil, antes que as propostas sejam encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para debate final em dezembro e emissão da portaria com as metas para 2026. DAS METAS NACIONAIS DE 2026 APRESENTADAS: O Senhor Hélio Carvalho apresentou as dez metas propostas para 2026, as quais são as mesmas em execução no ano corrente, com alterações somente no período de referência. São elas: Meta 1: Celeridade – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2024 a 2025, excluídos os suspensos e sobrestados. Meta 2: Processos Antigos – Identificar e julgar, até 31/12/2026, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no primeiro grau; 90% dos processos distribuídos até 31/12/2022 no segundo grau; 95% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nos juizados especiais e turmas recursais; e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 15 anos ou mais. Meta 3: Conciliação – Aumentar o indicador "índice de conciliação do Justiça em Números" em um ponto percentual em relação a 2024, com cláusula de barreira de 17% para o índice de conciliação. Meta 4: Combate à Corrupção – Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais, visando julgar 65% das ações penais distribuídas até 31/12/2021 e 100% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 2021. Meta 5: Eficiência – Reduzir em meio ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processos de conhecimento do primeiro grau e juizados especiais em relação a 2025, com cláusula de barreira de 56%. Meta 6: Ações Ambientais – Identificar e julgar até 31/12/2026, 50% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídas até 31/12/2024. Meta 7: Indígenas e Quilombolas – Julgar até 31/12/2026, 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e 50% dos processos relacionados às comunidades quilombolas distribuídas até

31/12/2024. Meta 8: Violência Contra a Mulher – Identificar e julgar até 31/12/2025, 75% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2023 e 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2023. Meta 9: Inovação – Desenvolver no ano de 2026 dois projetos relacionados à Agenda 2030, oriundos de laboratórios de inovação, com a participação de pelo menos um laboratório de outra instituição pública, e que gerem benefícios à sociedade. Meta 10: Infância e Juventude – Identificar e julgar até 31/12/2026 no primeiro grau 90% e no segundo grau 100% dos processos em fase de conhecimento nas competências de infância e juventude cível e apuração de ato infracional distribuídos até 31/12/2023 nas respectivas instâncias. DAS DISCUSSÕES E SUGESTÕES: Os participantes foram incentivados a se manifestar verbalmente, via chat ou formulário eletrônico. Foram levantados os seguintes pontos: Meta 6 (Ações Ambientais): A Juíza Zenice Mota sugeriu que a meta trate somente de processos de conhecimento, excluindo as execuções, devido a incertezas com os dados e a forma de contabilização do CNJ. O Juiz de Direito Cloves Ferreira, responsável pela meta ambiental no estado, corroborou a dificuldade por falta de dados atualizados no painel do tribunal. A Juíza Zenice Mota esclareceu que o painel interno do TJAC está atualizado, mas o do CNJ apresenta atrasos. Meta 1 (Celeridade): O Juiz de Direito Cloves Ferreira propôs que o cumprimento considere uma média correspondente ao aumento da litigiosidade, ou que se estabeleça uma cláusula de barreira para aumentos expressivos; A Juíza de Direito Adamarcia complementou, sugerindo que o parâmetro seja a produtividade do ano anterior para evitar trabalhar com dados incertos; A Juíza de Direito Luana Campos solicitou uma exceção ou percentual específico para varas de sucessões, devido à dificuldade quase impossível de cumprimento da Meta 1 nestas unidades; A Juíza Zenice Mota esclareceu que a Meta 1 se refere ao primeiro lançamento do julgamento e não tem relação com o arquivo provisório; Meta 2 (Processos Antigos): A Juíza de Direito Luana Campos obteve a confirmação de que os inventários continuam excluídos da segunda parte da meta, referente a processos com mais de 14 anos; Meta 3 (Conciliação): Caique Cirano defendeu a revisão de percentuais absolutos nas metas, especialmente os de 100%, e questionou a imposição de altos percentuais de conciliação, argumentando que a conciliação depende da vontade das partes e não pode ser imposta com percentuais elevados. A Juíza Zenice Mota aderiu a esta manifestação. Prazos: A Juíza Zenice Mota alertou que o prazo final para as metas em 2025 é 19 de dezembro, antecipando o recesso. Meta 9 (Inovação): A Juíza Zenice Mota explicou que a meta exige a comprovação de dois projetos de inovação, sendo um em parceria com outro tribunal, para incentivar a inovação constante, referindo-se ao "Lápis" (Laboratório de Projetos Inovadores e Sustentáveis). Painéis de Acompanhamento: Caique Cirano solicitou a unificação dos painéis de visualização e acompanhamento do tribunal e do CNJ, citando discrepâncias nos dados e atrasos na atualização do painel do CNJ. A Juíza Zenice Mota esclareceu que os painéis internos do TJAC já foram unificados e estão atualizados diariamente pelo Sage, mas o painel do CNJ apresenta dados desatualizados (ainda de abril na data da reunião). O Desembargador Laudivon Nogueira informou que vários painéis de Business Intelligence (BI) estarão disponíveis em agosto com atualização em tempo real, facilitando a administração e identificação de problemas, ao contrário dos painéis do CNJ. Capacitação e Compartilhamento de Conhecimento: Alexandre sugeriu que o tribunal crie soluções para atender às necessidades de melhoria das metas, focando na capacitação dos servidores. Ele propôs que cada setor se torne um braço da ESJUD na transmissão de conhecimento, reconhecendo a especificidade do aprendizado em cada vara e setor, a fim de garantir um atendimento de qualidade uniforme e não centralizado em uma única pessoa. O Desembargador Laudivon Nogueira endossou a pertinência dessas observações, afirmando que o alinhamento e a capacitação são forças motrizes para alcançar a excelência. DO ENCERRAMENTO: O Desembargador Laudivon Nogueira concluiu a reunião enfatizando que todos são responsáveis pelo resultado, que a boa reunião é objetiva e rápida. Ele agradeceu a presença de todos e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezesseis horas e vinte minutos. A presente Ata, depois de lida e achada conforme, será assinada por:

Assinaturas

Desembargador **Laudivon Nogueira** - Presidente do TJAC.

**Juíza Zenice Mota** Juíza Auxiliar da Presidência e responsável pelo Eixo Governança do Núcleo de Gestão da Qualidade - NUGEQ

**Hélio de Oliveira Carvalho**, Secretário de Governança e Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.



Documento assinado eletronicamente por **Helio Oliveira de Carvalho, Subsecretário**, em 29/07/2025, às 16:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Zenice Mota Cardozo, Juiz(a) Auxiliar da Presidência**, em 30/07/2025, às 12:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador LAUDIVON de Oliveira NOGUEIRA, Presidente do Tribunal**, em 30/07/2025, às 14:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **2161927** e o código CRC **14CBCB85**.

**Anexo IIC – Planilha de Contribuições de Magistrados e Servidores do  
Tribunal de Justiça do Estado do Acre**





**Anexo IIID – Relatório com Dados Brutos das Contribuições de  
Magistrados e Servidores à PIME 2026**



**PODER  
JUDICIÁRIO**  
DO ESTADO DO ACRE

## Contribuições de Magistrados (as) e Servidores (as) - PIME 2026

113 respostas

[Publicar análise](#)

**SOBRE VOCÊ:**



## 1. Nome e sobrenome

113 respostas

Paulo Henrique Santos da Silva

Priscila Luena Prado Maia

Élis Claude Félix Rodrigues

Aldenize Martins

Elissandra da Silva Araújo

Thalita da Silva Mourão Lima

Emily Morais Costa

zenice mota cardozo

Josué da Silva Santos Abreu

Natacha Salomão Chagas Almeida

Lyneker Melo Moura Silva

Brunna Cristina Barbosa Charar

Alex Silva de Souza

Charlene Silva Costa

João Manuel Vasconcelos Moura

Sebastião Nicolau da Silva Oliveira

José Carlos dos Santos Silva Júnior

Marcos dos Santos Pereira

Queffren Licurgo de Carvalho Rêgo

Luzete Rodrigues Mota

Jose de Arribamar Gomes Cordeiro

Francisco Lima de Oliveira



Raimundo Lucivaldo Firmino do Nascimento

Kellem Nascimento de Lima

Nassara Nasserela Pires

Mayko Anderson da Silva Lima

maria José de Oliveira Leao

Greice Garcia da Silva

Manoel Rodrigues de Oliveira

Narcelio Flávio Siqueira Generoso de Oliveira

Jose Leite de Paula Neto

EVERLEY SALES

Ana Cláudia de Araújo

Michele de Andrade Lima

DELICIMARA DA COSTA CAMPOS

Larissa Barreto

Ivana Correa Morais Souza

Josiane Souza da Silva Bandeira

Maria de Jesus Lima Felipe

Vânia Moizéis de França

FERREIRA DO NASCIMENTO

Sheiliane Correia Costa Gomes

Jaime mustafa neto

Maria Natiele de Sales Silva

Joseane Oliveira do Nascimento



JOICILENE DA COSTA AMORIM

Mariana Costa Martins

Jeozadaque Magalhães

Hugo Barbosa Torquato Ferreira

Ana Lúcia Costa Felisberto

CLOVES AUGUSTO ALVES CABRAL FERREIRA

Mirella Ribeiro Chaves Giansante

Aquiles Prado Neto

Fábio Messias da Silva Maia

Alderlandia Fernandes da Silva

Lourdes Guerra Terças

Tácila Monteiro

Maria Madalena Santos Silva

Thairine Stéfani Bezerra Lima

Maria Maciel Amorim

Marcus Telêmaco Ferreira Lopes

Claudenice Fernandes

Fernanda da Silva Freire de Carvalho

Maria Jose Oliveira Moraes Prado

Artemisia Oliveira de Souza

Carinne Correia Rosas

Luiz Carlos da Silva Negreiros

Gledival Passarinho de Matos



Cleomilton da Cunha Azevedo Filho

José Victor de Almeida França

Eliandro Viana da Silva

Symara Luana de Sousa Mota

Vanísia Santos de Freitas

Ana Cristina Alves da Silva

Rizoneidy Silveira de Paula

Maria do Socorro Silva de Souza Machado

Gláucia Aparecida Gomes

Talita Maciel da Silva

Fabiana Maria da Cunha Fagundes

Daniel Francisco Costa do Nascimento

Diógenes Ramos Maciel

Maria das Graças Carlos da Silva

Ivanir Vasconcelos de Souza

Caique Cirano di Paula

Erik da Fonseca Farhat

PAULO GILLIARD DA SILVA SIQUEIRA

Vitória de Oliveira Ferreira

Mário Ney Nogueira Braga Júnior

Gabriela Saboia

William Abud de Castro Garcia

Mário Jorge Marialva Silva



Lissânia de Oliveira Lima

Cleidiany Eliza

alex oivane

Verônica Freire de Menezes

Marcos de Matos Silva

Rita Ferreira da Silva

Maria Filgueira da Silva Soares

Evandro Araújo de Aquino

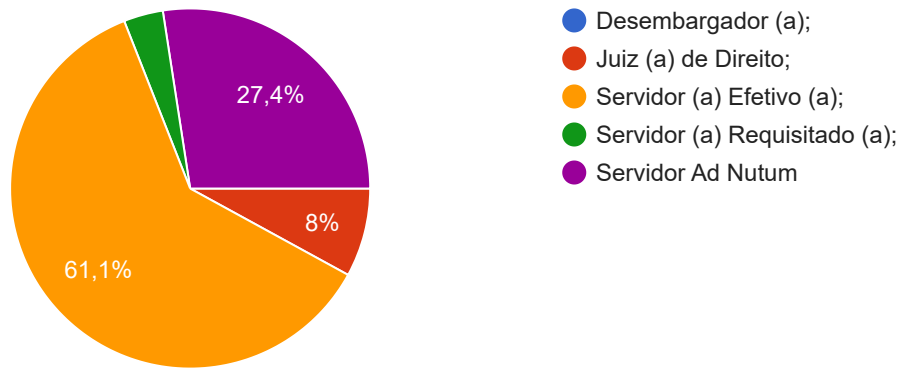
Gerlane Garcia da Silva

Mais 13 respostas estão ocultas

### 3. Qual a sua ocupação ou função exercida no Tribunal de Justiça do Estado da Acre?

 Copiar

113 respostas



## CONTRIBUIÇÕES



## Meta 1 de 2025 - Julgar mais processos que os distribuídos:



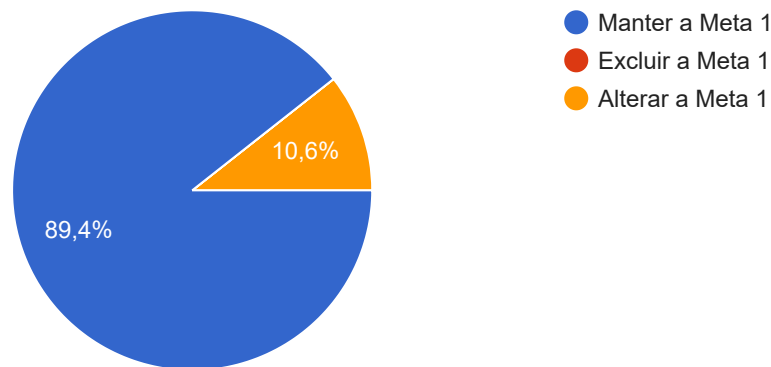
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025.

### Critério de Cumprimento:

A meta estará cumprida se, ao final do período, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100.

### Você deseja:

113 respostas



## Qual redação você propõe para a Meta 1?

54 respostas

.

Manter

Sem

Nenhuma

Sem alterações

Nenhuma

Sem informação adicional.

manter

Mantendo a mesma.

Sugiro Manter

com exceção dos inventário

Prejudicada

principalmente na vara criminal e impossivel cumprir 100 por cento essa meta tendo em vista as dificuldades para intimação das partes

Manter a Meta 1

Sem propostas

Válida.

A mesma apresentada

Sou servidora

Sem dados complementares.

Manter meta

AGILIDADE NAS DECISÕES



Alteração do período da análise da distribuição, na medida em que os processos distribuídos em dezembro, a título de exemplo, e demandarem instrução, claramente não serão julgados no mesmo ano, o que demandaria "crédito" de julgamento pelas unidades, para cumprimento da meta.

Que seja considerada, na redação da META1, uma cláusula de barreira referente ao percentual de aumento da litigiosidade em relação ao ano anterior.

Julgar mais processos do que o número de processos distribuídos no ano, respeitada a quantidade do ano anterior e também a taxa relativa à litigiosidade, se aumentada em nível superior ao ano anterior.

Reduzir o percentual, mantendo, inclusive, a segurança jurídica de análise.

Julgar a quantidade maior.

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos e/ou no percentual de 80% de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025.

Sem alteração

Manteria a redação sugerida

Julgar Processos de conhecimento

Especificamente quanto aos processos cíveis, considerando-se a imperiosa observância do procedimento legal, prazos, etc., por vezes, a falta de processos sentenciáveis prejudica a unidade

Tá boa assim

O percentual de 100% deve ser diminuído, conforme possibilidades reais, considerar o percentual de entrada e julgados no ano anterior.

Estabelecer uma margem para cumprimento.

Manter a meta 1

Estabelecer um percentual crescente correspondente. Exemplo: com base no ano anterior. Realizar uma espécie de Cláusula de Barreira. Objetivo de resguardar o nível impraticável de litigiosidade que regularmente ocorre.

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025

Permanecer do jeito que está

Sem proposta.



Redação atual

Nada a acrescentar

sem alteração

Manter a Meta 1.

Sugiro manter

Sem alteração

Meta 2 de 2025 – Julgar processos mais antigos  
Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos:

 Copiar

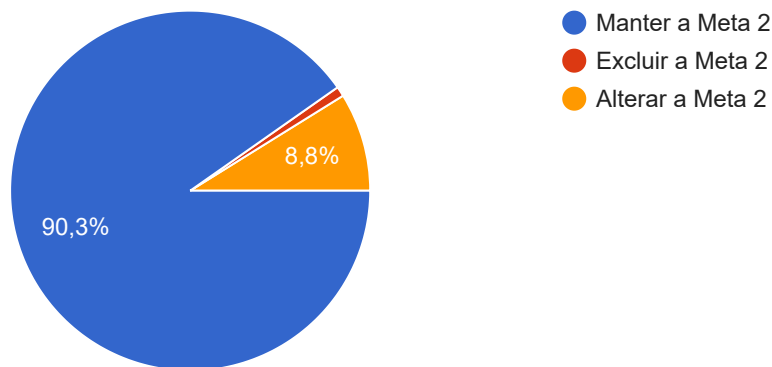
- a) 80% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 1º grau;
- b) 90% dos processos distribuídos até 31/12/2022 no 2º grau;
- c) 95% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais; e
- d) 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamentos há 15 anos (2010) ou mais.

### Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% nas instâncias e nos períodos de referência.

Você deseja:

113 respostas



## Qual redação você propõe para a Meta 2?

104 respostas

.

Manter

Nenhuma

Nenhuma

Sem

Sem alteração.

Sem informação adicional.

A mesma redação atual

Contratar mais servidores em todas as áreas de maior necessidade.

manter

Mantendo a redação anterior.

Concordo com a meta 2.

Não se aplica

Manter a meta

Manter

Sugiro Manter

Processos antigos

Processos de inventário precisam ser decorados a parte, pois por se tratarem de jurisdição voluntária depende de influência externa para serem encerrados.

nenhuma

concordo

Prejudicada



..

Precisamos de material humano para poder cumprir essas metas, em especial contratação de mais oficiais de justiça tendo em vista que na comarca existem apenas dois oficiais de justiça

Manter a Meta 2

Não tenho nada a propor

80% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 1º grau;

sou servidora

Sem sugestão

Considerando a entrada e saída. No período.

Sem dados complementares.

Manter meta.

Sem alterações

Manter meta

Meta 2 de 2025 – Julgar processos mais antigos  
Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos:

- a) 80% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 1º grau;
- b) 60% dos processos distribuídos até 31/12/2022 no 2º grau;
- c) 95% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais; e
- d) 80% dos processos de conhecimento pendentes de julgamentos há 15 anos (2010) ou mais.

FAZER UM MULTIRÃO PARA SANAR

Sem sugestões

Não

Reduzir o percentual, mantendo, inclusive, a segurança jurídica de análise.

Sem sugestão



não tenho nenhuma alteração

Julgar os processos mais antigos.

Julgar 70%

Meta 2 de 2025 – Julgar processos mais antigos  
Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos:

a) 70% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 1º grau;

Reduzir ao menos para 80%

Sem alteracao

Percentual menor

Manteria a redação sugerida

Manter a redação atual

Julgar processos mais antigos  
Identificar e julgar, até 31/12/2025 (a) 75% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 1º grau; b) 95% dos processos distribuídos até 31/12/2022 no 2º grau;).

Cem

Julgamento de processos antigos

85% para os procedimentos do JECRIM

Sem sugestões

c) 95% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais

Manter redação

Reduzir percentuais

Sim

Melhorar a margem de cumprimento

Manter a redação

Manter a meta 2



Manter a meta 2.

Julgar processos mais antigos  
Identificar e julgar, até 31/12/2025

Sem proposta.

manter a redação.

A mesma que já existe

Redação atual

Sem informações adicionais.

Julgar os mais antigos pelo menos

Igual

A redação está compatível.

Sem

Sem adicionais

Nada a acrescentar

sem alteração

Manter a Meta 2.

MANTER

Sugiro manter

Sem alteração

Sem sugestão



### Meta 3 de 2025 – Estimular a Conciliação



Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2024.

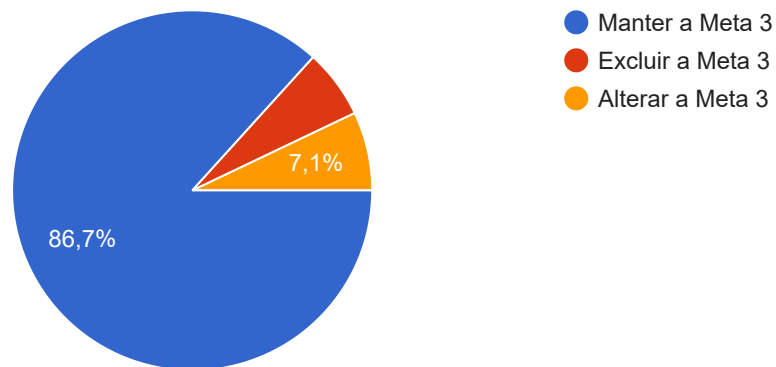
Cláusula de barreira: 17% de Índice de Conciliação.

Critério de Cumprimento:

A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%.

Você Deseja:

113 respostas



## Qual redação você propõe para a Meta 3?

104 respostas

.

Manter

Nenhuma

Sem

Nenhuma

Sem informação adicional.

A mesma redação atual

Sem proposição.

mater

Mantendo a redação anterior.

Concordo com a meta 3.

Não se aplica

Manter a meta

Sugiro Manter

Conciliação

Manter como está

nenhuma

Treinar e aumentar os conciliadores

Prejudicada

nao tenho proposta

Manter a Meta 3



Não tenho nada a propor

Manter nome

sou servidora

Propor mais acordo

Sem sugestão

Considerando o resultado do indicativo anterior.

Sem dados complementares.

Manter a proposta.

Sem alterações

Não se aplica a unidade

Meta 3 de 2025 – Estimular a Conciliação

Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2024.

Cláusula de barreira: 15% de Índice de Conciliação.

Critério de Cumprimento:

A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 80%.

CAPACIATAR OS CONCILIADORES

Sem sgestões

Não

Sem alteração

Não se aplica

Reduzir percentual de conciliacao com acordo, considerando que depende das partes a intenção de conciliar, destacando que dificilmente a instituições bancarias nao apresentam proposta de acordo

não tenho nenhuma alteração



Fazer mais conciliação.

Mais conciliadores

Meta 3 de 2025 – Estimular a Conciliação

Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2024.

Os processos que envolvem os entes públicos, sempre resta infrutífera

Sem alteracao

Números menores

Manteria a redação sugerida

Sem alteração.

Nada a propor

Cem

A meta é conciliar!

Diminuir para 15%

Sem sugestões

Manter redação

O índice de conciliação pode ser aumentar como expectativa, porém o percentual de cumprimento deve ser reduzido, visto que a conciliação depende da vontade das partes e em muitos os casos, a busca pelo judiciário decorre da necessidade de aplicação da Lei para resolução das questões. Os acordos podem ser delineados durante as audiências, se houver maior participação de advogados/ defensores acompanhando as partes para orientá-los quanto aos direitos individuais e esclarecimentos quanto vantagens da conciliação, nos diferentes campos de interesse, principalmente econômico.

Processos de inventário e divórcio muitas vezes são arraigados por muitos fatores emocionais e os acordos ficam prejudicados. Orientações precisas, com apresentação de cenários relacionadas a potenciais prejuízos financeiros podem facilitar a construção de acordos.

Sim

Reduzir a meta para 15%

Manter a redação



Manter meta 3

Excluir, pois a conciliação depende das partes.

A mesma

Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2024

Sem proposta.

Melhorar a comunicação dos conciliadores com as partes informando os benefícios da conciliação. Muitas das vezes 30min, não é suficiente para realização de conciliação, principalmente em ações que envolvem família.

manter a redação.

A mesma que já existe

Redação atual

Sem informações adicionais.

Aumentar o numero de conciliações

Igual

A redação está compatível.

Sem adicionais

Nada a acrescentar

sem alteração

Manter a Meta 3.

MANTER

Sugiro manter

Sem alteração

Sem sugestão





Meta 4 de 2025 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

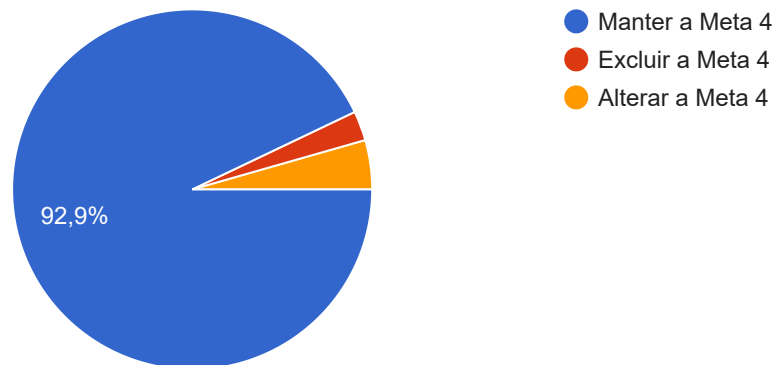
Identificar e julgar até 31/12/2025, 65% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2021, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão. Identificar e julgar até 26/10/2025, 100% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2021.

### Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%.

Você deseja:

113 respostas



## Qual redação você propõe para a Meta 4?

104 respostas

.

Manter

Nenhuma

Sem

Nenhuma

A mesma

Manter a redação

Sem informação adicional.

Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

A mesma redação atual

Sem proposição.

manter

Mantendo a redação anterior.

Concordo com a meta 4.

Não se aplica

Manter a meta

Sugiro Manter

Manter como esta

nenhuma

sem resposta

Prejudicada



Dilatar o prazo para o julgamento.

nao tenho proposta

Manter a Meta 4

Sem propostas

sou servidora

Sem sugestão

Complicado o cumprimento.

Sem dados complementares.

Manter a pepposta.

Sem alterações

Manter meta

Mantenho

ACREDITO QUE TEM QUES ER JULGADOS COM MAIS BREVIDADE

Sem sugestões

Não

Sem alteração

Reduzir o percentual diante da complexidade das demandas

Sem sugestao

não tenho nenhuma alteração

Identificar e julgar os processos criminal.

Nada a declarar

Meta 4 de 2025 – Julgar os processos relativos aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

Identificar e julgar até 31/12/2025, 60% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2021, em especial corrupção ativa e passiva,



peculato em geral e concussão.

Identificar e julgar até 26/10/2025, 80% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2021.

Sem proposta

Sem alteracao

Alterar

Manteria a redação sugerida

Sem alteração.

Priorizar os julgamentos da Adm pública

Mantida

Sem sugestões

Manter redação

Sugiro redução de percentual. Processo de improbidade é muito complicado na produção de provas.

Sim

Aprimorar o percentual de cumprimento sentença

Manter Meta 4

Manter o mesmo nome

Sem proposta.

manter a redação.

Manter a que já existe

Redação atual

Sem informações adicionais.

Igual

A redação está compatível.



Sem adicionais

Nada a acrescentar

sem alteração

Manter a Meta 4.

MANTER

Sugiro manter

Sem alteração

Sem sugestão

Meta 5 de 2025 – Reduzir a taxa de congestionamento.

 Copiar

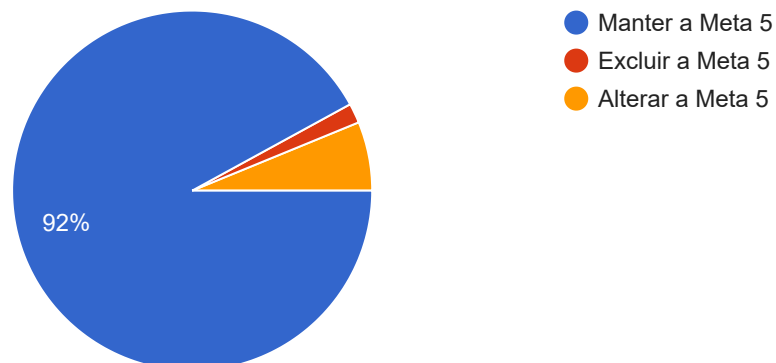
Reduzir em 0,5 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, do 1º grau e Juizados Especiais, em relação à 2024. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 56%.

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for maior ou igual a 100%.

Você deseja:

113 respostas



### Qual redação você propõe para a Meta 5?

104 respostas

.

Manter

Nenhuma

Sem

Nenhuma

Sem informação adicional.

A mesma redação atual

Sem proposição.

mater

Mantendo a redação anterior.

Concordo com a meta 5.

Não se aplica

Manter a meta.

Sugiro Manter

A mesma

Manter como esta

nenhuma

não opinar

Prejudicada

nao tenho proposta

Manter a Meta 5



Sem propostas

sou servidora

Sem ideia

Sem sugestão

Para alcançar o resultado desejado.

Sem dados complementares.

Proposta concordância.

Sem alterações

Manter meta

Meta 5 de 2025 – Reduzir a taxa de congestionamento.

Reduzir em 0,5 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, do 1º grau e Juizados Especiais, em relação à 2024. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 56%.

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for maior ou igual a 100%.

MINIMIZAR AS BUROCRACIAS

Sem sugestões

Não

Sem alteração

Não se aplica

Sem sugestao

não tenho nenhuma alteração

Reduzir o congestionamento do processo.

Verificar uma forma mais rápida e fácil de evitar congestionamento



Meta 5 de 2025 – Reduzir a taxa de congestionamento.

Reduzir em 0,5 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, do 1º grau e Juizados Especiais, em relação à 2024. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 56%.

Sem proposta

Sem alteracao

Alterar

Manteria a redação sugerida

Sem alteração.

Redação mantida

Cem

Descongestionar Processos 1a fase

Mantida

Sem sugestões

Manter redação

Não consigo opinar. Trabalho em unidade cível

Sim

Elevar a cláusula de barreira para 60%

Manter a redação

Manter meta 5

A mesma

Reduzir a taxa de congestionamento

Manter o mesmo nome

Sem proposta.

manter a redação.



Manter a que já existe

Redação atual

Sem informações adicionais.

Julgar 40%

Diminuir a taxa de congestionamento

Igual

A redação está compatível.

Sem adicionais

Nada a acrescentar

sem alteração

Manter a Meta 5.

MANTER

Sugiro manter

Sem alteração

Sem sugestão



## Meta 6 de 2025 – Priorizar o julgamento das ações ambientais.



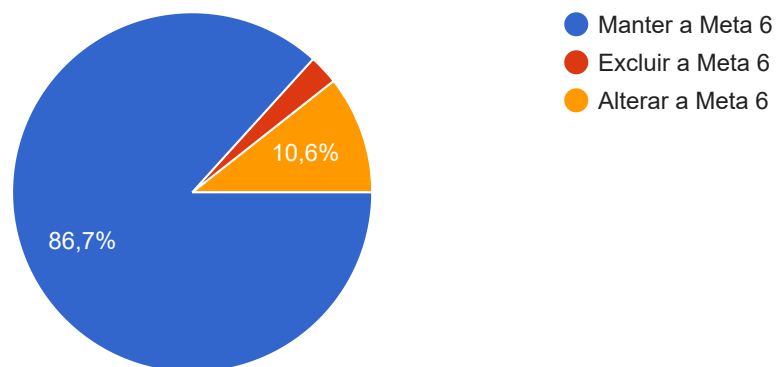
Julgar, até 31/12/2025, 50% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2024.

### Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou maior do que 100%.

### Você deseja:

113 respostas



## Qual redação você propõe para a Meta 6?

105 respostas

.

Manter

Nenhuma

Sem

Nenhuma

Sem informação adicional.

A mesma redação atual

Sem proposição.

excluir execução penal porque nao faz sentido

Mantendo a redação anterior.

Concordo com a meta 6.

Modificar o parâmetro

Manter a meta

Sugiro Manter

Mesma

Manter como esta

nenhuma

Não opinar

Manter

Prejudicada

Nenhuma.



nao tenho proposta

Manter a Meta 6

Sem propostas

sou servidora

Sem sugestão

E buscar superar.

Sem dados complementares.

Manter meta.

Sem alterações

Manter meta

Julgar, até 31/12/2025, 50% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2024.

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou maior do que 80%.

NÃO SE TEM INFORMAÇÕES COMO DEVEM SER CUMPRIDAS

Sem sugestões

Não

Sem alteração

Não se aplica

Sem sugestao

não tenho nenhuma alteração

Julgar os processos ambientais.

Diminuir a porcentagem

Julgar, até 31/12/2025, 30% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos at 31/12/2024.



Meta 6 de 2025 – O julgamento das ações ambientais.

Julgar, até 31/12/2025, 50% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2024.

Essas ações levam muito tempo para chegar ao final.

Sem alteracao

Alterar

Manteria a redação sugerida

"Julgar, até 31/12/2025, 50% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2023."

Mantida a redação

Prioridade é zelar pelo meio ambiente

Mater os 35%

Sem sugestões

Manter redação

Não consigo opinar. Trabalho em unidade cível

Sim

Excluir o cumprimento de sentença.

Manter a redação

Manter meta 6

A mesma

Priorizar o julgamento das ações ambientais.

Manter o mesmo nome

Sem proposta.

manter a redação.

Manter a que já existe



Redação atual

Sem informações adicionais.

Conscientização da sociedade

Igual

A redação está compatível.

Sem adicionais

Nada a acrescentar

sem alteração

Manter a Meta 6.

MANTER

Sugiro manter

Sem alteração

Sem sugestão



Meta 7 de 2025 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos indígenas e quilombolas.



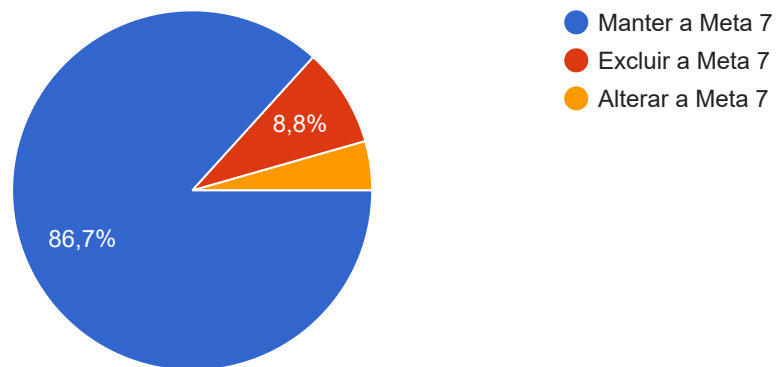
Julgar, até 31/12/2025, 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas distribuídos até 31/12/2024.

#### Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou maior do que 100%.

Você deseja:

113 respostas



### Qual redação você propõe para a Meta 7?

104 respostas

Nenhuma

Manter

Sem

Nenhuma

Prejudicada

Não se aplica

Sem informação adicional.

A mesma redação atual

Sem proposição.

manter

Mantendo a redação anterior.

Concordo com a meta 7.

Modificar o parâmetro

Percentual de 40%

Sugiro Manter

Mesma

Manter como esta

nenhuma

manter

Manter



nao tenho proposta

Manter a Meta 7

Sem propostas

sou servidora

Sem sugestão

Considerando o o número anterior

Sem dados complementares.

Concordo.

Sem alterações

Manter meta

Meta 7 de 2025 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos indígenas e quilombolas.

Julgar, até 31/12/2025, 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas distribuídos até 31/12/2024.

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou maior do que 100%.

NAÃO SE APLICA

Sem sugestões

Não

Votei por excluir a meta.

Sem sugestao

não tenho nenhuma alteração

Trabalhar com mais informações sobre os indígenas.

Nada a declarar



Meta 7 de 2025 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos indígenas e quilombolas.

Sem alteracao

Baixar percentual

Manteria a redação sugerida

Não se aplica. Excluir.

Redação mantida

Cem

o mesmo

35%

Sem sugestões

Manter redação

Prefiro não opinar. Eptaciolândia não tem população indígena relevante que venha a influenciar. Caso haja algum processo de indivíduo indígena é dado a devida prioridade na tramitação.

Sim

Sem observações.

Manter a redação

Manter meta 7

A mesma

Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos indígenas e quilombolas.

Manter o mesmo nome

Sem proposta.

manter a redação.

Manter a que já existe.



Redação atual

Sem informações adicionais.

Julgar 50%

O julgamento dos processos relacionados no item acima já tem prioridade

Igual

A redação está compatível.

Sem adicionais

Nada a acrescentar

sem alteração

Manter a Meta 7.

MANTER

Sugiro manter

Sem alteração

Sem sugestão



Meta 8 de 2025 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres.



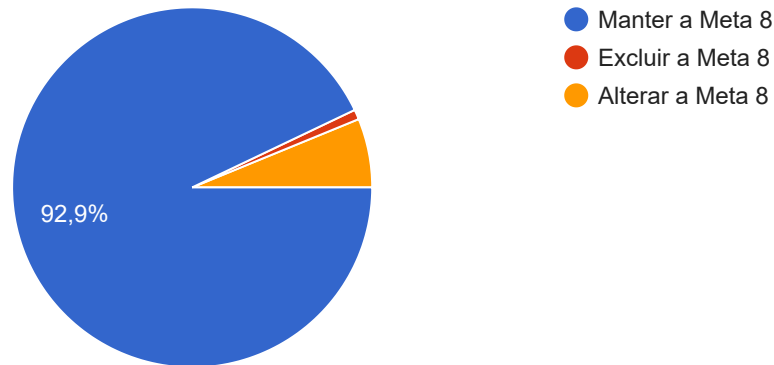
Identificar e julgar, até 31/12/2025, 75% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2023 e 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2023.

#### Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou maior do que 100% para feminicídio e 100% para violência doméstica e familiar contra a mulher.

Você deseja:

113 respostas



## Qual redação você propõe para a Meta 8?

104 respostas

.

Manter

Nenhuma

Sem

Nenhuma

Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Sem informação adicional.

A mesma redação atual

Sem proposição.

manter

Mantendo a redação anterior.

Concordo com a meta 8.

Não se aplica

Percentual de 70% e 80% respectivamente

Sugiro Manter

Mesma

Manter como esta

nenhuma

entendo necessário

Manter

Prejudicada



nao tenho proposta

Manter a Meta 8

Sem propostas

sou servidora

Sem sugestão

Necessário para alcançar o ideal

Sem dados complementares.

Concordo.

Sem alterações

Não se aplica a unidade

Manter.

TOTAL PRIORIDADE

Sem sugestões

Não

Sem alteração

Redução do percentual

Sem sugestao

não tenho nenhuma alteração

Prioridade na violência contra as mulheres.

Celeridade

Não se aplica

Sem alteracao

Melhorar



Manteria a redação sugerida

Sem alteração.

Identificar e julgar, até 31/12/2025, 70% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2023 e 80% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2023.

o mesmo

Mantida

Sem sugestões

Manter redação

Prefiro não opinar. Trabalho na unidade cível

Sim

Sem observações.

Manter a redação

Manter meta 8

A mesma

Manter o mesmo nome

Sem proposta.

manter a redação.

Manter a que já existe

Redação atual

Sem informações adicionais.

Tramitação prioritária em todos os atos.

Tentar diminuir o índice de feminicídio

Igual

A redação está compatível.



Sem adicionais

Nada a acrescentar

sem alteração

Manter a Meta 8.

MANTER

Sugiro manter

Sem alteração

Sem sugestão



## Meta 9 de 2025 – Estimular a inovação no Poder Judiciário.



Desenvolver, no ano de 2025, dois projetos relacionados à Agenda 2030 da ONU, oriundos do Laboratório de Inovação, com participação de pelo menos um laboratório de outra instituição pública, e que gerem benefícios à sociedade.

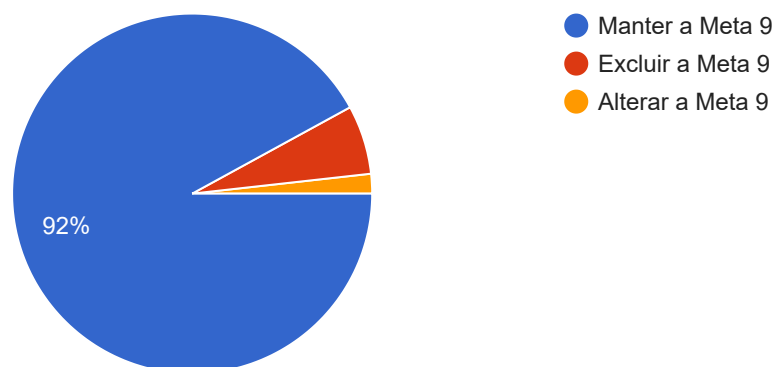
### Critério de Cumprimento:

A meta estará cumprida se o tribunal, cumulativamente:

1. Até 31/05/2025, cadastrar na plataforma RenovaJud dois projetos de inovação, relacionados a um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, para serem desenvolvidos em parceria entre seu Laboratório de Inovação e o de outro órgão público, do Judiciário ou externo, identificando o problema ou necessidade comum, os principais beneficiários e os benefícios esperados (proposta de valor); e
2. Até 31/07/2025, atualizar o cadastro na plataforma RenovaJud para demonstrar a efetiva aplicação pelos Laboratórios de Inovação de abordagem metodológica voltada ao estímulo da criatividade, cocriação e experimentação (processo de inovação), bem como a inovação contida na proposta de solução.

### Você deseja:

113 respostas



## Qual redação você propõe para a Meta 9?

105 respostas

.

Manter

Nenhuma

Sem

Nenhuma

Não se aplica

Sem informação adicional.

A mesma redação atual

Sem proposição.

manter

Que seja substituída por uma meta jurisdicional.

Mantendo a redação anterior.

Concordo com a meta 9.

Sugiro Manter

Mesma

Manter como esta

nenhuma

não consigo opinar

Manter

Prejudicada

Atualização da TPU, no sentido de incluir a execução das medidas protetivas da lei Henry Borel.



nao tenho proposta

Manter a Meta 9

Sem propostas

sou servidora

Sem sugestão

É salutar para para benefício da sociedade e do próprio TJAC.

Sem dados complementares.

Concordo

Sem alterações

Manter meta

QUANTO MAIS INOVAÇÃO MELHOR, DESEMPENHO

Sem sugestões

Não

Sem alteração

Não se aplica

Sem sugestao

não tenho nenhuma alteração

Valorizar mais os servidores da casa.

Nada a declarar

Tal meta não condiz com o Tribunal de Justiça do Estado do Acre, registrando que sequer temos Laboratório de Inovação em pleno funcionamento, sendo necessário aprofundar e/ou repensar tal demanda.

Meta 9 de 2025 – Estimular a inovação no Poder Judiciário.

Desenvolver, no ano de 2025, em conjunto e ouvida as comarcas, dois projetos relacionados à Agenda 2030 da ONU, oriundos do Laboratório de Inovação, com participação de pelo menos um laboratório de outra instituição pública, e que gerem benefícios à sociedade



Sem alteracao

Baixar número

Manteria a redação sugerida

Não se aplica. Excluir.

Mantida a redação

Cem

a mesma

Mantida

Sem sugestões

Manter redação

Prefiro não opinar, por não ter afinidade com o procedimento de cadastro. Mas sugiro temas: Para regional Alto Acre - realização de palestras e distribuição de materiais informativos quanto ao ECA, violência doméstica entre outros a imigrantes estrangeiros, em parceria com OAB, Estado, etc.

Sim

A criatividade e a inovação devem ser livres, premiadas em concursos, e não em meta rígida e vinculada a um parâmetro engessado.

Manter a redação

Manter meta 9

A mesma

Estimular a inovação no Poder Judiciário.

Manter o mesmo nome

Sem proposta.

manter a redação.

Manter a que já existe

Redação atual



Sem informações adicionais.

Sem comentários

Um TJAC inovador é algo que impõe celeridade

Igual

A redação está compatível.

Sem adicionais

Nada a acrescentar

sem alteração

Manter a Meta 9.

MANTER

Sugiro manter

Sem alteração

Sem sugestão



## Meta 10 de 2025 – Promover os direitos da criança e do adolescente.



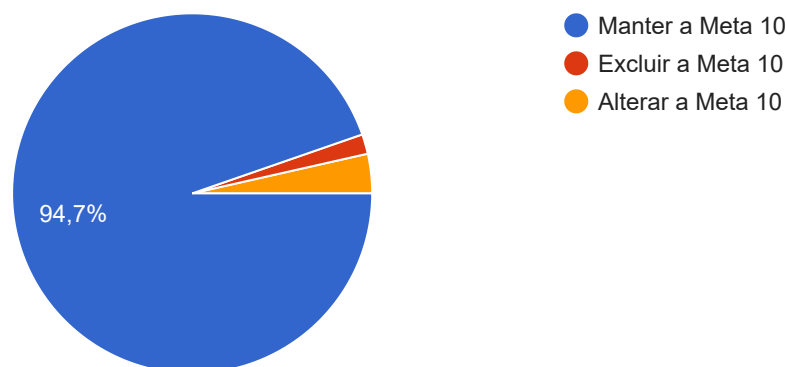
Identificar e julgar, até 31/12/2025, no 1º grau, 90% e no 2º grau, 100% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2023 nas respectivas instâncias.

### Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou maior do que 100%.

### Você deseja:

113 respostas



### Qual redação você propõe para Meta 10?

104 respostas

Manter

Nenhuma

Sem

Nenhuma

Não se aplica

Sem informação adicional.

A mesma redação atual

Sem proposição.

manter

Mantendo a redação anterior.

Concordo com a meta 10.

Manter a meta

Sugiro Manter

Mesma

Manter como esta

nenhuma

sem resposta

Prejudicada

nao tenho proposta

Manter a Meta 10



Sem propostas

sou servidora

Sem sugestão

Pela importância da matéria.

Sem dados complementares.

Concordo.

Sem alterações

Não se aplica a unidade

Manter.

POIS ASSIM OS PROCESSOS TERÃO UM OLHAR MAIS AMPLO

Sem sugestões

Não

Sem alteração

Não se aplica

Sem sugestao

não tenho nenhuma alteração

Fazer com que o ser humano respeite as crianças.

Nada a declarar

Priorizar, Identificar e julgar, até 31/12/2025, no 1º grau, 90% e no 2º grau, 100% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2023 nas respectivas instâncias.

Sem alteracao

Prazo

Manteria a redação sugerida

Sem alteração.



Identificar e julgar, até 31/12/2025, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 90% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2023 nas respectivas instâncias.

Cem

a mesma

Mantida

Sem sugestões

Manter redação

A gente tem conseguido cumprir a meta. Mas se reduzir o percentual é melhor.

Sim

Melhorar os percentuais.

Manter a redação

Manter meta 10

A mesma

Promover os direitos da criança e do adolescente.

Manter o mesmo nome

Sem proposta.

manter a redação.

Manter a que já existe

Redação atual

Sem informações adicionais.

Proteger as crianças esperança do país

Igual

A redação está compatível.

Sem adicionais



Nada a acrescentar

sem alteração

Manter a Meta 10.

MANTER

Sugiro manter

Sem alteração

Sem sugestão



## Deseja Sugerir alguma Meta Nova para 2026?

113 respostas

Não

Não

.

Nao

Não.

Não.

Nenhuma

não

Sem sugestões

Não!

não.

não desejo incluir outras metas

Sugestão de Meta Nacional específica para enfrentamento de homicídios e combate ao crime organizado (facções criminosas):

Meta X de 2026–Priorizar o julgamento dos processos relacionados a homicídios e ao crime organizado

Enunciado da Meta:

Identificar e julgar, até 31/12/2026, pelo menos 70% dos processos relativos aos crimes de homicídio (simples, qualificado e tentado), bem como 70% dos processos relacionados a organizações criminosas (facções e milícias), distribuídos até 31/12/2024.

Critério de Cumprimento:

A meta será considerada cumprida quando o percentual de julgamento for igual ou superior a 100% nos dois eixos:

Crimes de homicídio (eixos 1)

Crimes relacionados a organizações criminosas (eixo 2)

Fórmulas de cálculo:



Cumprimento Homicídios =  $(\sum \text{julgadmX\_a} / (\sum \text{dismX\_a} - \sum \text{susmX\_a})) \cdot (1000 / 7)$

Cumprimento Facções/Organizações Criminosas =  $(\sum \text{julgadmX\_b} / (\sum \text{dismX\_b} - \sum \text{susmX\_b})) \cdot (1000 / 7)$

Classes consideradas:

Serão utilizados somente os processos de **Procedimento de Conhecimento** no 1º e 2º graus.

Filtros de Assuntos:

▲ Crimes de Homicídio:

11436 – Homicídio simples

11437 – Homicídio qualificado

11438 – Homicídio tentado

14942 – Femicídio (com atenção para não duplicar com a Meta 8)

▲ Crimes de Organização Criminosa:

11897 – Organização criminosa (Lei n.º 12.850/2013)

3613 – Associação criminosa

11898 – Associação para o tráfico

12050 – Integrante de facção criminosa

12051 – Milícia privada

12052 – Financiamento de organização criminosa

12053 – Recrutamento para organização criminosa

---

Observações:

Os processos de **femicídio** eventualmente categorizados também como homicídio não devem ser computados em duplicidade (seguindo lógica da Meta 8).

Processos suspensos ou sobrestados por decisão judicial devidamente fundamentada serão excluídos do cômputo.

Poderá haver refinamento técnico com apoio da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud) e codificações de assunto conforme Tabela Processual Unificada (TPU-CNJ).

Justificativa Estratégica:

A crescente escalada da violência letal e o fortalecimento das facções criminosas no território nacional, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, tornam urgente o aprimoramento da resposta do Judiciário a esses crimes. A presente meta se alinha aos compromissos do CNJ com a **Agenda 2030 da ONU (ODS 16)**, bem como com os **Protocolos de Cooperação Interinstitucional no Enfrentamento à Criminalidade Organizada**.



Nenhuma

Julgar com mais celeridade processos de idosos, pessoas com deficiência e doenças graves.

Que no próximo ano seja disponibilizado o questionário antes da reunião, para que possamos verificar, compreender melhor, para podermos opinar

nao

Manter as Metas do CNJ

NÃO

Sem sugestão

Me abstenho.

Sem dados complementares.

Concordo com a meta proposta.

Manter as metas

Estabelecer relação de um grupo de trabalho, para atuarem juntos, com troca de experiências, com as unidades judiciárias, quanto ao cadastramento de partes e representantes.

NÃO

Sem alteração

Sem sugestao

não tenho nenhuma sugestão

Valorização do direito dos servidores da casa.

Incluir alguma meta relacionada a processos de execução retirando metas que não influem nem contribuem para a garantia do atendimento célere aos cidadãos (tais como Meta 7 de 2025 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos indígenas e quilombolas e Meta 9 de 2025 – Estimular a inovação no Poder Judiciário).

Sem

Cem

não



Meta para colaboração entre Tribunais, no sentido de assegurar a celeridade de cartas precatórias. Seria uma meta por cooperação entre Tribunais.

Sem sugestões

Não. Obrigada!

Não desejo

Percentual de distribuição da força de trabalho em relação a demanda.

Manter meta 10

Sem proposta de meta nova.

sem sugestao

Não. Manter as que já tem.

Sem informação

Sem adicionais

Nada a acrescentar

sem alteração

Metas excelentes e necessárias para o desenvolvimento do TJ.

MANTER

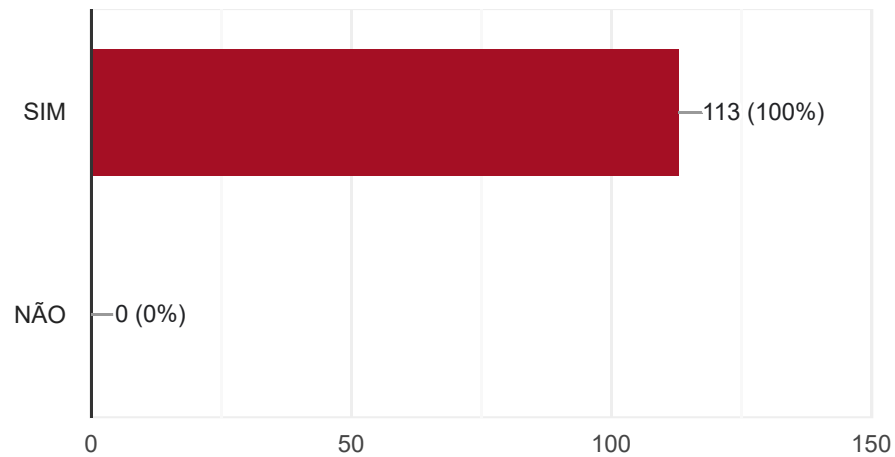
Sem sugestão



Declaro estar de acordo com a [Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais](#) do TJAC.

 Copiar

113 respostas

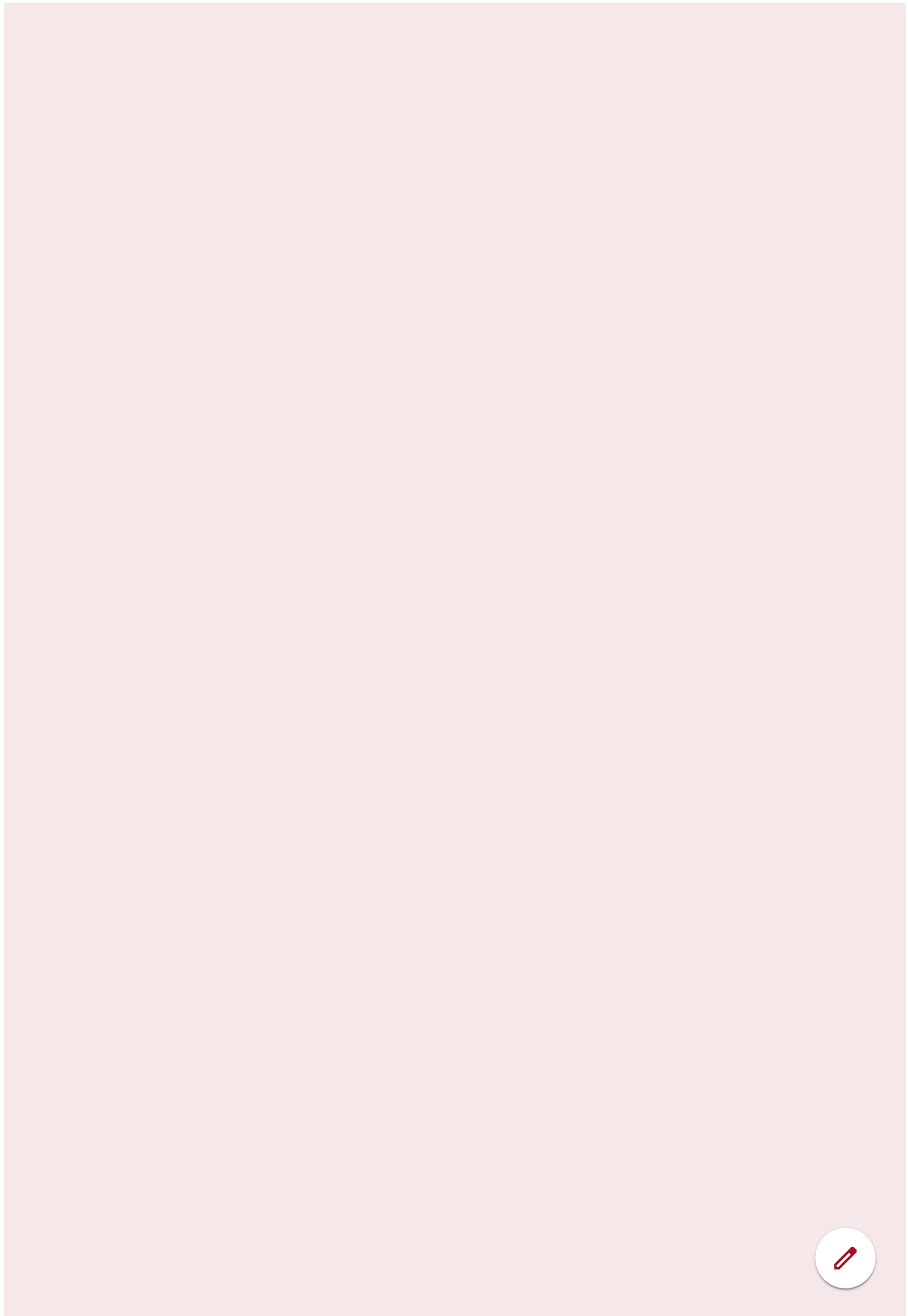


Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. - [Entre em contato com o proprietário do formulário](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Este formulário parece suspeito? [Denunciar](#)

Google Formulários





**Anexo III E – Relatório Executivo das Contribuições de Magistrados e Servidores à PIME 2026**

### 1. Introdução

Este relatório apresenta os resultados da análise das contribuições formuladas por magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), no âmbito da Reunião de Gestão Participativa – PIME 2026. O objetivo principal foi colher manifestações sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário, visando aprimorar, ajustar ou propor novas metas para o ano de 2026. As manifestações analisadas referem-se às 10 metas vigentes e foram coletadas por meio de formulário eletrônico, promovendo a escuta ativa e plural das unidades jurisdicionais.

### 2. Metodologia e Premissas

A metodologia adotada para esta análise baseou-se em um processo qualitativo estruturado, com tratamento categorial das respostas abertas e quantitativo descritivo das escolhas. As respostas foram organizadas conforme as metas existentes, com espaço para sugestões de alteração e proposição de novas metas.

As premissas que nortearam a análise foram as seguintes:

- - Abordagem holística: consideração ampla das manifestações, sem exclusão de perspectivas minoritárias.
- - Neutralidade e objetividade: ausência de vieses interpretativos, respeitando o teor literal das respostas.
- - Profundidade na análise: exame atento de todas as manifestações, inclusive aquelas não majoritárias, para identificar riscos e potenciais estratégicos.
- - Clareza e estrutura: apresentação organizada dos resultados com foco na aplicação prática para a gestão estratégica do TJAC.

### 3. Resultados por Meta Nacional

A seguir, são apresentados os resultados consolidados para cada uma das 10 Metas Nacionais, segundo a estrutura: Resumo Executivo, Categorização do Conteúdo, Pontos Críticos e Riscos, Insights e Recomendações e Considerações Finais.

## Meta 1

### Resumo Executivo

A Meta 1 recebeu 113 manifestações, das quais:

- 101 optaram por manter;
- 12 sugeriram alteração;
- 0 propuseram exclusão.

### Categorização do Conteúdo

- - Manter: 11 menções
- - Alterar: 0 menções
- - Indicador: 0 menções
- - Atual: 1 menções
- - Efetividade: 0 menções
- - Julgamento: 1 menções
- - Distribuídos: 4 menções
- - Antigos: 0 menções

### Pontos Críticos e Riscos

Apesar da predominância pela manutenção da meta, alguns participantes sugeriram ajustes no detalhamento da redação, indicando possíveis lacunas na compreensão do escopo ou abrangência temporal da meta. Há risco de manutenção mecânica sem atualização de parâmetros que reflitam os gargalos atuais.

### Insights e Recomendações

Sugere-se manter a meta com possibilidade de ajustes pontuais na comunicação de seus critérios, destacando sua importância no enfrentamento da morosidade processual. A inclusão de indicadores desagregados por unidade pode aprimorar o monitoramento.

### Considerações Finais

A Meta 1 continua relevante no contexto atual. O engajamento demonstrado pelos respondentes indica a maturidade institucional no acompanhamento do seu cumprimento, sendo recomendável manter sua essência com eventuais ajustes técnicos.

## Meta 2

### Resumo Executivo

A Meta 2 recebeu 113 manifestações, das quais:

- 102 optaram por manter;
- 10 sugeriram alteração;
- 1 propuseram exclusão.

### Categorização do Conteúdo

- - Manter: 24 menções
- - Alterar: 0 menções
- - Indicador: 0 menções
- - Atual: 3 menções
- - Efetividade: 0 menções
- - Julgamento: 2 menções
- - Distribuídos: 5 menções
- - Antigos: 8 menções

### Pontos Críticos e Riscos

Apesar da predominância pela manutenção da meta, alguns participantes sugeriram ajustes no detalhamento da redação, indicando possíveis lacunas na compreensão do escopo ou abrangência temporal da meta. Há risco de manutenção mecânica sem atualização de parâmetros que reflitam os gargalos atuais.

### Insights e Recomendações

Sugere-se manter a meta com possibilidade de ajustes pontuais na comunicação de seus critérios, destacando sua importância no enfrentamento da morosidade processual. A inclusão de indicadores desagregados por unidade pode aprimorar o monitoramento.

### Considerações Finais

A Meta 2 continua relevante no contexto atual. O engajamento demonstrado pelos respondentes indica a maturidade institucional no acompanhamento do seu cumprimento, sendo recomendável manter sua essência com eventuais ajustes técnicos.

## Meta 3

### Resumo Executivo

A Meta 3 recebeu 113 manifestações, das quais:

- 98 optaram por manter;
- 8 sugeriram alteração;
- 7 propuseram exclusão.

### Categorização do Conteúdo

- - Manter: 20 menções
- - Alterar: 0 menções
- - Indicador: 3 menções
- - Atual: 2 menções
- - Efetividade: 0 menções
- - Julgamento: 0 menções
- - Distribuídos: 0 menções
- - Antigos: 0 menções

### Pontos Críticos e Riscos

Apesar da predominância pela manutenção da meta, alguns participantes sugeriram ajustes no detalhamento da redação, indicando possíveis lacunas na compreensão do escopo ou abrangência temporal da meta. Há risco de manutenção mecânica sem atualização de parâmetros que reflitam os gargalos atuais.

### Insights e Recomendações

Sugere-se manter a meta com possibilidade de ajustes pontuais na comunicação de seus critérios, destacando sua importância no enfrentamento da morosidade processual. A inclusão de indicadores desagregados por unidade pode aprimorar o monitoramento.

### Considerações Finais

A Meta 3 continua relevante no contexto atual. O engajamento demonstrado pelos respondentes indica a maturidade institucional no acompanhamento do seu cumprimento, sendo recomendável manter sua essência com eventuais ajustes técnicos.

## Meta 4

### Resumo Executivo

A Meta 4 recebeu 113 manifestações, das quais:

- 105 optaram por manter;
- 5 sugeriram alteração;
- 3 propuseram exclusão.

### Categorização do Conteúdo

- - Manter: 26 menções
- - Alterar: 1 menções
- - Indicador: 0 menções
- - Atual: 2 menções
- - Efetividade: 0 menções
- - Julgamento: 4 menções
- - Distribuídos: 0 menções
- - Antigos: 0 menções

### Pontos Críticos e Riscos

Apesar da predominância pela manutenção da meta, alguns participantes sugeriram ajustes no detalhamento da redação, indicando possíveis lacunas na compreensão do escopo ou abrangência temporal da meta. Há risco de manutenção mecânica sem atualização de parâmetros que reflitam os gargalos atuais.

### Insights e Recomendações

Sugere-se manter a meta com possibilidade de ajustes pontuais na comunicação de seus critérios, destacando sua importância no enfrentamento da morosidade processual. A inclusão de indicadores desagregados por unidade pode aprimorar o monitoramento.

### Considerações Finais

A Meta 4 continua relevante no contexto atual. O engajamento demonstrado pelos respondentes indica a maturidade institucional no acompanhamento do seu cumprimento, sendo recomendável manter sua essência com eventuais ajustes técnicos.

## Meta 5

### Resumo Executivo

A Meta 5 recebeu 113 manifestações, das quais:

- 104 optaram por manter;
- 7 sugeriram alteração;
- 2 propuseram exclusão.

### Categorização do Conteúdo

- - Manter: 22 menções
- - Alterar: 1 menções
- - Indicador: 0 menções
- - Atual: 2 menções
- - Efetividade: 0 menções
- - Julgamento: 0 menções
- - Distribuídos: 0 menções
- - Antigos: 0 menções

### Pontos Críticos e Riscos

Apesar da predominância pela manutenção da meta, alguns participantes sugeriram ajustes no detalhamento da redação, indicando possíveis lacunas na compreensão do escopo ou abrangência temporal da meta. Há risco de manutenção mecânica sem atualização de parâmetros que reflitam os gargalos atuais.

### Insights e Recomendações

Sugere-se manter a meta com possibilidade de ajustes pontuais na comunicação de seus critérios, destacando sua importância no enfrentamento da morosidade processual. A inclusão de indicadores desagregados por unidade pode aprimorar o monitoramento.

### Considerações Finais

A Meta 5 continua relevante no contexto atual. O engajamento demonstrado pelos respondentes indica a maturidade institucional no acompanhamento do seu cumprimento, sendo recomendável manter sua essência com eventuais ajustes técnicos.

## Meta 6

### Resumo Executivo

A Meta 6 recebeu 113 manifestações, das quais:

- 98 optaram por manter;
- 12 sugeriram alteração;
- 3 propuseram exclusão.

### Categorização do Conteúdo

- - Manter: 24 menções
- - Alterar: 1 menções
- - Indicador: 0 menções
- - Atual: 2 menções
- - Efetividade: 0 menções
- - Julgamento: 2 menções
- - Distribuídos: 4 menções
- - Antigos: 0 menções

### Pontos Críticos e Riscos

Apesar da predominância pela manutenção da meta, alguns participantes sugeriram ajustes no detalhamento da redação, indicando possíveis lacunas na compreensão do escopo ou abrangência temporal da meta. Há risco de manutenção mecânica sem atualização de parâmetros que reflitam os gargalos atuais.

### Insights e Recomendações

Sugere-se manter a meta com possibilidade de ajustes pontuais na comunicação de seus critérios, destacando sua importância no enfrentamento da morosidade processual. A inclusão de indicadores desagregados por unidade pode aprimorar o monitoramento.

### Considerações Finais

A Meta 6 continua relevante no contexto atual. O engajamento demonstrado pelos respondentes indica a maturidade institucional no acompanhamento do seu cumprimento, sendo recomendável manter sua essência com eventuais ajustes técnicos.

## Meta 7

### Resumo Executivo

A Meta 7 recebeu 113 manifestações, das quais:

- 98 optaram por manter;
- 5 sugeriram alteração;
- 10 propuseram exclusão.

### Categorização do Conteúdo

- - Manter: 22 menções
- - Alterar: 0 menções
- - Indicador: 0 menções
- - Atual: 2 menções
- - Efetividade: 0 menções
- - Julgamento: 4 menções
- - Distribuídos: 1 menções
- - Antigos: 0 menções

### Pontos Críticos e Riscos

Apesar da predominância pela manutenção da meta, alguns participantes sugeriram ajustes no detalhamento da redação, indicando possíveis lacunas na compreensão do escopo ou abrangência temporal da meta. Há risco de manutenção mecânica sem atualização de parâmetros que reflitam os gargalos atuais.

### Insights e Recomendações

Sugere-se manter a meta com possibilidade de ajustes pontuais na comunicação de seus critérios, destacando sua importância no enfrentamento da morosidade processual. A inclusão de indicadores desagregados por unidade pode aprimorar o monitoramento.

### Considerações Finais

A Meta 7 continua relevante no contexto atual. O engajamento demonstrado pelos respondentes indica a maturidade institucional no acompanhamento do seu cumprimento, sendo recomendável manter sua essência com eventuais ajustes técnicos.

## Meta 8

### Resumo Executivo

A Meta 8 recebeu 113 manifestações, das quais:

- 105 optaram por manter;
- 7 sugeriram alteração;
- 1 propuseram exclusão.

### Categorização do Conteúdo

- - Manter: 23 menções
- - Alterar: 0 menções
- - Indicador: 0 menções
- - Atual: 2 menções
- - Efetividade: 0 menções
- - Julgamento: 2 menções
- - Distribuídos: 1 menções
- - Antigos: 0 menções

### Pontos Críticos e Riscos

Apesar da predominância pela manutenção da meta, alguns participantes sugeriram ajustes no detalhamento da redação, indicando possíveis lacunas na compreensão do escopo ou abrangência temporal da meta. Há risco de manutenção mecânica sem atualização de parâmetros que reflitam os gargalos atuais.

### Insights e Recomendações

Sugere-se manter a meta com possibilidade de ajustes pontuais na comunicação de seus critérios, destacando sua importância no enfrentamento da morosidade processual. A inclusão de indicadores desagregados por unidade pode aprimorar o monitoramento.

### Considerações Finais

A Meta 8 continua relevante no contexto atual. O engajamento demonstrado pelos respondentes indica a maturidade institucional no acompanhamento do seu cumprimento, sendo recomendável manter sua essência com eventuais ajustes técnicos.

## Meta 9

### Resumo Executivo

A Meta 9 recebeu 113 manifestações, das quais:

- 104 optaram por manter;
- 2 sugeriram alteração;
- 7 propuseram exclusão.

### Categorização do Conteúdo

- - Manter: 23 menções
- - Alterar: 0 menções
- - Indicador: 0 menções
- - Atual: 3 menções
- - Efetividade: 0 menções
- - Julgamento: 0 menções
- - Distribuídos: 0 menções
- - Antigos: 0 menções

### Pontos Críticos e Riscos

Apesar da predominância pela manutenção da meta, alguns participantes sugeriram ajustes no detalhamento da redação, indicando possíveis lacunas na compreensão do escopo ou abrangência temporal da meta. Há risco de manutenção mecânica sem atualização de parâmetros que reflitam os gargalos atuais.

### Insights e Recomendações

Sugere-se manter a meta com possibilidade de ajustes pontuais na comunicação de seus critérios, destacando sua importância no enfrentamento da morosidade processual. A inclusão de indicadores desagregados por unidade pode aprimorar o monitoramento.

### Considerações Finais

A Meta 9 continua relevante no contexto atual. O engajamento demonstrado pelos respondentes indica a maturidade institucional no acompanhamento do seu cumprimento, sendo recomendável manter sua essência com eventuais ajustes técnicos.

## Meta 10

### Resumo Executivo

A Meta 10 recebeu 113 manifestações, das quais:

- 107 optaram por manter;
- 4 sugeriram alteração;
- 2 propuseram exclusão.

### Categorização do Conteúdo

- - Manter: 23 menções
- - Alterar: 0 menções
- - Indicador: 0 menções
- - Atual: 2 menções
- - Efetividade: 0 menções
- - Julgamento: 0 menções
- - Distribuídos: 2 menções
- - Antigos: 0 menções

### Pontos Críticos e Riscos

Apesar da predominância pela manutenção da meta, alguns participantes sugeriram ajustes no detalhamento da redação, indicando possíveis lacunas na compreensão do escopo ou abrangência temporal da meta. Há risco de manutenção mecânica sem atualização de parâmetros que reflitam os gargalos atuais.

### Insights e Recomendações

Sugere-se manter a meta com possibilidade de ajustes pontuais na comunicação de seus critérios, destacando sua importância no enfrentamento da morosidade processual. A inclusão de indicadores desagregados por unidade pode aprimorar o monitoramento.

### Considerações Finais

A Meta 10 continua relevante no contexto atual. O engajamento demonstrado pelos respondentes indica a maturidade institucional no acompanhamento do seu cumprimento, sendo recomendável manter sua essência com eventuais ajustes técnicos.